

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FAALC – FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (DOUTORADO) EM ESTUDOS DE
LINGUAGENS

OVÍDIO DA CONCEIÇÃO BATISTA JÚNIOR

**DOCENTES NEGRAS DA UFMS E AS MODALIDADES DE IDENTIFICAÇÃO
RACIALIZADA: DISCURSO E(M) RESISTÊNCIA**

Campo Grande, MS
2025

OVÍDIO DA CONCEIÇÃO BATISTA JÚNIOR

**DOCENTES NEGRAS DA UFMS E AS MODALIDADES DE IDENTIFICAÇÃO
RACIALIZADA: DISCURSO E(M) RESISTÊNCIA**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de doutor ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Área de Concentração: Linguística e Semiótica

Linha de pesquisa: Linguagens, Identidades e Ensino.

Grupo de Pesquisa: Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político)mediáticas (SuDiC).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elaine de Moraes Santos.

Campo Grande, MS
2025

OVÍDIO DA CONCEIÇÃO BATISTA JÚNIOR

**DOCENTES NEGRAS DA UFMS E AS MODALIDADES DE IDENTIFICAÇÃO
RACIALIZADA: DISCURSO E(M) RESISTÊNCIA**

Campo Grande, MS, 26 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Elaine de Moraes Santos (presidenta)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Argus Romero de Moraes (membro titular)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof.^a Dr.^a Thaize de Souza Reis (membro titular)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues (membro titular)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof.^a Dr.^a Kátia Alexsandra dos Santos (membro titular)
Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Prof.^a Dr.^a Juliana da Silveira (suplente externo)
Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Prof. Dr. Rosivaldo Gomes (suplente interno)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Dedico esta tese a todas as mulheres negras que tiveram suas vidas interrompidas e silenciadas pela injustiça e pelo descaso, àquelas que se foram sem o respeito e o reconhecimento que mereciam por suas lutas e contribuições. Que este trabalho seja uma homenagem não apenas às suas trajetórias apagadas, mas também uma esperança para as mulheres negras que virão, para que encontrem, na educação, o acesso a caminhos de conquistas e espaços de realização. Que cada página aqui escrita possa iluminar a importância de suas vozes e de seus passos e abrir portas que jamais se fecharão para elas. Nós, homens negros, só temos acesso à vida se for por uma mulher negra ou não. Que possamos exercitar o respeito e a afetividade que elas merecem.

AGRADECIMENTOS

Ancestralidade, muito obrigado.

Um caminho que percorri com muitas pessoas amigas e, se eu me esquecer de citar alguma aqui, antecipo meu pedido de desculpas. Não criei esse percurso de forma hierárquica, pois cada uma/um tem uma parte na jornada, meu respeito e admiração.

Dona Eunice Campos Batista e Senhor Ovídio da Conceição Batista “sempre na minha memória”, obrigado por tudo que nos ensinaram, por me fazerem ler o Evangelho Segundo o Espiritismo quando me comportava de forma inconsequente e não sei enumerar quantas lições tirei desse processo. Suas palavras de incentivo e a liberdade de escolha sobre as carreiras acadêmicas e profissionais só reforçaram a nossa confiança e o respeito por vocês. Para agradecer uma página não daria conta, seria necessário muito mais que isso, seria necessário pesquisar como uma mulher negra casada com um homem negro conseguiram despertar em cada um dos oito filhos a necessidade de ter nos estudos a liberdade de escolha para a vida pessoal.

Elaine, (ELACRIS)!!! Chegamos juntos ao fim de mais uma etapa desafiadora, e é impossível não reconhecer o papel fundamental que você desempenhou nesta jornada. Foram anos intensos, cheios de desafios que nos colocaram à prova – o peso de dois empregos, as exigências do doutorado e as horas exaustivas de estudo e trabalho. Apesar de tudo isso, você esteve ao meu lado, firme e inabalável, oferecendo força, amor e, acima de tudo, fé. Em cada prece, em cada palavra de apoio, em cada gesto de cuidado, você transformou momentos difíceis em oportunidades de superação. Quantas vezes você enxugou minhas lágrimas e me devolveu a esperança, mostrando que, apesar das adversidades, o nosso caminho era possível. Graças a você, nunca me senti sozinho, mesmo nos momentos mais solitários da minha luta.

Essa conquista não é apenas minha – ela é nossa. É resultado de uma união que resistiu a tudo e de um amor que nunca se deixou abalar. Você é o meu porto

seguro, minha base e o motivo pelo qual cada passo dessa jornada valeu a pena. Agora, encerramos este capítulo e nos preparamos para as próximas conquistas. Com você ao meu lado e com a força da nossa família, sei que nenhum desafio é grande demais. Sempre juntos, sempre apoiados um no outro, seguiremos construindo os nossos sonhos. Com amor e eterna gratidão,

Filhas: Sofia e Valentina. É só um passo na jornada que escolhi. Como sempre digo para vocês, eu não sei como fui na outra vida, mas, nesta, eu agradeço pelo presente que Deus nos deu, e eu me sinto honrado em ter a oportunidade de ser o pai de vocês. Houve momentos em que me afastei, outros que me ausentei, porém não houve uma noite em que não agradecesse a Deus por ter vocês em minha vida. Sem tempo para o medo!

Irmãs e Irmãos, obrigado por me inspirarem e iniciarem essa caminhada de conquistas e sucessos. Somos uma legião de filhos que desafiaram até os mais otimistas e conseguimos chegar onde Ilha Solteira inteira não imaginava: estamos vencendo e vamos além.

Aos familiares: Batista, Castro, Medeiros, Monteiro e Oliveira, obrigado pelas orações, pelo incentivo, pelos conselhos e, até mesmo, pelos “puxões de orelha” do tipo: se concentra nisso. Deu certo.

Professora Dra. Elaine de Moraes Santos, que sua jornada seja de muita luz. Obrigado pela acolhida na família SuDiC, que estará sempre em meu coração. A senhora aceitou a ideia de um sonhador e tornou realidade. O que parecia um sonho, aos poucos, foi se concretizando e, agora, é realidade. Obrigado pela orientação, parceria, presença, força e incentivo. Em momento algum, pensei em desistir, essa palavra saiu do meu vocabulário quando a senhora me disse: está pronto para fazer essa viagem? Foram ótimos momentos, que agora continuarão, mas sem o fogo no parquinho (piada interna).

Irmãs de Labrev, que Deus ilumine a jornada de vocês e que a unidade seja uma constante. Foram encontros de muitas risadas, sustos com pessoas atrás da porta, bolos nos aniversários e claro, as contribuições nos trabalhos que apresentamos nas disciplinas e nos eventos.

Amanda, não poderia deixar de agradecer pela parceria inestimável que construímos ao longo desses cinco anos de Doutorado. Desde o início, nossa jornada acadêmica foi marcada por desafios e aprendizados, mas também pelo fortalecimento de uma relação que transcende os limites da convivência profissional e se tornou uma verdadeira irmandade. Sua disposição para compartilhar conhecimentos, trocar ideias e caminhar lado a lado foi essencial para o meu crescimento pessoal e acadêmico. A amizade que criamos vai muito além das paredes da universidade: ela representa um laço que levarei para toda a vida. Por isso, agradeço não apenas pela parceria e pelo companheirismo, mas também por ser uma amiga e irmã de coração ao longo dessa jornada.

À Professora Dra. Fabiana Poços Biondo, obrigado pelas valiosas contribuições que ofereceu durante o processo de elaboração desta tese. Embora não tenha integrado a banca de defesa, seus apontamentos e sugestões no Exame de Qualificação foram cruciais para a construção das análises e para o refinamento do documento final. Sua generosidade em compartilhar seu conhecimento enriqueceram significativamente este trabalho.

Aos membros da banca, agradeço por dispor do seu tempo para ler esta tese, que tem muitos significados, para a academia, para o programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens e para as mulheres que nela estão representadas.

De forma muito respeitosa, agradeço a cada professora que aceitou o convite para participar da minha pesquisa de campo em um formato não muito convencional para a academia, pois foram participantes via Google meet por um pesquisador com quem nunca tiveram contato antes. Foi um ato de coragem de cada uma das senhoras que, por questões éticas, manterei os nomes preservados.

Não vou mais lavar os pratos

Não vou mais lavar os pratos.
Nem vou limpar a poeira dos móveis.
Sinto muito. Comecei a ler. Abri outro dia um livro
e uma semana depois decidi.
Não levo mais o lixo para a lixeira. Nem arrumo
a bagunça das folhas que caem no quintal.
Sinto muito.
Depois de ler percebi
a estética dos pratos, a estética dos traços, a ética,

A estática.
Olho minhas mãos quando mudam a página
dos livros, mãos bem mais macias que antes
e sinto que posso começar a ser a todo instante.
Sinto.

Qualquer coisa.
Não vou mais lavar. Nem levar. Seus tapetes
para lavar a seco. Tenho os olhos rasos d'água.
Sinto muito. Agora que comecei a ler quero entender.
O porquê, por quê? e o porquê.
Existem coisas. Eu li, e li, e li. Eu até sorri.
E deixei o feijão queimar...
Olha que feijão sempre demora para ficar pronto.
Considere que os tempos são outros...

Ah,
esqueci de dizer. Não vou mais.
Resolvi ficar um tempo comigo.
Resolvi ler sobre o que se passa conosco.
Você nem me espere. Você nem me chame. Não vou.
De tudo o que jamais li, de tudo o que jamais entendi,
você foi o que passou
Passou do limite, passou da medida,
passou do alfabeto.

Desalfabetizou.
Não vou mais lavar as coisas
e encobrir a verdadeira sujeira.
Nem limpar a poeira
e espalhar o pó daqui para lá e de lá pra cá.

Desinfetarei minhas mãos e não tocarei suas partes
móveis.

Não tocarei no álcool.

Depois de tantos anos alfabetizada, aprendi a ler.

Depois de tanto tempo juntos, aprendi a separar
meu tênis do seu sapato,
minha gaveta das suas gravatas,
meu perfume do seu cheiro.

Minha tela da sua moldura.

Sendo assim, não lavo mais nada, e olho a sujeira
no fundo do copo.

Sempre chega o momento
de sacudir,
de investir,
de traduzir.

Não lavo mais pratos.

Li a assinatura da minha lei áurea
escrita em negro maiúsculo,
em letras tamanho 18, espaço duplo.

Aboli.

Não lavo mais os pratos
Quero travessas de prata,
Cozinha de luxo,
e jóias de ouro. Legítimas.

Está decretada a lei áurea (Sobral¹², 2016, p. 23).

¹ Cristiane Sobral.

² Nos locais em que não for possível escrever o nome por extenso, para identificar se se trata de uma autoria feminina ou masculina, fiz esse registro na nota de rodapé, a fim de respeitar as normas de citação da ABNT – que preveem apenas o sobrenome entre parênteses – e também de fazer avançar políticas de gênero que valorizem a presença de mulheres em práticas científicas. A decisão foi tomada como adaptação de sugestão feita pela professora Dra. Thaize de Souza Reis, na banca de defesa.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto a irrupção de modalidades de identificação racializada quando professoras negras da UFMS produzem narrativas de si. Para tanto, aciono o dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso pecheuxtiana, em diálogo com o Feminismo Negro. Metodologicamente de base qualitativo-interpretativista, a descrição e a interpretação das SDs – Sequências Discursivas (Courtine, 2009), recortadas das respostas obtidas em cinco entrevistas semiestruturadas, decorrem em relação direta e constitutiva com suas *condições de produção* (Orlandi, 2005). No bojo do arcabouço epistemológico, conjecturo a seguinte pergunta: “Como se constituem as modalidades de identificação racializada nas respostas de professoras autodeclaradas negras, ao falarem de suas trajetórias acadêmicas na UFMS?”. Mediante essa inquietude e somando-a às questões ontológicas de um pesquisador assentado em uma posição-sujeito de masculinidade – homem negro – estabeleço, como objetivo geral, analisar os processos de identificação racializada de professoras autodeclaradas negras na UFMS, no batimento entre os discursos de si e o *gesto de interpretação* (Orlandi, 2012) do analista. Na esteira do propósito maior, são objetivos específicos do estudo: a) problematizar como *interseccionalidade se entrecruza* na batalha por democracia racial e pelo fim da opressão sexista e patriarcal (Carneiro, 2003; Gonzalez, 2020; Kilomba, 2019) que atinge a trajetória de inserção e atuação de professoras negras na UFMS; b) delinear, à luz de uma disciplina de entremeio, as condições de produção e o processo de pesquisa no escopo do debate sobre discursos racializados e as modalidades de identificação; c) exercer uma *escuta discursiva* (Orlandi, 2005) das SDs. Tendo em vista os objetivos traçados, proponho a tese de que o construto discursivo da racialização na UFMS emerge como efeito da interpelação ideológica (Pêcheux; Fuchs, 1997) das sujeitas investigadas que se contra-identificam (Pêcheux, 2009) com uma formação social que, no escopo deste trabalho, regula uma FD patriarcal e racista. No *batimento* (Freire, 2021) entre as narrativas de si (delas) e uma posição-sujeito outra – a do pesquisador – para além de trajetórias marcadas pela interdição de discursos estabilizados sobre o que é ser professora negra no ensino superior e, concomitante às conquistas narradas, há, como recorrência, a produção da resistência (Pêcheux, 2014) ao epistemicídio (Carneiro, 2003). Nas SDs analisadas, isso se dá, principalmente, na articulação de duas marcas na superfície linguística: a negação e a presentificação da ausência. No que tange à historicidade com que irrompe a não identificação plena com os saberes defendidos pela forma-sujeito que opera regulando uma FD patriarcal e racista, no jogo entre reconhecimento e representação, a legitimidade do lugar ocupado pode ser parte preponderante na produção de mais sensibilidades epistêmicas racializadas em âmbito universitário.

Palavras-chave: Docentes negras. Masculinidade negra. Discursos racializados. Ensino superior.

BLACK FEMALE PROFESSORS AT UFMS AND THE MODALITIES OF RACIALIZED IDENTIFICATION: DISCOURSE AND (IN) RESISTANCE

This research focuses on the emergence to racialize identification modalities when black female professors at UFMS produce narratives about themselves. To this end, I use the theoretical-methodological device of Pecheuxian Discourse Analysis, in dialogue with Black Feminism. Methodologically based on a qualitative-interpretative approach, the description and interpretation of the DSs – Discursive Sequences (Courtine, 2009), extracted from the responses obtained through semi-structured interviews, occur in direct and constitutive relation with their conditions of production (Orlandi, 2005). Within the epistemological framework, I conjecture the following question: “How are the modalities of racialized identification constituted in the responses of self-declared black female professors, when they talk about their academic trajectories at UFMS?” Given this concern and adding it to the ontological questions of a researcher based on a subject position of masculinity – a black man – I establish, as a general objective, to analyze the processes of racialized identification of self-declared black female professors at UFMS, in the beat between the discourses of self and the gesture of interpretation (Orlandi, 2012) of the analyst. In line with the greater purpose, the specific objectives of the study are: a) to problematize how intersectionality intersects in the battle for racial democracy and the end of sexist and patriarchal oppression (Carneiro, 2003; Gonzalez, 2020; Kilomba, 2019) that affects the trajectory of insertion and performance of black female professors at UFMS; b) to outline, in light of an in-between discipline, the conditions of production and the research process within the scope of the debate on racialized discourses and the modalities of identification; c) exercise a discursive listening (Orlandi, 2005) of the SDs. In view of the objectives outlined, I propose the thesis that the discursive construct of racialization at UFMS emerges as an effect of the ideological interpellation (Pêcheux; Fuchs, 1997) of the subjects investigated who counter-identify (Pêcheux, 2009) with a social formation that, in the scope of this work, regulates a patriarchal and racist DF. In the beat (Freire, 2014) between the narratives of themselves (theirs) and another subject-position – that of the researcher – beyond trajectories marked by the prohibition of stabilized discourses on what it is to be a black professor in higher education and, concomitantly with the achievements narrated, there is, as a recurrence, the production of resistance (Pêcheux, 2014) to epistemicide (Carneiro, 2003). In the analyzed SDs, this occurs mainly in the articulation of two marks on the linguistic surface: the denial and the presentification of absence. Regarding the historicity with which the non-full identification with the knowledge defended by the subject-form that operates regulating a patriarchal and racist DF emerges, in the game between recognition and representation, the legitimacy of the occupied place can be a preponderant part in the production of more racialized epistemic sensibilities in the university environment.

Keywords: Black female professors. Black masculinity. Racialized discourses. Higher education.

LES ENSEIGNANTES NOIRES DE L'UFMS ET LES MODALITÉS D'IDENTIFICATION RACIALISÉE : DISCOURS ET(DANS) RÉSISTANCE

Cette recherche porte sur l'émergence de modalités d'identification racialisées lorsque des professeures noires de l'UFMS produisent des récits sur soi. À cette fin, j'utilise le dispositif théorique et méthodologique de l'analyse du discours chez Michel Pêcheux, en dialogue avec le Féminisme Noir. Méthodologiquement fondée sur une approche qualitative-interprétative, la description et l'interprétation des SDs – Séquences Discursives (Courtine, 2009), extraites des réponses obtenues lors de cinq entretiens semi-structurés, se déroulent dans une relation directe et constitutive avec leurs conditions de production (Eni Orlandi, 2005). Dans le cadre épistémologique, je conjecture la question suivante : « Comment les modalités d'identification racialisée sont-elles constituées dans les réponses des femmes professeures autoproclamées noires, lorsqu'elles parlent de leurs trajectoires académiques à l'UFMS ? » Compte tenu de cette préoccupation et en l'ajoutant aux questions ontologiques d'un chercheur basé sur une position de sujet de masculinité – homme noir – j'établis, comme objectif général, d'analyser les processus d'identification racialisée des femmes professeures noires autoproclamées de l'UFMS, dans le choc entre les discours de soi et le geste d'interprétation (Orlandi, 2012) de l'analyste. Conformément à l'objectif le plus large, les objectifs spécifiques de cette étude sont : a) problématiser la manière dont l'intersectionnalité s'entrecroise dans la bataille pour la démocratie raciale et la fin de l'oppression sexiste et patriarcale (Carneiro, 2003; Gonzalez, 2020; Kilomba, 2019) qui affecte la trajectoire d'insertion et la performance des femmes professeures noires à l'UFMS ; b) exposer, à la lumière d'une discipline intermédiaire, les conditions de production et le processus de recherche dans le cadre du débat sur les discours racialisés et les modalités d'identification ; c) exercer l'écoute discursive (Orlandi, 2005) des SDs. Au vu des objectifs énoncés, je propose la thèse selon laquelle le construit discursif de racialisation à l'UFMS émerge comme un effet de l'interpellation idéologique (Pêcheux; Fuchs, 1997) des sujets femmes enquêtées qui se contre-identifient (Pêcheux, 2009) à une formation sociale qui, dans le cadre de ce travail, régule une FD patriarcale et raciste. Dans le choc (Freire, 2021) entre les récits de soi (les leurs) et une autre position de sujet femme autre – celle du chercheur – au-delà des trajectoires marquées par l'interdiction des discours stabilisés sur ce que signifie être une enseignante noire dans l'enseignement supérieur et, concomitant aux réalisations racontées, il y a, comme une récurrence, la production de résistances (Pêcheux, 2014) à l'épistémicide (Carneiro, 2003). Dans les SDs analysés, cela se produit principalement dans l'articulation de deux marques sur la surface linguistique : la négation et la présentification de l'absence. En ce qui concerne l'historicité avec laquelle émerge l'identification non pleine avec le savoir défendu par la forme-sujet qui opère en régulant une FD patriarcal et raciste, dans l'enjeu entre reconnaissance et représentation, la légitimité du lieu occupé peut être une part prépondérante dans la production de sensibilités épistémiques plus racialisées dans l'environnement universitaire.

Mots clés: Discours racialisés; Enseignement supérieur; Enseignantes noires; La Masculinité noire.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Corredor central da UFMS	26
Figura 2 – Vítimas de homicídios em 2023	47
Figura 3 – Relação de cidade e locais de feminicídios	48
Figura 4 – VII Seminário Internacional de Estudos de Linguagens e XXV Semana de Letras – 2024	51
Figura 5 – Silvio Luiz de Almeida e a Ministra Anielle Franco em evento institucional	55
Figura 6 – Sueli Carneiro, fundadora do Geledés	75
Figura 7 – Exemplar do site Criola, com divulgações no âmbito da racialidade	78
Figura 8 – Site AMMA, com divulgações sobre racialidade	79
Figura 9 – Centro Feminista de Estudos e Assessoria	80
Figura 10 – Maria Aparecida da Silva Bento – Cida Bento – CEERT	82
Figura 11 – Atlas da violência no Brasil 2022	94
Figura 12 – Quadro analítico proposto por Sérgio Freire	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado da Arte	32
Quadro 2 – Organização visual sobre a primeira onda do feminismo no Brasil	68
Quadro 3 – Paráfrases possíveis	134
Quadro 4 – Paráfrases possíveis	137
Quadro 5 – Paráfrases possíveis	146
Quadro 6 – Paráfrases possíveis	152
Quadro 7 – Paráfrases possíveis	166
Quadro 8 – Paráfrases possíveis	171

LISTA DE SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SDs)

- SD I** – Eu falo, meu querido, quando você vai sofrer preconceito não importa se você é mais escuro ou mais claro, ele vai existir do mesmo jeito 131
- SD II** – Às vezes eu preciso falar mais alto ou ainda, mando o recado, manda vir falar comigo e nada, 143
- SD III** – [...] Porque muitos não, não encontram dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né? Dentro das universidades públicas, nós somos 2%. É muito pouco, né? 151
- SD IV** – [...] Eu me identifico como negra, como preta 156
- SD V** – Eu penso que para mim, isso é muito representativo 159
- SD VI** – Então a gente começa a ver essa, essa positividade com relação aos alunos 163
- SD VII** – Eu acho que isso representa a conquista 170
- SD VIII** – Olha, eu vejo que a funciona na base da, cumprisse a lei, né? 182

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAD	Análise Automática do Discurso
AD	Análise de Discurso materialista
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa Humana
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ESAN	Escola de Administração e Negócios
EUA	Estados Unidos da América
FAALC	Faculdade de Artes, Letras e Comunicação
FAC	Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição
FACH	Faculdade de Ciências Humanas
FACOM	Faculdade de Computação
FADIR	Faculdade de Direito
FAED	Faculdade de Educação
FAENG	Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
FAMED	Faculdade de Medicina
FAMEZ	Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
FAODO	Faculdade de Odontologia
FD	Formação Discursiva
FDV	Faculdade de Direito de Vitória
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
INBIO	Instituto de Biociências
INFI	Instituto de Física
INISA	Instituto Integrado de Saúde
INMA	Instituto de Matemática
INQUI	Instituto de Química

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Labrev	Laboratório de Revisão de Textos Acadêmico-Científicos
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MNU	Movimento Negro Unificado
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento Sem Terras
NEABI	Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PPGEL	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RS	Rio Grande do Sul
SD	Sequência Discursiva
SIEL	Seminário Internacional de Estudos de Linguagens
SP	São Paulo
SuDiC	Grupo Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político-)midiáticas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISO	Universidade de Sorocaba

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	23
1 INTERSECCIONALIDADES: DAS TENSÕES RACIAIS AO COMBATE AO PATRIARCADO	41
1.1 Considerações preliminares	42
1.2 A interseccionalidade e o efeito na vida das mulheres negras	42
1.3 O feminismo negro, as pautas raciais e a interseccionalidade	61
1.4 Debates sobre o patriarcado	83
2. ARQUIVO, RACIALIZAÇÃO E(M) PESQUISA DISCURSIVA	95
2.1 Considerações preliminares	95
2.2 Disciplina de entremeio	95
2.3 Noções de discurso e sujeito para Análise do Discurso Materialista	106
2.4 Modalidades de identificação do sujeito	111
2.5 Superfície linguística, objeto discursivo e processo discursivo	116
2.6 Condições de produção das entrevistas e o processo de pesquisa discursiva	120
3 ESCUTA DISCURSIVA, TRAJETÓRIA DOCENTE E(M) SENSIBILIDADES EPISTÊMICAS	129
3.1 Considerações preliminares	129
3.2 “É muito pouco, né?": presença-ausência de docentes negras no ensino superior público	130
3.3 “Eu não me identifico como parda”: processos de identificação	142
3.4 Representatividade no espaço acadêmico	151
3.5 Reprodução das desigualdades raciais no Ensino Superior	163
3.6 A fragmentação das políticas de gênero e raça na universidade	170
3.7 Masculinidades negras e a escuta discursiva	177
3.8 Reflexões sobre a experiência de entrevista com mulheres negras no campo acadêmico: a confluência de sensibilidades epistêmicas racializadas	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	202
ANEXOS	216
Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	216
Anexo 2 – Perguntas da Entrevista	219

APRESENTAÇÃO

A minha inquietação enquanto pesquisador começou logo após a defesa da dissertação de mestrado em Letras, concluída na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em 2020, com o título: *A história dos professores negros da UEMS: uma análise de suas trajetórias* (Batista Júnior, 2020). O trabalho consistiu em ouvir professoras e professores negros da UEMS, independentemente de declaração quanto aos critérios de raça e cor. Tratava-se, então, de professoras e professores que foram indicados e, com base nas indicações, foram entrevistados por meio de questionários impressos, colhendo as respostas sem a intervenção do pesquisador.

A partir das respostas e usando como princípio metodológico a Análise de Discurso materialista, vertente pecheuxtiana, iniciei algumas reflexões sobre como o ambiente acadêmico produziu efeitos diferentes na vida das professoras e dos professores. Como um dos resultados, discuti uma sutil distinção no trato com os professores homens. Dessa experiência, fiquei inquieto com uma pergunta: quais as percepções das mulheres em relação à universidade e à participação delas no corpo docente?

Como a pesquisa em questão já estava em andamento, deixei para o doutorado a busca por uma possível resposta ou por mais interrogações. Já nessa etapa de minha formação, mantive a mesma base teórico-metodológica utilizada no mestrado, porém aprofundei as leituras necessárias, uma vez que percebi, enquanto pesquisador, que fatores como gênero e racialidade podem se imbricar na vida de mulheres negras.

Após a conclusão do trabalho anterior, mais precisamente na defesa, surgiu a proposição de levar a pesquisa adiante, já pensando no doutorado. Como a UEMS não dispunha de um programa de doutorado, a UFMS consolidou-se uma ótima escolha. Já como recorte, a definição por pesquisar mulheres negras e autodeclaradas se deu pelas intersecções que surgem a partir das dinâmicas de gênero e de racialização.

Nesse caminho, o desejo de pesquisar sobre as mulheres negras se tornou mais latente ao assistir ao documentário “Mulheres negras: projetos de mundo”, produzido por Day Rodrigues e Lucas Ogasawara (2016). Na audiovisualidade, a

fala das mulheres negras, em diversas áreas, é o ponto central. Uma das falas que despertou interesse para a pesquisa foi da filósofa Djamila Ribeiro. Isso porque, em determinado momento, ela pergunta “Podemos falar?”, como quem pedia permissão para dizer durante o documentário. Esse pedido não é um ato individual: ele simboliza as condições estruturais que afetam determinados grupos que são silenciados e “apagados” historicamente. A resposta de Djamila Ribeiro é, então, um ato político de resistência e estabelece uma interdiscursividade com a teoria de Gayatri Chakravorty Spivak³ em *Pode o Subalterno falar?*.

Inicialmente, não pensei na realização da pesquisa focando na discussão racial, mas, sim, na relação de gênero na UFMS. Por outro lado, quando se olha para a questão da mulher negra, sobretudo do lugar de masculinidade negra assumido, essa condição não se dissocia. Para Rogério Luid Modesto (2018), autor vinculado à Análise de Discurso materialista, racialização e gênero não se dissociam e, na UFMS, essa também é uma tensão presente.

Falando do lugar de masculinidade ocupado por mim, o respeito pelas mulheres sempre esteve em minha vida. Sou o oitavo filho de um casal que esteve junto até a partida do meu pai. Cresci observando minha mãe, que sempre foi batalhadora. Foi ela quem nos ensinou que é pela educação que se constrói uma vida digna. Em uma família com seis irmãs e dois irmãos, as tarefas diárias eram compartilhadas de forma igual ou, então, em um rodízio em que todos faziam tudo. Diferente de estruturas familiares nas quais as atividades domésticas ficam para as mulheres, e os homens não possuem responsabilidades, fomos educados em um lar em que o respeito sempre foi uma prática – assim, não poderia ser diferente em minha vida.

Enquanto percebia o respeito sendo uma prática entre meus pais, eu me casei e logo me tornei pais de duas meninas. Eu não poderia fazer diferente do que fui educado, então mobilizo o mesmo respeito e igualdade que aprendi.

As mulheres negras da minha vida são extraordinárias, começando pela minha mãe: com sua sabedoria, seus conselhos e um olhar de muita energia, às

³ Gayatri Chakravorty Spivak (2012), em *Pode o subalterno falar?* traz que a voz subalterna perde sua autonomia ao ser mediada por instituições, intelectuais e continua a ser silenciada. Para compreender a importância dessa teoria, recomendo a sua leitura na íntegra. Agradeço ao Prof. Dr. Argus Romero pela contribuição no exame de defesa da minha tese, especialmente ao destacar como a pesquisa dialoga com a questão de Spivak em *Pode o subalterno falar?*. Sua observação reafirmou a relevância do trabalho e a importância dos programas de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da UFMS na promoção de reflexões transformadoras.

vezes é falante; em outras, é o próprio silêncio. Minha esposa também merece destaque, já que ela teve sua vida transformada com a maternidade e se tornou ainda maior nas questões com o autocuidado e zelo. Minhas cinco irmãs, por sua vez, também são guerreiras, resistentes e não desistiram de suas escolhas pessoais.

Continuando as linhagens familiares e de amizade, posso enumerar avós exemplares, tias, primas, amigas e professoras que trouxeram, para a minha jornada, a oportunidade de ser um homem capaz de compreender que fazer parte da vida de uma mulher, seja ela não negra, seja negra, é uma jornada de muito aprendizado.

O início da completude é em 2011, quando me caso. No ano seguinte, em 2012, nasceu nossa primeira filha, Sofia, e, depois, em 2017, nossa alegria se completa com o nascimento da segunda e última filha, Valentina.

Em um processo de construção identitária, os pensamentos de bell hooks⁴ (2022) me levam a investigar e questionar minha identidade e como as dinâmicas de poder estão inseridas em nossas vivências como modelo a ser seguido. Isso porque a “[...] discussão sobre masculinidades como um debate voltado para a prática, pautado em auto(re)conhecimento, responsabilidade e busca por autodeterminação” (hooks, 2022, p. 20) se demonstra necessária.

O patriarcado apresenta um conceito de homem dominante, desprovido de apego e respeito pelas mulheres, impondo as piores condições de vida e convívio para elas. Ao olhar para as masculinidades negras, hooks (2022) sugere a um processo de autorreflexão e transformação. Esse modelo é contrário ao hegemônico de masculinidades, que sustenta a opressão como parte da estrutura social e, dessa forma, propõe o confronto e a desconstrução do estereótipo atribuído aos homens negros.

Em meu percurso de vida, o modelo de relação patriarcal já estava em desconstrução, uma vez que me considero homem com a masculinidade negra definida, que tenta não se deixar se influenciar pelas pressões sociais que delimitam homens negros como violentos, controladores, possessivos e, ainda, com

⁴ Gloria Jean Watkins, uma mulher negra, ativista e de origem pobre, que adotou o pseudônimo *bell hooks* em homenagem à sua bisavó, que representava uma mulher forte em sua família. A escolha pela grafia do nome e sobrenome em minúsculos é uma forma de objeção a um sistema dominador e opressor que ela passou na infância e ainda de desprendimento do ego que é vinculado ao nome.

experiências de drogas e alcoolismo. Além disso, minha masculinidade teve como modelo um casal que compartilhava as tarefas diárias sem adotar o termo “ajudar” de forma pejorativa ou sem que se desse a entender que não era uma atribuição do homem atender às lidas diárias.

A autodeterminação proposta por hooks (2022) rompe com todas as imposições e jogo de tensões que existem em torno da masculinidade sugerindo a construção de nova masculinidade que olha para as mulheres em equidade, sem considerar as posições hierárquicas que as relações sociais criaram e insistem em manter, seja pelo aspecto cultural ou pelas imposições e relações de força.

Constituir uma família sendo um homem com a masculinidade romântica (hooks, 2022), não tira o peso dos desafios de educar filhas em um momento de transformação social, cultural e tecnológico, pois os valores que aprendi, como a cooperação em família, o respeito à mulher, a liberdade de expressão e o incentivo aos estudos não são mais tão defendidos.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa tem como objeto os processos discursivos de construção das modalidades de identificação racializada, quando professoras negras da UFMS produzem narrativas de si. A partir de inquietações trazidas na apresentação deste trabalho, acerca do documentário citado, e somando-as às questões ontológicas de um pesquisador assentado na posição-sujeito de masculinidade – homem negro – estabeleci, como objetivo geral, analisar os processos de identificação de professoras autodeclaradas negras na UFMS, no batimento entre os discursos de si e o *gesto de interpretação* do analista.

Para o desenvolvimento do trabalho, aciono o dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista (AD), vertente pecheuxtiana, em diálogo⁵ com o Feminismo Negro. Metodologicamente de base qualitativo-interpretativista, a descrição e a interpretação das SDs – Sequências Discursivas (Courtine⁶, 2009), recortadas de relatos obtidos por entrevistas semiestruturadas, decorrem em relação direta e constitutiva com suas *condições de produção* (Orlandi⁷, 2005), emergindo, ainda, em conformidade ao acionamento de sensibilidades epistêmicas por parte do analista.

No bojo do arcabouço epistemológico, assumi que o construto discursivo da racialização emerge como efeito da interpelação ideológica (Pêcheux⁸; Fuchs⁹, 1997) das sujeitas investigadas. Tal concepção norteia a conjectura da seguinte pergunta: “Como se constituem as modalidades de identificação racializada nas respostas de professoras autodeclaradas negras, ao falarem de suas trajetórias acadêmicas na UFMS?”.

Na esteira do propósito maior, são objetivos específicos do estudo: a) problematizar como *interseccionalidade e resistência se entrecruzam* na batalha por democracia racial e pelo fim da opressão sexista e patriarcal que atingem a trajetória de inserção e atuação de professoras negras na UFMS; b) delinear, à luz de uma

⁵ Em atendimento à sugestão do prof. Marlon Leal Rodrigues, durante o exame de defesa, reforço que, no interior materialismo acionado neste trabalho, a palavra diálogo comparece na tese como parte do processo de disputa de sentidos, sem se vincular aos pressupostos de uma perspectiva dialógica de análise discursiva.

⁶ Jean-Jacques Courtine.

⁷ Eni Orlandi.

⁸ Michel Pêcheux.

⁹ Catherine Fuchs.

disciplina de entremeio, as condições de produção e o processo de pesquisa no escopo do debate sobre discursos racializados¹⁰ (Modesto, 2021) e as modalidades de identificação e; c) exercer uma *escuta discursiva* (Orlandi, 2005) das SDs. Tendo em vista os objetivos traçados, propus a tese de que o construto discursivo da racialização na UFMS emerge como efeito da interpelação ideológica (Pêcheux; Fuchs, 1997) das sujeitas investigadas que se contra-identificam (Pêcheux, 2009) com uma formação social que, no escopo deste trabalho, regula uma FD (Formação Discursiva) patriarcal e racista.

Entre os desafios que a escrita de uma tese apresenta, está a articulação entre perspectivas teóricas com constituição/estruturas distintas, mas que podem se complementar. A AD propõe a análise de processos de produção discursiva, olhando para as condições históricas e sociais que interpelam o sujeito. Já o Feminismo Negro, que surge a partir das experiências e reflexões das mulheres negras, tem como cerne a interseccionalidade para compreender as múltiplas formas de opressão que essas mulheres enfrentam.

A convergência dessas perspectivas exige um esforço interpretativo para que os conceitos que são fundamentais para as duas áreas sejam utilizados de forma adequada. Em outras palavras, trata-se de não simplificar nenhuma delas, já que é com o suporte da teoria que se pode compreender o objeto.

As categorias analíticas gênero e raça nem sempre encontram correspondências dentro da AD. A noção de discurso racializado proposta por Rogério Modesto (2021), e utilizada na tese, é fundamental para compreender de que forma as categorias raciais estão mobilizadas social e discursivamente. Então, a análise de discursos produzidos por mulheres negras em contextos de opressão racial e de gênero demanda uma abordagem que vá além da superfície textual, incluindo uma leitura sensível aos silêncios e das formas de resistência inscritas nos não-ditos.

Por fim, a articulação entre a Análise de Discurso e o Feminismo Negro encontra obstáculos no campo acadêmico, devido às hierarquias epistêmicas que historicamente marginalizaram o saber produzido por mulheres negras. Inserir essa

¹⁰ Trata-se de discursos “[...] constituídos a partir de condições de produção vigentes na formação social brasileira, afetada por condições de produção racializadas” (Modesto, 2021, p. 9). Como, de acordo com Rogério Modesto (2021, p. 9), eles dizem respeito a “[...] funcionamento discursivo que pode ser constituído em diferentes processos de identificação e posições sujeito”, isso justifica meu interesse pelas modalidades de identificação.

perspectiva crítica dentro de uma tradição discursiva consolidada, como a AD, pode ser visto como uma ruptura necessária, mas também desafiante.

Tendo em vista o meu afetamento quanto às mulheres negras, para este estudo, escolhi produzir uma pesquisa de campo. Essa etapa foi realizada no formato de entrevistas semiestruturadas com cinco participantes. Além das professoras que efetivamente participaram, duas não responderam aos e-mails-convite e uma não estava mais no quadro funcional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Além disso, interações aconteceram no decorrer das entrevistas, como um processo natural no contato entre dois ou mais sujeitos.

Um exemplo de interação que surgiu no decorrer da entrevista e fomentou respostas que permitiram uma relação de proximidade entre pesquisador e entrevistada foi sobre a escolha da graduação. Como se verá na análise, embora o estudo fosse direcionado para o espaço acadêmico, em determinado momento, eu quis saber qual o motivo de escolha do curso: *É, desculpa, mas é essa é uma pergunta que me surgiu agora, porque o curso? Por que essa área? Por que que a senhora escolheu o curso?*¹¹. Esse tipo de inquietação possibilitou que algumas das participantes se implicassem mais no processo, minimizando uma característica técnica e mecânica, para a assunção de um modelo mais humano e que respeita as particularidades de cada uma.

A parte da pesquisa de campo foi realizada na Cidade Universitária da UFMS, a qual é atravessada pela forma com a qual as instituições de ensino superior foram instituídas no Brasil. Aqui, as universidades públicas começaram a ser criadas no século XX, enquanto, no restante do mundo, já havia universidades constituídas, a exemplo da Europa (Souza; Miranda; Mansur¹², 2019). Esse atravessamento é resultado do período histórico que possui marcas políticas e culturais ainda em funcionamento. Uma delas é a centralização no Estado que define as políticas públicas, os investimentos e a expansão de cada unidade. Outra característica, ainda remanescente, nas universidades que foram criadas a partir de modelos europeus, é a escolha sistêmica de homens para os casos de direção/reitores. No caso da UFMS, em específico, por estar localizada em uma região com uma das maiores populações de povos originários, seus saberes e histórias ainda não são

¹¹ Nome do curso alterado para preservação da identidade da professora entrevistada, seguindo recomendação do Comitê de Ética e respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados.

¹² Dominique Guimarães de Souza, Jean Carlos Miranda e Lincoln Mansur Coelho.

vistos pelos corredores da universidade (Souza; Miranda; Mansur, 2019). Além disso, o percentual de professoras negras, assim como em outras partes do Brasil, é muito reduzido, conforme exploraremos mais adiante, no capítulo um.

Ao olhar para esse espaço formativo, conforme Figura 1, a seguir, tenho a imagem de um ambiente que fornece amparo e os subsídios necessários para a formação profissional, científica e humana das sujeitas e dos sujeitos que a frequentam, seja a trabalho, seja a estudo¹³:

Figura 1 – Corredor central da UFMS



Disponível em:

<https://correiodoestado.com.br/cidades/ufms-disponibiliza-servico-de-atendimento-psicologico-para-estudantes/428279/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

No espaço acadêmico da universidade focalizada, meu interesse direciona-se a condições de produção específicas: os sentidos relativos às mulheres negras que compõem esse lugar na posição de docentes concursadas. De acordo com Orlandi (2005, p. 30), as condições de produção “[...] compreendem fundamentalmente o sujeito e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso”. Pensar em tais condições, no escopo deste trabalho, é mobilizar vários sentidos que afetam a vida das professoras negras, na Cidade Universitária, os quais podem ir além da

¹³ De acordo com um dos valores da UFMS, o respeito corresponde a “[...] reconhecer as pluralidades das pessoas e dos saberes, os direitos de todos, as normas e os recursos disponíveis, para uma convivência harmônica”. Disponível em: <https://www.ufms.br/missao-visao-e-valores/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

aceitação das diversidades e tocar/afetar aspectos mais densos como o pertencimento, a resistência, o senso de identidade e justiça social, a representatividade e a valorização do saber.

O pertencimento está relacionado ao sentido de reconhecimento e respeito por suas trajetórias acadêmicas e pessoais. Sobre a representatividade, ela está na relação com as(os) acadêmicas(os), ao levarem, para a sala de aula, discussões sobre cotas e outros debates que podem ser lidos como periféricos em uma concepção colonial e colonialista¹⁴ na academia, mas que são de relevância para as turmas de diferentes níveis. Para Sueli Carneiro (2003),

[...] as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho de autodeterminação política, soltaram as suas vozes, brigaram por espaço e representação e se fizeram presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher brasileira hoje¹⁵.

A presença dessas professoras pode contribuir para valorizar epistemologias e saberes que são historicamente marginalizados, com a possibilidade de apresentar para as(os) alunas(os) o rompimento com a proposta pedagógica colonialista e excludente, trazendo conhecimentos que valorizam e respeitam a diversidade cultural, racial e de gênero, como ocorre a partir do feminismo negro, vertente com a qual manterei um diálogo teórico-analítico. No interior dessa epistemologia, professoras negras em instituições de ensino pública ou privada representam a resistência, pois elas rompe(ra)m com as imposições do patriarcado e do racismo¹⁶, segundo Lélia Gonzalez (1984) e Nayhara Almeida Sousa (2021).

¹⁴ O colonialismo, um padrão de poder que tem em seu eixo fundamental a classificação da sociedade de acordo com a ideia de raça. Embora tenha iniciado no processo colonial, tem-se mostrado duradouro e estável, colocando o eurocentrismo como matriz (Quijano, 2005). Segundo Aníbal Quijano (2005, p. 117), “[...] Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante...”. Ainda de acordo com o autor, a colonialidade possui implicações relacionadas à história da América Latina, uma vez que os países que exploraram essa região são todos de origem europeia. Em consequência, a identificação que iniciou com a classificação da raça se intensificou quando houve a falha em tentar explorar os povos originários. Assim, iniciaram a exploração dos negros e perpetuaram a ideia de que a raça dominadora era a dos colonizadores.

¹⁵ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

¹⁶ Aqui, temos uma breve noção do que é o patriarcado, que terá uma discussão maior no capítulo um. O patriarcado é baseado nas relações de dominação masculina econômica, política e cultural. Trata-se de práticas que se estendem aos ambientes familiares e também às empresas, estabelecendo o domínio dos homens em detrimento das mulheres (Gonzalez, 2020). Enquanto o

Historicamente, pode-se dizer que as mulheres negras foram colocadas em segundo plano em relação às mulheres e aos homens brancos. No Brasil, essa prática se sustenta desde o colonialismo, como afirma Dina Maria da Silva (2003, p. 9):

[...] O estudo do universo das mulheres negras em questão passa pelo universo feminino mundial, demonstrando que essa história foi marcada pela relevância secundária da mulher. E com o recorte de gênero e raça, verifica-se que as mulheres negras apresentam uma história distinta do universo feminino em geral, acrescida pela origem e pela cor. Construiu-se assim, uma representação específica para estas mulheres, com simbologia do contexto colonial. Assim sendo, concorda-se que as condições de dificuldades se acirram, somadas às dificuldades financeiras.

No interior dessa “simbologia do contexto colonial” a que se refere Silva (2003), nota-se que, ao falar das questões que afetam as mulheres negras, é comum o recurso a narrativas de limitações para suas condições de manutenção de vida, de forma que, continuamente, são citadas as dificuldades que lhes são destinadas/impostas. Em uma sociedade em que o patriarcado e o racismo ainda são imperativos sociais, o que não se espera é que elas rompam ciclos de limitação e de dependência financeira ou social. Nessas condições, o acesso ao trabalho por meio de concurso público pode ser caracterizado como uma forma de resistência, mesmo diante das barreiras simbólicas que lhes são direcionadas.

O âmbito acadêmico da UFMS, como em outras instituições pelo Brasil, detém a presença significativa de mulher(es) negra(s), sobretudo com vínculos de terceirização, na realização de atividades de manutenção da limpeza e organização, por exemplo. Gonzalez (1984) e Mónica Zoppi-Fontana e Mariana Cestari (2014) destacam a condição vivenciada pela maioria das mulheres negras que a é de ser sempre o “arrimo” físico da família¹⁷, na realização dos chamados *trabalhos negros*.

Enquanto discente(s) dos mais variados cursos, técnicas administrativas, docentes e pesquisadoras, a presença é visivelmente menor. Encontrá-las ocupando a posição de estudante ou a de cargos de estabilidade nesse espaço é um

patriarcado está vinculado à questão de gênero, o racismo é um sistema de opressão estruturado que tem a cor da pele como fator central, mas também inclui os fatores sociais. Nessa linha, Frantz Fanon (2008), na obra *Pele negra, Máscaras brancas*, aborda como o racismo impacta a vida de sujeitos racializados.

¹⁷ Em vários casos, são “arrimo”, mas, em melhores condições sociais, resultados de dedicação, resistência e, por que não, resiliência, já que muitas são destruídas psicologicamente e, mesmo assim, elas se refazem e dão continuidade.

acontecimento tão incomum que o estado da arte traz um compilado de estudos, teses e dissertações, apontando para essa ausência, a exemplo do que explicam Cristiane Barbosa Soares (2020), Carlinda Moreira dos Santos (2012), Taiana Flores de Quadros (2015), Jurema José de Oliveira (2023), Maria Simone Euclides (2017), Maria Clareth Gonçalves Reis (2008) e Dina Maria da Silva (2003).

Cabe destacar que, no curso de mestrado, concluído em 2020, em uma reflexão sobre a quantidade de alunas negras e alunos negros com que nós estudamos em nossa vida, desde o ensino fundamental, passando pelo ensino médio, até chegar ao nível superior, não recordei de muitos colegas negras e negros. Quando aciono essa reflexão sobre quantas professoras negras contribuíram para a minha formação, chego à conclusão breve de que foi apenas uma, no ensino médio.

O artigo das estudantes Eduarda Paz e Paula Appolinario (2021), do curso de Jornalismo da UFSM, publicado na revista ARCO¹⁸, colabora para essa discussão sobre o número de professoras e professores negros em uma instituição localizada no Sul do Brasil, a UFSM. Em números, o estudo explica que, de 1784 docentes no Ensino Superior, apenas 74 são autodeclarados negros¹⁹ (pretos e pardos). O artigo aborda, entre outros temas, a baixa representatividade, algo que vamos problematizar nas análises das SDs (Courtine, 2009).

Apesar de esse baixo índice não minimizar o avanço conquistado nas suas carreiras e as lutas vencidas contra os entraves simbólicos, que se apresentam nas relações estabelecidas, tanto na universidade como nos demais espaços sociais, a inserção no espaço acadêmico é resultado da luta feminina – e feminista, conforme veremos adiante – por respeito e reconhecimento.

O que causa maior preocupação no cenário descrito é o fato de que, mesmo nas condições de concursadas e efetivas, a capacidade dessas professoras era/é questionada, enquanto uma herança imposta desde o colonialismo. Estar em um espaço onde sujeitas são, em sua maioria, brancas, é viver os desafios que se estabelecem nas relações constituídas e construídas no cotidiano. Em alguns casos,

¹⁸ Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/ufsm-docentes-negros>. Acesso em: 6 dez. 2024.

¹⁹ Outra informação que está presente é quanto ao quesito cor, no recorte entre pretos e pardos, apenas 9 professores se declaram pretos, 0,5% do total.

como se verá na análise das entrevistas, realizadas no interior deste trabalho, tais relações são preenchidas de tensões, disputas e afetividades:

[...] Ainda que reconheçamos que para o feminismo negro e para a comunidade negra o conhecimento não é só produzido na academia, o ingresso de estudantes negras e negros, de estudantes de comunidades tradicionais e de camadas populares nas universidades tem alterado as agendas de investigação/pesquisa, uma vez que a maioria d@s estudantes elege temas próximos, muitas vezes relacionados ao próprio cotidiano (Figueiredo, 2020, p. 11).

Conforme defende Angela Figueiredo (2020), a presença de estudantes negras, indígenas e de camadas populares nos espaços acadêmicos promovem uma transformação no conhecimento com um impacto positivo no que se refere às pesquisas produzidas. Com a inserção de temas que estão relacionados aos seus cotidianos e às experiências de vida dessas populações, o escopo acadêmico é descentralizado do aprendizado eurocêntrico. Por exemplo, quando as histórias de resistência negra ou os saberes originários estão em debate na academia, é um avanço, uma vez que, em geral, as populações não brancas são objeto de pesquisa, mas não são as próprias pesquisadoras.

A mudança na estrutura, no entanto, pode ser afetada por barreiras como a falta de recursos para pesquisas e o fomento à promoção de um ambiente acolhedor, pois a incorporação dos novos temas requer a abertura de espaço.

Voltando à inquietação anterior, as condições a que são submetidas as mulheres negras no país, as quais incluem números expressivos de violência doméstica, abandono pelos cônjuges, exploração do corpo e até maus tratos nos atendimentos médicos (Duarte²⁰, 2024) não são casos isolados. De várias formas, suas trajetórias são afetadas e, juntas, suas narrativas só tendem a corroborar o quanto os aspectos da interseccionalidade²¹ simbolizam desigualdades, dadas as questões de raça, gênero e social.

Ciente disso, esta tese de Doutorado, enquanto pesquisa científica, é um instrumento que pode favorecer o encontro com esses discursos e, por conseguinte, analisá-los pode ser uma forma de refutar os mecanismos que reforçam a invisibilidade ou a violação dessas sujeitas que, por uma questões de ordem social,

²⁰ Amanda da Silva Duarte.

²¹ De acordo com Carla Akotirene (2019, p. 47), “[...] A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de operações”.

político-ideológica e estrutural, foram e são excluídas. Na mesma direção que Mônica Zoppi-Fontana (2017, p. 64), “[...] pensamos as identificações de gênero articuladas com outras identificações nos processos de subjetivação, quando vozes/corpos historicamente silenciados ou interditados entram em cena”.

Considerando a urgência por entendermos parte dos silenciamentos ou interditos a que se refere Zoppi-Fontana (2017), a presente proposta se torna relevante, pois “[...] a tensão racial é um problema constitutivo à formação social brasileira, tendo em vista o modo de produção que a domina (Modesto, 2021, p.1). Por ser direcionada a uma reflexão em torno de mulheres autodeclaradas negras, que são professoras concursadas na UFMS, a pesquisa preenche uma lacuna na história na Cidade Universitária, em Campo Grande – MS, uma vez que ainda²² não existem estudos específicos sobre tais sujeitas no cenário recortado.

A partir da demanda por adentrar o que existe de produções a partir do recorte realizado, realizei, em fevereiro de 2022, o chamado processo de levantamento das pesquisas que compõem o meu Estado da Arte. Elas, segundo Norma Sandra de Almeida Ferreira (2002, p. 258), são:

[...] Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões [...]. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

A partir do levantamento bibliográfico realizado, no quadro, a seguir, apresento uma síntese dos resultados. Para elaborá-lo, consultei a Plataforma de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com os termos “docentes negras em universidades”.

²² Uma pesquisa que foi desenvolvida em MS é a dissertação *Trajetórias e identidades de docentes negras na educação superior*, de Oliveira (2020). Trata-se de um trabalho realizado no Estado, porém no campus da Universidade Federal da Grande Dourados.

Quadro 1 – Estado da Arte²³

TÍTULO	INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO	AUTORAS/ES
<i>A trajetória de mulheres negras no contexto de trabalho: um olhar a partir da teoria interseccional</i>	UFRGS	Dissertação	2019	Taís Colling
<i>Interseccionalidade de gênero e raça na docência do ensino superior: representatividade, visibilidade e resistência</i>	UFSM – FURG	Dissertação	2020	Cristiane Barbosa Soares
<i>Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas.</i>	UFC	Tese	2017	Maria Simone Euclides
<i>Mulheres negras e professoras no ensino superior: as histórias de vida que as constituíram</i>	UF	Tese	2008	Maria Clareth Gonçalves Reis
<i>Mulher negra: trajetórias e narrativas da docência universitária em Sorocaba e São Paulo</i>	UNISO	Dissertação	2008	Maria Aparecida dos Santos Crisostomo
<i>Mulheres negras no cotidiano universitário: flores, cores e sentidos plurais</i>	UNISO	Tese	2014	Maria Aparecida dos Santos Crisostomo
<i>Vida de mulheres negras, professoras universitárias na Universidade Federal de Santa Maria</i>	UFSM	Dissertação	2015	Taiana Flores de Quadros
<i>Gênero, raça e classe: discursos de mulheres negras acadêmicas e mulheres negras comunitárias</i>	UNISINOS	Dissertação	2016	Daiane Severo da Silva
<i>Trajetórias e identidades de docentes negras na educação superior</i>	UFGD	Dissertação	2020	Edicleia Lima de Oliveira
<i>Enfrentamentos ao racismo e discriminações na educação superior: experiências de mulheres negras na construção da carreira docente</i>	UFSCar	Tese	2013	Maria de Lourdes Silva
<i>Memória dos professores negros e Negras da Unilab: tecendo saberes e práxis antirracistas</i>	UNINOVE	Tese	2016	Maria Lucia da Silva
<i>Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras</i>	UFBA	Tese	2012	Cláudia Pons Cardoso
<i>Feminismo negro: a luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil</i>	FDV	Dissertação	2016	Ceila Sales de Almeida
<i>Docentes negros: imaginários, territórios e fronteiras no ensino universitário</i>	UFSM	Tese	2014	Isabel Cristina Corrêa Roesch
<i>Mulheres negras: projetos de vida</i>	PUC – SP	Dissertação	2015	Juliana de Souza Ramos

Fonte: elaboração própria.

²³ Os trabalhos relacionados foram pesquisados tanto na plataforma Sucupira como nos sites das instituições.

No Quadro 1, todos os trabalhos fazem diálogo com o tema estudado na tese, principalmente no que diz respeito à relação entre professoras negras e o ensino superior e às práticas racistas.

Cardoso (2012), em sua tese intitulada *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*, faz uma conexão ímpar, na qual apresenta o discurso de 22 ativistas negras que demonstram a complexidade do universo negro feminino. O contato com tais discursividades contribuiu para o amadurecimento em torno de falas como as delas, considerando o meu interesse por analisar as modalidades de identificação de professoras negras na UFMS.

A diferença entre a tese desenvolvida e o estudo realizado por Cardoso (2012) está na materialidade. A referida pesquisa teve como *corpus* os depoimentos de 22 duas mulheres negras e ativistas, que estão em espaços e vivências diferentes, mas que experienciam situações semelhantes. Essas mulheres negras estão em ambientes diferentes da pesquisa de campo desta tese, já que ela se concentra em uma universidade federal, instituição que pode atravessar de modo distinto as sujeitas.

Raça e gênero são, portanto, as condições que perpassam essas mulheres negras e a resistência também. É importante destacar que, embora essas mulheres estejam em espaços distintos (físico e tempo), existe entre elas algo de similar que são as lutas, os enfrentamentos e a necessidade de autoafirmação como uma resposta aos questionamentos sobre a sua capacidade, conforme veremos nas análises no capítulo três. Dadas tais condições, o trabalho estabelece um diálogo com o feminismo negro ao reforçar a sua importância para a compreensão as vivências de mulheres negras dentro e fora de universidade e, ainda, a racialização e a interseccionalidade.

Feminismo negro: a luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil é a dissertação de Almeida (2016), uma análise acerca da militância do feminismo negro no Brasil visando aferir a dimensão da sua luta por reconhecimento diante das imbricações da natureza econômica e cultural das opressões de gênero e raça. Conforme a autora,

[...] Apesar do regime de exclusão e hierarquização racial perpetrado no Brasil, desde a escravidão, os negros sempre reagiram a essas opressões por meio de movimentos sociais organizados. O movimento negro se manifesta por condutas de luta e resistência do

povo negro contra as injustiças praticadas em razão de critérios raciais e no Brasil assumiu variadas formas de atuação a exemplo dos quilombos, associações religiosas e recreativas, movimentos culturais entre outros. Esses movimentos buscaram resgatar o reconhecimento da cidadania e identidade dos negros, violadas pela ideologia do supremacismo branco e do racismo à brasileira (Almeida, 2016, p. 104).

No interior dessa discussão, o que separa as pesquisas é a materialidade utilizada, já que Almeida (2016) faz um recorte sobre a militância do feminismo negro de forma abrangente, realizando um contexto histórico, e esta tese se apoia em analisar discursos produzidos pelas professoras negras, após a pesquisa de campo realizada, conforme afirmei anteriormente.

A contribuição de Almeida (2016) para esta pesquisa está na discussão teórica sobre o feminismo negro enquanto um pensamento que se insere na vida das mulheres negras independentemente da classe social e do espaço que ela transita. Isso porque os efeitos da racialização não estão restritos à posição periférica, e o racismo não tem uma regra de funcionamento: ele incide na vida das mulheres negras em espaços distintos. O importante é registrar que as pautas defendidas pelo feminismo negro se inserem também nos espaços acadêmicos, mesmo para docentes negras em universidades federais, pois as práticas do racismo nem sempre são demarcadas fisicamente, uma vez que podem ser desempenhadas de modo sutil.

Novamente, o que aproxima as sujeitas da pesquisa envolvidas no trabalho de Almeida (2016) e, nesta tese, são as suas formas de resistir. No caso deste estudo, algumas demonstram a resistência por meio da militância, outras por meio do discurso e da prática desenvolvidos na UFMS, possibilidades de sentido que estão disponíveis nas respostas e análises. Os dois estudos buscam fortalecer a luta política contra as formas de violência que afetam as mulheres negras e a sistemática forma de opressão e, por outro lado, analisam como as professoras negras chegam a uma condição social adequada e justa, enquanto fruto da aprovação em concurso.

Na tese *Docentes negros: imaginários, territórios e fronteiras no ensino universitário*, Röesch (2014) traz os depoimentos realizados “por meio da metodologia História Oral”, de três docentes, realizados de forma presencial no ambiente de trabalhos e na residência deles. Sobre o recorte temático, o que mantém semelhança com o que proponho e que irão fomentar o presente estudo

são os discursos dos docentes, entretanto, Röesch (2014) leva em consideração toda a história de vida, enquanto minha proposta está focalizada ao espaço acadêmico. Como resultado, a pesquisa identificou quais são as dimensões simbólicas (Escolarização, Pessoais e Experiência Profissional), que atravessam a vida dos participantes. No caso dela, também é realizada a discussão com os professores homens. Os resultados das pesquisas não se aproximam, pela metodologia utilizada em cada uma delas, diferença entre os sujeitos da pesquisa e análises realizadas, mas possui relevância por apresentar estudo direcionado à professoras e professores negros e suas histórias.

Já a tese *Memória dos professores negros e Negras da Unilab: tecendo saberes e práxis antirracistas*, de Silva (2016), corrobora com este estudo, ao apontar a invisibilidade dos professores negros. Na conclusão, a autora defende que UNILAB deve se manter comprometida e autônoma para dar voz às demandas dos afro-brasileiros, os quais foram silenciados pelo colonialismo, pelo capitalismo e pelo racismo, produzindo críticas ao eurocentrismo e socializando conhecimentos emancipatórios com base em epistemologias descolonizadoras. Como é possível notar desde o título da produção, a pesquisa mencionada não direciona suas análises às professoras negras, o que distancia os nossos estudos. A metodologia de coleta de dados foi o uso de entrevistas realizadas com seis professores que compõem o *corpus*, com três professoras (duas brasileiras e uma africana) e três homens (um brasileiro e um africano). Quanto ao resultado, Silva (2016) afirma que, pelo programa de cotas sociais e raciais, a presença de acadêmicos negros e o incentivo de professores no ensino superior alteram o espaço acadêmico, não só pela questão racial, mas levando em consideração também a possibilidade de novos conhecimentos.

Em *Mulheres negras: projetos de vida*, Ramos (2015) faz uma contextualização do universo feminino negro, apontando como a mulher negra se reinventa ao longo das gerações. O estudo é fundamental, pois apresenta como as mulheres negras estão expandindo o seu universo no que corresponde ao grau de conhecimento e mantendo a luta por melhores condições de vida. O estudo se concentrou em analisar três gerações de mulheres, avós, mães e filhas, em Diadema – SP, com objetivo de percorrer as histórias comparando as trajetórias considerando vários aspectos, entre eles a noção de resiliência, reorganização e

ressignificação como estratégias de transformação social. Foram elencadas quarenta e três mulheres que se autodeclararam negras em uma pesquisa prévia através da rede social Facebook.

A diferença entre as pesquisas está na forma como as trajetórias das mulheres foram analisadas. No trabalho de Juliana de Sousa Ramos (2015), ela perpassa o percurso histórico das mulheres que ainda estão vinculadas pelos laços familiares e com histórias ainda em construção. O *corpus* desta tese está concentrado no espaço acadêmico considerando a trajetória das participantes nesta etapa profissional. Nesse processo, em alguns momentos, os fatores familiares surgem, inclusive nas análises, mas não com a mesma abrangência que a dissertação. Entre os resultados do estudo, está a afirmação de que as mulheres que participaram da pesquisa estão em vantagens em relação aos homens negro, levando em consideração as condições sociais e profissionais, isto porque, elas avançaram de uma geração para a outra, das avós que trabalhavam como empregadas domésticas para as netas que estão no ensino superior.

Euclides (2017), em sua tese *Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas*, denuncia as múltiplas facetas nas quais o racismo, o preconceito e a discriminação racial transversalizam as trajetórias profissionais, quer seja no âmbito institucional, quer seja nas relações interpessoais. Ficou destacado, nesse estudo, que o Brasil está longe de entender o espaço da mulher negra. A afirmação acontece dadas as condições sociais e históricas marcadas pela exclusão e falta de representatividade, exclusão das mulheres negras de espaços de poder, visibilidade e reconhecimento, reforçando estereótipos que as restringem a papéis subalternos ou as invisibilizam em narrativas hegemônicas. Os estudos se aproximam na escolha do *corpus* das pesquisas com nove professoras autodeclaradas negras que atuam no ensino superior. Embora os resultados sejam de que as participantes tenham suas vidas transformadas pela educação e também pela posição de docente no ensino, por outro lado, emerge a denúncia de “[...] múltiplas facetas nas quais o racismo, preconceito e a discriminação racial transversalizam as trajetórias profissionais, quer seja no âmbito institucional, quer seja nas relações interpessoais” (Euclides, 2017, p. 8). As diferenças estão nos resultados, uma vez que, na UFMS, não foram caracterizadas tais práticas por parte da instituição, embora as participantes questionem a ausência

de políticas institucionais voltadas para as discussões de gênero, raça e racialidade. Em comum, os dois trabalhos apontam para a ausência de políticas institucionais em favor das discussões de gênero e raça, configurando assim um distanciamento com tais temáticas.

Reis (2008), em *Trajetórias de mulheres negras, professoras que atuam no ensino superior*, as histórias de vida que as constituíram, produz uma tese que traz pontos de muita semelhança com o que estabeleço neste trabalho. Entre eles, a escolha por delimitar o *corpus* com mulheres autodeclaradas negras, docentes no ensino superior e também a metodologia de pesquisa, com entrevistas semiestruturadas e considerando a historicidade narrativa delas. A diferença nos estudos está no fato de que não inseri no questionário perguntas para que a presença dos antepassados das participantes fosse marcada, mas, quando são citados por elas, são mencionados de acordo com a análise mobilizada. A autora descreve com propriedade o deslocamento da mulher negra, isto é, a complexidade de ela se empoderar, assumindo seu lugar de fala.

A pesquisa desenvolvida e defendida por Reis (2008) destaca a perspectiva narrativa, colocando como centrais as histórias de vida das docentes negras. Minha pesquisa, entretanto, concentra-se nas modalidades de identificação racializadas e nos discursos de resistência. Nesse sentido, busco compreender não apenas os processos de construção identitária dessas mulheres negras, mas também os modos como os discursos que elas produzem e mobilizam constroem resistência em uma instituição onde raça e gênero não são temas centrais.

O trabalho de Colling (2019), *A trajetória de mulheres negras no contexto de trabalho*: um olhar a partir da teoria interseccional, estabelece uma relação com a minha pesquisa no sentido de olhar para a interseccionalidade como um atravessador da vida das mulheres, que não se restringe ao espaço acadêmico. A pesquisa exploratória realizada pela autora analisa a situação de três mulheres em espaços de trabalho diferentes da região Sul do país, em um estado com maioria da população branca. Os estudos divergem nas áreas de atuação e nos instrumentos de análise: aqui optamos pelo discurso, enquanto, na dissertação de Colling (2019), é reconstituído o percurso profissional e a construção das carreiras considerando as denominações de que mulheres negras são inferiores e que não têm capacidade para trabalhos técnicos.

Em *Interseccionalidade de gênero e raça na docência do ensino superior*: representatividade, visibilidade e resistência, Soares (2020) discute como o percurso das professoras negras acontece na universidade, a partir de um estudo bibliográfico com documentos, apontando que: a) inicialmente, apenas homens e mulheres brancas tinham acesso às universidades; b) depois, vieram homens negros; e c) por fim, entraram as mulheres negras. Afinados em certa medida, os estudos se concentram no percurso das professoras negras, destacando-se, na dissertação de Soares (2020), a discussão acerca da Lei nº 990/2014, que estipula as cotas raciais para os concursos públicos.

Crisostomo (2008), em seu turno, apresenta, na dissertação *Mulher negra*: trajetórias e narrativas da docência universitária em Sorocaba – São Paulo, um estudo que tomou como lócus de pesquisa universidades particulares no período de 2000 a 2007, investigando a vida de professoras e articulando três áreas: gênero, raça e educação. O que aproxima as duas pesquisas, portanto, é a especificidade temática e o recorte teórico da noção de interseccionalidade para a compreensão da resistência das sujeitas. Em contrapartida, a autora se utiliza do método quantitativo e a partir dos dados. Como resultado, afirma a condição de exclusão de três mulheres negras que também são professoras.

Vida de mulheres negras, professoras universitárias na Universidade Federal de Santa Maria (RS), de Quadros (2015), traz um percurso histórico em torno de professoras negras de Santa Maria – RS. No trabalho, discute-se que a trajetória das professoras negras se encontra com condições de desigualdades diante dos demais colegas. A autora explica, ainda, como se dá a experiência ou não do racismo no âmbito educacional (Quadros, 2015). Então, o ponto de encontro com a tese que escrevo está nas condições das professoras diante da instituição de ensino que, segundo as participantes, não desenvolve políticas de combate ao racismo e reproduz as mesmas práticas em mais de uma universidade.

Gênero, raça e classe: discursos de mulheres negras acadêmicas e mulheres negras comunitárias, de Silva (2016), também é uma pesquisa que contribui para a elaboração deste estudo. Embora a investigação tenha abordado as mulheres negras em condições diferentes, sendo a universidade uma delas e a comunidade outra, a intersecção é um fator comum, e, pelo estudo, ela encontra subsídios para afirmar que existem diferenças e semelhanças entre essas mulheres. Além do

instrumento de coleta de dados, a entrevista, outro ponto que aproxima os estudos são os teóricos, já que, no recorte, problematiza-se a mesma informação sobre as dificuldades nos espaços acadêmicos. Conforme o relato das participantes, com a entrada na instituição, elas conseguem uma posição social melhor, superando situações de vulnerabilidade.

Mulheres negras no cotidiano universitário: flores, cores e sentidos plurais, de Crisostomo (2014), é uma tese em que a pesquisa foi realizada com o uso de entrevistas pré-estruturadas, mas sem o recurso da gravação para que as participantes pudessem contribuir de forma espontânea. A entrevista procurou conhecer como foi o convívio dessas mulheres negras originárias de famílias pobres e em um espaço que é seletivo. O estudo constatou que os discursos históricos sobre a capacidade das mulheres interferem na vida delas, naturalizando os sentidos sobre a baixa frequência feminina nesses espaços. Em comum, temos o processo de entrevistas, porém, no meu caso, optei por gravações por vídeo chamadas, que depois foram transcritas e, a partir dos enunciados, construir o *corpus* para realizar as análises, mantendo o princípio ético de preservar a voz das participantes.

Em *Trajetórias e identidades de docentes negras na educação superior*, Oliveira (2020) realizou coleta de dados e entrevistas semi-estruturadas em cinco universidades federais da região Centro-Oeste. Para a seleção das participantes, utilizou o critério de que elas se autodeclararam como negras, o mesmo que utilizei nesta tese.. A constituição do *corpus* das pesquisas é diferente: a autora optou pelo questionário, já, para a tese que escrevo, escolhi trabalhar com entrevistas. Em comum, pode-se destacar os resultados, já que, em ambos os estudos, as professoras contribuem afirmando que as IES ainda não se prepararam para terem a presença de mulheres negras.

Em *Enfrentamento ao racismo e discriminações na educação superior: experiências de mulheres negras na construção da carreira docente*, Silva (2013) leva em consideração a posição político-discursiva de quatro mulheres negras professoras. De acordo com Silva (2013), ao assumir sua identidade, um sujeito está assumindo uma posição que pode afetar a forma como será tratado no espaço que se encontra ou atua. O formato de entrevista, citado como conversas longas, é o instrumento de materialização dos discursos das professoras negras participantes. O

que difere nas duas pesquisas é que, embora as docentes negras constituam suas posições racializadas, não descrevem práticas de preconceitos e desrespeito pelos colegas ou pela instituição.

Observadas as especificidades do que se assemelha e do que se diferencia na presente proposta, em relação às investigações citadas como Estado da Arte, cabe salientar que, por se tratar de discursos como objeto de análise, recorro à Análise do Discurso de linha francesa e materialista, proposta por Michel Pêcheux, como perspectiva teórica, e o faço em diálogo com o Feminismo Negro e demais perspectivas que fomentem reflexões sobre gênero e raça. No bojo do arcabouço epistemológico, assumo que o construto discursivo da racialização emerge como efeito da interpelação ideológica (Pêcheux; Fuchs, 1997) das sujeitas investigadas. Tal concepção norteia a conjectura da seguinte pergunta: “Como se constituem as modalidades de identificação racializada nas respostas de professoras autodeclaradas negras, ao falar de suas trajetórias acadêmicas na UFMS?”.

Por se tratar de discursos a serem analisados, a metodologia que mais se aproxima do objetivo proposto é a pesquisa de base qualitativa, orientada pelos pressupostos da AD francesa que são, ao mesmo tempo, teóricos e metodológicos:

[...] Resulta, então, que a construção desse dispositivo altera a posição do leitor para outra posição enquanto lugar construído pelo analista. Esse deslocamento – posição do sujeito/posição do analista – mostra a alteridade do cientista, ou seja, a leitura outra que ele pode produzir pelo dispositivo (Orlandi, 2012, p. 83).

Trata-se, então, de uma construção capaz de mediar a realização dos processos de descrição e interpretação que dão a base do chamado dispositivo analítico. Esse primeiro dispositivo se sustenta “[...] em princípios gerais da Análise de Discurso [...] com seus conceitos e métodos. Ele se mantém inalterado, segundo a teoria do discurso, na construção dos diferentes dispositivos analíticos” (Orlandi, 2010, p. 28). Da arquitetura teórica e metodológica, as respostas, obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, são a base para que se construa uma sequência discursivas históricas como as que foram analisadas.

No manuseio dessa base, toda interpretação empreendida, “[...] que só é levada em conta em relação aos métodos, passa a ser considerada como um movimento no objeto [...] a interpretação do analista (metodológica) tem de ler em conta o movimento de interpretação inscrita no próprio sujeito do discurso” (Orlandi,

2012, p. 83). A escolha pelo método se insere, ainda, na oportunidade de se trabalhar com discursos produzidos pelas sujeitas, indo além do que está sendo respondido, perpassando as memórias discursivas e adentrando, quando for o caso, os silenciamentos referentes a cada condição de produção.

Do ponto de vista organizacional, a tese divide-se em três capítulos. No primeiro deles, intitulado *Interseccionalidades: das tensões raciais ao combate ao patriarcado*, no cruzamento com o caráter interseccional da problemática, realizo o tratamento não discursivo sobre a noção de resistência, a partir de algumas tensões raciais comuns à academia. Depois, adentro a discussão sobre tensões raciais na trilha das contribuições em torno do feminismo negro e, por fim, verso sobre democracia racial e a opressão sexista, desenvolvendo em um debate sobre o combate ao patriarcado.

No segundo capítulo, *Arquivo, racialização e(m) pesquisa discursiva*, faço a imersão na heterogeneidade dos objetos envolvidos, discutindo os pressupostos da AD materialista e apresentando as condições de produção do objeto que são cotejadas, principalmente sob o prisma das políticas públicas, da legislação em vigor e da imersão em sentidos universidade no Brasil contemporâneo.

Em relação ao terceiro e último capítulo, intitulado *Escuta discursiva, trajetória docente e(m) sensibilidades epistêmicas*, explico os movimentos de *montagem do arquivo discursivo*, com destaque para a criação das perguntas, a realização das entrevistas e o recorte das recorrências encontradas como *corpus*. Na promoção dos *gestos de interpretação* das SDs, os processos de descrição e de interpretação levam em conta o lugar de masculinidade negra ocupado, a historicidade e a recorrência com que irrompe ou não determinada modalidade de identificação na trajetória de cada docente entrevistada.

1 INTERSECCIONALIDADES: DAS TENSÕES RACIAIS AO COMBATE AO PATRIARCADO

1.1 Considerações preliminares

Para analisar a trajetória de mulheres negras na posição de docentes no ensino superior na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, neste capítulo, focalizo o papel do conceito de interseccionalidade (Akotirene, 2019) para a tessitura de reflexões em torno da noção de resistência no que diz respeito às tensões raciais enfrentada por professoras negras na vida acadêmica. Em seguida, adentrando a discussão sobre patriarcado, o que se propõe é estabelecer uma relação com o feminismo negro (Carneiro, 2001, 2005; Ribeiro, 2018). Depois, no que se refere ao funcionamento do patriarcado e à necessidade de combatê-lo, situo algumas reflexões sobre esse movimento das mulheres e as condições de produção cuja história e cujo percurso não têm uma definição de data fechada, mas que, por outro lado, está entre as muitas palavras que possuem uma característica fugidia e que fazem parte da história.

1.2 A interseccionalidade e o efeito na vida das mulheres negras

[...] Eu acredito que o feminismo negro seja um espaço em que as mulheres negras possam discutir suas questões. E que nenhum outro movimento vai ser capaz de fazer isso, de abrir esse debate, de ter esse espaço para a gente discutir. Por exemplo, quando a gente fala dessa dinâmica de trabalho em que a mulher negra ganha menos que todo mundo: ganha menos que um cara negro, ganha menos que uma mina branca, que um cara branco. Quando a gente fala dessas questões, por exemplo, isso pode parecer muito radical no feminismo branco. Porque isso parece que é um conto sabe? 'Falam que a mulher negra ganha menos...' Não cara! A gente sabe que a gente ganha menos! Então a gente quer discutir isso. E a gente quer discutir outras questões: Quem são as mulheres que mais sofrem violência? Isso é estatístico. Quem são vocês? Quem são as mulheres que mais sofrem violência doméstica? As mulheres que mais morrem? Não são as mulheres brancas! E tocar em todo esse assunto fere o privilégio das mulheres brancas. Por isso, não tem como não falar que eu não me sinto representada pelo feminismo branco. Porque a gente não

está em pé de igualdade. A gente precisa desse nosso espaço. Se formos colocar todas as questões de raça, a parada do racismo, isso mexe com o privilégio da mina branca que está ali discutindo. A gente sempre vai parecer mais radical. Mas é claro que a gente vai parecer mais radical. Como é que a gente não vai ser radical? Com todos os cenários que a gente vive, com toda essa coisa que a gente enfrenta? Além de ser mulher. Tem a questão da raça. Tem o preconceito. tem as coisas do dia-a-dia. E eu volto nesta questão que o feminismo negro seja isso mesmo. Esse espaço que as mulheres negras elas possam discutir as suas questões específicas. E eu não acho que é uma coisa de segregar. Eu acho que é uma especificidade dentro feminismo. Não é que estamos segregando. Compartilhamos de muitas outras questões com as mulheres brancas, mas ao mesmo tempo, também somos diferentes em muitas outras questões (Célia, estudante de Jornalismo) (Sousa, 2021, p. 72).

Embora a epígrafe seja extensa, já que, se adaptada, ela perde parte do sentido ou ainda, perde o contexto em que está posto, sua presença, aqui, remete às diversas formas de violências que as mulheres sofrem em seus percursos, o que me permite avançar para um conceito que foi apresentado, em 1980, pela professora norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw: o de interseccionalidade.

Nesta tese, tomo como suporte teórico para falar de interseccionalidade os pensamentos da Dr.^a Carla Akotirene (2019), na obra com o mesmo título: *Interseccionalidade*. A noção de interseccionalidade exerce um impacto profundo e multifacetado na vida das mulheres negras, uma vez que essa abordagem reconhece que as mulheres não enfrentam apenas uma, mas, sim, múltiplas formas de opressão e discriminação que se desenvolvem simultaneamente. O fenômeno ocorre devido à interseção complexa entre sua identidade de gênero e raça.

Trata-se de uma perspectiva que reconhece a complexidade das identidades humanas e das opressões que as pessoas enfrentam (Akotirene, 2019). A autora enfatiza a interação entre diferentes sistemas de opressão, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, habilidades físicas, entre outros, discutindo eles se sobrepõem e se entrelaçam na vida das pessoas.

Akotirene (2019) argumenta que não podemos entender plenamente as experiências das pessoas, simplesmente, olhando para um único aspecto de sua identidade. Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar discriminação de gênero,

racismo e, possivelmente, outras formas de opressão, e essas experiências se interconectam para moldar sua vida de maneira única. Segundo a autora,

[...] A interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude, neste caso, as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de Outros (Akotirene, 2019, p. 47).

A interseccionalidade desempenha, portanto, um papel fundamental na promoção da justiça e da equidade ao enfatizar a importância desse ouvir atentamente mulheres negras que enfrentam múltiplos modos de opressão e discriminação. Essa abordagem reconhece que as experiências de uma pessoa são profundamente moldadas pelas complexas interações entre várias dimensões de sua existência.

Assim, a interseccionalidade destaca a diversidade de experiências e perspectivas que existem dentro de grupos historicamente marginalizados. Por exemplo, reconhece que as experiências de uma mulher negra podem ser significativamente diferentes das experiências de uma mulher branca, mesmo que ambas sigam enfrentando semelhantes desafios relacionados às questões de gênero. Essa distinção decorre do impacto adicional do racismo na vida das mulheres negras, que pode se manifestar de várias maneiras, desde a discriminação no local de trabalho até o acesso desigual à educação e à saúde, como sigo afirmando desde o início.

Além disso, por assumir essa dimensão, a interseccionalidade promove o respeito e a empatia entre grupos diversos, fortalecendo os laços de solidariedade e colaboração na luta por igualdade. A interseccionalidade nos faz pensar que a justiça social não pode ser alcançada por meio de uma abordagem única que ignore as realidades distintas de cada pessoa, mas por meio do reconhecimento e da valorização de todas as vozes e experiências.

Iniciei este tópico abordando a definição de interseccionalidade e como a vida das mulheres negras são afetadas de maneiras distintas em relação às mulheres não negras. Quando uma mulher negra é vítima de violência, temos que estender e entender qual a motivação de tal violência. Isso não irá resolver ou amenizar os impactos de tais agressões, mas irá responder se, em muitas situações, a agressão se dá pelo fato de pura e simplesmente se tratar de uma mulher. Se for uma mulher

negra, os atos de agressão são ampliados, tendo a participação de outras mulheres em algumas situações e, em outras, o silenciamento de testemunhas que, mesmo diante de casos explícitos de violência, optam pela omissão²⁴.

Tomando por base a maneira como a interseccionalidade perfaz os desafios enfrentados por mulheres negras, para construir uma tese que se propõe a analisar a trajetória dessas mulheres, na posição de docentes no ensino superior, antes foi preciso compreender que ser mulher negra, em alguns lugares do mundo, é sinônimo de resistência. Essa resistência está no movimento que elas fazem quando rompem com o imaginário coletivo e vão contra os ditos populares e as frases machistas que as apontam como limitadas fisicamente ou como sujeitos que servem apenas para as tarefas do lar e para a satisfação dos desejos e das necessidades masculinas.

Uma definição de resistência, em uma busca simples em qualquer dicionário online, por exemplo, pode obter como resultados sentidos estabilizados conduzidos à interpretação de que apenas materiais físicos e inorgânicos possuem a “resistência” que ali está posta. O mesmo verbete hipotético pode produzir outros efeitos quando é considerado/comparado ao fator humano presente nas relações – que são estabelecidas desde o nascimento, passando pelas fases que constituem as crianças até a formação do sujeito consciente de si, inserido nas constituições familiares, sociais e profissionais. Para Pêcheux (2014), a resistência está nos discursos e na formação ideológica dos sujeitos e, também, na oposição demonstrada por quem quer que seja identificado como dominado perante quem o controle. A esse respeito, o autor explica que “[...] não é somente resistir, é ousar resistir e se revoltar” (Pêcheux, 2014, p. 281).

Quando as relações entre sujeitos são estabelecidas sem equidade/paridade ou equilíbrio, o sentido de domínio pode se fazer presente por uma das partes. Manifestar e agir contra quem tem ou detém o poder configura-se, então, enquanto um ato de resistência. São, portanto, resistências às formas e aos sentidos de impedimentos, contra restrições, controles e subjugações a que são condenadas e expostas em seu percurso de vida, sem falar, ainda, de todas as violências e todos

²⁴ Como publicado na matéria disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/nao-intervir-em-casos-de-violencia-domestica-pode-ser-crime-e-ntenda,b9d7912bc265655e7fa6f5293974d13axjtikg6f.htm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

os julgamentos que são praticados contra essas mulheres – sejam atos físicos, sejam psicológicos.

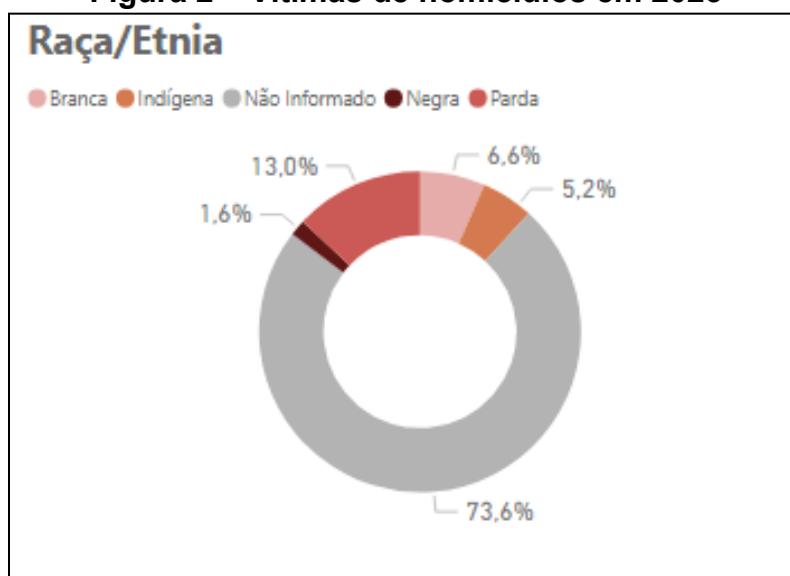
Para que se compreenda o alcance da palavra resistência para as mulheres em Mato Grosso do Sul e, precisamente, em Campo Grande, lembro que, no ano de 2015, houve uma alteração no artigo 121 do Código Penal, a partir do Decreto-Lei número 2.848, de 7 de dezembro de 1940, incluindo a previsão de *feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio* (Brasil, 2015, grifo meu), classificando, assim, o ato como um crime hediondo, o qual não permite fiança ou liberdade provisória. Tortura, terrorismo, estupro, atentado violento ao pudor e latrocínio estão entre os crimes qualificados como hediondos, dada a sua brutalidade, colocando, em lados opostos, vítimas, na maioria das vezes, mais expostas, e, do outro, criminosos que se aproveitam da condição física e financeira e da posição social para cometer os crimes.

Tomo, como apoio para esta passagem, os dados disponíveis no Dossiê Feminicídio²⁵. Criado pelo Ministério Público de Mato Grosso do Sul, o levantamento apresenta informações, atualizadas diariamente, sobre esse tipo de crime. Os números apresentados pelo dossiê são sensíveis e permitem uma breve análise sobre as condições que permeiam a vida das mulheres do município. Quando observamos o gráfico que faz o recorte de raça/etnia, é visível a falta de dados nos registros de crimes cometidos, como se as vítimas não pudessem ser identificadas. Isso porque, em 73,6% dos casos, não existem informações sobre racialidade, conforme se pode ver na Figura 2, a seguir:

²⁵

Disponível em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaZTcxODY5YmItMmE0ZC00NGRhLWFmNWMTYTA5MTZkOTZmNzJkIiwidCI6ImU4OTQ5ZDFkLTM1ZDgtNGZkMi05Mzk1LWE2YjZlZTFmYzFmNSJ9>. Acesso em: 14 maio 2024.

Figura 2 – Vítimas de homicídios em 2023



Fonte: <http://www.mpms.mp.br/dossiefeminicidio>. Acesso em: 13 nov. 2023.

O mesmo gráfico, que apresenta um intervalo cinza para a descrição da falta de dados, serve também para uma problematização quanto ao fato de as mulheres negras e pardas estarem em maior número. Segundo o gráfico anterior (Figura 2), somados os casos de feminicídio cometidos contra mulheres pardas e negras, tem-se 14,6% do total. Então, entre os dados informados, 1,6% das vítimas são negras e 13% pardas, de modo que é possível constatar que essas são as maiores vítimas de crimes cometidos contra as mulheres.

O estudo produzido por Berro, Gonçalves e Nicodemos (2022) aponta que o número de mulheres negras vítimas de homicídios é consideravelmente maior. Infelizmente, elas estão em primeiro lugar em um ranking cuja representação não é positiva. Ainda, os números aumentam quando consideramos os homicídios praticados contra mulheres negras – 2% entre 2009 e 2019. Em contrapartida, em relação às mulheres não negras, esse número reduziu 26,9% no mesmo período.

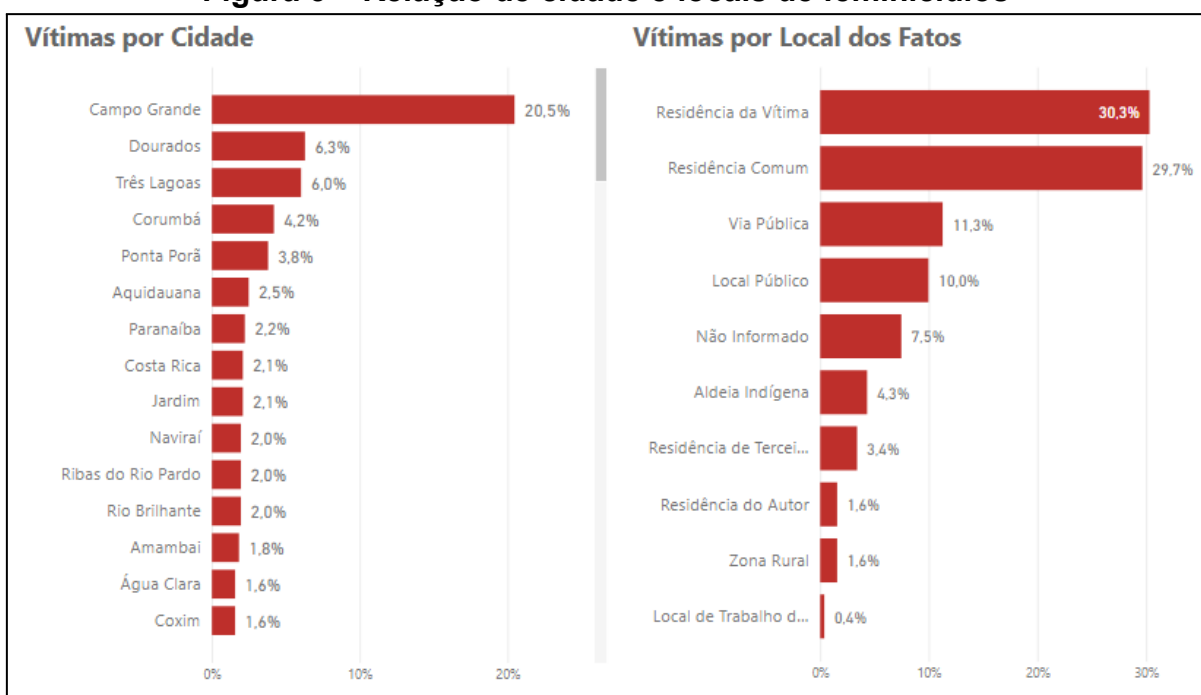
Embora a pesquisa tenha como objetivo analisar o percurso das docentes negras em uma instituição federal de ensino superior, existem questões, como a do feminicídio, por exemplo, que são sensíveis a essas mulheres e precisam ser apontadas para que se possa discutir sobre o seu efeito no percurso delas. Os dados são relevantes para o pesquisador e para esta tese, já que, na ausência de números, muitos outros casos de homicídios ou feminicídios podem ter acontecido, tendo as mulheres negras como vítimas, o que elevaria os números para uma outra

escala ainda mais discrepante. Isso porque o silêncio presente nos 73,6% torna invisível a história das mulheres vitimadas.

Ressalvo que, neste caso, busco, como pesquisador, apontar que existe uma lacuna nas informações e que, pelos mesmos dados já coletados, o número de mulheres negras mortas e não identificadas pode ser ainda maior, sustentando a hipótese inicial de que, em Campo Grande – MS, para as mulheres negras, é um ato de sobrevivência estar viva, diante de tantos casos relatados e outros silenciados.

De acordo com o documento²⁶, 20,5% de 762 feminicídios foram cometidos no município, que maior índice desse tipo de crime no Mato Grosso do Sul. Na capital, o crime acontece com três vezes mais frequência do que em Dourados, a segunda cidade com mais assassinatos de mulheres no Estado – que apresenta 6,3% dos casos. Na Figura 3, a seguir, é possível perceber a relação de cidades e de locais em que o feminicídio é cometido:

Figura 3 – Relação de cidade e locais de feminicídios



Fonte: <http://www.mpms.mp.br/dossiefeminicidio>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Conforme aponta o gráfico, o lar ou a casa, que deveria ser o porto seguro para muitas mulheres, é o espaço onde elas são mais vitimadas e têm suas vidas interrompidas, já que 30,3% dos locais onde ocorrem os fatos, como aponta o dossiê, é a residência da própria vítima. Tal fator pode levar à interpretação de que,

²⁶ Disponível por meio do link: <http://www.mpms.mp.br/dossiefeminicidio>. Acesso em: 13 nov. 2023.

entre vítima e assassino, não havia mais relação, já que existe outra identificação denominada como “residência comum”. Em todas as situações, quem comete o crime é um homem.

Com apoio dos dados apresentados, estamos em um estado que não apresenta redução de vítimas de feminicídios. Campanhas de vários segmentos como televisão, rádios e redes sociais atuam constantemente para coibir esse tipo de crime, porém elas não são suficientes para permitir que muitas mulheres desenvolvam suas carreiras e vidas em segurança e liberdade.

A resistência de mulheres negras pode acontecer de várias formas, seja nas relações familiares, seja nas relações conjugais. Nessa última condição, além de serem subjugadas, as mulheres têm suas vidas interrompidas, como discorri nos parágrafos anteriores, quando citei a resistência para as mulheres negras em Campo Grande – MS e apresentei dados produzidos pelo Dossiê da Violência pelo MPMS.

Quanto aos espaços de trabalho, mulheres recebem menos que os homens. Ainda, mulheres negras recebem menos que as mulheres brancas, mesmo que a condição profissional seja superior aos demais “colegas de trabalho”. Tal constatação está presente no documento DIEESE: Relação Homens Mulheres e Trabalho (Instituto Ethos, 2024). A resistência para as mulheres negras está também relacionada ao patriarcado. Jurema Werneck e Nilza Iraci (2016, p. 11) conceituam o termo “racismo patriarcal” para examinar como as dinâmicas de hierarquização racial existentes estão intrinsecamente associadas a relações patriarcais:

[...] Assim, o racismo patriarcal heteronormativo é um modo de definir o racismo atuante no Brasil e seus modos de atuação diferenciada a partir do sexismo e das fobias LGBT. O conceito permite chamar atenção para os diferentes processos que atuam na produção da subordinação de indivíduos e grupos, jogando luz ao fenômeno denominado de interseccionalidade. Sob o racismo patriarcal heteronormativo, processos de subordinação, violência e inferiorização das pessoas negras adquire ferramentas que atingem de forma específica todas as que se situam em posições femininas dentro do espectro das identidades de gênero.

Desse modo, as dinâmicas racializadas não acontecem de forma isolada: elas estão em constante movimentação nas relações sociais, profissionais e familiares. O conceito destaca, ainda, que as práticas racistas se tornam complexas e vão se sofisticando ao inserir elementos como sexismo e homofobia, operando para ampliar

a subordinação e a violência. A interseccionalidade é percebida como um eixo central em que as várias práticas de opressão convergem para estruturar e manter as experiências de inferiorização.

O patriarcalismo/patriarcado possui outras variações da palavra, mas que produzem efeitos de sentido similares. O substantivo masculino “patriarca”, por exemplo, está relacionado “ao homem que governa a família, tribo, clã etc”. Nessa concepção, o homem concentra o poder em suas mãos direcionando, controlando e governando inclusive as famílias.

Por estarem com o controle da família, homens mantêm a crença de que tudo que estiver sob seu comando lhe pertence e deve ser conduzido conforme suas vontades e entendimento moral ou ético. As mulheres negras e não negras sofrem as piores consequências dessa subjugação, privação e violência, já que o patriarcalismo está presente nas relações de pai-filho, pai-filhas, homem-mulher, irmãos-irmãs.

Outro aspecto do patriarcado é que, em seu sistema, ele fomenta a exclusão. Em tal domínio, estão homens brancos na posição de controle. Enquanto consequência disso, outros homens, não brancos, têm restrições a essa posição, por isso são poucos os homens negros em posição de chefia nas empresas e em espaços públicos – esse cenário não muda. A problemática estrutural afeta, também, as mulheres não negras.

Dito isso, questiono: de que forma essa relação patriarcal se configura nas instituições? Lanço essa pergunta com o objetivo de contextualizar e materializar as condições do espaço acadêmico onde esta tese se desenvolve. Na Faculdade de Artes Letras e Comunicação (FAALC), por exemplo, mantém-se, no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, a que me vínculo, vinte e oito profissionais contabilizados como docentes²⁷. Desses, são quinze mulheres e treze homens, porém a Figura 4, a seguir, não representa tais números:

²⁷ Números de janeiro de 2024, obtidos por meio de correio eletrônico.

Figura 4 – VII Seminário Internacional de Estudos de Linguagens e XXV Semana de Letras – 2024



Fonte: divulgação perfil siel_semanadeletras2024 (Instagram).

Em novembro de 2024, os cursos de graduação em Letras e os cursos de Mestrado e Doutorado em Estudos de Linguagens realizaram o Seminário Internacional de Estudos de Linguagens (SIEL) e a XXV Semana de Letras. A mesa é composta por duas mulheres, uma delas negra, e, como se vê na Figura 4, os demais são homens. Assim, mesmo com um departamento com maioria feminina, elas estão em minoria na imagem.

A presença masculina, em grande parte dos cargos de chefia dentro das instituições, é o reflexo do patriarcado. Uma vez que existe a maioria de mulheres dentro das estruturas como professoras, surge a dúvida: por que elas não estão na composição de diretorias das universidades, das faculdades ou, então, como estão constituídas as estruturas acadêmicas de forma que não temos registros na história de continuidade de reitoras mulheres nas universidades?

Em mais de quarenta e nove anos de transição entre reitores, a UFMS teve somente uma reitora mulher, entre 2008 e 2016, com o mandato da Professora Célia Maria Silva Correa Oliveira – mais uma constatação de que o sistema educacional, assim como outras estruturas, é dominado pelo patriarcado. Esta tese é defendida durante o período de gestão da segunda reitora da história da UFMS. Camila Ítavo

tomou posse em 28 de outubro de 2024. Antes disso, era Vice-Reitora²⁸ na gestão de Marcelo Turine, que esteve à frente da UFMS de 2016 até 2024, por dois mandatos. Retomando a formulação já trazida sobre a estrutura da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, onde a presença masculina é dominante, no Ministério da Educação, ela é unânime. A única mulher a ocupar o cargo foi no período da Ditadura Militar no Brasil, Esther de Figueiredo Ferraz, que ficou de agosto de 1982 até março de 1985.

Embora o percurso das mulheres ainda seja marcado por exclusão, dificuldades de acesso, barreiras simbólicas e outras restrições de acesso profissional, em 2023, no governo do então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, treze mulheres ocupam a posição de ministras nas diversas pastas, sendo duas delas de Mato Grosso do Sul: Simone Tebet, Ministra do Planejamento, e Cida Gonçalves, no Ministério das Mulheres.

Os demais ministérios são tão relevantes para a representação da potência feminina quanto os mencionados. Vale ressaltar que também temos a presença da Ministra da Igualdade Racial, Anielle Francisco da Silva, conhecida como Anielle Franco, irmã da vereadora Marielle Franco, assassinada em março de 2018, no Rio de Janeiro. A formação acadêmica da então ministra garante a ela todas as possibilidades de estar na posição que foi nomeada no atual governo, já, em outros, seu nome nem sequer fora mencionado, embora tenha capacidade para tal.

Além da Anielle Franco, temos, no Ministério da Cultura, a ex-atriz e cantora Margareth Menezes, negra, baiana, ativista e vencedora de diversos prêmios voltados para a preservação da cultura no Brasil. Ela está em uma “pasta” que foi abandonada nos anos anteriores, mesmo com a presença de outros artistas, a exemplo da passagem classificada como catastrófica²⁹ da atriz Regina Duarte, que ficou no cargo por apenas três meses.

²⁸ Como reitora, Camila Ítavo nomeou a Professora Dra. Vivina Dias Sol Queiroz (docente negra efetiva da instituição) como Pró-Reitora de Cidadania e Sustentabilidade (novo departamento), Lia Brambilla – Pró-reitora de Extensão, Cultura e Esporte, Gislene Silva – Pró-reitora de Gestão de Pessoas e Dulce Tristão – Pró-reitora de Orçamento, Planejamento e Finanças. Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/nova-reitora-da-ufms-divulga-equipe-e-anuncia-nova-pro-reitoria>. Acesso em: 15 jan. 2025.

²⁹ Nota sobre Regina Duarte. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2023/11/03/regina-duarte-volta-a-ativa-e-reflete-sobre-isolamento-politico-e-morte.htm>. Acesso em: 21 jan. 2023.

As outras ministras do governo Lula são: Daniela de Souza (Turismo), Esther Dweck (Ministra da Gestão e Inovação), Luciana Santos (Ciência e Tecnologia), Marina Silva (Ministério do Meio Ambiente), Nísia Trindade (Ministra da Saúde), Ana Moser, (Esporte)³⁰, Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e Sônia Guajajara (Povos Originários).

Historicamente, esse é um dos governos que mais atribuiu cargos de ministras a mulheres, porém ainda não é um dado que representa uma vitória de paridade e equiparação. Cabe destacar, entretanto, se não fosse por escolha do atual presidente, essas mulheres não teriam chegado em tais posições, já que a opção dos partidos, em grande parte, é a de que os homens ocupem os cargos de ministros, retomando a prática do patriarcado que está presente em várias estruturas e instituições.

Desse modo, a resistência gera a força que impulsiona essas mulheres. Esse mesmo ato de resistir e não permitir ou considerar a desistência como parte do percurso é o que conduz o pesquisador, na proposição desta tese de doutoramento. A minha escrita se une à voz de milhares de mulheres negras que, neste trabalho, são representadas pelas professoras negras no espaço universitário da UFMS.

A presença das professoras neste lugar físico não é um acaso: é, sobretudo, um ato de resistência. O percurso para constituir uma carreira como docente em universidades públicas federais ou estaduais começa com a graduação, momento em que algumas estudantes precisam conciliar trabalho e vivência acadêmica e, muitas vezes, atuar como arrimo de famílias. Tal período exige muita dedicação e até mesmo perseverança, pois, diante dessas dificuldades, concluir a graduação é resistir, algo que nem todas conseguem, uma vez que temos índices³¹ de desistência nas universidades.

Quando essa estudante consegue avançar e concluir a graduação, ela pode ser desafiada para manter o emprego e se dedicar para o processo seletivo do mestrado, por exemplo. Nesse contexto, as dificuldades aumentam porque, se na graduação, elas concorrem por trinta ou mais vagas, no mestrado, concorrem, em

³⁰ Envoltas à polêmica sobre as promessas de campanha e outras questões políticas, Ana Moser é demitida

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ana-moser-diz-a-cnn-que-saida-do-ministerio-do-esporte-foi-decisao-politica-abandono-do-esporte/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

³¹ Disponível em: <https://observatoriodoconhecimento.org.br/proporcao-de-universitarios-negros-cai-pela-primeira-vez-desde-2016/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

alguns processos, por apenas uma vaga. Além disso, no mestrado, a dedicação não é diferente do que se vê na graduação. Adiciona-se, ainda, a produção de artigos, a participação em eventos e, claro, o cumprimento de todos os créditos. Como etapa de conclusão, ainda existe a dissertação e o seu processo de escrita – um período ou momento de leveza para algumas, mas árduo para outras, principalmente quando já constituíram família e nem todos os familiares compreendem a dimensão do que é o processo de escrita e orientação em uma dissertação.

A continuação, com o doutorado, amplia o tempo de estudos e de desafios: são outras disciplinas a serem cursadas, mais produção científica, com pesquisas densas (como a construção do Estado da Arte), leituras inéditas e, em alguns casos, a construção de uma nova pesquisadora, de acordo com o processo de desenvolvimento. A conclusão, com a escrita da tese, torna-se algo complexo, com constantes “idas e vindas” da própria pesquisadora com o documento, mas que também se relaciona com orientador ou orientadora em todo o processo.

Na resposta dessas professoras, como se verá no capítulo de análise, estão sentidos possíveis a que só temos acesso quando, a elas, é viabilizada a oportunidade de falar ou de materializar o dizer. O corpo feminino negro tem sua representatividade e, também, tem, em seu cotidiano, um sentido de reação contra corpos que negam ou refutam sua presença, pelas práticas constantes do racismo e do patriarcalismo. Essas são situações triplicadas que estão no caminho de uma mulher negra, sempre com o objetivo de impedir sua liberdade, seja ela física, seja emocional, seja financeira.

A lamentável condição a que homens e mulheres são expostos, sobretudo, as mulheres negras e os homens negros, perpetua a constante sensação de que ainda somos um país colonizado, já que, conforme Walter Mignolo (2005), a pós-modernidade autoconcedida na linha unilateral da história do mundo continua ocultando a colonialidade.

Permanece, entre os sujeitos masculinos, héteros, brancos ou não, a necessidade da subjugação das mulheres negras, ignorando que, desde 1888, o Brasil não é mais uma colônia portuguesa. Em outras palavras, não se reconhece que o Brasil em 2023/2024 não é mais uma colônia e que as mulheres negras não são um objeto cuja posse é de qualquer outra pessoa.

Com isso, fomenta-se práticas excludentes, desprezando as mulheres e as colocando em uma condição de inferioridade/subalternidade, enquanto incapazes de tomar decisões ou agir por si. O que se inicia como uma luta por reconhecimento enquanto mulher, capaz de agir, pensar e sobreviver sozinha, avança para a questão de gênero nos espaços de produção, trabalho e política e alcança a questão étnico-racial, colocando essas mulheres como as principais vítimas da violência no Brasil.

Os casos de violência e assédios acontecem em qualquer ambiente e em níveis hierárquicos. Nem sempre, no entanto, o assediador tem posição de poder maior do que as vítimas, como de Silvio Luiz de Almeida, Ministro dos Direitos Humanos, e Anielle Franco, Ministra da Igualdade Racial. Em setembro de 2024, ele foi acusado de assédio sexual, e o acontecimento alcançou grandes proporções, principalmente pela posição profissional que eles ocupavam dentro do Governo Federal. Após as denúncias, o então presidente da República, Lula, demitiu o ex-ministro, abrindo, assim, o caminho para que a investigação pudesse acontecer. A vítima dos abusos, Anielle, foi pressionada a falar sobre o caso, em um ato arbitrário no qual a mulher é exposta publicamente e humilhada, mesmo sendo ela quem deveria ter nome e imagem protegidas. Na Figura 5, a seguir, consta uma foto dos até então representantes governamentais:

Figura 5 – Silvio Luiz de Almeida e a Ministra Anielle Franco em evento institucional



Fonte: divulgação do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/anielle-e-silvio-almeida-estao-previstos-juntos-para-painel-na-bienel>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Sobre o ex-ministro, ainda circulam outras denúncias que o colocam entre os homens que usam da posição de poder para violentar mulheres, o que, para eles, não passa de uma prática sistematizada. O caso segue em segredo de justiça até o momento de conclusão desta tese.

Quando falamos de mulheres negras, os dados e as estatísticas sobre assassinatos, violação de seus corpos físicos e violência psicológica não se reduzem. Existe, também, a dificuldade de acesso ao trabalho e atitudes disfarçadas e dissimuladas para impedir que elas tenham condições de mostrar sua capacidade.

De acordo com o estudo Perfil Social, Racial e de Gênero das 1.100 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas 2023-2024, realizado pelo Instituto Ethos, neste ano, mulheres negras ocupam 0,4% das posições executivas nas grandes empresas brasileiras, apontando que existe a exclusão nos ambientes corporativos (Instituto Ethos, 2024). Já no relatório de 2021 do IBGE, em torno das desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, consta que 57% dos lares monoparentais têm como representante uma mulher negra, uma constatação de que, nos dois espaços, existem barreiras significativas que as mulheres negras enfrentam, e que a desvalorização do trabalho está vinculada à questão de raça e gênero.

Analisando o desenvolvimento da carreira acadêmica de uma mulher negra, mais precisamente nas universidades, ela pode enfrentar questionamentos que se relacionam com sua condição ou meio de acesso (cotas ou não), rejeição por parte de outras pessoas que estão na mesma posição (alunas – alunas/docentes – docentes) e invisibilização nas relações de superioridade (pró-reitora – docentes), por exemplo.

Cabe destacar que nenhuma IES modifica seus processos seletivos para favorecer negras ou negros: as provas mantêm as mesmas perguntas, entretanto, o questionamento é constante como uma prática de colocar a sujeita em uma posição onde ela deve provar diariamente sua entrega profissional.

Até aqui, o que se tem é que em qualquer espaço que as mulheres negras ocupem, elas serão ponto focal de ataques, acusações e contestações. Será que não podemos pensar em uma inversão? Se sim, emerge o que denomina como

“opostos narrativos”, que são histórias não romantizadas, que apontam para discursos de resistência na vida dessas mulheres negras.

Em relação aos espaços acadêmicos, considero necessário percorrê-lo, pois são neles que as histórias estão sendo reescritas. Por mais que o pensamento e a prática colonialista estejam presentes nele, muitas vozes não foram silenciadas. Esse não silenciamento (Orlandi, 2013) se apoia no número de mulheres que assumem diariamente o controle não só de suas vidas, mas, também, cargos avançados no setor privado e no setor público, onde a meritocracia, que muitos apontam como fator determinante, perde espaço para a formação técnica e acadêmica.

Nos espaços acadêmicos, portanto, as teorias estão ganhando força, e pesquisadoras e pesquisadores ganham espaços para, por meio dos seus trabalhos, apresentarem um retrato social do Brasil. Trata-se não do Brasil que se vende em comerciais de agências de viagens, mas um Brasil onde mulheres são agredidas diariamente, são cerceadas de suas liberdades, são questionadas quando ascendem às suas carreiras. Muitas vezes, os gestos e os olhares de reprovação, quando uma mulher toma a frente em uma situação profissional ou quando ela adentra um espaço onde predominavam apenas homens, marcam as posturas machistas que se acumulam.

Ademais, persiste, nas estruturas sociais brasileiras, o não reconhecer de que as senzalas – os lugares relegados aos negros no período escravagista 1500-1888 – não existem mais. A simbologia da “senzala” ainda está presente e materializada nas comunidades e em outras formas de concentrações domiciliares humanas, mas não recebem a denominação de domicílio devido à falta de condição mínima. Nesse sentido, persiste o pensamento que concebe homens negros e mulheres negras como escravos, o que Kilomba (2019, p. 77, grifo da autora) define como racismo estrutural:

[...] Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestamente seus *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado racismo estrutural.

O racismo estrutural mantém mecanismos (dispositivos) que impedem que mulheres negras e homens negros tenham acesso a empregos, atendimento de

qualidade à saúde e sejam tratados sem estereótipos, em outra variação do racismo, o *racismo cotidiano*. A busca por igualdade de gênero e raça ainda é um tabu que não deixa de ser pautado nos trabalhos acadêmicos, na sociedade, dentro dos espaços de trabalho, nos grupos de pesquisas e em tantos outros espaços. Enquanto não se alcançar o devido equilíbrio, essa ainda será a bandeira do movimento feminista negro, das/os pesquisadoras/es que se interessam pela causa da mulher negra e por outras entidades³² que buscam por uma sociedade mais justa.

A esse respeito, as estruturas sociais modificaram e serão modificadas, mas em uma transformação lenta. Mesmo diante de governos disfarçados de democráticos, elas vão acontecer, superando e suplantando ações que remetem aos anos de ditadura.

A Ditadura Militar ocorreu, no Brasil, entre 1964 – 1985. Nesse período sombrio que durou vinte e um anos, o então presidente João Goulart, eleito democraticamente, fora deposto pelos militares que tomaram o controle da nação. Posteriormente, na história recente do país, os militares voltam ao governo, em 2018, na pessoa de Jair Messias Bolsonaro, eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), com um sistema de governo que, com atos governamentais, restringiu o acesso de mulheres aos postos de trabalho dentro do governo, priorizando aliados partidários e ideológicos, com práticas que remetem aos tempos de ditadura. Conforme Valesca Consolaro (2022, p. 61),

[...] a colonização dos modos de pensar a ciência, o desmonte da educação intensificado pelo governo eleito em 2018, além da pandemia do novo coronavírus, que acarretou em uma crescente cobrança e em questionamentos sobre a classe docente brasileira. Problematicar a colonização da ciência é pensar sobre as relações de poder que definem o que é válido como científico ou não.

Tal governo desacreditou a ciência diante da pandemia da Covid-19, esgotou o acesso aos recursos para pesquisas acadêmicas, denominou professoras e professores de universidades federais de “vacas gordas” e nomeou, para cargos

³² Em um esforço para equiparar socialmente mulheres e homens, o Governo Federal se movimentou nomeando 11 mulheres no ato de posse em janeiro de 2023, porém, em janeiro de 2024, o número já havia reduzido para 09, conforme matéria publicada pelo site UOL e que pode ser acessada no link, a seguir:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/ministerios-com-indicacao-pessoal-de-lula-tem-3-homens-para-cada-mulher-aponta-levantamento,9ac5e97b49c9a338bcbee655fae41b31oytm81da.html>.

Acesso em: 16 jan. 2024.

estratégicos, homens e mulheres que cometeram atos contra instituições e fundações. Além disso, no campo das relações raciais, Sérgio Camargo, um homem negro foi escolhido para presidir a Fundação Palmares, cometeu atos arbitrários contra a memória e cultura da população negra³³. Entre eles, estão: o assédio moral praticado contra funcionários que eram contrários às práticas do ex-presidente Jair Bolsonaro; a tentativa, sem sucesso, de alteração do nome da Fundação Palmares para Fundação Princesa Isabel; e, ainda, as críticas abertas contra o dia 20 de novembro, data que representa o dia da Consciência Negra, que, segundo ele, “é um momento para arruaças e não merece respeito”³⁴.

O percurso e a constituição enquanto sujeitas das docentes negras tem como tecido de fundo algumas questões fundamentais que afetam, também, mulheres negras fora da universidade, ou seja, onde quer que elas atuem, até mesmo em suas casas, gênero e racialização não se dissociam e são questões sensíveis, estruturais e fundantes.

No Estado da Arte que compõe esta tese, apresentei uma sequência de estudos realizados sobre docentes negras e acrescentei, pelos motivos descritos nos objetivos específicos e no geral, outros fatores que contribuem para a descrição e a interpretação dos dizeres delas na atualidade. A presença das docentes negras nos espaços acadêmicos se torna crucial pela potência das suas vozes, que amplia a performance profissional, a representatividade e a igualdade de gênero em mais um espaço onde predomina o patriarcado. Acrescento, ainda, que a presença dessas professoras negras torna o espaço inclusivo, democrático e evita *O perigo de uma história única* (Adichie³⁵, 2019) quando apontam que as mulheres não têm condições de estar em determinados lugares.

Outro ponto de relevância para a discussão sobre a presença das professoras negras nas universidades é ampliar a discussão e o debate sobre a diversidade não só de gênero como a étnico-racial, possibilitando, ainda, a construção de reflexões sobre as diferenças a partir do olhar dessas mulheres.

³³ As ações de Sérgio Camargo resultaram em condenação: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2024-04-17/cinco-vezes-que-sergio-camargo-foi-polemico.htm>. Acesso em: 25 nov. 2024.

³⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/ataques-ao-movimento-negro-agressao-artistas-retirada-de-homenagens-as-polemicas-de-sergio-camargo-frente-da-fundacao-palmares-25176802>. Acesso em: 25 nov. 2024.

³⁵ Chimamanda Ngozi Adichie.

Nessas condições, a presença das professoras negras dentro dos espaços acadêmicos ultrapassa a relação ensino-aprendizagem, uma vez que elas se tornam fundamentais para que se desenvolva e se desperte a consciência crítica e sensível para as discussões de raça, gênero e interseccionalidade participativa (Akotirene, 2019)³⁶. Nesse mesmo sentido de contribuição para a construção de um espaço com respeito às diversidades, está, inclusive, a referência que elas se tornam para discentes. Acrescento, ainda, o fato de que em uma universidade eurocentrada, não se vê, regularmente, a abertura para discussões racializadas (Modesto, 2009) e tantos outros temas pertinentes aos alunos e às alunas negras. Surgem os discursos estabilizados contra os alunos e contra as alunas negras, levando à perpetuação do racismo e das exclusões que são prejudiciais, em específico à população negra.

Dentro do espaço universitário, mesmo com toda a relevância que as docentes negras apresentam e suas contribuições para o ensino e a pluralidade de conhecimentos, é preciso romper com as barreiras simbólicas, mas que, em algumas situações pontuais, deixam de ser simbólicas e se materializam nas relações conforme se verá na análise.

No entrecruzamento entre as contribuições do conceito de interseccionalidade (Akotirene, 2019) e a compreensão de que ocupar a posição de mulher negra no Brasil ainda é sinônimo de resistir dentro e fora da vida acadêmica, já que o foco deste estudo diz respeito às professoras negras da Cidade Universitária da UFMS, cabe, ainda, realizar um diálogo teórico importante para este trabalho, o qual contempla a emergência e as contribuições do chamado feminismo negro.

No próximo item, portanto, ampliarei a noção de como as questões raciais e sua racionalidade afetam a vida das mulheres negras, que vivenciam várias violências em um só corpo. Também será abordado como as pautas feministas são específicas para as mulheres negras, uma vez que, desde o surgimento do movimento social, as demandas que se referem às mulheres negras são tratadas de formas diferentes das mulheres brancas.

³⁶ “A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cis-hetero patriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de operações. A interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude, neste caso, as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de Outros” (Akotirene, 2019, p. 47).

1.3 O feminismo negro, as pautas raciais e a interseccionalidade

[...] Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a ‘boa aparência’, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (Carneiro, 2011, p. 3).

O feminismo negro reconhece que a opressão racial e de gênero não podem ser tratadas separadamente (Akotirene, 2019), pois se entrelaçam nas experiências de vida das mulheres negras. O movimento se esforça para ampliar a conscientização sobre intersecções que desafiam com as práticas de racismo, de sexismo e, também, com o racismo que existe dentro do próprio movimento feminista ou o sexismo dentro do próprio movimento negro. Como destaca Sueli Carneiro (2011), na epígrafe, enegrecer o movimento feminista brasileiro envolve múltiplas frentes de trabalho, assumindo políticas demográficas específicas, o combate à violência, a prevenção e o tratamento de “doenças étnicas/raciais” e as demandas por políticas direcionadas à inserção/manutenção no mercado de trabalho.

O preconceito racial impõe às mulheres negras estereótipos negativos, discriminando-as com base em sua origem étnica, limitando suas oportunidades e, frequentemente, expondo-as a injustiças sistemáticas. Por outro lado, o sexismo fomenta a desigualdade de gênero, subjugando-as a normas e expectativas de comportamento restritivos e as vitimiza, por vezes, em situações de violência de gênero.

A interseção dessas duas formas de opressão cria um panorama desafiador que exige abordagens igualmente complexas para enfrentá-lo (Akotirene, 2019). O feminismo negro (Gonzalez; Hasenbalg³⁷, 1982; hooks, 2014; Kilomba, 2019) surge,

³⁷ Carlos Hasenbalg.

então, como uma resposta vital a essa realidade, promovendo uma abordagem mais completa e eficaz na luta contra os mencionados desafios interligados.

Sob tal lógica, enquanto as mulheres brancas lutavam por igualdade, as mulheres negras estavam lutando pelo direito de viver. De acordo com Carneiro (2003, p. 1),

[...] As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

As condições sociais do discurso sobre opressão da mulher negra são, portanto, distintas. Isso porque algumas mulheres negras são rejeitadas por empresas por serem mães, são negligenciadas pela justiça quando perdem seus filhos para a violência urbana e são abandonadas pelos companheiros quando engravidam, por exemplo.

Além disso, as mulheres negras tendem a buscar reconhecimento e respeito, até mesmo quando se relacionam profissionalmente com outras mulheres não negras. Nessa dinâmica, seus salários são menores e existem bloqueios de oportunidades que, muitas vezes, são simbólicos. O tratamento frequentemente remete ao que acontecia no período de escravidão, momento em que a mulher negra era submetida a serviços de considerados subalternos, como os braçais e os de cuidado.

Assim, o surgimento do feminismo negro foi essencial para a contraposição das estruturas de poder que atuam em intersecção com o racismo, o sexismo e a luta de classes, ao mesmo tempo em que surgem modos de resistência e a emancipação das mulheres negras.

A luta de classes tem suas origens na divisão do trabalho, remontando ao período primitivo, quando a organização social deixou de ser comunitária para se estruturar em clãs. Nesse contexto, aqueles grupos que detinham maior domínio sobre as ferramentas e técnicas de transformação da natureza estabeleceram relações de poder que culminaram em técnicas de controle sobre os demais. Essa configuração de poder foi se consolidando ao longo dos séculos, permeando as

diversas esferas sociais, como gênero, raça e economia (Davis, 2016; Fanon, 1961; Gonzalez; Hasenbalg, 1982; Saffioti³⁸, 1969).

Karl Marx (2013) não analisou diretamente o racismo, mas sua teoria da luta de classes pode ser aplicada para entender como o racismo serve aos interesses do capital. No livro *O Capital*, o autor explica como a exploração da classe trabalhadora é essencial para a acumulação de riqueza. Teóricos marxistas posteriores, como W. E. B. Du Bois³⁹ (1903), argumentaram que a classe dominante usou o racismo para dividir trabalhadores brancos e negros, impedindo a solidariedade de classe, o que alocou a questão racial enquanto o principal desafio do século XX.

Ao analisar o racismo sob a ótica da luta de classes, faz-se necessário adotar uma perspectiva dialética, considerando tanto a autonomia dos conceitos quanto a inter-relação entre eles. O racismo, enquanto tecnologia de poder, fundamenta-se na construção de diferenças racializadas com o objetivo de justificar e perpetuar a exploração de determinados grupos sociais. André Nicolitt (2025), em um de seus discursos como juiz de direito, argumenta que o racismo se insere em um projeto de dominação que visa à apropriação de territórios e à manutenção de hierarquias de poder.

No contexto da luta de classes, o racismo pode ser compreendido não apenas como um conjunto de atos discriminatórios, mas como uma estrutura sistêmica que organiza a sociedade, de modo a garantir a reprodução das desigualdades. Autores como Angela Davis (2016) e Frantz Fanon (2008) destacam que a racialização da exploração econômica foi um dos pilares do colonialismo e continua a ser um elemento fundamental do capitalismo contemporâneo. Assim, o racismo não opera de maneira isolada, mas em articulação com outros mecanismos de dominação econômica e social.

A luta de classes, por sua vez, manifesta-se não apenas como um fenômeno de exploração, mas também como um movimento de resistência. Nesse sentido, a interseção entre luta de classes e racismo torna-se evidente quando se analisa o discurso em torno da identidade negra e da resistência antirracista. O reconhecimento de que a exploração capitalista tem uma dimensão racializada é

³⁸ Heleieth Saffioti.

³⁹ William Edward Burghardt Du Bois.

essencial para compreender os processos históricos de subjugação e para formular estratégias de emancipação social (Fanon, 2008).

A compreensão do racismo no âmbito da luta de classes exige, portanto, uma abordagem crítica que reconheça tanto sua especificidade quanto sua imbricação com outros sistemas de opressão. Apenas por meio dessa análise aprofundada será possível construir um projeto de transformação social que contemple a superação das desigualdades raciais e econômicas de forma efetiva.

No livro *Os Condenados da Terra*, Fanon (2020) argumenta que o racismo é um mecanismo central do colonialismo, usado para justificar a exploração dos povos colonizados. Ele mostra como a violência estrutural e psicológica do racismo mantém determinados sujeitos em uma posição de submissão.

Angela Davis (2016) e outras pensadoras feministas negras apontam que o racismo não pode ser separado da exploração de classe e do sexismo. No livro *Mulheres, Raça e Classe*, Davis (2016) explica como mulheres negras enfrentam uma opressão tripla – de classe, raça e gênero – que exige uma luta articulada contra todas essas formas de opressão.

O racismo e a luta de classes estão profundamente interligados, pois a opressão racial não apenas marginaliza economicamente a população negra, mas também interfere na construção de sua subjetividade. A esse respeito, Frantz Fanon (2008) analisa o impacto do racismo na identidade da população negra no Brasil, demonstrando como ele cria um “não-lugar” social. Segundo o autor, “[...] ser negro, numa sociedade que nega essa identidade, é um processo de construção doloroso e conflituoso” (Fanon, 2008, p. 106).

Esse fenômeno está diretamente relacionado à exploração econômica, já que a exclusão racial perpetua desigualdades materiais e limita a ascensão social da população negra. A construção da identidade negra é marcada pela internalização de valores brancos, fruto de um sistema que desvaloriza historicamente os sujeitos racializados.

Dessa forma, a marginalização econômica e social dos negros não ocorre apenas por meio de políticas excludentes, mas também pelo modo como o racismo estrutura a subjetividade dos indivíduos. Isso reforça a hierarquização social, na qual a branquitude ocupa uma posição privilegiada, mantendo a população negra em desvantagem estrutural.

Então, a relação entre racismo e luta de classes pode ser analisada a partir da ideia de que a opressão racial é um mecanismo para fragmentar a classe trabalhadora e impedir sua organização coletiva. No Brasil, a população negra compõe a maior parte dos estratos mais pobres da sociedade e enfrenta dificuldades de acesso à educação, à saúde e ao trabalho digno. Essa realidade reforça a tese de que o racismo é utilizado como ferramenta para manter a exploração econômica e o status quo.

A perspectiva da autora pode ser complementada por pensadoras como Angela Davis e Lélia Gonzalez, que reforçam a interseccionalidade entre raça, classe e gênero. Além de serem vítimas da exploração econômica, mulheres negras, por exemplo, enfrentam uma tripla opressão que limita ainda mais suas oportunidades de mobilidade social. Assim, a luta contra o racismo e a luta de classes devem ser compreendidas enquanto complementares, pois a emancipação de um grupo racialmente oprimido depende também da superação das desigualdades materiais.

Dessa forma, a obra de Souza (1983) evidencia que o racismo não se restringe a um fenômeno estrutural, mas também afeta profundamente a subjetividade dos indivíduos negros. A superação desse sistema opressor exige a conscientização racial e a luta por transformações políticas e econômicas que garantam equidade e justiça social. Assim, a verdadeira libertação da população negra passa pela destruição das bases que sustentam tanto o racismo quanto a exploração de classe.

No capítulo “O preto e o reconhecimento” do livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Frantz Fanon (2022), discute que a busca por reconhecimento impacta a subjetividade do negro em uma sociedade dominada por estruturas raciais opressoras. Inspirado na dialética do senhor e do escravo de Friedrich Hegel, Fanon (2022) analisa que a identidade negra é construída em relação ao olhar do branco, o qual o posiciona como inferior.

Ele argumenta que o negro, na tentativa de afirmar sua humanidade, vê-se preso em um ciclo de dependência psicológica, buscando validação daqueles que o oprimem (Fanon, 2022). Essa busca, no entanto, é frustrante, pois o sistema colonial nega ao negro a possibilidade de um reconhecimento autêntico e recíproco. Nessa direção, Fanon (2022) enfatiza que a libertação do negro só pode ocorrer quando ele

rompe com essas estruturas e redefine sua identidade fora da lógica imposta pelo colonialismo.

O autor analisa, inclusive, que o negro é constantemente reduzido a sua cor pela sociedade branca, sendo visto não como um indivíduo, mas como um objeto racializado (Fanon, 2022). Indo além, ele destaca a dor psicológica desse processo, em que o negro internaliza a visão do outro e pode desenvolver um senso de inadequação ou inferioridade.

Nessas condições, Fanon (2022) considera que a linguagem e a cultura europeia reforçam essa alienação, tornando difícil para o negro afirmar sua identidade sem cair nas armadilhas do colonialismo. Por meio de tal discussão, destaque, portanto, que a raça opera mais como uma linguagem do que como um dado fixo da constituição biológica.

Em outras palavras, a raça não se define por diferenças visíveis na cor, por exemplo, de forma fixa ou essencial. Pelo contrário, ela funciona como um sistema de significação, tal como a linguagem.

Os significantes que compõem a ideia de raça não possuem sentido por conta de uma essência inerente, mas, sim, devido às relações de diferença que estabelecem com outros conceitos dentro de um determinado contexto cultural. Dito de outro modo, a classificação racial e sua produção de sentido não são fixas: elas são reformuladas ao longo da história e das formações sociais (Fanon, 2008; Gilroy, 2007; Almeida, 2018).

Sempre em fluxo, o conceito passa por processos de redefinição, apropriação e ressignificação. Em tal direção, antigos significados se perdem e novos sentidos são incorporados, acumulados e reconfigurados.

Assim, não podemos conceber um significado racial imutável ou válido para todas as épocas: sempre há uma margem de deslizamento no sentido da raça e algo que escapa à linguagem e à significação total. Inevitavelmente, aquilo que foi expelido – que estava fora dos sentidos possíveis – é considerado abjeto e tende a retornar, desestabilizando as certezas daqueles que, por um instante, acreditaram estar confortavelmente situados dentro desse sistema racial, de classe e de gênero.

Nesse contexto, o feminismo negro situa-se como uma abordagem, inclusiva e interseccional, desde sua emergência, não só dá voz às mulheres negras, como também fomenta a criação de espaços e oportunidades que promovam sua

emancipação, o seu reconhecimento e a sua igualdade em todos os aspectos da sociedade. Após as leituras, entendo que o feminismo negro representa um compromisso com a justiça social, a diversidade e a equidade, tanto quanto busca beneficiar as mulheres negras e enriquecer a luta por um mundo mais justo e igualitário para todas as pessoas (Adichie, 2019; Cruz⁴⁰, 2007; Davis, 2018; Gonzalez, 1984;).

Em 1960, o movimento pelos direitos civis chega ao auge nos Estados Unidos, ano marcado como crucial na luta pela cidadania negra e por igualdade no país. Mesmo com os avanços e com as conquistas, como Lei dos Direitos Civis – 1964, entre os militantes, foi percebida a necessidade de se discutir as questões de discriminação e gênero que eram inerentes à luta, uma vez que a história americana trazia, em seu DNA, ainda os resquícios do escravismo de pessoas negras (Gonzalez; Hasenbalg, 1982; hooks; Ribeiro⁴¹; Perry⁴², 2015).

Esse foi o contexto necessário para que o feminismo negro começasse a tomar forma e partisse para um percurso distinto. Isso porque o preconceito racial e o sexismo não estavam somente nas práticas sociais cotidianas, mas, sim, no núcleo das próprias organizações de direitos civis. O confronto residia na falta de reconhecimento das experiências das mulheres negras, de modo que as suas ideias e propostas eram refutadas e, como uma prática colonialista, invisibilizadas.

No Brasil, especificamente, o movimento feminista aparece no século XIX, discutindo, lutando e defendendo pautas que envolviam igualdade de gênero, saúde e o direito à propriedade, à herança, à educação e ao sufrágio. Sendo caracterizada como a primeira onda, o movimento era composto, em sua maioria, por mulheres brancas de classes sociais média e alta. Com essa configuração, os temas que afetaram e ainda afetam as mulheres negras não estiveram em debate. O período, no entanto, possui grande relevância, pois marca um momento de transformação social. No Quadro 2, a seguir, é possível perceber como se organizou a primeira onda do feminismo no Brasil:

⁴⁰ Alves Lindóia Cruz.

⁴¹ Alan Augusto Ribeiro.

⁴² Keisha-Khan Y. Perry.

Quadro 2 – Organização visual sobre a primeira onda do feminismo no Brasil

PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO NO BRASIL			
Nome	Ciclo de vida	Contribuições notáveis	Período de atuação
Dionísia Gonçalves Pinto	1810-1885	Fundadora de escola para meninas e defensora dos direitos das mulheres no século XIX	Século XIX
Julia Lopes de Almeida	1862-1943	Escritora naturalista e defensora dos direitos das mulheres na Academia Brasileira de Letras	Final do século XIX até início do século XX
Maria Lacerda de Moura	1887-1945	Ativista anarquista e defensora da igualdade de gênero e justiça social no início do século XX	Início do século XX
Maria Augusta Rodrigues da Cunha	1879-1792	Médica pediatra, fundadora da Sociedade Brasileira de Pediatria e ativista pelos direitos das mulheres.	Início do século XX
Bertha Lutz	1894-1976	Bióloga e defensora do direito de voto das mulheres, igualdade salarial, e outros direitos	Século XX

Fonte: autoria própria.

Com o Quadro 2, apresento, de forma sintetizada, a primeira onda do feminismo no Brasil. Em nenhum dos momentos, como se pode ver, a questão das mulheres negras e os aspectos específicos relacionados à racialidade em geral foram apresentados. Mesmo nos anos pós-abolicionistas, não havia registros que acolhiam as mulheres negras: a atenção estava para as mulheres de classe alta ou média e seus interesses.

O movimento feminista da segunda onda ganhava força, concentrando sua atenção na busca pela igualdade de gênero e nos direitos das mulheres. Devido a esse foco, na maioria das vezes, atuava de forma excludente e negligente com as questões que eram específicas para as mulheres negras.

Já no feminismo negro, Audre Lorde, bell hooks e Angela Davis são as vozes e as palavras que emergem em meio à luta. Em seus trabalhos, elas articulam, de forma categórica, as intersecções que surgem quando pensamos em raça, gênero e classe. A imagem de Angela Davis sempre esteve associada ao ativismo político, à luta pelos direitos civis e pelo fim das opressões de raça e gênero. Em Davis (2016), ela intersecciona as três dimensões, dando destaque ao papel fundamental que as mulheres negras tiveram no percurso da luta pelos direitos civis. bell hooks (2018),

em seu turno, enfatiza a necessidade de um feminismo que fosse inclusivo e que reconhecesse as experiências únicas de mulheres de diferentes origens raciais e culturais. As ideias convencionais sobre feminismo foram desafiadas pelo seu trabalho e promovem a compreensão das intersecções de raça e gênero.

Além disso, Lorde (2015) apresenta a diferença e a diversidade de experiências dentro do feminismo e o quanto isso é importante para as mulheres negras, enquanto representatividade de presença e das vozes que, até então, estavam silenciadas.

As feministas brasileiras compreenderam os pensamentos de bell hooks e foram adiante, de acordo com o que apresenta Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020, p. 44):

[...] A estrutura interseccional de construção mútua de categorias de identidade permitiu que as afro-brasileiras desenvolvessem uma política identitária. Nesse caso, elas cultivaram uma identidade feminista negra de feições políticas no cruzamento entre racismo, sexismo, exploração de classe, história nacional e sexualidade.

Considerando o cruzamento a que Collins e Birge (2020) se refere, posso pensar em como a historicidade brasileira é marcada por inúmeras contradições, entre as várias narrativas para determinadas situações. Nesse sentido, houve capítulos que foram escritos levando em consideração a lente colonizadora que, de forma reiterada, atuou – e os resquícios ainda atuam – para que os apagamentos aconteçam e para que prevaleça apenas o olhar colonizador nas narrativas, excluindo o que negras e negros produziram e produzem no país. Entre os apagamentos, estão as histórias das mulheres negras que, aqui, já aportaram, sob os efeitos do processo desumano, com agressões e violências psicológicas que sofriam nos navios negreiros.

Desde então, as mulheres, deixaram de ser quem eram para se tornarem “aquilo” que as determinassem, sobretudo um produto de comercialização que, com o passar dos tempos, transfigurou-se para outras condições não humanizadas. Com base nos registros históricos, o escravismo no Brasil começou após a invasão

européia, quando os colonizadores perceberam que os povos originários⁴³ não eram mão de obra escrava o suficiente – nesse momento, nem sequer se falava em direitos das mulheres negras.

O processo discriminatório e excludente não encerrou com o escravismo, da mesma forma como as práticas de racismo que, infelizmente, ainda são constantes nas relações sociais. Quando o feminismo negro passa a clamar por espaço, ele enfrenta vários tipos de resistência: dos homens que não queriam perder seus privilégios masculinos de abusar, açoitarem e matar as mulheres negras; das outras mulheres, que não queriam disputar espaços e, assim, perpetuar suas posições sociais e profissionais; e do próprio movimento negro como um todo que, em sua concepção, já contemplava todas as pautas em suas discussões (Gilroy⁴⁴, 2007; Gonzalez, 1988).

Ainda hoje, as mulheres negras estão em busca de visibilidade e reconhecimento. As experiências que passaram e passam não podem ser apagadas do contexto social como se fosse uma forma de esconder o passado sombrio que constitui nosso país e, pior, como forma de eliminar a presença delas, como se não fizessem parte de sua construção. A tentativa de eliminar a história das mulheres negras está no fato de que elas eram tratadas de formas diferentes das demais mulheres, como se pode notar a partir de Davis (2016, p. 103):

[...] Os abusos sexuais sofridos rotineiramente durante o período de escravidão não foram interrompidos pelo advento da emancipação. De fato, ainda constituía uma verdade que mulheres negras de cor eram consideradas presas autênticas dos homens brancos.

Devido ao tráfico humano, pessoas negras foram transformadas em escravizados: esse é o primeiro aspecto a se considerar. Tais sujeitos chegaram nos navios de tráfico humano, nas piores condições que se pode considerar para um ser humano. No percurso, já sofriam tantos abusos físicos que, ao descer das embarcações, suas identidades já não existiam mais. hooks (2020) ressalta que foi

⁴³ As populações indígenas enfrentaram a escravidão de maneira tão significativa quanto as populações africanas que foram trazidas para o Brasil na mesma condição. Entretanto, persiste, não só nos livros didáticos como no imaginário popular, a falsa crença de que a mão de obra indígena foi completamente substituída pela força de trabalho africana. Desde o início da invasão portuguesa, o governo estabeleceu um sistema jurídico-administrativo para escravizar as populações nativas, e o Brasil, após conquistar sua “independência”, continuou a perpetuar esse sistema escravista, de acordo com Márcia Gomes Suchanek (2012).

⁴⁴ Paul Gilroy.

realizado um trabalho massivo por parte do escravizador no intuito de torná-las “amistosas” para o processo violento que já estava preparado.

Dentro do escravismo, as mulheres negras eram percebidas com interesses diferentes pelos homens brancos. Em determinado momento, eram tratadas como mão de obra para o processo produtivo. Em outros, como objetificação sexual, mas nunca recebiam um tratamento humano adequado, uma vez que a condição de subjugação e das diversas violências que eram praticadas contra elas era mantida (Cantelli; Nogueira⁴⁵, 2018; Modesto, 2021).

Mesmo após esse período, elas ainda são vítimas dos mesmos estereótipos, e, se ainda acontece, isso demonstra que, socialmente, não evoluímos ao considerar, coletivamente e enquanto práticas sociais, que as mulheres negras são desejadas para o ato sexual, que são as que mais atendem em trabalhos domésticos ou menos qualificados, que podem ser mortas ao encerrar um relacionamento⁴⁶ ou, ainda, que podem ser presas e violentadas ao serem consideradas faveladas ou periféricas.

A época que eu trouxe no parágrafo anterior se aproxima do “passado colonial” (Kilomba, 2019), que, embora não se deseje lembrar, não pode ser esquecido. De acordo com a autora, as histórias são coletivas e marcadas por diversas formas de violências, com práticas cotidianas, inclusive em espaços que seriam sinônimos de segurança, como os lares, que acabam se configurando como uma reprodução “daquela época”.

A constituição social brasileira possui uma conexão com as práticas escravocratas, e a tensão racial está presente como uma “trama” nas relações sociais. Essa tensão, segundo Cestari (2017), afeta, também, as relações de classe, raça e gênero. Aliás, concordo com Cestari (2017) e Modesto (2021), quando os autores afirmam que nem mesmo o espaço acadêmico, a exemplo do das universidades públicas brasileiras, está isento dos discursos que colocam a mulher

⁴⁵ Andreia Laís Cantelli e Sayonara Naider Bonfim Nogueira.

⁴⁶ Os índices do dossiê sobre feminicídio, que demonstram como as mulheres negras são as principais vítimas, está disponível em: <http://www.mpms.mp.br/dossiefeminicidio>. Além disso, a matéria publicada na Carta Capital também discute sobre este assunto: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-feminicidio-no-pais/>. Acerca dos modos de exploração da mão de obra de mulheres negras, resgato a notícia veiculada pelo portal do G1 sobre uma mulher negra, idosa, mantida em regime de trabalho escravo, por uma professora universitária, no Rio de Janeiro. A matéria está disponível pelo link: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/02/14/professora-e-denunciada-por-manter-idosa-e-m-regime-de-trabalho-escravo-e-pode-ter-que-pagar-r-13-milhao.ghtml>. Acesso em: 18 jan. 2024.

negra em condição de escrava, sem utilidade ou fútil. Essa mesma situação é percebida em ambientes menores, como nas casas que recebem, com o trabalho doméstico, o mesmo tratamento que era visto durante o escravismo, sempre colocando a mulher negra como pouco qualificada.

Por outro lado, é preciso reforçar que as mulheres negras, desde o período de escravismo, mostravam-se resistentes aos ímpetos escravagistas, já que havia revoltas, fugas e, até mesmo, casos de suicídios para que seus corpos não fossem mais tratados de forma brutalizada. Como exemplo dessas manifestações de resistência, surgiram os quilombos, que eram redutos de negras e negros fugitivos das fazendas onde o processo de escravização acontecia. De acordo com Clóvis Moura (2021, p. 13),

[...] sendo o quilombo a unidade básica de negação radical do sistema escravista. Sua abrangência e continuidade histórica o transforma em uma reação constante e organizada de luta e combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava.

Entender esse contexto é fundamental ao escopo desta tese porque o movimento feminista negro no Brasil, que começou a ganhar força e visibilidade na década de 1970 (Rodrigues; Freitas⁴⁷, 2021), tem raízes históricas profundas que remontam ao período do escravismo e à luta das mulheres negras por liberdade e direitos.

Há de se ressaltar que, entre os momentos históricos e relevantes para as mulheres negras, está o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em 1988. Segundo Carneiro (2003), o ano foi marcado pela aprovação, pela Constituição, de 80% das propostas que mudaram os status jurídicos das mulheres no Brasil. Após esse ato, surgiu o Grupo de Trabalho da Mulher Negra, que foi responsável pela articulação das demandas das mulheres negras.

Tal como nos EUA, suas necessidades eram colocadas à margem pelo movimento feminista que atuava de forma mais ampla. Nesse país e no Brasil, os movimentos feministas foram iniciados por mulheres brancas e, em suas “bandeiras”, não estavam contempladas as motivações que afetavam e, infelizmente, ainda afetam as mulheres negras. Outro aspecto que me faz tomar esse local de partida ou comparação se dá pelo fato de que tanto Brasil como EUA

⁴⁷ Cristiano Rodrigues e Viviane Gonçalves Freitas.

tiveram um passado de escravismo de pessoas negras por longos períodos. Embora nos EUA essa violência tenha durado menos, os efeitos foram parecidos. Para Gonzalez (2020, p. 185), “[...] O racismo, enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas, passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses”.

Esse processo de exclusão das mulheres negras dos debates no pós-escravismo estava relacionado com a noção de poder que a branquitude sempre lutou para manter. Seus olhares e sentimentos se posicionam, para além do aspecto da distinção racial, como marca da superioridade em relação às outras culturas. Em tais condições, mulheres negras eram oprimidas pelos homens brancos, pelas mulheres brancas e também pelos homens negros, e opressão tinha diversas formas de expressão (hooks, 2018; Akotirene, 2019).

Mesmo com a questão de gênero, que é comum, as mulheres brancas não se compadeceram com as mulheres negras nem durante, nem após o fim do escravismo. Isso porque, para elas, fixar suas posições e status de poder sobre as demais era uma necessidade que ainda se mantém. Não foi e não é um movimento homogêneo, raça, classe, orientação sexual, religião continuam muito ignorados.

O mencionado fator me leva ao questionamento produzido por Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2009), na obra *A invenção das mulheres*: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero, em torno da criação da categoria de “mulher” como universal. Segundo Oyěwùmí (2009), a definição ocidental gerou profundas implicações para o feminismo negro, o que sugere que perspectivas eurocêntricas excluam as demais culturas. Nesse movimento, as demais epistemologias são descartadas, inclusive a africana. Assim, o feminismo negro é necessário para compreender que as experiências de mulheres negras são distintas, tendo em vista as suas especificidades.

Quanto às divergências de interesses ou necessidades, quando estudantes, professoras, militantes e pesquisadoras negras iniciam as discussões que centralizam suas temáticas, elas são chamadas de feministas radicais ou outros termos na tentativa de, por meio da palavra, atacar as mulheres que defendem seus direitos (Cruz, 2007).

Essas mulheres enfrentam, também, o desafio de perpassar por um cenário social que, muitas vezes, as coloca em desvantagem tanto por causa de sua raça quanto por causa de seu gênero. Para Davis (2016, p. 101),

[...] Desde o período da escravidão, a condição de vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas tem sustentado muitos dos mitos duradouros sobre a 'imoralidade' das mulheres negras. Nesse clássico 'círculo vicioso', o trabalho doméstico é considerado degradante porque tem sido realizado de modo desproporcional por mulheres negras, que por sua vez, são vistas como 'ineptas' e 'promíscuas'. Mas as aparentes inépcia e promiscuidade são mitos que se confirmam repetidamente pelo trabalho degradante que elas são obrigadas a fazer.

O excerto de Davis (2016) é fundamental para que se compreenda que a luta feminina negra não está restrita à igualdade salarial ou ao acesso aos estudos, pois esses direitos seriam permitidos somente às mulheres brancas. Para as mulheres negras, a discussão de gênero se dá com a finalidade de que elas tenham acesso a trabalhos dignos, tanto quanto as mulheres brancas, de modo a deixar de ocuparem posições de servidão, sempre atendendo e servindo a alguém ou em atividades de apoio (Modesto, 2020, 2021).

Na literatura, encontram-se diferentes ideias do que seria o feminismo negro. No mesmo sentido, autoras como Adichie (2015) e Cruz (2007) contribuem sobre a reflexão em torno da luta contra o sexismo, que não tem uma única definição. Ela envolve a concentração de reflexões, iniciadas pelas mulheres, para que elas saíssem do rodapé das páginas, para produzirem as pesquisas, os relatos e outros trabalhos com temáticas que lhe são de interesse, como a igualdade de oportunidades, o respeito e direito ao próprio corpo.

Adentrando a força das instituições nessa luta, importa apontar que, em 1988, surgiu o Geledés – Instituto da Mulher Negra, uma organização composta por mulheres negras e fundada por Aparecida Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista social. O Geledés é a soma de muitos esforços de diversas mulheres que, com suas narrativas, inserem-se em um ambiente digital que, até então, era dominado, em grande parte, por pessoas não negras, sem apresentar conteúdos com recortes raciais. Cabe destacar que tanto esse como outros portais citados nesta tese possuem conteúdos, estudos e pesquisas realizadas, abordando temas que são específicos para a população afro-brasileira.

Na Fundação Geledés, há uma lista de 17 mulheres⁴⁸ que foram imprescindíveis para o processo de resistência durante o escravismo no Brasil, e o feminismo negro vem para dar continuidade a essa luta, porém a revolta, hoje, se faz por meio da presença em espaços que, antes, não se podia alcançar. No início das minhas leituras, pesquisas e estudos sobre racismo e questões específicas para a população negra, o portal se apresentou como uma força capaz de agregar conteúdos que ampliaram minhas concepções sobre a temática. Na atual conjuntura, trazê-lo para tese, além de contribuir para as leituras, tornou-se uma forma de acessar o passado e de ter mais clareza sobre os textos produzidos por Sueli Carneiro. Na Figura 6, a seguir, reproduzo uma foto da autora:

Figura 6 – Sueli Carneiro, fundadora do Geledés



Fonte:

<https://www.geledes.org.br/nao-da-para-falar-de-feminismo-sem-a-mulher-negra-diz-sueli-carneiro>.
Acesso em: 29 set. 2023.

A trajetória de Sueli Carneiro e do feminismo negro brasileiro estão entrelaçadas, já que as suas pesquisas, sua abordagem teórica e os textos produzidos por ela permitiram uma compreensão mais ampliada das questões raciais e de gênero no país. Suas reflexões formam um discurso atuante que contribui para a militância e para a academia, denunciando o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. Os pronunciamentos que efetiva e, frequentemente, seus

⁴⁸ Disponível em:

https://www.geledes.org.br/17-mulheres-negras-brasileiras-que-lutaram-contra-escravidao/?gclid=Cj0KCQjwjt-oBhDKARIsABVRB0zFkM1N8WK0h5LZHHTPvXDenTqiS8CyszNAeLDr4NQ8DNZV8B6jsPg_aNoREALw_wcB. Acesso em: 30 set. 2023.

escritos destacam as opressões enfrentadas pelas mulheres negras, desafiando os estereótipos e preconceitos enraizados. Uma das características de vanguarda de Sueli Carneiro é o incentivo ao empoderamento feminismo negro, inspirando mulheres a promoverem mudanças em suas comunidades. Na verdade, o movimento feminista negro começa a ganhar mais adeptos e, com isso, segue se fortalecendo na luta contra o racismo e o sexismo, buscando pela igualdade de gênero e para que se reconheça a contribuição das mulheres negras na construção da social brasileira.

Quanto ao percurso histórico, proponho, nesta tese, uma linha do tempo com nomes que trouxeram suas contribuições para o feminismo negro de diferentes formas, seja pelo ativismo, seja pelas atividades desempenhadas dentro dos espaços acadêmicos, no desenvolvimento de pesquisas e estudos que são de interesse das mulheres negras. Em outras formas de expressão como na poesia, temos as contribuições de Cristiane Sobral, como a que está na epígrafe desta tese, mas, também, de outras mulheres que atuaram e ainda atuam em um movimento forte e com traços de resistência (Carneiro, 2003).

Carolina Maria de Jesus (1914-1977), em seus escritos, apresentou as dificuldades que afetam as mulheres negras, pobres e em condições periféricas. Em 1960, publicou *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada. Trata-se de uma das obras mais conhecidas da autora que, inclusive, no dia do lançamento, teve mais de 600 exemplares vendidos. Em decorrência dessa comercialização atípica para o momento, ela foi homenageada, posteriormente, pela Academia Paulista de Letras e pela Academia de Letras da Faculdade de Direito. Na Argentina, obteve um título honorífico da Ordem Caballero del Tornillo, em 1961. Embora tenha escrito outros três livros, *Casa de alvenaria* (1961), *Diário de Bitita* (1986) e *Meu estranho diário* (1996), dois deles foram lançados quando a escritora já havia falecido, nas mesmas condições que a consagraram: em uma favela e sem ser mencionada pela imprensa da época⁴⁹.

A contribuição masculina para o feminismo negro veio por meio de Abdias do Nascimento (1914-2011), que, com o Teatro Experimental Negro, fez a promoção da cultura afro-brasileira como destaque para a luta contra o racismo. Uma das

⁴⁹ Matéria completa disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/carolina-maria-jesus.htm>. Acesso em: 20 nov. 2023.

demandas que o grupo apresentou ao Brasil foi a da quebra dos estereótipos raciais e a passagem para dar visibilidade às atrizes negras da época. Suas manifestações eram artísticas e militantes, promovendo, portanto, a valorização da identidade negra. Além disso, seu trabalho incentivou a promoção da autoestima, contribuindo para que as mulheres negras se reconhecessem como parte essencial da luta contra o racismo e sexismo.

O legado de Lélia Gonzalez (1935-1994) também é inspirador para várias gerações de militantes e pesquisadoras(es) do movimento negro no Brasil e no mundo, e é uma fonte de inspiração para quem luta por igualdade racial e de gênero. Entre suas contribuições, está a análise crítica da intersecção entre raça, gênero e classe social, ponderando que esses três aspectos estão interligados de forma que afetam a vida das mulheres negras que vivenciam, em suas trajetórias, opressões e violências.

Cofundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), a autora desempenhou papel significativo na articulação do movimento e na promoção da consciência política entre os afrodescendentes no país. *Lugar de Negro*, por exemplo, foi publicado, pela primeira vez, em 1982, com uma coletânea de textos que abordam as condições sociais que negras e negros enfrentam no Brasil.

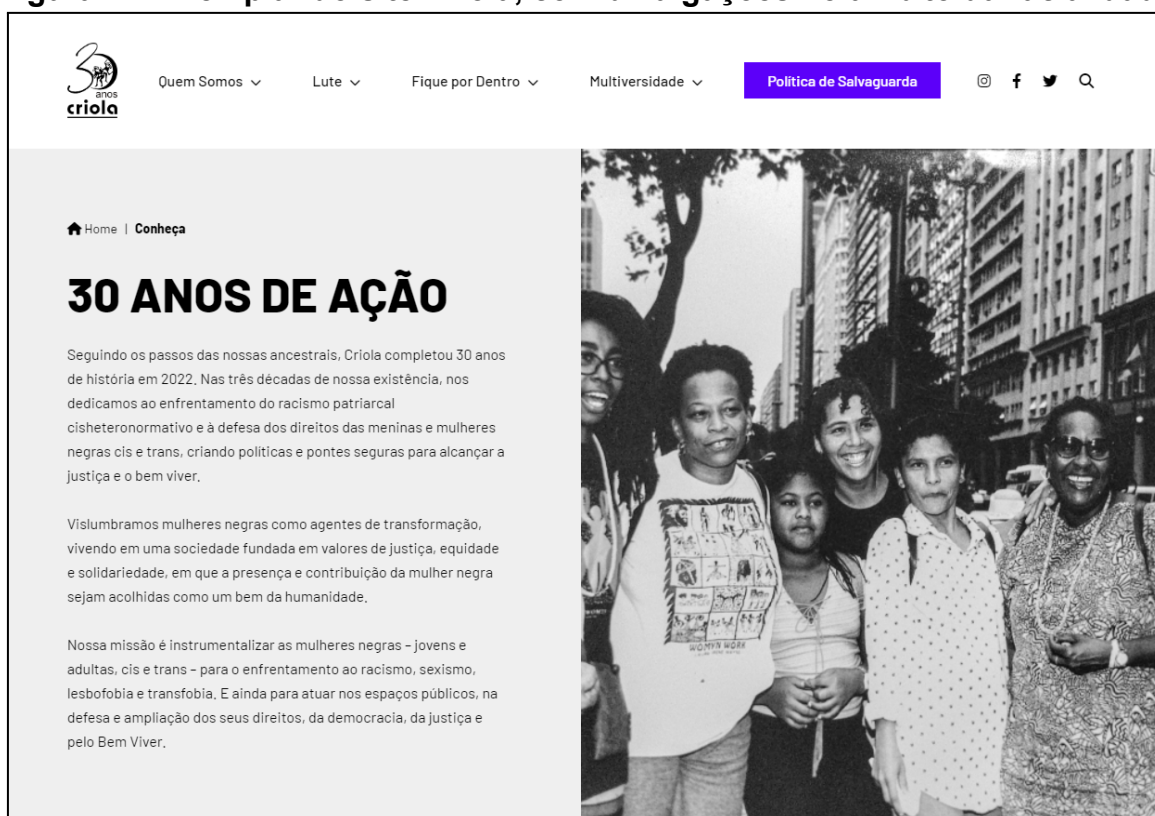
Já a contribuição de Benedita da Silva (1942) é o resultado de anos de luta das mulheres negras no Brasil. Ela foi a única mulher negra a ser eleita como governadora do estado do Rio de Janeiro⁵⁰, com mandato de 06 de abril de 2002 até 01 de janeiro de 2003. Entre suas pautas, estavam a luta contra a desigualdade racial, a discriminação e a ausência de políticas públicas para combater esses problemas. A busca por justiça social para as pessoas negras em situação de vulnerabilidade sempre foi uma das suas “bandeiras”. O discurso da interseccionalidade (Akotirene, 2019) foi reconhecido por ela, na compreensão de como interagem diferentes formas de opressão.

Elizete Lopes da Silva (1953-1994), por sua vez, também conhecida como Liliam Negra, foi uma ativista que desempenhou um papel ativo no Movimento Negro Unificado e na promoção dos direitos das mulheres negras. Ela foi uma das primeiras a articular a necessidade de um feminismo negro no Brasil.

⁵⁰ Disponível em: <https://primeirosnegros.com/benedita-da-silva-a-primeira-governadora-do-brasil/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Da mesma maneira que tivemos as feministas negras criando espaços por meio dos seus trabalhos e de suas pesquisas como citado acima, outras organizações e institutos são criados para atuarem em defesa de pessoas negras. Listo alguns para exemplificar, porém existem outros que ocupam os espaços virtuais e físicos reunindo mulheres e homens que desenvolvem pesquisas e produzem conteúdos sobre a população negra. Um deles é o site Criola, cujo *print* comparece a seguir:

Figura 7 – Exemplar do site Criola, com divulgações no âmbito da racialidade



Fonte: <https://criola.org.br/conheca/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

O criola.org.br é um portal que atua no direito das mulheres negras, jovens e adultas. O portal completou trinta dois anos em 2024. Na descrição, consta a sua atuação no “[...] enfrentamento do racismo patriarcal cisheteronormativo, além da defesa do direitos das meninas, e mulheres negras cis e trans”. A página é construída com o objetivo de transformar a vida das mulheres negras, a fim que vivam em uma sociedade em que possam ser acolhidas como um bem da humanidade, e não de forma explorada e comercial. Entre as contribuições do portal, está uma linha do tempo com os marcos históricos do movimento de mulheres

negras no Brasil. Na mesma direção, também está em funcionamento o Instituto AMMA Psique e Negritude, cuja representação se encontra, a seguir:

Figura 8 – Site AMMA, com divulgações sobre racialidade



Fonte: <http://www.ammapsique.org.br/index.html>. Acesso em: 21 nov. 2023.

O Instituto AMMA Psique e Negritude foi fundado, em 1995, quando um grupo de psicólogas e ativistas perceberam que, somente com a política, não era possível combater o racismo, a discriminação e o preconceito. Uma nova via, a psíquica, seria acionada como forma de enfrentamento aos efeitos “devastadores” que o racismo causa em mulheres e homens:

[...] O racismo, além de violar direitos sociais, prejudica a saúde psíquica dos indivíduos: podendo fazê-los desenvolver sintomas psicossomáticos, inibições, impedimentos (de acesso, de participação), especialmente na experiência de negritude; e/ou desenvolver uma autoimagem distorcida, descolada da própria realidade e racialidade, como ocorre principalmente na experiência de branquitude⁵¹.

Os atravessamentos causados pelas práticas discriminatórias ressoam nas pessoas negras de forma que não se pode mensurar. Nenhum valor financeiro,

⁵¹ Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/quem-somos.html>. Acesso em: 21 nov. 2023.

como as indenizações, são capazes de desconstruir as marcas deixadas por essa violência que é física e emocional. Nessa direção, o AMMA Psique e Negritude entende que é necessário um trabalho mais específico no preparo para que o enfrentamento das práticas de racismo sejam mais eficientes.

Da mesma forma que atua o AMMA, outros órgãos surgem para ampliar as ações não só de combate ao racismo, mas de apoio ao desenvolvimento de mulheres negras. Um exemplo é coletivo que se constitui dessa maneira é o CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, cuja representação imagética pode ser percebida, a seguir:

Figura 9 – Centro Feminista de Estudos e Assessoria



Fonte: <https://cfemea.org.br/index.php/pt/cfemea/quem-somos>. Acesso em: 21 nov. 2023.

O CFEMEA foi fundado em 1989, tendo entre seus princípios políticos e teóricos o feminismo, a igualdade racial, a educação feminista antirracista e decolonial e outros preceitos. Nesse período, um ano antes, a Constituição Federal foi promulgada e modificou, em seu texto, os direitos das mulheres. Nessas condições, uma das premissas da organização é a regulamentação dos direitos conquistados na nova constituição. Assim, a presença foi essencial para que, no pós-constituente, algumas leis se tornassem efetivas:

[...] A atuação do Cfemea foi fundamental para um conjunto importante de leis e procedimentos jurídicos adotados no país no período pós-constituente: Lei Maria da Penha, Orçamento Mulher, Cota de candidaturas femininas nas eleições, alteração no Código Civil para reconhecimento da mulher como sujeita de direitos,

igualdade de gênero, igualdade civil de pessoas LGBTQIAP, entre outras⁵².

Sancionar leis sem um acompanhamento constante tem um efeito placebo nas feridas que estão expostas há mais de 500 anos nas pessoas negras. É, pois, contra as práticas de esquecimento que o poder público mantém em relação à população negra que o trabalho das mulheres que atuam no CFEMEA se faz presente e atuante. Trata-se de uma rede que atua para que mulheres vítimas das “barreiras simbólicas” tenham condições de se estruturarem nos enfrentamentos que estão presentes em seus percursos, como a dificuldade de acesso ao trabalho, a falta de incentivo e o autocuidado.

O CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, por sua vez, está entre os sites que contribuem para a luta antirracista no Brasil. Tal qual em outros centros e institutos citados, ele atua, desde 1990, de forma independente e sem fins lucrativos, na defesa dos direitos da população negra, principalmente em defesa das mulheres negras e dos jovens. O trabalho é realizado por meio de projetos em empresas, com o debate de temas como a educação, justiça racial e juventude.

O que faz o CEERT ser mencionado, além da sua produção, é a presença da psicóloga e ativista Maria Aparecida da Silva Bento – Cida Bento (Figura 10), cuja foto eu reproduzo, a seguir:

⁵² Disponível em: <https://cfemea.org.br/index.php/pt/cfemea/nossa-historia>. Acesso em: 21 nov. 2023.

Figura 10 – Maria Aparecida da Silva Bento – Cida Bento – CEERT



Fonte: <https://www.ancestralidades.org.br/biografias-e-trajetorias/cida-bento>. Acesso em: 24 nov. 2023.

Doutora em psicologia, ela é pesquisadora das relações entre raça, racismo e psicologia, sendo uma referência entre os pesquisadores quando se trata de estudos de branquitude. Assim como Sueli Carneiro, Cida Bento tem uma forma peculiar de olhar, pesquisar e escrever sobre a população negra.

Em suma, o movimento feminista negro, com sua perspectiva e seu compromisso com a justiça social, abraça a importância de construir pontes com outras comunidades e movimentos que compartilham objetivos e desafios similares. Ele também luta contra outras formas de opressão, em conjunto o movimento LGBTQ+, os movimentos indígenas, os movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência, entre outros. Sua convergência reforça a causa da justiça social e destaca a interconexão de todas as lutas por igualdade e direitos humanos.

Essa abordagem visa à promoção da solidariedade entre mulheres de diferentes raças, origens étnicas, culturas e histórias de vida, reconhecendo que a opressão e a desigualdade podem se manifestar de maneiras diversas, porém, muitas vezes, entrelaçadas. Ao construir essas pontes, o movimento feminista negro se fortalece e enriquece o movimento feminista como um todo. A colaboração e a solidariedade entre diferentes grupos de mulheres ampliam a capacidade coletiva de criar mudanças significativas em questões que as afetam em todo o mundo.

Tal solidariedade transcende barreiras e se manifesta em várias formas de cooperação, como alianças em campanhas, coalizões em causas comuns e o compartilhamento de conhecimentos e experiências, como se viu nas instituições e

iniciativas citadas neste tópico. Em conjunto, todas as representações enumeradas e tantas outras possíveis de serem trazidas neste trabalho enriquecem o debate e a força política e, também, ampliam a compreensão mútua, promovendo um diálogo intercultural valioso e necessário dentro e fora da pesquisa acadêmica.

Feita a reflexão, a seguir, empreendo uma síntese dos debates que envolvem o funcionamento de um sistema que atravessa a vida das mulheres negras e não negras: o do patriarcado. Para discutir sua associação com as relações de gênero, no tópico seguinte, eu reúno autorias que remetem a diferentes vertentes dos feminismos, mas o faço na intenção apenas de marcar parte das dinâmicas de poder e dos desafios enfrentados historicamente pelas mulheres, já que a compreensão desse contexto pode ser matéria-prima para reflexões em torno do meu objeto de estudos, na medida em que perpassa parte do que as docentes negras enfrentam na universidade.

1.4 Debates sobre o patriarcado

Longe dos discursos estabilizados acerca do feminismo, os movimentos sociais contra a discriminação feminina (Louro, 2014) ultrapassam as reivindicações pautadas somente no direito de voto que, no Brasil, ocorreram, em 1932, no governo de Getúlio Vargas. Essa temática, portanto, vai além do movimento de idas e vindas e adentra as relações sociais.

A importância do trabalho feminino só foi notada quando as mulheres deixaram a zona rural e foram para as cidades exercer profissões desvinculadas das áreas de ensino ou das artes, além de ocupar novas posições dentro das empresas e, depois, em áreas que sempre foram de domínio masculino.

A relevância dos estudos de gênero é resultado de muitas lutas, ora coletivas, ora isoladas, no reconhecimento de que as mulheres estavam saindo de posições periféricas e passando a atuar ocupando espaços centrais. A esse respeito, conforme Louro (2014, p. 20),

[...] Estudos sobre as vidas femininas – formas de trabalho, corpo, prazer, afetos, escolarização, oportunidades de expressão e manifestações artísticas, profissional e política, modos de inserção na economia e no campo jurídico – aos poucos vão exigir mais do

que descrições minuciosas e passarão a ensaiar explicações (Louro, 2014, p. 20).

As práticas que tornaram as mulheres invisíveis, em muitos momentos, inclusive por parte da ciência, são combatidas por meio dos estudos de gênero, uma vez que trazem, para o centro do debate, aquilo que, justamente, pretendia-se excluir ou esconder.

Ainda nesse sentido, os registros históricos demonstram que o lugar social das mulheres já não é mais o mesmo (invisível). Elas estão em várias profissões, mesmo que os seus cargos sejam controlados por homens. Aos poucos, as mulheres vêm ganhando espaços e delimitando as relações de trabalho e convivência, mas é relevante apontar que ainda há muito a se fazer neste sentido.

Acerca do referido debate, o Correio Braziliense, na matéria “O espaço é delas: mulheres que atuam em profissões com maioria masculina relatam desafios”, de 08 de março de 2021, apresenta uma série de profissões que, majoritariamente, são ocupadas por homens, mas que vem recebendo a presença de mulheres nas mesmas funções – exemplo de caminhoneiras, neurocirurgiãs, aviadoras e, ainda, líderes empresariais, mesmo que em condições desfavoráveis.

Além disso, a pesquisa Pnad Contínua – IBGE, elaborada pelo DIEESE⁵³, aponta que as mulheres estão presentes em áreas como agropecuária, serviços domésticos, indústria e reparação, educação, saúde e serviços sociais, mas são alvos de defasagem salarial em todas elas. Na educação, na saúde e nos serviços sociais, elas ocupavam 75% das vagas, porém recebem 32% a menos que os homens. Na administração pública e na agropecuária, o mesmo acontece: as mulheres recebem 15% e 19% a menos que os homens, respectivamente.

Atenta aos desdobramentos dessa desigualdade, Chimamanda Adichie (2015), no livro *Sejamos todos feministas*, descreve a importância do movimento feminista para a sociedade atual. Com base no escrito, entendo que, embora as mulheres passem a constituir uma representação nos espaços sociais e de trabalho, a opressão não deixa de ser uma constante no percurso feminino e é defendida sempre com o argumento de que homens e mulheres são diferentes biologicamente. Por essa razão, qualquer questionamento seria inútil ou inválido, sustentando, dessa

⁵³ Pesquisa completa disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.html>. Acesso em: 26 jan. 2024.

forma, os debates dentro e fora da academia, em um contínuo exercício, nem sempre dissimulado, de legitimar a posição e o controle masculino. Compreendendo que tais diferenças não são o suficiente para justificar os argumentos de opressão e desigualdades sociais é que surge uma linguagem, até então nova, que coloca o gênero como questão central.

Segundo Guacira Lopes Louro (2003), o conceito de gênero está intimamente relacionado à luta feminista, especialmente na chamada “segunda onda” do movimento, iniciada no final da década de 1960. Nessa altura, o feminismo começou a recorrer a estruturas teóricas e a problematizar o conceito de gênero.

Ainda de acordo com a autora, o conceito de gênero reforça a natureza social da feminilidade e da masculinidade, obrigando quem o utiliza a considerar as diferentes sociedades e os diferentes momentos históricos com que lidam (Louro, 2003). Dessa forma, ele passa a exigir um pensamento plural, enfatizando que projetos e atuações envolvendo mulheres e homens são diferentes e precisam de atenção para que o tratamento respeitoso seja mantido.

Ressalta-se, então, que a noção é lançada para as relações sociais e desafia as hierarquias de poder que mantiveram os homens no topo e as mulheres sempre em condições de subordinação – essa ação é uma condução bem proposta pelo movimento feminismo. Cabe destacar que as estruturas que são sustentadas pelo gênero perpetuam e mantêm as dinâmicas de desigualdades e discriminações. Dessa maneira, é essencial entender como a mulher se movimenta sem perder a sua força e sua característica.

Então, refletir sobre o feminino é essencial para apresentar seres que, em nenhum momento da história, mostraram fragilidade, pelo contrário: em vários momentos, elas surgem e foram representadas pela cobra, elemento simbólico que, regulamente, coloca medo. Essa emoção tem a função de sufocar as qualidades delas, como a perspicácia, a sabedoria e o momento certo de atacar. O Período Feudal (séculos V-XV) abre um leque de informações a esse respeito, já que a exploração do senhor feudal junto ao clero deixa uma lacuna para estudarmos o papel da mulher (Federici, 2017). Em relação a tal momento, Silvia Federici (2017)⁵⁴, em *O Calibã e a Bruxa*, defende que o passo seria documentar as condições sociais

⁵⁴ Faço referência à autora, em função da importância de seu trabalho, mesmo ciente das divergências teóricas existentes dentro das próprias teorias feministas.

e históricas nas quais o corpo se tornou elemento central e esfera de atividade definitiva para a constituição da feminilidade.

Na época, a exploração dos mais pobres era tão intensa que foram surgindo movimentos sociais que buscavam não só o direito de comer ou de desfrutar de uma vida digna, mas, também, o direito das mulheres atuarem não como figurantes, no plano de fundo, e sim como protagonistas. Na perspectiva de Federici (2017, p. 45),

[...] É na luta antifeudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal. A luta contra o poder feudal produziu também as primeiras tentativas organizadas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer relações mais igualitárias entre mulheres e homens.

Nessas condições, as lutas na Idade Média foram de muitas reviravoltas, porém as pessoas pobres, que eram exploradas nos feudos, buscavam, nos burgos, sua liberdade que era em forma de outro tipo de exploração. Nesse hiato, surge uma nova forma de exploração por meio do pagamento em dinheiro.

O pagamento em dinheiro trouxe consequências devastadoras, pois ficou ainda mais difícil mensurar a exploração que era muito massiva e contava com a legitimidade da igreja – o que causava mais indignação nos explorados, reforçando o fortalecimento dos movimentos sociais nos quais as mulheres começaram a se sobressair ainda mais. Ainda conforme Federici (2017, p. 65),

[...] A medida que as mulheres ganhavam mais autonomia, sua presença na vida social passou a ser mais autônoma, sua presença na vida social passou a ser mais constante nos sermões dos padres que reprendiam sua indisciplina (Casagrande, 1978); nos arquivos dos tribunais aonde iam denunciar quem abusava delas (s.Cohn, 1981); nas ordenações das cidades que regulavam a prostituição (Henrique, 1966); entre as centenas de não combatentes que seguiam os exércitos (Hacker, 1981) e sobretudo, nos movimentos populares, especialmente nos heréticos.

A passagem anterior é fundamental para o entendimento de um dos piores momentos da história da humanidade: aquele no qual vigorava a Inquisição⁵⁵ que,

⁵⁵ Esse período em que não só as mulheres, mas principalmente elas, quando consideradas hereges, eram conduzidas forçosamente para um tribunal onde a tortura era uma prática deliberada com o objetivo de fazer com que os acusados dissessem algo que pudesse incriminá-los. Isso serviu como um dos capítulos mais sombrios da história, marcado pelo abuso de poder e pela negação dos direitos humanos básicos, segundo Michael Baigent e Richard Leigh (2001).

por 300 anos, exterminou as mulheres. Os movimentos que mais se destacaram ficaram conhecidos como milenaristas e heréticos e é justamente a partir do segundo que a igreja se concentrou para julgar o comportamento dos explorados, tendo como ponto central a mulher.

Por mais que seja difícil distinguir os dois movimentos, existe uma diferença tênue: os milenaristas eram livres (Federici, 2017), sem possuírem uma estrutura organizada; e, por outro lado, os hereges já tinham um planejamento para estruturar uma sociedade. Desse modo, por serem organizados, tiveram um papel essencial na luta antifeudal, e as mulheres tinham uma posição de destaque nesse grupo, segundo a autora.

Assim, enquanto para a igreja a mulher não tinha valor algum, na seita herética, ela desfrutava de uma vida social em igualdade com os homens. Elas tinham direito de ministrar sacramento, pregavam, batizavam e, até mesmo, eram ordenadas sacerdotisas. Ressalta-se que elas tinham papéis importantes nessas seitas – algumas, com funções mais destacadas. Percebe-se, então, que a mulher se fazia presente até nas guerras e na revolução sexual, como um ato para proteger seus corpos e suas crias.

A revolução sexual, antes vista pela igreja como uma certa indulgência na alta Idade Média, começou a ser motivo de ódio às mulheres. Principalmente após a peste negra, elas foram rebaixadas a nada, a ponto de o Estado autorizar a legalização do estupro, e essa foi uma das formas mais vis de violação que se tem registros na humanidade. A mulher que enfrentava essa violência perdia tudo o que tinha e era levada para os prostíbulos, transformados em estabelecimentos controlados pelo Estado. Ainda de acordo com a autora, as vítimas não tinham condições de se opor e reclamar, e, nesse contexto, algumas eram designadas como bruxas.

As bruxas eram as mulheres que tinham conhecimento sobre a natalidade, sobre os ciclos hormonais e trabalhavam de forma independente, o que era considerado ultraje aos modelos sociais. A ausência de controle sobre seus corpos criou o mito e a imagem da bruxa como um ser com características não humanas, que necessitava de intervenção da igreja para ser eliminada (Federici, 2017).

Com isso, as mulheres foram as mais prejudicadas na transição do feudalismo ao capitalismo, pois, devido à conquista de outros países na América, as

terras por elas exploradas passaram a ser aquelas que foram expropriadas de seus espaços, de suas famílias, para serem levadas, detidas, escravizadas em outros territórios, como foi o que aconteceu com as mulheres negras (Federici, 2017; Kilomba, 2019). Em tais condições, a pobreza dominou o mundo, e, com ela, a violência prevaleceu. A transição do feudalismo para o capitalismo foi pautada na traição, na opressão, na desapropriação da dignidade humana – o que atingiu diretamente as mulheres (Federici, 2017).

Somando-se a todo esse cenário, as atrocidades da igreja e dos homens mais ricos, em prol de mais poder, em nome da dominação, atravessou os mares e se tornou global. Nesse processo, o continente africano – o berço da retirada da mão de obra por meio do sequestro e tráfico humano – foi o alvo para exploração. Os escravizados eram vendidos e, chegando ao Brasil, já que estou tratando do contexto nacional, essas pessoas eram tratadas como animais domésticos. Aliás, encontra-se, na literatura, que o negro precisava de “3 P: pão, pano e pau” (Antonil⁵⁶, 2013, p. 70) e que tal brutalidade era tanto consentida quanto legitimada pela igreja.

A ênfase dada ao “homem branco” era a de que este liderava e articulava, no seu lugar de fala – isto é: o lugar de quem é homem, branco, hétero, cristão e pertencente às classes mais abastadas. Eram esses sujeitos que, dentro e fora da igreja, usavam das mais ardilosas formas de sacramentar o capitalismo. Como forma de poder econômico e social, em seu livro *a História da Riqueza do Homem*, Leo Huberman (2010) também apresenta as atrocidades que ocorreram no período da transição e da exploração da mão de obra feminina e infantil.

É importante destacar que é nesse exato momento que o estado passa a garantir a relação entre as classes e a atuar como controlador da reprodução e disciplina do trabalho. Segundo Federici (2017, p. 164),

[...] O Estado surgiu como uma única organização capaz de enfrentar uma classe trabalhadora regionalmente unificada, armada e que já não limitava suas demandas à política econômica do feudo. [...] O Estado encarregou-se formalmente da regulação e da repressão do trabalho, uma vez que os senhores locais não eram mais capazes de garanti-las. No entanto, foi com a introdução da assistência pública que o Estado começou a reivindicar a ‘propriedade’ da mão de obra,

⁵⁶ André João Antonil.

ao mesmo tempo que instituíra uma divisão do 'trabalho' capitalista dentro da própria classe dominante.

Os registros expostos a respeito da evolução do feudalismo para o capitalismo são fundamentais para esclarecer a historicidade da mulher. Isso porque antes mesmo, com as lutas, passa a ter um protagonismo que, agora com o capitalismo, ela perde e se cancela o patriarcado que discutirei, a seguir.

Nesse percurso, há o reforço da violência do homem e da igreja, tanto a católica quanto a protestante, que se unem para manter a pobreza, a violência, a exploração da mulher com tantas mortes, entre revoltas e doenças, fatores determinantes para o enfraquecimento da mulher. Tais ações foram praticadas por homens, que atuavam nas instituições, já demonstrando as práticas do patriarcado. Em tal linha, para Gerda Lerner (2019, p. 25),

[...] O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi, por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho.

O patriarcado é um sistema social profundamente enraizado que atribui poder e autoridade aos homens em detrimento das mulheres e de outras identidades de gênero. Esse sistema tem sido objeto de extensa pesquisa e discussão nas áreas de estudos de gênero e feminismo ao longo do tempo (Saffioti, 1987; Lerner, 2019).

Pensando na constituição histórica, o patriarcado não é um fenômeno recente, mas, sim, um produto de longa data das sociedades humanas. Ele é caracterizado por uma série de estruturas de poder que perpetuam a desigualdade de gênero e também de raça. bell hooks (2018), em seu livro *Teoria feminista: das margens ao centro*, explora como o patriarcado não só concede poder econômico e político aos homens, mas também influencia as normas culturais que perpetuam a misoginia e a objetificação das mulheres. Isso se manifesta em diversas formas de violência de gênero – a exemplo do abuso doméstico, do assédio sexual, dos casos de violências sexuais e dos feminicídios.

Apesar da persistência do patriarcado, Audre Lorde (2019), em *Irmã Outsider*, enfatiza a importância da resistência e da solidariedade entre as mulheres. O feminismo, como movimento social e político, tem desafiado o status quo patriarcal e

avançado na busca por igualdade de gênero. No interior das perspectivas teórico-metodológicas em diálogo neste trabalho, defendo que o patriarcado é um sistema complexo que moldou as sociedades por séculos e ainda mantém suas influências na vida das mulheres, principalmente, atuando como um termômetro para a manutenção das desigualdades na sociedade ocidental.

Para compreendê-lo e superá-lo, portanto, é fundamental examinar as raízes históricas das estruturas de poder de gênero, bem como as formas contemporâneas de resistência e mudança. Tanto as autoras mencionadas, como muitas outras têm contribuído significativamente para essa análise crítica e para a promoção da igualdade de gênero.

Em seu princípio histórico, segundo Lerner (2019) e Saffioti (1987, 2004), por exemplo, o patriarcado é associado à concepção de que as mulheres têm papéis específicos e restritos (limitados) em todas as sociedades onde ele é parte da estrutura social. Essa posição delimitou, de forma significativa, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, impactando, significativamente, também o seu acesso à educação de qualidade, suas perspectivas de carreira e o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

As limitações que o patriarcado impôs e impõe na vida das mulheres resultam, ainda, nas desigualdades salariais, uma das diversas faces de tal sistema opressor. De acordo com Saffioti (1987, p. 14),

[...] O argumento de que há muito poucas mulheres dentre os grandes cientistas, grandes artistas, até grandes cozinheiros, tenta provar que também em termos de inteligência a mulher é inferior ao homem. Os portadores e divulgadores desta ideologia esquecem-se de medir as oportunidades que foram oferecidas, ou melhor, negadas às mulheres.

Para além do que explica Saffioti (1987), outro impacto negativo – e são muitos – são as barreiras que impedem o avanço das carreiras, uma vez que isso vai além da questão salarial. Frequentemente, utiliza-se de estereótipos de gênero como justificativa para tal bloqueio, o que resulta em preconceitos no local de trabalho e coloca em risco as oportunidades de liderança e influência que elas podem desenvolver.

As relações sociais, por sua vez, são extensões do ambiente de trabalho (Saffioti, 1987) e influenciam a maneira como as mulheres são percebidas e

percebem a si mesmas. Assim, as normas de gênero e os estereótipos tradicionalmente associados ao papel feminino limitam as escolhas das mulheres e, de certa forma, afetam suas vidas pessoais e profissionais.

Na tentativa de reparar as defasagens salariais presentes nas empresas, no governo do então presidente, Luís Inácio Lula da Silva (2022-2025), foi decretada, em 23 de novembro de 2023, a regulamentação da Lei nº 14.611, que dispõe sobre a igualdade salarial entre homens e mulheres. A divulgação da lei, no mês de novembro, tem um efeito simbólico para a população negra, porque homens e mulheres negros historicamente recebem os salários inferiores aos demais trabalhadores – e as mulheres negras recebem menos que os homens negros nas mesmas funções.

Como um resultado das práticas sociais, para as mulheres, são atribuídos os trabalhos domésticos não remunerados⁵⁷. Isso faz com que elas fiquem sobrecarregadas e, por consequência, tenham o seu tempo e sua energia limitados para outras atividades, inclusive para o autocuidado. No que se refere à questão, Lerner (2019, p. 15) afirma que

[...] O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi, por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho. Trata-se de algo visto de modo tão natural e instintivo.

As violências físicas, sexual e emocional a que são expostas também são uma característica do patriarcado e tornam a busca por justiça algo bastante difícil. Isso porque as delegacias e os órgãos de segurança, na maioria das vezes, são lugares ocupados por homens e, em outros casos, por outras mulheres que questionam ou colocam as vítimas em situação de culpadas pelas violências sofridas (Brownmiller⁵⁸, 1975; Davis, 2016; Gay⁵⁹, 2021; hooks, 2018).

Como medida de apoio às mulheres que são afetadas pela violência, em fevereiro de 2015, a presidenta da república, Dilma Rousseff, inaugurou, em Campo Grande-MS, a primeira Casa da Mulher Brasileira, com o

⁵⁷ Em Zoppi-Fontana (2014) e Modesto (2021), há uma importante discussão sobre esse processo.

⁵⁸ Susan Brownmiller.

⁵⁹ Roxane Gay.

objetivo de atender de forma mais humanizada às mulheres, um ato que demonstrava o compromisso do governo no enfrentamento à violência.

Entre as atribuições da Casa da Mulher Brasileira está: o acompanhamento psicológico e social, que não era realizado nas delegacias; o amparo legal com orientações para encerrar ciclos de violência; e instruções sobre a medida protetiva contra os agressores, na esperança de que os ciclos de agressões e, em alguns casos, de mortes se encerrassem.

Por fim, é na saúde mental das mulheres que o patriarcado impõe seu lado mais cruel, afetando a dignidade, a autoconfiança e autoestima e as levando aos sentimentos de inadequação e inferioridade. Além do silenciamento (Orlandi, 2007), elas acabam sendo invisibilizadas socialmente. De acordo com Orlandi (2007, p. 14), trata-se do

[...] silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda, aquilo que é mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é 'fundante' [...] quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio 'fala' por elas; elas silenciam.

Operando por meio do silenciamento, tem-se um sistema de poder social que atua em todos os aspectos das vidas femininas, como um tecido cheio de tramas que se inter cruzam causando danos irreparáveis.

Dentre práticas e discursos, em alguns momentos, já consolidados, compreendo que os feminismos são plurais e, ao mesmo tempo, específicos. Defendo que são plurais ao ver que existem os feminismos negro, indígena e não negro, por exemplo. Todos possuem questões específicas, mas, em comum, está a luta por respeito e dignidade nos domicílios, no trabalho e na sociedade.

A partir do que tenho proposto como discussão, os estudos de gênero são o resultado de inúmeras lutas, sejam isoladas (somente das mulheres negras), sejam em coletividades (com mulheres não negras) que saíram de posições sociais ou profissionais periféricas, posicionando-se no centro das relações já citadas: de trabalho e em sociedade.

Reitero que o conceito de gênero sempre esteve presente nas dinâmicas sociais onde as mulheres negras, indígenas e não negras têm suas vozes ouvidas

interesses protegidos mesmo que por força da lei, como a Lei Maria da Penha⁶⁰. As pautas de gênero coexistem, pois, em oposição ao patriarcado, um sistema opressor que marginaliza e oprime as mulheres, negras ou não, colocando os interesses e privilégios masculinos como prioritários, como já discuti neste capítulo.

Em dias atuais, o patriarcado demonstra sua presença nas formas de opressão que vão desde a posse dos bens, passando por privações, violências domésticas, estupros e feminicídios. Embora existam as denúncias nas casas de apoio às mulheres, crianças e adolescentes, precisamos de dados e pesquisas que discutam se existe relação de proporção entre os atos crimes praticados e a condenação pelos atos.

Em torno desse assunto, o Atlas da violência produzido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apresenta um retrato social e a situação das pessoas negras no Brasil, reproduzidos a seguir:

⁶⁰ A lei recebeu esse nome em homenagem a uma das vítimas da violência doméstica que, após duas tentativas de homicídios, iniciou uma “jornada” para que uma lei fosse criada e reduzisse a violência contra as mulheres. A Lei 11.340/2006 determina: “Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 26 out. 2023. Nota adicional: essa foi alterada pela última vez em 2023, sendo uma das mais relevantes alterações a aplicação de medida protetivas de forma imediata, com o objetivo de proteção das vítimas e dos seus familiares diretos.

Figura 11 – Atlas da violência no Brasil 2022



Fonte:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3299-dashpessoas-negrasfinalconferido.pdf>
Acesso em: 26 out. 2023.

O que a Figura 11 ressalta é a forma como as maiores vítimas, em números, são as mulheres negras e pobres, periféricas ou não. As atrocidades que eram praticadas no período escravocrata, descritas no tópico anterior, como se vê, permanecem mantidas, de maneira que os abusos físicos cometidos pelos donos de engenhos são praticados, hoje, por pais, esposos, irmãos e, até mesmo, filhos.

No próximo capítulo, que dá continuidade à escrita da tese, discorro sobre outros princípios teóricos que dão sustentação a esta pesquisa. Nele, abordo como a Análise de Discurso e seus funcionamentos criam o cenário epistemológico para a produção das análises que serão realizadas a partir de sequências discursivas, que estão agrupadas em respostas da pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas.

2. ARQUIVO, RACIALIZAÇÃO E(M) PESQUISA DISCURSIVA

2.1 Considerações preliminares

[...] Assim, a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca das propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedecem a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise do discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visa à demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos (Orlandi, 2010, p. 63).

Na perspectiva discursiva materialista, a orientação é pautada em um objeto específico: o discurso. Neste capítulo, resgato parte do percurso da AD na França e no Brasil para situar, para além do contexto histórico da vertente mobilizada, alguns conceitos-chave para a análise do trabalho: a própria noção do discurso, de formação discursiva, de sujeito e de memória. Tomando a AD como disciplina e base teórico-metodológica, farei a relação entre o *corpus*/sujeito da pesquisa e a teoria em si.

Para adentrar as propriedades discursivas, como sugere Orlandi (2010), na epígrafe, adotei o instrumento entrevista como forma de construção do *corpus*. A escolha por esse gênero está relacionada às sujeitas da pesquisa, mulheres negras em uma universidade pública, e aos objetivos do estudo. No capítulo seguinte, a análise das SDs selecionadas relaciona-se, diretamente, aos eixos temáticos também definidos e desenvolvidos no capítulo três. Do ponto de vista teórico-metodológico, além das condições de produção das entrevistas, tratarei de tensões raciais no espaço acadêmico e, de forma concisa, do percurso com o Comitê de Ética em Pesquisa.

2.2 Disciplina de entremeio

Neste tópico, inicio um gesto de leitura de alguns textos para, assim, caracterizar a AD enquanto circunscrita com o título de disciplina de entremeio

(Orlandi, 2003; Ferreira⁶¹, 2007). Embora o percurso de um pesquisador possa ser marcado pelos objetos que ele movimenta em suas pesquisas, nesta tese, o que me mobiliza é a ciência escolhida como método de trabalho. A escolha pela AD para mobilizar tais objetos está nas diversas possibilidades que ela apresenta como suporte teórico e foi definida em conjunto, no diálogo entre orientadora e orientando. Outra justificativa para a opção por essa perspectiva está no fato de que, além de ela “[...] ser mais relevante para as ciências da linguagem, ela está presente no exercício das ciências humanas” (Orlandi, 2012, p. 18).

No rol do escopo teórico delimitado e considerando que as discursividades estão sempre em movimento, fez-se imprescindível adentrar às condições de produção envolvidas. Pêcheux (2009) introduz o conceito de condições de produção para remeter à forma como o discurso emerge, estabelecendo relações que abrangem a conexão entre a linguagem e o contexto histórico-social. Para o autor, “[...] é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas é necessário referi-la ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (Pêcheux, 2009, p. 35).

As condições de produção compreendem, basicamente, os sujeitos e as situações. A memória também faz parte da produção do discurso (Orlandi, 2005). Tomando como reflexão a definição de Orlandi (2005), o funcionamento do contexto imediato tem a ver com as circunstâncias da enunciação, algo que repercute de forma imediata, quase que simultânea. No que diz respeito a instituições de ensino, por exemplo, o aluno pergunta se terão aulas de capoeira, e a docente informa que terão aula de determinada disciplina, mas não de capoeira, como veremos no capítulo três que trata das análises realizadas. Então, o contexto imediato está associado à sala de aula, ao acadêmico que faz a pergunta e à docente.

É possível, também, considerar o contexto sócio-histórico e ideológico. No primeiro, estão as condições históricas que envolvem o discurso. Ainda utilizando o exemplo da sala de aula e do comentário do acadêmico, existem os fatores racializados que associam que a negras e negros não pertencem àquele espaço, dando o sentido de que a professora está *limitada* a não ter condições de estar ali. O

⁶¹ Maria Cristina Leandro Ferreira.

ideológico, por sua vez, está associado com as estruturas, crenças e valores e forma como o discurso é compreendido e produzido, atuando sobre aquilo que pode ser dito dentro de um contexto ou o que deve ser silenciado em um determinado espaço discursivo.

Em consonância ao que propõe Pêcheux (2009) sobre o necessário estabelecimento de relações entre as sequências linguístico-discursivas e suas condições de produção, é que levo em consideração em quais circunstâncias se inserem os dizeres das professoras negras participantes, os quais compõem o *corpus* analítico. Michel Pêcheux, filósofo francês considerado o principal expoente da perspectiva materialista do discurso, é reconhecido por suas contribuições teóricas que deram origem à Análise de Discurso que emergiu a partir dos anos 60 na França. Na base da proposição da teoria, o autor questionou a possibilidade de a AD existir, de maneira que ela não ficasse fechada, e, sim, causasse movimentações, “[...] mostrando que não há separação estanque entre linguagem e sua exterioridade constitutiva” (Orlandi, 2012, p. 25).

Nesse cenário, a expressão “disciplina de entremeio” é empregada para descrever a posição singular ocupada pela Análise do Discurso em relação a diversas disciplinas, como a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. A AD se encontra nesse espaço intermediário, possibilitando a análise crítica do sujeito, dos sentidos, da história, sobretudo para estabelecer uma abordagem teórica e analítica inovadora nas Ciências Humanas e Sociais. Assim, a AD se configura como um campo de estudo entre a linguística e as ciências sociais, no qual a linguagem é desestabilizada em sua prática, valorizando o trabalho com o simbólico e a construção política dos sentidos, considerando a sua fluidez e mutabilidade (Orlandi, 2002, 2003; Pêcheux, 1997).

Em Orlandi (2019), uma preocupação que ganha destaque é sobre o formato com que a AD será desenvolvida, não a submetendo a um modelo que resolva equações lógicas como nas ciências exatas, uma vez que os “produtos” da AD não são lógicos, como o sujeito e a língua, bem como as análises que podem ser formuladas a partir deste encontro. Em meio a essa discussão, a autora defende que a AD

[...] é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai que vai colocar questões da lingüística no campo de sua constituição,

interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam (Orlandi, 2012, p. 25).

O contato com a AD leva por caminhos diferentes para quem a toma como metodologia de pesquisa ou, então, para quem se apoia nas leituras a respeito da proposta disciplinar. Essa possibilidade de caminhos é um reflexo de como a linguagem se relaciona com a sociedade, e os sentidos podem ser sempre outros.

O percurso da AD, na França de 1960, é marcado por deslocamentos, com mudanças e revisões de conceitos essenciais em três épocas, segundo Carolina Fernandes e Luciana Lost Vinhas (2019). Tradicionalmente, esses três momentos são chamados de AD1, AD2 e AD3. Cada um deles remete ao processo de constituição do campo, sem marcar entre si uma data fechada de início e fim.

Em uma espécie de didatização desse processo, ressalto que a AD1 foi marcada pela noção de maquinaria discursiva. Trata-se de compreender o funcionamento discursivo – em geral, homogêneo e fechado – a partir de grupos específicos – como, por exemplo, o de uma professora em uma assembleia ou de um político em um comício. Tal pensamento surge, em meio ao estruturalismo, como uma ferramenta de exploração metodológica. Para Fernandes e Vinhas (2019, p. 136), essa primeira fase foi a da Análise Automática do Discurso (AAD-69), “[...] onde se buscou um método automático de análise de textos com a ajuda de programas de computador, cujo suporte lógico fornecia algoritmos específicos para a análise de cada corpus”. Ainda na AD1, o sujeito era considerado assujeitado, tendo em vista que “[...] os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando, na verdade, são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’” (Pêcheux, 1990, p. 311).

Na AD2, a noção de maquinaria estrutural passa por mudanças, na verdade, fica em uma situação duvidosa enquanto método, já que, na AD1, era uma noção fechada em si e, na AD2, surge a noção de “formação discursiva”, por influência do pensamento de Michel Foucault. Para Pêcheux (1997, p. 314), na AD2, “[...] estas relações (entre as máquinas discursivas estruturais) são relações de força desiguais entre processos discursivos, estruturando o conjunto por dispositivos com influência desigual uns sobre os outros”. A mudança acontece porque, com a FD, existe a relação com o exterior, o que não acontecia na AD1.

Conforme Orlandi (2012), a Formação Discursiva é definida como um conjunto de condições ideológicas e sócio-históricas que organizam os sentidos possíveis de um discurso, determinando, assim, o que pode ser dito a partir de uma posição enunciativa dentro de um contexto. Ainda de acordo com a autora, as FDs estão em um conjunto mais amplo de dizeres já ditos e disponíveis na memória discursiva. Essa noção revela que, como o sentido não é pertencente às palavras, ele está constituído na relação que existe entre a história, a ideologia e a linguagem – portanto, é marcado pela ideologia. Trazendo a discussão para o contexto desta pesquisa, o uso de termos como “docentes negras”, por exemplo, não é apenas uma descrição, mas uma inscrição em uma FD que reivindica um lugar de pertencimento, contrapondo-se à hegemonia que, frequentemente, apaga essas identidades.

As Formações Ideológicas (FIs), por sua vez, inserem-se em um conjunto de atitudes coletivas e não universais relacionadas à posição conflitante de classes. É uma força que intervém com outras, tendo como característica a formação social. Isso porque as palavras, expressões e formulações mudam de sentido segundo aqueles que as empregam (Ferreira, 2001), e a linguagem utilizada em interações sociais reflete a posição ideológica e os papéis sociais dos indivíduos. Uma mulher pode empregar, por exemplo, expressões específicas ao se comunicar com outras mulheres, que não seriam proferidas no diálogo com um homem, mesmo em situações profissionais. De maneira semelhante, em ambientes corporativos, quem ocupa posições de liderança deve considerar que o uso de termos comuns entre trabalhadoras(es) das áreas operacionais pode não ser adequado, já que a linguagem também carrega marcas de hierarquia e poder.

No interior desse percurso, o início da AD2 é marcado pela noção de interdiscurso⁶². As mudanças que acontecem a partir dessa desconstrução foram: a) o abandono da homogeneidade atribuída à noção de condições de produção, visto que o exterior não é homogêneo; b) o reconhecimento de que a sintaxe não é neutra; c) a emergência de discussões sobre heterogeneidade enunciativa, que levam ao debate sobre o discurso-outro; e d) a proposição de interrogações acerca

⁶² De acordo com Orlandi (2007, p. 87-88), o interdiscurso “[...] é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso”.

do sujeito do discurso, do espaço de memória e da Análise de Discurso enquanto procedimento analítico. A AD3 permanece, mesmo após a morte de Pêcheux em 1983, devido aos questionamentos que foram realizados e não foram encerrados no seu falecimento, criando a possibilidade para sua continuidade. Então, em sua terceira fase, inicia-se

[...] o ‘batimento’ ou ‘alternância’ entre descrição e interpretação [...] onde se reconhece que o analista também interpreta; não há mais apelo à objetividade, visto que se considera, na prática analítica, a especificidade do objeto teórico que funciona como estrutura e como acontecimento. A proposta [...] é, então, fazer a descrição da materialidade significativa em alternância com a interpretação [...] do processo discursivo. Não há mais níveis de análise, nem etapas pré-definidas, há um objeto a ser explorado, e a partir dele, se constrói os caminhos tendo por norte a teoria (Fernandes; Vinhas, 2019, p. 143).

Considerando as três fases descritas, se, na França, a Análise do Discurso iniciou em 1960, no Brasil, de acordo com Orlandi (2011), isso se deu apenas em 1980. Esse lastro temporal está relacionado às condições pelas quais os dois países estavam passando⁶³. Aqui, foi necessário o final da ditadura militar e a abertura política nacional para que os estudos fossem realizados.

Nesse momento, a proposta da disciplina é pensar a prática discursiva em observação à materialidade do texto, sua historicidade e sua constituição (interdiscurso). A historicidade está associada não aos dados e marcos históricos, mas, sim, à forma como a história se inscreve textualmente. Então, “[...] Não se trata, assim, de trabalhar a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos” (Orlandi, 1996, p. 55). Nas análises, o que é levado em consideração é a historicidade e os sentidos produzidos. Na tese, serão analisadas os efeitos da imbricação entre história e discurso, a partir da vida das docentes negras.

⁶³ Minha afirmação sobre o lastro temporal decorre da filiação à vertente materialista personificada no trabalho da professora Eni Orlandi no Brasil. Apesar disso, sei que, em Maria do Rosário Gregolin (2007), há a defesa da ideia de que foi professor Carlos Henrique Escobar (da UFRJ e da UFF) que, entre 1960 e 1970, realizou “[...] um esforço militante pelo desenvolvimento de uma ‘ciência dos discursos ideológicos’ no Brasil” (Gregolin, 2007, p. 24). A autora reporta a situação de exílio vivenciada pelo pesquisador durante a Ditadura Militar, explicando que “[...] isso provavelmente dificultou (ou até mesmo, impediu) que suas propostas tivessem ressonância” (Gregolin, 2007, p. 40). Segundo a autora, a configuração da disciplina da AD no país “[...] ocorre a partir dos anos 1980, com a nova situação política brasileira, com outros atores e outro cenário: a partir da Unicamp (Campinas, SP) e em torno dos trabalhos de Eni Orlandi” (Gregolin, 2007, p. 40).

Na definição de interdiscurso proposta por Orlandi (2012, p. 30), a autora explica que “[...] usamos a língua dos outros em nosso contexto”, de forma que o sujeito se apropria de outros discursos para constituir o seu, e, nesse processo de formulação, o já-dito ganha novo significado. Entendo, dessa forma, que herdamos a língua como forma de expressão, uma vez que repetimos as palavras que nos foram ensinadas e reproduzimos nas gerações a que temos acesso.

Segundo Orlandi (2002), o analista de discurso faz com seu texto um trabalho com paráfrase, metáfora e equívoco. A paráfrase e a metáfora explicitam-se, pois, enquanto procedimentos de análise. Essa é, para mim, uma marca da especificidade da Análise de Discurso: ela introduz uma noção não linguística de paráfrase e uma noção de metáfora que não deriva da retórica ou dos estudos literários, assim como uma noção de “memória” que tem suas determinações que não são psicológicas, cronológicas etc.

A proposição que Orlandi (2002) faz sobre a noção de paráfrase não é somente enquanto uma repetição: a pessoa que ocupa a posição de analista de discurso é convidada a pensar sobre os efeitos de sentidos que são construídos por meio da linguagem. Quanto à metáfora, é considerado qual o papel das no construto social.

Assim, a AD permite analisar o discurso de forma crítica e desestabilizar os mecanismos ideológicos que estão presentes na linguagem. Concordo com Orlandi (2002) no momento em que ela afirma que as três noções – paráfrase, metáfora e memória – se diferenciam das outras áreas do conhecimento, e considero, ainda, que:

[...] Os sentidos não se esgotam no imediato. Tanto assim é que fazem efeitos diferentes para diferentes interlocutores. Não temos controle sobre isso. Mas tentamos. Faz entrada, assim, em nossa reflexão, a noção de contradição junto à de equívoco (Orlandi, 2002, p. 50).

Segundo a autora, os discursos possuem uma polissemia. Dessa forma, os interlocutores fazem interpretações e percebem sentidos diferentes para uma mesma formulação. Para o gesto de leitura, faz-se necessário levar em consideração o contexto social e histórico em que os discursos são produzidos. Retomo, para a discussão dessa citação, os impactos que os discursos produzem na sociedade, levando em consideração as suas condições de produção. Para

ilustrar, recorro como referência à hashtag #elenão e os sentidos produzidos no Brasil no momento que a hashtag circulou nos meios eletrônicos.

Com base no papel das condições de produção, ressalto que os discursos podem operar como ferramenta de disputa simbólica e ideológica. No período eleitoral de 2018, a hashtag #elenão foi divulgada de forma ampla como um exemplo de como os discursos se organizam em torno de palavras-chave, promovendo a mobilização de acordo com os posicionamentos políticos e sociais.

A circulação da hashtag não trouxe apenas o ato de rejeição ao então candidato à presidência do Brasil, Jair Bolsonaro. Sob essa marca, articulavam-se críticas associadas às pautas movimentadas por ele, as quais estavam vinculadas à violação dos direitos humanos, ao autoritarismo e ao não respeito às diversidades, afetando os grupos sociais que defendiam essas pautas, e o espaço digital foi o palco virtual para tais disputas.

Da mesma forma com que o símbolo foi utilizado como significante de resistência pelos grupos e movimentos sociais afetados⁶⁴, por outro lado, enfrentou reações opostas pelos agrupamentos que estavam alinhados às propostas do então candidato, demonstrando que por meio dos discursos são constituídas as disputas. Na perspectiva de Ferreira (1994, p. 134),

[...] A relação com o equívoco afeta toda a língua. Sob diferentes formas, encoberto sob diferentes marcas sintáticas, o equívoco se manifesta, vem à tona e ganha corpo e significação. O modo de materializar-se pode ser pelo viés da falta, do excesso, do absurdo, do non-sense, e por aí se estendem as possibilidades. O que há de comum em todas elas é a ruptura do fio discursivo e o impacto efetivo na condição de fazer e desfazer sentidos.

O equívoco, aqui, está posto como uma falha no processo discursivo, que pode ocorrer devido a diferenças na linguagem ou cultural. Pelos equívocos possibilitados pela língua, por exemplo, uma docente negra pode relatar casos de discriminação no ambiente acadêmico, e, como devolutiva, ela pode ser informada de que não se passa de um mal-entendido ou, ainda, que não existem estas prática nas universidades e, mais, que pode ser “apenas” um problema de relacionamento

⁶⁴ Sobre a irrupção e a circulação da #elenão, sugiro a leitura de Amanda da Silva Duarte, Matheus Santos de Araújo e Elaine de Moraes Santos (2020), que movimentam uma análise realizada em torno de parte dessas lutas.

interpessoal. Nessas situações hipotéticas, está configurada a falha na compreensão do que é a realidade vivida por essas docentes negras.

De acordo com os interlocutores e com a posição que ocupam no dizer, os equívocos podem ser lidos de um modo ou de outro. No que diz respeito ao preenchimento de excessos do discurso político, entendo que

[...] todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (Orlandi, 2002, p. 36).

A partir da abordagem do funcionamento descrito, Orlandi (2002) nos leva a pensar na forma como a linguagem é concebida: enquanto espaço de tensões entre sujeitos. Outro aspecto a se considerar é que existe uma interação entre paráfrase e polissemia. Nessa reflexão, a AD desestabiliza os territórios linguísticos, colocando em questões vários elementos, como a noção de (forma-)sujeito do conhecimento e suas relações contraditórias:

[...] A forma-sujeito histórica que corresponde à sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a do que chamamos de assujeitamento (Orlandi, 2005, p. 50).

Conforme Orlandi (2005), existe a contradição que marca a forma-sujeito histórico. Isso porque, ao mesmo tempo em que se pode dizer tudo, deve-se respeitar os limites que são impostos pela língua e também pelas formações discursivas que o constituem. Nesse entremeio, o sujeito está inscrito em uma ordem simbólica que determina quais são as suas possibilidades de enunciação – então a liberdade discursiva não é absoluta, dadas as regulações dos espaços enunciativos.

Sobre as participantes da pesquisa, elas enunciam com base na adequação às normas acadêmicas, que nem sempre reconhecem suas especificidades e particularidades. Embora estejam dentro de um espaço institucional de autoridade e

reconhecimento como a UFMS, ressalto que, historicamente, ele não foi pensado para a inclusão plena. Com isso, as formas de enunciar são condicionadas dentro de um limite do que se pode ou não dizer.

Ainda sobre a AD no Brasil, desde seu início até hoje, as questões que mobilizam os analistas são marcadas “por irrupções e deslocamentos” e, mais recentemente, naquilo que interessa esta tese, pela irrupção da noção de discursos racializados, já que eles situam, continuamente, uma reflexão entre quem tem o direito de falar, o que pode ser dito ou quem está impedido de falar (Modesto, 2018; Ribeiro, 2018).

A relação entre AD e estudos racializados (Modesto, 2021) acontece em decorrência do entremeio, no diálogo ou no duelo com pesquisas relacionadas ao racismo e à raça. Se não observadas nesse lugar, tais questões podem continuar sendo movimentadas de maneira isolada em áreas como antropologia e história e na própria linguística. Para Modesto (2021, p. 3),

[...] a produção de discursos racialmente orientados vai além das especificidades dos discursos de e sobre raça, uma vez que a materialidade do discursivo das/nas condições de produção brasileiras apontam para o funcionamento de discursos racializados em larga escala e em diversas instâncias, tecnologias e materialidades à primeira vista não necessariamente inscritas tematicamente na discussão racial.

Nesse sentido, quando a AD leva em consideração a relação entre língua, sujeito, história e ideologia, ela permite uma leitura profunda de questões sensíveis sobre as professoras negras focalizadas neste estudo. Isso porque

[...] de certo modo, os discursos constituídos e formulados nas condições de produção da formação social brasileira ressoam contundentemente questões de raça, classe e gênero, ainda que não produzam ou façam circular imagens de raça, classe e gênero (ou seja, ainda que não sejam discursos de ou sobre) (Modesto, 2021, p.1).

Ao permitir o entrecruzamento de aspectos sociais, culturais, político-ideológicos e linguísticos, na análise, a AD favorece um olhar interseccional para a desnaturalização de narrativas que mantêm os já conhecidos e perpetuados discursos estabilizados de desigualdade racial e opressão das mulheres negras no Brasil. Apesar desse potencial teórico-analítico da AD francesa, Ferreira (2007, p.

13, grifo da autora), traz uma reflexão importante sobre a forma como a vertente ainda pode ser recebida no país:

[...] Constato que as reações que ela provoca vão desde a rejeição, sob o argumento de que *é muito difícil, mexe com muitas áreas*, (que leva quase sempre a um número expressivo de desistências), até o fascínio completo que leva à adesão mais entusiasmada, que faz ver a AD em todas as situações mais prosaicas do cotidiano. O saldo desse balanço é que dificilmente os alunos ficam indiferentes à disciplina, sem serem tocados por ela. *Com afeto ou sem afeto, o fato é que ela afeta!*

Conforme presente no final da citação, “[...] com afeto ou sem afeto, o fato é que ela afeta”. Refutar os atravessamentos que a AD produz seria negar o seu alcance enquanto disciplina de entremeio, que tem a possibilidade de circular por áreas distintas como os estudos do marxismo, da psicanálise e da linguagem. Seria outra negação analisar uma materialidade discursiva sem conceber que as formulações mudam conforme a época e as condições em que são mobilizadas.

A palavra cor, como um exemplo, assume sentidos diferentes de acordo com o grupo ou sujeito que a profere. Para uma pessoa negra que está envolvida com a luta antirracista, a cor pode ser um símbolo de identidade, resistência, ressignificação e orgulho, mas, historicamente, a cor foi um denominador de opressão. Para outros indivíduos que não estão engajados ou não experimentam os efeitos do racismo estrutural, esse termo pode ser vazio e solto. Pensando em políticas afirmativas, a palavra retoma um critério essencial para a reparação histórica no enfrentamento das desigualdades raciais. Então, como é possível perceber, o mesmo vocábulo assume significados diferentes, conforme as condições raciais, sociais e históricas de quem o utiliza.

Para além das palavras, como textos verbais, as imagens, enquanto textualidades não verbais, também podem atravessar o sujeito de acordo com as condições de produção a que elas estão associadas. Em todos os casos citados, para a análise de diferentes materialidades, leva-se em consideração o sujeito que se posiciona em cada uma das condições.

Retomando Ferreira (2007), é com o suporte teórico da AD que algumas inquietações enquanto pesquisador são movimentadas, no olhar para as sujeitas da pesquisa e não para o objeto. Na presente tese, a ideia de objeto de pesquisa se conecta com as sujeitas da pesquisa, já que elas foram participantes, e, por meio

das suas falas e com o suporte teórico, a pesquisa se constitui. Nesse percurso, interessa-me o que é dito, não dito ou silenciado nas entrevistas.

Apoiando-me nos princípios teóricos da Análise do Discurso, neste item, o que fiz foi propor uma noção da AD como disciplina de entremeio, explicando como ela se movimenta dentro as relações que se estabelecem na sociedade, a fim de refletir sobre a condição das docentes negras e os efeitos de suas presenças no espaço universitário. Nesse percurso, também tratei de como os sentidos não são fixos e, sim, construídos nas relações sociais e históricas.

Com o objetivo de compreender esses sentidos, no próximo item, darei continuidade à contextualização histórica da AD, focalizando as noções de discurso e de sujeito. A filiação a tal abordagem permitirá identificar como os sentidos emergem das condições de produção, a partir da posição ocupada por diferentes sujeitos.

2.3 Noções de discurso e sujeito para Análise do Discurso Materialista

Embora o conceito de discurso tenha se tornado amplamente conhecido na Análise de Discurso com Michel Pêcheux, o discurso é uma prática social e é influenciado pela reprodução de ideologias e por um conjunto de regras que o determinam – como acontece com as chamadas Formações Discursivas. Nesta tese, assumo a noção de discurso difundida por Eni Orlandi, cujos estudos derivam da teoria pecheuxtiana.

Na AD, os sentidos não são predefinidos, mas são constituídos na interação entre interlocutores, levando em consideração as condições de produção e os contextos sociais. Pelo discurso, pode-se interpretar diferentes materialidades. A reflexão presente nos textos de Louis Althusser apresenta como o discurso interpela os indivíduos, de acordo com a posição que ocupam e o seu posicionamento ideológico (Althusser⁶⁵, 1985). Para Pêcheux (2014), o sujeito é efeito do discurso, ou seja, ele se constitui a partir da ideologia presente na linguagem, e ele se submete às normativas no momento que se apropria de determinados discursos (Orlandi, 2002).

Assim como Pêcheux (1997), Orlandi (2002, 2003) considera que o discurso

⁶⁵ Louis Althusser.

seja uma prática social e, por isso, não esteja restrita a uma ferramenta de comunicação entre dois ou mais sujeitos. Ele participa da construção e da reprodução de sentidos, em uma estrutura linguística não estável, que possui uma dinâmica que afeta a realidade e transforma o contexto social. Conforme a autora,

[...] A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem (Orlandi, 2002, p. 15).

Ao olhar para a ideia de movimento a que se refere Orlandi (2002), destaco que os discursos racistas ou sexistas não podem ser isolados, já que existe uma rede discursiva que os coloca em contato com outros discursos, criando determinados dizeres e não outros. Como exemplo, posso citar os discursos feministas, de forma geral. Quando eles estão em contato com outros discursos feministas, como os de feministas negras, possibilitam a compreensão de que, embora sejam da mesma natureza – resistir contra a opressão sexista – e apoiem os interesses femininos, suas pautas estão distantes ou não se relacionam. As condições de produção dos protestos realizados por mulheres negras, por sua vez, podem ser bem diferentes, pois, em suas vivências, palavras como “emprego”, “moradia” e “afeto” produzem sentidos diferentes.

Na mesma linha, segundo Orlandi (2005), os discursos não são independentes: existirá, em algum momento ou percurso discursivo, um atravessamento entre eles, uma vez que as formações ideológicas e históricas são constitutivas entre si, como um resultado das diversas culturas e práticas sociais.

Se observarmos, o termo “discurso” tem suas raízes etimológicas uma ideia de “curso”, “percurso”, “correr por” e “movimento”. O discurso, portanto, é concebido como uma palavra em constante movimento, uma prática de linguagem em evolução. Por meio da Análise de Discurso, é possível desestabilizar práticas discursivas verbais (Orlandi, 2015), mas, também, de outras tipologias, como fotografias, cartazes, capas de revista, línguas sinalizadas – como a Libras – e, mais recentemente, as materialidades digitais.

Além da natureza dinâmica do discurso, é relevante considerar que, na AD, diferentemente do que se pensa empiricamente, a língua não é apenas o idioma:

ela é uma prática social entre sujeitos ideológicos. Em uma perspectiva discursiva, a língua é a realização concreta da fala, dessa forma, não há língua sem fala e não existe a fala sem a língua, mantendo-se uma dependência entre as duas para existir. Assim,

[...] para nos instalarmos nesse campo de reflexão, dois deslocamentos se impõem: a) a passagem para a forma material; b) a necessidade de se considerar que a língua significa porque a história intervém, o que resulta em pensar que o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história. Assim, o gesto de interpretação é o lugar em que se tem a relação do sujeito com a língua. Esta é a marca da 'subjettivação', o traço da relação da língua com a exterioridade (Orlandi, 2012, p. 46).

Para além, portanto, de ser a forma material, a língua pode ser considerada o elo entre o sujeito e a historicidade, o que possibilita a interpretação (Orlandi, 2012). Nessa perspectiva teórico-metodológica, o sujeito é fragmentado, não sendo uma unidade, nem se confundindo com a ideia de indivíduo, por exemplo, porque ele representa uma pluralidade de posições. Trata-se de um sujeito descentrado e é afetado pela língua e pela história, inconsciente e ideologia, sem um controle de como estas formas o afetam, de modo que “[...] o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (Orlandi, 2010, p. 46). Desse modo, ele é formado pelo esquecimento daquilo que o determina e pelo atravessamento pelo discurso do outro. Em tal escopo, o pretenso laço da autoria é quebrado, embora seja alimentado pelo equívoco da posse e da originalidade

A história, por sua vez, é considerada um elemento essencial na formação do discurso, uma vez que corresponde ao contexto sócio-histórico no qual o discurso é produzido e interpretado. A AD entende o discurso como um efeito da articulação entre língua, história e sujeito. Já a ideologia é vista como um conjunto de ideias, crenças e doutrinas características de um grupo social. Ela se dirige aos sujeitos, garantindo que reproduzam relações sociais por meio de aparelhos ideológicos. Ademais, fornece as bases pelas quais “todo mundo sabe” o que é uma professora negra, uma mãe, e, até mesmo, uma greve, que é o ponto principal na luta de classes, ao colocar em lados opostos patrões e empregados, governos e servidores, por exemplo (Orlandi, 2002, 2003; Pêcheux, 1997).

Orlandi (2002, 2003) propõe, então, a compreensão do discurso a partir do contato entre sujeito, história e linguagem: o sujeito, por ser aquele que produz

discursos; a história por estar relacionada ao contexto em que o discurso é produzido; e, por fim, a linguagem, por ser a materialidade do discurso. Colocando essas três dimensões em funcionamento, o discurso se torna uma construção ideológica, sempre interligado a uma relação social.

Com isso, o sentido é construído contextualmente: esse efeito de sentido diz respeito não só ao entendimento do que é dito, mas tem relação com a posição ideológica e a posição de classe. Aliás,

[...] a evidência do sentido – que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam como uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações [...] Por sua vez, a evidência do sujeito – a de que somos sempre já sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia (Orlandi, 2010, p. 46).

Na direção de desestabilizar as “evidências” dos sentidos e de sujeitos, não se pode esquecer de que existe um contexto histórico e social para todo discurso. A noção de sujeito permite, portanto, compreender e trabalhar com a interpretação nas condições dos acontecimentos. É necessário ressaltar que a AD, em sua constituição enquanto disciplina, tem uma série de contradições, entre elas a noção de sujeito: a) o sujeito é assujeitado – tem um limite do que pode dizer e o que diz vem de fora para dentro; b) o sujeito não é livre e ocupa vários papéis; e c) o sujeito é dividido entre consciente e inconsciente.

Os contatos iniciais com a AD, como disciplina e teoria, no primeiro momento, são com conceitos que requerem interpretações. Para a perspectiva, portanto, nada é estável, nem mesmo a noção de sujeito. Nesse sentido, com a AD, o sujeito não é um indivíduo limitado, restrito a uma persona, como um único nome e sobrenome, ou ainda, uma profissão determinada em um contexto social. Na verdade, um mesmo indivíduo pode ocupar ou situar discursivamente várias posições de sujeito, não estáveis. Dessa maneira, o mesmo sujeito que corrobora com o discurso de apoio ao feminismo negro pode ser o que coloca em práticas tais concepções e propõe condições que favoreçam o desenvolvimento sócio-emocional das mulheres negras.

Então, interessa a este trabalho analisar discursivamente como esse

processo se dá com as professoras negras na UFMS de Campo Grande, como indiquei desde o início da tese. A posição-sujeito possui uma característica mais estável, pois não se altera mesmo que mudem as circunstâncias, uma vez que existe uma coerência com as concepções e as práticas envolvidas.

Quando se pensa nas diferentes posições discursivas em confronto, conclui-se que não se pode ser um defensor de causas e trabalhos humanitários e, por outro lado, manter, em sua casa, mulheres negras trabalhando em situação análogas ao escravismo, pois as práticas discursivas constituem um só sujeito. Então, se o sujeito não pode ser “encerrado” em um conceito (homem/mulher), mas, sim, concebido, não no sentido genético, mas no aspecto social, quem é o sujeito para a AD? Como afirmei anteriormente, é o sujeito constituído pela ideologia, levando em consideração o seu percurso, os sentidos que o afetam, as suas experiências passadas e o momento presente, de acordo com suas práticas sociais e com a forma como ele se relaciona com os outros sujeitos:

[...] Como a produção dos sentidos na linguagem é inconsciente, o sujeito não tem controle e nem tem ciência desse processo. Ele até esquece que o processo acontece. Mas o processo acontece e acontece assim: o sentido é produzido pela ideologia, a ideologia se organiza em discursos para produzir sentidos e os discursos determinam as palavras que serão ditas (Freire⁶⁶, 2021, p. 20).

Determinados discursos, portanto, relacionam-se à formação intelectual, perpassando os espaços social, acadêmico, familiar e outros. Além disso, os discursos são afetados pela memória/interdiscurso: existe algo/sentido que antecede ao sujeito, pois ele não é dono/proprietário do dizer. Conforme Zoppi-Fontana (2017), a forma como o indivíduo percebe a sua constituição enquanto sujeito, levando em consideração o contexto histórico, a identidade – raça, classe e gênero – e a posição ideológica é considerada um processo de identificação, e

[...] Processos de identificação [...] se caracterizam como um movimento contraditório de reconhecimento/desconhecimento do sujeito em relação às determinações do inconsciente e da ideologia que o constituem, materializadas nos processos discursivos (Zoppi-Fontana, 2017, p. 64).

Nos casos das docentes negras, diria que a sua subjetivação na UFMS é

⁶⁶ Sérgio Freire.

atravessada pelo exercício do poder e da resistência. De um lado, ela se constitui como sujeita docente em um espaço institucional de ensino, que é historicamente marcado pela exclusão normalizada dos discursos racializados e de gênero. Por outro lado, essa mesma presença pode atuar como resistência, a partir da memória discursiva das lutas do feminismo negro e contra o patriarcado, reivindicando seu lugar nesse espaço.

Em uma discussão teórica entre apoiada nos textos de Freire (2021), Orlandi (2002, 2003, 2010, 2015) e Zoppi-Fontana (2017), foi possível ter uma noção do que é o sujeito e o discurso na AD Materialista, como se caracterizam dentro da tese. Uma vez que foi proposta a noção de sujeito, no próximo tópico, será proposta a discussão sobre as modalidades de identificação do sujeito.

2.4 Modalidades de identificação do sujeito

Se, no tópico anterior, eu discuti a noção de sujeito e de discurso tendo a Análise de Discurso Materialista como teoria, neste tópico, versarei sobre as formas de identificação do sujeito, uma noção que, para a tese, é fundamental, já que, no título, proponho a discussão sobre as modalidades de identificação racializadas.

A Formação Discursiva, dentro deste processo e enquanto uma espécie de domínio do saber, funciona como o que pode e deve ser dito pelas docentes negras, já que os saberes de uma FD são regulados pela chamada forma-sujeito. No interior desse domínio, uma série de enunciados são possíveis outros não, pois as FDs “[...] representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (Pêcheux, 2009, p. 161).

Ao conceber a forma como as docentes negras atuam dentro das salas de aula, nas coordenações de curso e nos departamentos, contrapondo tal movimento ao modo como a instituição atua e inserindo novos conhecimentos, antes sistematicamente apagados, observo o quanto elas precisam se enunciar dentro deste espaço para que possam incluir os saberes antes excluídos, e isso não acontece de forma tradicional. Para qualquer docente, é preciso a dotação de determinados conhecimentos científicos, mas, no caso dessas professoras, além da propriedade do que dizem, compreendo que também entra em jogo a luta contra as opressões do patriarcado e do racismo estrutural.

Para se chegar ao funcionamento do discurso, é fundamental analisar como sujeito e FD estão imbricados. Daí decorre a premissa de que “[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (Pêcheux, 2009, p. 163). Embora pareça um processo simples, a questão da interpelação perpassa a associação simbólica e inconsciente de indivíduos com as ideologias, resultando no que se conhece por modalidades de identificação que tanto interessa a este trabalho.

A discursividade de uma docente negra, como sujeita na universidade, apenas se legitima pela enunciação. Segundo Zoppi-Fontana (2017, p. 66),

[...] Se é a posição-sujeito que determina os sentidos dos enunciados a partir do funcionamento da memória discursiva, é na enunciação de um sujeito em determinadas condições de produção que esse dizer poderá ser reconhecido como legítimo relativamente a um determinado lugar enunciativo.

A partir da teoria apresentada por Zoppi Fontana (2017), entendo que, pelo ato enunciativo, as professoras negras na UFMS rompem com o estável e movimentam simbolicamente a instituição. Isso porque elas estão dentro da universidade e também estão produzindo, seja projetos de pesquisa, seja projetos desenvolvidos em salas de aula.

A identificação plena, como primeira modalidade, é resultado de um movimento de superposição, marcadamente formulada na língua. Trata-se de um recobrimento

[...] entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livre consentimento’: essa superposição caracteriza o discurso do ‘bom sujeito’ que reflete espontaneamente o sujeito (Pêcheux, 2009, p. 215).

Nesse primeiro momento, a partir da interpelação, o sujeito do discurso identifica-se com os saberes inerentes à forma-sujeito e, ao se reconhecer neles, adere à função de enunciar. Aliás, a “[...] ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (Pêcheux, 2009, p. 150). A identificação consistiria, então, em um “[...] discurso do bom sujeito que reflete espontaneamente o Sujeito” (Pêcheux, 2009, p. 215), então, está muito

próxima de um processo onde os indivíduos se apropriam de características e discursos oriundos de pessoas e ideais próximos, reproduzindo efeitos de ser pertencente, incluído e reconhecido. Nas entrevistas realizadas, por exemplo, as docentes negras relatam casos de acadêmicas(os) que ingressam na carreira de docentes em alguns cursos depois de serem alunas(os) de professoras negras e afirmam que, antes, tais estudantes não viam esse lugar como possível.

A esse respeito, para Evandra Grigoletto (2005, p. 62), “[...] ao realizar o movimento de incorporação-dissimulação dos saberes que circulam no interdiscurso, pelo viés da forma-sujeito, é que o sujeito do discurso vai produzir o efeito de unidade, de evidência”. Por isso, cabe ao analista acionar o dispositivo teórico-analítico a fim de desestabilizar tais evidências ou o efeito imaginário de unidade que delas decorrem nas dizibilidades com que se depara.

Contextualizando com o percurso das docentes negras na UFMS, a identificação está relacionada à forma como as mulheres negras constroem suas subjetividades, a partir da racialização e de suas experiências na universidade, ambiente ainda com poucas negras como docentes. Tal fator é uma forma de resistência, não só pela presença delas no campus, mas pela sua contribuição com pesquisas e atendimento às/aos alunas(os) no cotidiano da academia.

Beck e Esteves (2014, p. 141) alertam, entretanto, que “[...] esse efeito sujeito representaria uma total reprodução não apenas das condições de produção, mas também da forma-sujeito, sem lugar para falhas, mancadas, tropeços desse mesmo sujeito”. Os autores ainda explicam como o próprio pensamento pecheuxtiano revê, posteriormente, essa modalidade de identificação na medida em que ela, como concebida inicialmente, esbarrava no papel no inconsciente, que é tão caro à disciplina de entremeio. De acordo com eles, “[...] estar no limite da identificação com o Sujeito é a tentativa do sujeito: na constituição-reprodução subjetiva, o sujeito busca uma identificação, mas esse processo nunca é integral” (Beck; Esteves, 2014, p. 143).

Ao se tomar o sentido de identificação plena, em sua caracterização em relação “ao bom sujeito”, é interessante perceber que a assunção de certa tomada de posição, em contraposição mesmo aos saberes defendidos pela forma-sujeito, é o que configura a segunda modalidade – a de contra-identificação – cuja especificidade pode ser definida pelo papel do “mau sujeito”. Para Grigoletto (2005,

p. 62), aqui, “[...] abre-se espaço para a diferença, para a contradição, o que aponta para diferentes posições sujeito no interior de uma mesma Formação Discursiva”. Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 215), há, nesse caso, “[...] uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta) com respeito ao que o ‘sujeito universal’ lhe ‘dá a pensar’”.

Assim, quando o sujeito de um discurso resiste, contra-identifica-se, mesmo que, parcialmente, com a forma-sujeito. Daí, decorre que o sujeito

[...] ‘desconfia’ da eficácia dos saberes do Sujeito universal, embora não os desacredite, e passa a intervir no processo de reformulação dos saberes que o representam, passando a representar-se sob a modalidade de uma posição contraditória no interior da forma-sujeito que o circunscreve (Zandwais⁶⁷, 2003, p. 6).

Na contra-identificação, reside certa rejeição às dinâmicas de exclusão que entremeiam o espaço acadêmico. Para além da rejeição, está a negação às imposições das hierarquias dominantes, refletindo, assim, na recusa em trazer para sala de aula conteúdos que reforçam os estereótipos de pessoas periféricas ou racializadas. Esse movimento pode incorporar epistemologias racializadas, abrir espaço para novas possibilidades de aprendizagem, trazer à tona a outridade, a alteridade, e, com isso, confrontar, em certa medida, o funcionamento do racismo estrutural.

Para Maurício Beck e Phillipe Marcel da S. Esteves (2014, p. 149-150), na segunda modalidade de subjetivação,

[...] O que está em jogo, ora, não é simplesmente uma discordância incompleta, mas um ligeiro deslocamento discursivo em relação ao discurso reproduzido na memória da FD dominante. Esse ligeiro deslocamento discursivo não chega a efetuar uma ruptura entre sujeito e Sujeito, entre sujeito e a forma-sujeito da formação discursiva, mas engendra espaços não dominantes no âmbito dessa mesma FD, imbricada a outras.

No caso dos discursos das professoras participantes, no entanto, o deslocamento ainda pode ser tomado como parcial. Isso se dá porque ainda não se pode conceber um rompimento total com um sistema, como discutirei na análise das SDs. Como terceira modalidade, por fim⁶⁸, está uma que é de bastante interesse a

⁶⁷ Ana Zandwais.

⁶⁸ Beck e Esteves (2014), ao identificar o que chamam de um problema teórico na terceira modalidade, falam em uma quarta, envolvendo a ideia de “superidentificação”, em uma aproximação

este trabalho por permitir reforçar os laços indissociáveis entre a prática política e a prática científica – a da desidentificação. Isso porque

[...] sob a perspectiva de uma teoria materialista do discurso, Pêcheux nos apresenta uma leitura crítica das questões epistemológicas, apontando para o fato de que a prática científica não está segmentada da prática política e vice-versa. Ambas são determinadas pelas condições sócio-históricas e ideológicas de uma dada formação social. Enfim, é na tentativa de pensar a articulação entre essas duas práticas se os efeitos de sentido que tal articulação produz que Pêcheux propõe essa terceira modalidade (Grigoletto, 2005, p. 63).

No caso desta pesquisa, a própria noção de entremeio permite ao analista mobilizar uma questão de gênero, acionando uma sensibilidade epistêmica ao problematizar sentidos em um dentro-fora do sistema que tanto oprime as sujeitas investigadas. Por meio da terceira modalidade, portanto,

[...] Pêcheux caracteriza o processo de desidentificação, ancorado no próprio campo da prática política, como um trabalho de desarranjo-rearranjo da forma-sujeito, onde a ideologia, em uma perspectiva metafórica, funciona contra e sobre si mesma, para dar sustentação a uma prática nova, em virtude de os saberes que compreende uma determinada forma-sujeito não responderem mais à necessidade de constituição dos interesses, dos objetivos antagônicos que permeiam o modo de produção/reprodução/transformação das relações de produção (Zandwais, 2003, p. 8).

No que tange ao objeto de estudos deste trabalho, posso sugerir que as docentes negras participantes rompem com os discursos de opressão e submissão devido à posição que ocupam. Então,

[...] o sujeito, ao se relacionar com a forma-sujeito que o domina, produz um movimento de desidentificação, o que significa que ele pode romper com a Formação Discursiva em que se inscreveu e, conseqüentemente, se identificar com outra FD e sua respectiva forma-sujeito. No entanto, isso não significa que o sujeito não é mais interpelado pela ideologia (Grigoletto, 2005, p. 63-64).

Nessa condição profissional e contra o discurso de inferioridade é que se

com o que propõe Žižek (2010). A superidentificação é uma forma de desarticular as estruturas dominantes e também de colocar as docentes negras como sujeitas centrais na transformação do espaço acadêmico. Uma das estratégias da superidentificação, na esteira que discute os autores, seria ironizar os padrões hegemônicos expondo suas fragilidades e os absurdos praticados.

instaura a identificação delas. O processo é a manifestação da apropriação dos discursos de gênero e raça pelas docentes negras, movimentando e resistindo, diariamente, contra as formas de exclusão que, infelizmente, ainda são tradicionais nas universidades.

2.5 Superfície linguística, objeto discursivo e processo discursivo

A articulação, presente na AD, entre linguagem, ideologia e sujeito é um dos aspectos centrais na compreensão dos processos de produção dos sentidos. Neste item, eu me apoio no trabalho de Pêcheux e Fuchs (1997), Freire (2021) e Orlandi (2005) para discutir três distinções terminológicas necessárias para o processo de análise a partir do *corpus* já delimitado: as de *superfície linguística*, *objeto discursivo* e *processo discursivo*.

A noção de *superfície linguística*, conforme Freire (2021), refere-se à camada tangível da linguagem, aquilo que é visível no discurso, seja na fala, seja na escrita, seja em outras materialidades – a exemplo da imagética e da sonora. É o momento em que escolhas linguísticas do sujeito se materializam, a partir das suas condições de produção e da sua formação discursiva. Essa superfície, no entanto, não é neutra: ela se inscreve em fatores históricos, sociais e ideológicos que delimitam o que pode ou não ser dito. Em Fuchs e Pêcheux (1997, p. 180), a superfície linguística é:

[...] o sentido de sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase. Trata-se aí de um ‘discurso’ concreto, isto é, do objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 e 2, na medida mesmo em que o lugar de sua realização, sob a forma, coerente e subjetivamente vivida como necessária, de uma dupla ilusão.

De acordo com os autores, o texto é compreendido como uma sequência oral ou escrita que vai além de uma frase isolada, uma vez que ele emerge de condições práticas, sociais e históricas. O texto, então, não é simplesmente produto linguístico, e sim um lugar, de interação social, que é preenchido de tensões sobre aquilo que é dito ou não dito. Essa perspectiva é uma proposição para que se olhe para o texto como um fenômeno em movimento, influenciado por diversos contextos.

Voltando-me para a tese, posso analisar um discurso institucional como uma política de inclusão. Na superfície linguística, há, por um lado, estratégias discursivas que buscam reforçar a imagem de uma instituição que trabalha a igualdade racial e de gênero, e, por outro, os silêncios ou pagamentos de outras formulações podem produzir efeitos de sentidos ligados a tensões não ditas. De modo específico, as docentes negras, em seus dizeres, falam de um lugar de resistência, a depender de como seus discursos comparecem na superfície linguística, a partir de condições de produção dadas.

Assim, a superfície linguística é o ponto de partida para que o analista faça “imersões” em camadas mais densas dos discursos e para que se compreenda que o sujeito é interpelado de acordo com o lugar simbólico que ele ocupa.

Na divisão entre o que é dito e o que não é, há a determinação das Formações Ideológicas. A instância entre o que entra e deixa de entrar na formulação é chamada de *objeto discursivo*. Diante dele, é preciso que o analista tenha atenção para aquilo que não é dito e busque desestabilizar o que foi silenciado (Orlandi, 2007). Esse olhar atento é necessário principalmente diante de contextos que envolvem desigualdades estruturais históricas. Isso porque o silêncio que se instala em um discurso também fala, movimentando sentidos na materialidade discursiva.

Retomando Pêcheux e Fuchs (1997, p. 181), o conceito de objeto discursivo discursivo é “[...] entendido como o resultado da transformação da superfície linguística de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, em um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma análise linguística que visa a anular a ilusão nº 2”. Levando em consideração as docentes negras, quando questionadas sobre casos de racismo dentro da UFMS, o objeto discursivo, por exemplo, será movimentado nas análises, no confronto que, a partir das respostas, permite a problematização dos não dizeres quanto a situações diretas ou não de tais práticas.

Já o processo discursivo é a etapa de produção, seleção e organização dos sentidos. Por ele, é possível compreender como os sentidos foram historicamente constituídos, levando em consideração a história e as condições sociais desse dizer. De acordo com Pêcheux e Fuchs (1997, p. 181), ele pode ser

[...] entendido como o resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Este acesso ao processo discursivo obtido por uma de-sintagmatização que incide na zona de ilusão-esquecimento nº 1.

Para além das questões de ordem teórica sobre o sujeito e o discurso, tanto em Pêcheux e Fuchs (1997) como em Freire (2021), a utilização de uma estrutura (esquema) para a constituição do processo analítico é comum, embora gere discussões sobre o uso. Em tempos atuais, é percebido que a AD se modificou desde que chegou no Brasil, sendo natural compreender que mudanças como o uso de um quadro para estruturar as análises sejam vistas como parte desse processo e também como uma forma de tornar mais didática a análise.

O esquema proposto por Pêcheux e Fuchs (1997), foi estruturado, posteriormente, no formato de um quadro por Freire (2021), e representa a necessidade de compreensão da teoria. Com ele, é possível perceber como funciona o processo de análise:

Figura 12 – Quadro analítico proposto por Sérgio Freire



Fonte: Freire (2021, p. 23).

Na Figura 12, o quadro mostra o processo da produção e da análise do discurso, de forma ilustrativa, indicando como os sentidos se formam e se organizam

a partir de diferentes níveis. Nele, estão combinados os elementos linguísticos, discursivos e ideológicos envolvidos na produção de sentidos. É possível perceber, ainda, como os discursos nunca são neutros ou desprovidos de ideologia: mesmo materialidades aparentemente simples, que envolvem o uso de certas palavras ou construções, estão inseridas em formações discursivas e ideológicas que moldam os sentidos.

Com a seta na vertical voltada de cima para baixo, Freire (2021) representou como o processo de constituição do discurso passa pelo Esquecimento nº 1, de natureza ideológica e conectado ao inconsciente, na medida em que o sujeito do dizer, na assunção de uma tomada de posição, esquece que não é origem do dizer. A esse respeito, segundo Orlandi (2005, p. 35-36),

[...] Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos.

Assim, na identificação com uma forma-sujeito, por meio de uma formação discursiva, filiada a uma formação ideológica, resgata-se sentidos possíveis nos já-ditos, produzindo-se o processo discursivo. Este último só decorre a partir de um novo esquecimento, o da enunciação (o nº 2), que corresponde ao esquecer de que a forma de dizer sempre pode ser outra – objeto discursivo. Nas palavras de Freire (2021, p. 20):

[...] Ao se organizar em FDs, a FI determina quais os sentidos são possíveis e quais não são. Esse processo de seleção dos sentidos possíveis se chama processo discursivo. Alguns sentidos são possibilidades de enunciado e outros sentidos são descartados. Uma vez determinado o enunciado possível, o sujeito enuncia. Ao enunciar, o texto produzido se torna o que chamamos de superfície linguística do discurso. [...] Instado pelo discurso, depois que seleciona o que vai dizer e o que vai deixar de dizer, o sujeito também esquece que fez essa seleção no nível do enunciado [...].

Por outro lado, com a seta na vertical voltada de baixo para cima, está a forma como analistas podem adentrar a descrição-interpretação de um discurso, passando, primeiro, pela formulação – verbal, não verbal, multimodal, sincrética, multissemiótica – na superfície linguística. Depois, interroga-se parafrasticamente

quanto ao objeto discursivo, outras formas de dizer possíveis, esquecidas no âmbito do interdiscurso. Com essa interrogação, ao se quebrar uma certa ilusão referencial do dizer, pode-se, enfim, refletir sobre os efeitos de sentido possíveis a cada formulação não mobilizada, em contraponto às mobilizadas no nível intradiscursivo. Daí, chega-se ao processo discursivo:

[...] Ao analista de discurso cabe fazer o caminho inverso. Por meio de marcas textuais, que são as entradas no discurso pela Língua, o analista procura identificar os textos que ficaram de fora (objeto discursivo), evidenciar o que esses textos ausentes significam (processo discursivo), quais são as propriedades do discurso e a que formação discursiva (FD) pertencem e, por fim, qual é a formação ideológica (FI) que dá sustentação às formações discursivas (Freire, 2021, p. 21).

Com a síntese do autor, a representação da Figura 12 fica ainda mais didática, marcando parte do processo da análise que realizei do trajeto temático (Guilhaumou; Maldidier⁶⁹, 1994) disponível em 3.2 deste trabalho. Nela, por um exercício parafrástico, foi possível observar como, no escopo teórico adotado na pesquisa, a língua

[...] se constitui na relação contraditória entre unidade e diversidade, contradição esta inscrita em seu próprio objeto já que não há como negar o fato de que há Língua e há Línguas, ou seja, há uma relação necessária entre o formalismo do sistema e a diversidade histórica concreta (Orlandi, 2004, p. 17).

Definidos os conceitos elementares à produção da análise sob o escopo teórico-metodológico da AD francesa, no próximo tópico, serão estabelecidas as condições de produção das entrevistas realizadas, em sua relação com reflexões em torno da ética e da prática de pesquisa discursiva.

2.6 Condições de produção das entrevistas e o processo de pesquisa discursiva

Ao definir os objetivos e os sujeitos da pesquisa, foi necessário recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana (CEP) a fim de que as entrevistas fossem

⁶⁹ Jacques Guilhaumou e Denise Maldidier.

efetivadas. Para o desenvolvimento do estudo, essa etapa foi inegociável, uma vez que ela envolve seres humanos. Submeter um questionário ao CEP requereu tempo para realizar todos os ajustes necessários, e, sem a devida autorização, a pesquisa de campo não se iniciou. Entre as idas e vindas com o documento, foram quatro meses até a liberação. Como apêndice da tese, inseri o parecer autorizando o estudo, bem como as recomendações para que ele acontecesse.

Com o questionário elaborado e ciente de que o percurso de aprovação requer tempo, ainda durante o cumprimento das disciplinas obrigatórias e optativas, deu-se início à tramitação para que as entrevistas fossem realizadas, identificando e localizando quem seriam as sujeitas da pesquisa: cinco professoras da cidade universitária da UFMS, autodeclaradas negras.

Acerca do recorte realizado, cabe destacar que a presença das professoras negras na universidade é uma discrepância⁷⁰, sobretudo considerando a quantidade de docentes no *campus* da UFMS, em Campo Grande. São 905⁷¹ docentes entre escolas e faculdades (Escola de Administração e Negócios – ESAN, Instituto de Biociências – INBIO, Instituto Integrado de Saúde – INISA, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição – FAC, Faculdade de Ciências Humanas – FACH, Faculdade de Educação – FAED, Faculdade de Artes, Letras e Comunicação – FAALC, Faculdade de Computação – FACOM, Faculdade de Direito – FADIR, Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia – FAENG, Faculdade de Medicina – FAMED, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia – FAMEZ, Faculdade de Odontologia – FAODO, Instituto de Física – INFI, Instituto de Matemática – INMA, Instituto de Química – INQUI). Entre todos os professores, somente 19 são declarados negros. Do total expresso em percentuais, são 2% de docentes negros, e, destes, apenas nove mulheres foram identificadas como negras, isto é, 1% entre todos os docentes, na maior universidade federal de Mato Grosso do Sul.

A identificação das participantes aconteceu por meio de outros(as) pós-graduandos(as) e discentes da graduação. Ao mencionar a proposta de estudo

⁷⁰ No Estado da Arte criado na introdução desta tese, apresentei estudos que descrevem sobre como é rara a presença de professores e professoras negras no ensino superior, assim como são raros os números de alunos e alunas negros(as), já que ambos, segundo Mara Fernanda Chiari Pires (2014), continuam cobertos pelo manto da invisibilidade.

⁷¹ Dados fornecidos pela Diretoria de Pagamento e Registro de Pessoal, vinculada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, em 28 de julho de 2023.

e com o acesso aos dados percentuais, a comunidade universitária foi indicando os nomes, departamentos e cursos. Através do e-mail institucional disponível nas páginas dos cursos, foi enviado o convite para participar das entrevistas e também uma forma de encaminhar o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esse processo aconteceu após uma conversa inicial e presencial com as participantes e, mesmo assim, houve a desistência de duas docentes.

Identificadas e definidas as sujeitas da pesquisa, as perguntas foram elaboradas para serem apresentadas em um formato de entrevista, a fim de que cada uma das participantes tivesse a possibilidade de dizer, a partir do diálogo com o pesquisador. A modalidade das perguntas abertas foi escolhida para que as professoras não ficassem restritas a um formulário com perguntas fechadas. Antes do encontro, as questões foram, portanto, elaboradas e revisadas. A expectativa era de que as participantes apresentassem, nas respostas, sentidos em torno de sua vivência no espaço acadêmico de uma universidade de Mato Grosso do Sul.

A escolha do gênero entrevista se deu em função da possibilidade de contato com materialidades produzidas em condições de produção próprias e sem os atravessamentos que podem acontecer em uma questionário desenvolvido por meio de formulários de autopreenchimento. Bruno Deusdará e Décio Rocha (2021, p. 144) denominam o instrumento escolhido de *corpus* autêntico, pois “[...] a entrevista implica uma produção dialogal (entrevistador e entrevistado) com um fim pontual (criar as condições necessárias à produção de um texto para uma finalidade específica)”.

Nesta tese, quando reporto às condições de produção, estou pensando em tudo aquilo que produziu as condições tanto para que as entrevistas com as professoras acontecessem, quanto para que fossem analisados os discursos produzidos ao longo de suas falas. Para Orlandi (2005, p. 47),

[...] as condições de produção fazem parte da exterioridade linguística e podem ser agrupadas em condições de produção em sentido estrito (circunstâncias da enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico).

Assim, a noção também diz respeito às minhas condições, como sujeito pesquisador marcado pelo lugar de masculinidade ocupado e pelo meu engajamento na luta antisexista e antirracista. A noção condiz, ainda, com a quantidade de

docentes negras da UFMS, com o processo de ingresso nos concursos públicos, com a existência ou não de normativas que asseguram seu ingresso e sua permanência etc.

Após a aprovação para realizar a pesquisa, vieram as fases de convites, agendamentos e entrevistas. O contato com as participantes seguiu um protocolo recomendado pelo CEP, prevendo que todas tivessem seus direitos respeitados e preservados, incluindo com o direito de retirar suas participações caso se sentissem constrangidas em algum momento.

As entrevistas aconteceram em um momento social que ainda necessitava de alguns cuidados, pois havíamos passado pela pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2021. Ainda nesse contexto, para realizar a pesquisa de campo, além de levar em conta os objetivos da tese, foi preciso pensar em formas para ter acesso às docentes negras. Então, além das questões estruturais na UFMS, como número de alunos(as) em sala e o distanciamento em alguns casos de luto em família, as professoras precisaram lidar com a efervescência política que permeou os corredores universitários. Isso porque, de uma forma arbitrária, o governo federal da época, além de negar os efeitos da vacina, bloqueou valores de repasse das universidades e ainda atacou diretamente os docentes com xingamentos e comparações desqualificando os profissionais da educação:

[...] Ódio contra o professor, irrupção de discursos institucionais que se colocam a determinar o que (não) pode ou (não) deve ser dito nas instituições de ensino, nos materiais didáticos e até na própria vida pessoal, nada exemplar, dos 'docentes-criminosos', serial killers da família, da moral, daquilo que deve se manter na ordem do 'acima de tudo, de todos', mas abaixo do denominado mito (Santos; Duarte⁷², 2022, p. 59).

Contrário ao imaginário coletivo dos que apoiavam as provocações e os ataques feitos pelo então presidente Jair Bolsonaro, a universidade atravessava um período onde os discursos de ódio ressoavam efeitos de polarização política, em um misto entre o pós-pandemia e o processo eleitoral no percurso do mesmo ano, tornando o fazer docente extenuante e cansativo.

⁷² Elaine de Moraes Santos e Amanda da Silva Duarte.

A escuta das participantes foi registrada por meio de gravações presenciais ou por aplicativos de videochamada – a dupla possibilidade estava prevista no TCLE. Do ponto de vista da pesquisa, trabalhar com entrevista exigiu do pesquisador uma conduta ética ao manusear as palavras (dizeres) das participantes, mantendo o respeito pelas posições políticas discursivas assumidas, sem causar constrangimentos e sem causar distorções ou inserir trechos em outros contextos que não sejam da pesquisa proposta.

Uma preocupação constante foi em manter o compromisso ético, garantindo assim que suas vozes fossem ouvidas/lidas de forma responsável. Mesmo com esse distanciamento, enquanto pesquisador, ao entrar em contato com relatos privados, individuais e sensíveis para as mulheres negras, foi inevitável não ter um envolvimento emocional, principalmente nas situações em que as relações profissionais são preenchidas de racialização, dúvidas quanto ao mérito e a limitação sobre o que podem ou não desenvolver na academia.

Escutar suas histórias de resistência e superação criou um vínculo afetivo entre pesquisador e participantes e, mesmo que controlado, é parte do percurso de quem escolhe trabalhar com a entrevista. Escutar essas mulheres não foi apenas um processo de coleta de dados, como ocorre em outras áreas científicas, porque envolveu deslocamentos e acionamentos dos dispositivos epistemológicos. Segundo Orlandi (2012, p. 85),

[...] o dispositivo é capaz de deslocar a posição do analista, trabalhando a opacidade da linguagem, a sua não-evidência e, com isso, relativizando (mediando) a relação do sujeito com a interpretação. Pelo processo de identificação, como sabemos, o sujeito se inscreve em uma formação (e não outra) para que as suas palavras tenham sentido e isto lhe parece como 'natural', como o sentido lá, transparente. Ele não conhece o movimento da interpretação, ao contrário, ele se reconhece nele. Ou melhor, ele se reconhece nos sentidos que produz. E, no entanto, a possibilidade de contemplar o movimento da interpretação, de compreendê-lo, que caracteriza a posição do analista. Nem acima, nem além do discurso, ou da história, mas deslocado. Numa posição que entremeia a descrição com a interpretação e que pode tornar visíveis as relações entre diferentes sentidos.

Foi um processo de compartilhar e legitimar suas experiências. Nesse sentido, minha condição foi de interlocutor, um analista de discurso que não encontra espaços em outros contextos. Na verdade e retomando a questão ética na

pesquisa com uso de entrevistas, a etapa de seleção de sequências, nas falas transcritas, requereu a tomada de decisão éticas importantes. Enquanto pesquisador, assumi uma dupla posição: durante os encontros, fiz as perguntas e interagi com as professoras e, em momento posterior, coube-me a tarefa de selecionar as sequências discursivas analisáveis, levando em conta suas condições de produção e os objetivos da pesquisa.

A noção de sequência discursiva se refere a unidades discursivas, orais ou escritas, selecionadas a partir de um campo discursivo previamente delimitado. Essas unidades são extraídas com o objetivo de compor um *corpus* estruturado, alinhado aos objetivos específicos da pesquisa acadêmica. Conforme Courtine, 2009, p. 54),

[...] Definiremos um corpus discursivo como um conjunto de sequências discursivas [...]. A constituição de um corpus discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas dos objetivos de uma pesquisa (Courtine, 2009, p. 54).

Como se vê, a noção implica uma relação intrínseca com as condições de produção do discurso, que orientam o recorte e a distribuição dessas sequências, conferindo legitimidade à seleção. As sequências, portanto, não são escolhidas de forma aleatória, mas, sim, orientadas por uma série de decisões teóricas e metodológicas, como o objetivo da pesquisa e as condições de produção do discurso.

Apesar disso, não se defende que haja “[...] uma posição neutra do analista em relação aos sentidos. Não só ele está sempre afetado pela interpretação, como um dispositivo analítico marca uma relação em relação a outras” (Orlandi, 2012, p. 85) possíveis. Então, as SDs não existem de forma “natural” ou universal – elas só fazem sentido dentro de um contexto analítico, podendo variar em forma e conteúdo, a depender do foco da pesquisa (Courtine, 2009).

Do ponto de vista discursivo, convém ressaltar, com Zoppi-Fontana (2003, p. 248, acréscimo meu), que os procedimentos de análise do *corpus* são estreitamente ligados tanto às “[...] determinações da história sobre os processos discursivos quanto [a]os efeitos do gesto analítico do pesquisador na seleção, coleta, organização e exploração dos materiais em estudo”. Desse fator deriva a

singularidade e a localidade deste gesto que, se fosse desenvolvido por outro analista ou em condições distintas, poderia possibilitar leituras diferentes dos dizeres em discussão.

Ainda em relação ao processo de análise, Modesto (2018, p. 131) afirma que

[...] se não há sujeito sem ideologia, assim como não há sentido sem sujeito, a interpretação é o gesto que possibilita refazer os caminhos capazes de compreender os lugares de identificação em que os sujeitos estão inseridos. Se os sujeitos estão na injunção a interpretar, o gesto é esse momento em que os sentidos se agarram, pela interpretação, a certas regiões do sentido, a certas evidências.

Na direção de compreender esses lugares de identificação de que trata Modesto (2018) e na demanda pela interpretação e pela escuta das materialidades que seguem, organizei as SDs em sete eixos a partir dos chamados trajeto temáticos (Guilhaumou; Maldidier, 1994): Conforme os autores,

[...] A noção de tema supõe a distinção entre um horizonte de expectativa – o conjunto de possibilidades atestadas em uma situação histórica dada – e o acontecimento discursivo que realiza uma dessas possibilidades, inscrito o tema em posição referencial [...] a análise de um trajeto temático remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escrita, de usos da linguagem, mas sobretudo, interessa pelo novo no interior da repetição. Esse tipo de análise não se restringe aos limites da escrita, de um gênero, de uma série: ela reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem (Guilhaumou; Maldidier, 1994, p. 164-165).

A partir dessa que eu poderia chamar de uma ferramenta metodológica, foi possível tecer um parâmetro para a reunião de diferentes sequências produzidas pelas sujeitas participantes, “[...] a partir das determinações produzidas pela materialidade específica da língua na discursividade, permitindo especificamente destacar os efeitos do acontecimento discursivo⁷³” (Zoppi-Fontana, 2003, p. 249).

A escolha das sequências discursivas SD (Courtine, 2009) que compõem esta tese seguem como critério metodológico a contribuição das falas para os eixos temáticos que estruturam a pesquisa. Considerando que a Análise de Discurso compreende os processos de produção de sentido e as formas como os sujeitos se

⁷³ Compreende-se o acontecimento discursivo como a possibilidade de um enunciado produzir novos dizeres, outros significados sem apagar os anteriores, é um cruzamento entre a memória do que já foi enunciado com o presente resgatando o primeiro e criando um novo. Esse “acontecimento” pode ressoar criando uma repetição, mas também uma resignificação. O conceito é relevante para identificar que os enunciados não são estáveis ou fixos, eles podem variar (Orlandi, 2015),

posicionam discursivamente, a seleção das participantes aconteceu de forma orientada por princípios que garantem coerência e aprofundamento nas questões abordadas.

Em tal direção, a relevância temática e a pertinência em relação aos temas de cada capítulo foram critérios adotados para a seleção dos discursos. Dessa forma, foram selecionadas entrevistas cujos enunciados ofereciam reflexões significativas sobre a presença-ausência de docentes negras no ensino superior (3.2), os processos de identificação racial (3.3), a representação no espaço acadêmico (3.4) e a reprodução das desigualdades raciais no ensino superior (3.5). A seleção buscou contemplar dizeres em torno de tensões, contradições e deslocamentos discursivos essenciais à compreensão dessas dinâmicas.

Embora sejam importantes para o processo de pesquisa, nem todos os recortes foram incorporados na tese – alguns estão preservados e serão utilizados para trabalhos posteriores. Foram priorizadas aquelas passagens em que as participantes acionavam dizeres mais regulares sobre as relações de poder que atravessam o ensino superior. No tópico 3.6, por exemplo, selecionei depoimentos que tocam na fragmentação das políticas de gênero e raça na universidade, trazendo enunciados que problematizam a efetividade das práticas institucionais.

Outro aspecto determinante para a seleção foi a densidade discursiva das entrevistas. Foram recortados trechos que continham marcas linguísticas e enunciativas que permitiam uma leitura mais aprofundada das condições de produção do discurso. No subtítulo 3.7, dedicado às masculinidades negras e à escuta discursiva, a seleção se debruçou sobre sequências discursivas que dizem das percepções das entrevistadas sobre as dinâmicas de gênero no ambiente acadêmico.

A seleção também considerou a necessidade de contemplar um conjunto experiências diversas, e, dessa forma, busquei garantir que os discursos selecionados refletissem diferentes trajetórias acadêmicas e institucionais das professoras participantes. Essa abordagem permitiu capturar um aspecto mais amplo das vivências, respeitando as especificidades dos percursos individuais, sem perder de vista os aspectos estruturais que atravessam a inserção das docentes negras no ensino superior.

Por fim, o recorte das Sequências Discursivas também se deu em função do diálogo entre as falas das entrevistadas e a postura epistêmica adotada pelo pesquisador. Como a pesquisa parte de uma sensibilização epistêmica racializada (3.8), as falas escolhidas estabelecem interlocução entre as experiências das docentes e as interações que emergem no ato da entrevista. O diálogo estabelecido entre pesquisador e entrevistadas configura-se, assim, como um elemento central para a compreensão da construção dos sentidos no discurso. Esses critérios garantiram não apenas uma seleção coerente dos discursos analisados, mas também a construção de um *corpus* que possibilita reflexões sobre as dinâmicas de racialização, gênero e desigualdade no ensino superior.

Caminhando para a conclusão deste tópico, compreendo que a entrevista é uma construção feita por dois sujeitos, pesquisador e participante, e ressalto que as professoras negras têm assegurado o exercício discursivo de forma integral, sabedoras do contexto do estudo e de suas importâncias para esta análise. Do ponto de vista ético, o compromisso está na preservação das vozes das participantes, na proteção dos seus nomes como forma de evitar a distorção dos discursos apresentados e na valorização do objeto de estudos movimentados.

No próximo capítulo, a seguir, o processo de análise com base no quadro apresentado por Freire (2021) é utilizada para analisar as SDs da pesquisa de campo realizada com as docentes negras.

3 ESCUTA DISCURSIVA, TRAJETÓRIA DOCENTE E(M) SENSIBILIDADES EPISTÊMICAS

3.1 Considerações preliminares

Neste capítulo, serão analisadas as SDs (Courtine, 2009) recortadas a partir de entrevistas que foram realizadas com seis docentes autodeclaradas negras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Partindo do arcabouço teórico-metodológico no qual me fundamento, as entrevistas⁷⁴ não são problematizadas na íntegra, uma vez que não se trata de tentar atingir uma pretensa completude. Assim, as sequências discursivas serão organizadas a partir de trajeto temáticos (Guilhaumou; Maldidier, 1994) representativos do funcionamento desses dizeres.

Os trajetos estabelecidos são assim denominados: 1. “‘É muito pouco, né?’: presença-ausência de docentes negras no ensino superior público”; 2. “‘Eu não me identifico como parda’: processos de identificação”; 3. “Representatividade no espaço acadêmico”; 4. “Reprodução das desigualdades raciais no Ensino Superior”; 5. “A fragmentação das políticas de gênero e raça na universidade”; 6 “Masculinidades negras e a escuta discursiva”; e 7 “Reflexões sobre a experiência de entrevista com mulheres negras no campo acadêmico: a confluência de sensibilidades epistêmicas racializadas”.

Explicitada a forma como se organiza a análise, a seguir, em “A reconfiguração das identidades: masculinidade negra, autodefinição e desafios sociais”, demarco os entrecruzamentos que subjazem a minha posição de sujeito, focalizando, especialmente, o debate sobre masculinidades negras, uma vez que ele constitui a minha escuta discursiva.

Com em tais trajetos temáticos, na intersecção entre a superfície linguística e a memória discursiva (Orlandi, 2002), denomino por sensibilidades epistêmicas racializadas aquelas relacionadas ao reconhecimento e à valorização das formas de conhecer e interpretar o mundo a partir de perspectivas racializadas, ou seja, que

⁷⁴ O nome das participantes foi substituído para preservar suas identidades. Foram escolhidos nomes de mulheres negras com passagens marcantes na história do Brasil, que podem ser encontradas no livro *Enciclopédia Negra*, de Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz (2021). A decisão de substituir os nomes seguiu a orientação do Comitê de Ética em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

afetam as populações. Neste caso, a questão racial é o fator preponderante e permeia os percursos históricos, sociais e culturais, deslocando, do “centro”, as narrativas dominantes e possibilitando acesso a outras formas de conhecimentos. Assim, este gesto de leitura incide sobre a descrição dos modos de resistir ao epistemicídio (Carneiro, 2005) que age na forma de dominação dos saberes e das existências negras ainda no presente.

3.2 “É muito pouco, né?”: presença-ausência de docentes negras no ensino superior público

Início as análises com este trajeto temático em função das sensibilidades que me constituem. Isso porque ele diz da rarefação de uma presença que significa academicamente, assim como ocorre no interior dos debates em torno das lutas de sujeitas negras. Pêcheux (1990, p. 8), ao versar sobre as revoluções e como elas demandam um olhar para o simbólico na existência humana, afirma que

[...] a existência do invisível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas [...] através de estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia moni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o algures, o além e o invisível (Pêcheux, 1990, p. 8).

Como propõe o autor, o que denomino por ausência, neste tópico, está inscrito na língua e tem uma relação com a falta, a dificuldade ou a impossibilidade de professoras negras ocuparem lugares de trabalho nas universidades públicas, tanto quanto de perceberem esse espaço sendo ocupado por outras professoras negras. Na dizibilidade das participantes, essa ausência possui marcas linguísticas próprias, comparecendo no acionamento da negação (adverbial), no superlativo absoluto analítico (muito pouco) e nos índices numéricos cujo efeito de ilusão referencial pode representar essa falta – que é excesso na medida em que se presentifica no questionamento da docente negra que olha para isso.

Pensando nas posições que perpassam a vida dessas docentes na UFMS, a SD é materializada a partir de condições de produção cujos efeitos ressoam no imbricamento entre os efeitos do patriarcado, do racismo e do capitalismo:

SD I – Professora Ambrosina: Negativamente foi o fato de eu ter tido a situação de alunos que se espantaram por essa professora deles, não pela minha pouca idade na época, porque eu comecei a dar aula com menos de 30, mas pelo fato de eu ser preta, né? E eu percebi isso em alguns colegas também pretos que davam aula tem que ouvir assim: ‘Ah’, não fui eu que ouvi, mas é ‘Nossa, a gente vai ter aula de capoeira, né?’ Falando com uma professora preta, né? Falo ‘gente, que comentário é esse?’ Será que fariam isso com o professor branco de olhos azuis? Não, né? E comigo foi assim, ‘nossa, mas ela que é professora, né?’ E eu percebi que tinha alguma coisa incutida na questão é racial, cor da pele, né? Porque muitos não, não encontram dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né? Dentro das universidades públicas, nós somos 2%. É muito pouco, né?

A Sequência Discursiva I foi produzida como resposta à pergunta “Tem algum momento que, da trajetória da senhora, a senhora considera mais marcante dentro da sala de aula?”. O propósito da questão era ter acesso a momentos significativos na carreira das docentes negras participantes, situações que não estão no cotidiano acadêmico e que podem modificar as relações entre as docentes e discentes ou com a universidade. A partir desses acontecimentos que se poderiam pensar e propor formas de mudanças sociais e políticas na instituição, a entrevistada formula o seu dizer a partir da grande área do conhecimento de que faz parte, na ocupação do lugar acadêmico na universidade.

Na SD em questão, na ordem da repetibilidade, está o uso de interrogações para a presentificação das ausências de pessoas negras ocupando a universidade. Com as perguntas, constituídas por marcas linguísticas de delineamento dessa ausência sentida e questionada, a entrevistada se contra-identifica com uma formação social que, no escopo deste trabalho, regula uma FD patriarcal e racista. Considerando que, como já discutido no capítulo 2, as FDs “[...] representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (Pêcheux, 2009, p. 161), pensá-las como patriarcais e racistas é entender, no âmbito da luta de classes, como opressão e desigualdade são dizibilizadas contra mulheres negras em diferentes conjunturas.

Se, no bojo do capitalismo que sustenta essa formação social, ser servidora pública docente em uma universidade não é algo para mulheres negras, a sujeita que diz não realiza a identificação plena com os saberes defendidos pela forma-sujeito que opera regulando essa FD. Considerando as modalidades de identificação movimentadas por Pêcheux (2009), há a assunção de certa tomada de

posição, quando a sujeita contesta esse saber do Sujeito universal, produzindo “[...] deslocamento discursivo em relação ao discurso reproduzido na memória da FD dominante” (Beck; Esteves, 2014, p. 149).

Nesse processo, ao alçar uma posição-sujeito outra, no interior da FD que a interpela, a sujeita que questiona a ausência de pessoas negras/pretas na UFMS materializa a porcentagem de professoras e professores pretas(os) nas universidades públicas: “2%”. Na superfície linguística do número apresentado, a remissão a um índice tão baixo de docentes pode ser lida como uma imagem que “não tem reflexo”. Recorro à comparação para dizer, em outras palavras, que, embora dados do IBGE de 2022⁷⁵ marquem que a soma da população de pessoas autodeclaradas pardas e pretas no Brasil seja de 55,5%, essa proporção não se reflete nas universidades públicas, principalmente quando se leva em consideração a posição de docentes negras.

Além disso, chama atenção o gênero do substantivo “professor”, enquanto um processo de deslizamento de sentido, uma vez que o percentual mencionado contempla “professores e professoras pretos”. De acordo com Ferreira (1999, p. 124-125),

[...] Na visão do lingüista, a língua – enquanto sistema só conhece sua ordem própria, o que vai impedir-lhe de considerar os deslizamentos, lapsos, mal-entendidos como parte integrante da atividade de linguagem. Já o discursivista, como se sabe, acatando a lição de Pêcheux, incorpora tais desvios ‘problemáticos’, como fatos estruturais incontornáveis e próprios à língua.

Nos deslizamentos de sentido incontornáveis à formulação da professora, o número de docentes negras vinculadas, de maneira efetiva, a instituições públicas de ensino superior se torna ainda menor, pois elas dividem os mencionados 2% com sujeitos que se identificam como homens.

A esse respeito, destaco que, na cidade universitária da UFMS, espaço de lotação das docentes participantes, de acordo com a Secretaria de Registro de Pessoal da instituição, até outubro de 2024, havia um total de 2392 servidores(as), sendo 632 pardas(os) e 120 pretas(os)⁷⁶. Em julho de 2023, 15 meses antes, em

⁷⁵ Embora esta tese esteja sendo defendida em 2024, dois anos após o relatório citado, até o momento, os dados de 2022 são os últimos divulgados oficialmente. O panorama do Censo de 2022 pode ser acessado em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>.

⁷⁶ Informação concedida por e-mail pela Secretaria de Registro de Pessoal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

consulta realizada à Diretoria de Pagamento e Registro de Pessoal da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, no mesmo local, foram registradas(os), especificamente, 118 docentes autodeclaradas(os) pardos e 19 preta(os), de 905 professoras(os).

Como se percebe, os registros disponibilizados naturalizam os marcadores de gênero, o que faz com que não seja possível, ao menos a partir deles, identificar o número de professoras negras, especificamente. Isso me leva a ecoar a pergunta de Modesto (2021, p. 30), para a qual ainda não disponho de resposta:

[...] até que ponto é possível dizer que a produção dos discursos no Brasil é racialmente orientada, uma vez que tal produção é derivada de condições sócio-históricas inequivocamente afetadas por processos coloniais, patriarcais, capitalistas e/ou racistas/racialistas?).

Sobre os números apresentados antes, o Supremo Tribunal Federal determinou, em 2017, a constitucionalidade da Lei 12.990, que reserva, às pessoas negras, 20% das vagas de concursos públicos, com base na autodeclaração e em critérios de heteroidentificação. A decisão do poder judiciário brasileiro partiu de um requerimento feito pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com o objetivo de desfazer as controvérsias judiciais sobre a constitucionalidade da lei.

O que me interessa em relação a essa ação é o efeito de insistência com o qual o “um quinto das vagas” – 20% – reservadas para pessoas negras ainda precisa ser julgado e discutido para ser resguardado no Brasil, apesar de ser um direito previsto em lei. Conforme o documento,

[...] O requerente [o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil] afirma haver decisões contraditórias a respeito da validade da lei em questão em diversas instâncias do país. Nesse sentido, aponta, de um lado, decisões que afastaram a sua aplicação, em controle difuso, por considerarem que a política de reserva de vagas para negros em concursos públicos viola o direito à igualdade (CF/1988, art. 5º, *caput*), a vedação à discriminação (CF/1988, art. 3º, IV), o princípio da eficiência (CF/1988, art. 37, *caput*), o princípio do concurso público (CF/1988, art. 37, II) e o princípio da proporcionalidade (Brasil, 2017, p. 3-4).

Nesse caso, o aparelho repressivo de Estado jurídico (Althusser, 1985), que funciona, em primeira instância, pela violência e, de modo secundário, pela ideologia, é mobilizado de forma que pode ou não legitimar o direito já promulgado

de reservas de vagas por meio de cotas raciais. Trata-se, portanto, de uma garantia que vigora sob o efeito de ameaça e de instabilidade.

Ressalto que não há, no questionário que formulei, nenhuma pergunta associada ao ingresso das profissionais participantes por meio de cotas ou não. Recorro a esse acontecimento, relativamente recente no Brasil, porque o ingresso e a permanência de professoras negras nas instituições públicas de ensino superior emerge, discursivamente, na formulação em análise, sob um efeito de presença-ausência: “[...] Porque muitos não, não encontram dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né? Dentro das universidades públicas, nós somos 2%. É muito pouco, né?”. Aqui, a contra-identificação irrompe à superfície linguística com a repetição da negação, como marca da oralidade, com o baixo número de representatividade e com a intensidade marcada pelo uso do superlativo absoluto analítico analítico – “muito pouco”.

Além disso, nas condições em que emerge, o lugar indefinido do pronome “muitos” pode instaurar, parafrasticamente, alguns objetos discursivos, como os que organizei no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Paráfrases possíveis

Formulação	Objeto discursivo	Processo discursivo
[...] Porque muitos não, não encontram dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né?	P1: [...] Porque muitos <i>[alunos e alunas]</i> não, não encontram dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né?	Silenciamento discursivo da raça de estudantes.
	P2: [...] Porque muitos <i>[alunos e alunas pretos]</i> não, não encontram dentro dos cursos, professores e professoras pretos, né?	Identificação racial de estudantes.
	P3: [...] Porque muitos <i>[colegas]</i> não, não encontram dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né?	Silenciamento discursivo da raça de docentes.
	P4: [...] Porque muitos <i>[colegas pretos]</i> não, não encontram dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né?	Identificação racial de docentes.

	P5: [...] Porque muitos <i>[sujeitos e sujeitas]</i> não, não encontram dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né?	Silenciamento discursivo da raça da população.
	P6: [...] Porque muitos <i>[sujeitos e sujeitas pretos]</i> não, não encontram dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né?	Identificação racial da população.

Fonte: quadro produzido pelo pesquisador.

No que diz respeito ao Quadro 3, embora apresente uma cadeia semântica indefinida, o pronome “muitos” também quantifica a indefinição de uma parcela de pessoas que, de maneira análoga, passam pela invisibilidade da não representação nesse caso. Pelas formulações possíveis apresentadas,

[...] algo do mesmo está nesse diferente; pelo processo de produção de sentidos, necessariamente sujeito ao deslize, há sempre um possível ‘outro’ mas que constitui o mesmo [...] Ou seja, o mesmo já é produção da história, já é parte do efeito metafórico. A historicidade está aí representada justamente nos deslizes (paráfrases) que instalam o jogo das diferentes formações discursivas. Fala-se a mesma língua mas se fala diferente. Pelo efeito metafórico. Esse deslize, próprio da ordem do simbólico, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade (Orlandi, 2012, p. 81).

Na prática de dizer diferentemente o que foi dito, invisto na interpretação de processos discursivos que se dão via silenciamento discursivo da raça ou via identificação racial. Quanto à identificação racial, a formulação possibilita a leitura de que alunas e alunos, colegas docentes e sujeitas e sujeitos negros não se veem dentro da universidade, mesmo que ambas estejam no mesmo espaço – e “as poucas” que ali estão percebem a ausência, pois não localizam as suas referências, ou seja, outras negras.

Em “[...] não encontram dentro dos cursos, professores e professoras pretos, né?”, se as alunas não encontram professoras pretas, as professoras pretas entendem que são apenas 2%, e esses 2% são “muito pouco”, entendendo que a universidade se torna um espaço onde a ausência pode ser materializada no não se ver ou não se encontrar. Como discuti no capítulo 1, além da busca por respeito e visibilidade, a vida das mulheres negras está profundamente marcada pela luta

constante contra o preconceito racial e o sexismo, duas formas interligadas de opressão que se entrelaçam e se manifestam de maneira simultânea e complexa.

Outro ponto já discutido no capítulo é que, nas relações sociais, as mulheres negras são vistas, mas preteridas de cargos valorizados socialmente. Assim, são, regularmente, designadas para trabalhos periféricos, marginalizadas, exploradas e abandonadas:

[...] A divisão sexual do trabalho, além da maior carga de trabalho doméstico e de cuidado que produz para as mulheres, tem como outros efeitos o trabalho precário e informal, a discriminação salarial, as desigualdades no acesso e na estabilidade no emprego e no uso e controle dos recursos, a desproteção social, as disparidades na filiação a sistemas de aposentadoria e proteção social e projeções de pobreza mais altas do que a dos homens na velhice (Hirata, 2015, p. 244).

Quando saem das condições mencionadas por Helena Hirata (2015) e conseguem uma posição social que proporcione a elas independência social, financeira e profissional, as mulheres negras são inseridas em espaços onde elas se veem menos representadas – e, em alguns momentos, podem sentir a solidão profissional (Modesto, 2021).

Assim, entre as razões para que essas mulheres sejam menos vistas nas universidades, estão as barreiras simbólicas ou não, que são impostas à sua vida no Brasil e no mundo. São exemplos desses entraves as jornadas de trabalho que excedem oito horas diárias e o acesso limitado à educação – principalmente pelo fato de que alguns cursos superiores são oferecidos no mesmo horário em que elas precisam trabalhar.

Em uma ordem econômica desigual como a que opera no país, a relação emprego e estudo é um tabu para muitas famílias, mas afeta, sobretudo, as famílias negras, logo, a maioria das mulheres negras não consegue conciliar estudo e trabalho, tendo que realizar uma escolha que as afasta mais ainda das vidas acadêmicas. Entre parte das consequências desse processo, está, portanto, o baixo índice de mulheres negras com nível superior.

Continuando a leitura da SD I, no Quadro 4, a seguir, novos objetos discursivos são movimentados na direção de, pelo processo discursivo, refletir acerca de efeitos de sentidos possíveis.

Quadro 4 – Paráfrases possíveis

Formulação	Objeto discursivo	Processo discursivo
[...] Porque muitos [] não, não encontram dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né?	P1: [...] Porque muitos [] <i>procuram</i> dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né?	Indefinição coletiva pluralizada como sujeito agente da busca pela identificação.
	P2: [...] Porque muitos [] <i>não procuram</i> dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né?	Indefinição coletiva pluralizada como sujeito agente com negativa da ação de buscar pela identificação.
	P3: [...] Porque <i>poucos</i> [] <i>procuram</i> dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né?	Indefinição coletiva pluralizada e reduzida como sujeito agente da busca pela identificação.
	P4: [...] Porque <i>poucos</i> [] <i>encontram</i> dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né?	Indefinição coletiva pluralizada e reduzida com finalidade alcançada na identificação.

Fonte: quadro produzido pelo pesquisador.

O objeto discursivo, aquilo que poderia comparecer como formulação do dizer, pode ser pensado de outra forma olhando para a SD. Isso porque pela paráfrase 1, a busca por docentes negras no espaço acadêmico, que parte de uma indefinição coletiva do sujeito agente da procura, pode ser compreendida como uma necessidade de acolhimento, que aqui coloco como representatividade e pertencimento.

Para muitas alunas negras, a presença dessas docentes negras rompe com o isolamento que é experimentado nas instituições de ensino ou em ambientes de trabalho. Indo além, essas docentes não ocupam apenas um lugar de quem apoia emocionalmente: elas inspiram pela presença, reafirmando a possibilidade de ocupação de espaços para pessoas negras. Outro ponto a ser considerado é que estar em sala de aula pode ser visto e percebido como uma forma de resistência contra as práticas de exclusão, racismo e sexismo.

Entre os processos discursivos possíveis para a formulação presente no quadro, considera-se que uma identificação coletiva é o “reflexo” da representação de diversas vozes, que possuem experiências e perspectivas, propondo/buscando a constituição de uma identidade comum. Essa condição possibilita que o “coletivo” passe a se reconhecer e ser reconhecido, ainda mais em um cenário em que as relações estão constituídas de tensões. Assim, a busca por identificação pode ser

um reflexo da diversidade dentro do espaço acadêmico e um esforço para manter diálogos com outros grupos. No caso da academia, essa busca simboliza a aceitação e o pertencimento ao espaço universitário.

Segundo Euclides (2017), Reis (2008) e Santos (2012), o cenário de ausências, similar ao que remete o excerto retirado da SD I, passa por mudanças⁷⁷, mas considero que elas aconteçam de forma lenta, levando em conta que o escravismo encerrou, mas não os efeitos dos mais de trezentos anos em que ele foi determinado na vida de pessoas negras.

O buscar por uma identificação étnico-racial dentro das universidades não configura, no entanto, uma experiência comum entre estudantes negros. As condições para encontrar professores e professoras negras podem variar de acordo com a constituição da identidade racial de cada um dos alunos, as experiências de socialização anteriores e o contato prévio com debates sobre raça.

Conforme a paráfrase 2 – “[...] Porque muitos [] *não procuram* dentro dos cursos, professores e professoras pretos, né?” – e a paráfrase 3 – “[...] Porque *poucos* [] *procuram* dentro dos cursos, professores e professoras pretos, né?”, nem todos os acadêmicos podem perceber a ausência das docentes negras como um problema, pois sua trajetória educacional pode ter sido marcada pela predominância da branquitude como referência. Outro sentido possível seria o de não buscar ativamente essa identificação pelo receio do reforço de estereótipos que remetem à racialidade ou, ainda, por já terem internalizado que a universidade é um espaço onde a presença negra é reduzida e, muitas vezes, deslegitimada. Assim, a busca por representatividade não é apenas uma questão de vontade individual, mas também um reflexo das dinâmicas sociais que moldam a percepção sobre pertencimento e identidade.

É preciso considerar que a identidade racial não atua isoladamente, mas, sim, com outras dimensões, como a de classe social, gênero e área de estudo, influenciando a forma como os estudantes experienciam a universidade. Alunas e alunos negros, com contextos diferentes, podem ter percepções diversas sobre a importância da presença de docentes negras, pois fatores como a necessidade de

⁷⁷ Uma das mudanças que posso destacar no cenário brasileiro foi a promulgação da Lei nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023, que instituiu, em 2024, o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra como feriado nacional.

sobrevivência econômica ou a busca por inserção no mercado de trabalho podem se sobrepor à questão identitária.

Dessa forma, a busca por representatividade dentro da universidade não é um fenômeno universal, mas, sim, um processo dinâmico, condicionado tanto pelas trajetórias individuais quanto pelo contexto acadêmico e social em que os estudantes estão inseridos.

A baixa representatividade de professoras negras na universidade não é um fenômeno isolado, mas o resultado de um processo histórico de exclusão racial que se reflete nas estruturas institucionais. A ausência de docentes negras não apenas limita a identificação dos estudantes, mas também reforça a ideia de que certos espaços do conhecimento não são tradicionalmente ocupados por pessoas negras.

Nesse sentido, a falta de diversidade no corpo docente limita as possibilidades de identificação para estudantes negros e reduz a pluralidade de perspectivas acadêmicas e metodológicas dentro da universidade. Além disso, a sub-representação negra no magistério superior pode impactar a produção do conhecimento ao restringir a inserção de debates críticos sobre raça, colonialidade e desigualdade estrutural.

Assim, a universidade precisa ir além da simples constatação da baixa presença de professoras negras e adotar medidas concretas para ampliar sua inclusão, seja por meio de políticas afirmativas na contratação, seja pela valorização de produções acadêmicas que desafiem a hegemonia eurocentrada do saber.

Historicamente, a universidade é marcada por um grupo dominante que contém sem sua maioria pessoas brancas, mas que tem se tornado um espaço de transformação com a presença de estudantes negras e negros. Esse aumento não repercutiu de forma automática em um ambiente acadêmico que seja acolhedor, para as identidades racializadas, ou outras minorias e grupos étnicos. Dessa forma, a identificação étnico-racial pode se tornar um processo com dualidades: de um lado, com o desejo de reconhecimento e de fazer parte; e, de outro, a necessidade de se adaptar ao ambiente institucional que possui seus saberes e nem sempre o pensamento e as perspectivas negras estão inseridas.

Pensando dessa forma, entendo que mesmo que a representação negra cresça na universidade, o ambiente mantém sua lógica de operação controlada pela branquitude e, assim, não estimula a afirmação étnico-racial. Então, estar presente

não significa necessariamente que a estrutura e suas práticas também serão modificadas. A universidade necessita, pois, de uma reflexão crítica sobre o seu papel e a relação com as hierarquias raciais. Há, inclusive, a necessidade de fortalecer e ampliar os grupos de apoio para a produção intelectual voltada para população negra, de forma que não sejam apenas uma presença numérica e, sim, epistemológica.

Quanto ao diálogo com a paráfrase 4 – “[...] Porque *poucos* [] *encontram* dentro das dos cursos, professores e professoras pretos, né?”, compreendo que a ausência de professoras negras nas universidades têm consequências que perpassam as questões numéricas e de pluralidade de gêneros e saberes, as quais afetam a identificação racial de estudantes negras e negros e a percepção de pertencimento acadêmico. A ausência de docentes com discursos racializados contribui para a manutenção de um espaço universitário predominantemente branco, em que a branquitude é naturalizada como referência de autoridade intelectual, gerando um impacto subjetivo nas(os) alunas(os) negras(os), que, ao não encontrarem professoras que compartilham suas experiências raciais, podem sentir que certos espaços do conhecimento não foram historicamente pensados para eles. Essa questão não se resume apenas à demanda por identificação simbólica: trata-se também da legitimação de diferentes formas de produção de conhecimento (Carneiro, 2011; Gonzalez, 2020; Ribeiro, 2017).

Ainda assim, é preciso diferenciar a representatividade simbólica e a transformação estrutural. O aumento da presença de docentes negras pode ser visto como um avanço, mas, se essa inclusão não for acompanhada de mudanças institucionais profundas, corre o risco de criar a falsa ilusão de diversidade sem alterar, de fato, as hierarquias raciais dentro das universidades. A presença isolada de algumas professoras negras não são garantias, necessariamente, de um ambiente inclusivo e antirracista, especialmente se essas docentes enfrentam resistência institucional ou são relegados a nichos específicos dentro da academia.

Para que essa presença tenha um impacto transformador, é necessário que a universidade considere seus critérios de validação do conhecimento, proporcione, em suas práticas, políticas de acesso e permanência para docentes negras e incorpore conhecimentos que não são hegemônicos em suas grades curriculares. Assim, a representatividade deixaria de ser apenas um símbolo e se tornaria um

elemento fundamental na construção de uma universidade mais democrática e plural (Bento, 2002; Carneiro, 2005; Gomes, 2017; Gonzalez, 2020; Ribeiro, 2019; Silva Junior, 2021).

Retomando o trecho em análise com a formulação: “É muito pouco, né?”, presente na SD I, e tendo em vista a quantidade de docentes, em totalidade, no campus de Campo Grande, a “quantidade” caracterizada pelo superlativo absoluto analítico – muito pouco – é dizibilizada como insuficiente diante de todos os demais. No que diz respeito à comunidade negra não ser suficiente, os sentidos possíveis em torno dessa lacuna referem-se ao não ter apoio ou de quem se aproximar, seja para uma conversa, seja para o desenvolvimento de um projeto acadêmico. É, portanto, uma relação de presença, descrença e exclusão:

[...] As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita. O pessoal pode se sentir a vontade com a presença de acadêmicas negras e talvez até as deseje mas é menos receptivo a negras que se apresentam como intelectuais engajadas que precisam de apoio tempo e espaço institucionais para buscar essa dimensão de sua realidade (hooks, 2009, p. 468).

A partir dessa reflexão de que a receptividade à sujeitas negras é diminuída em ambientes universitários, entendo que estar presente nos espaços educacionais nas mesmas condições, como graduadas ou concursadas, não significa inclusão. Faço tal afirmação tendo em vista que, quando “os grupos” se formam, o processo de exclusão e isolamento se consolida, tanto quanto a solidão da mulher negra – a qual não é vinculada apenas à afetividade, pois também acontece no percurso profissional.

Pode-se, ainda, levar em consideração que “pouco” é um advérbio e, neste enunciado, emerge com um funcionamento de quantificação, em uma esfera da língua, das existências e das convivências de professoras negras. É nessa medida que tanto na estrutura linguística como em suas condições de produção, a presença das professoras negras é uma categoria que se aproxima da ausência. A ausência, enquanto objeto linguístico parafrasticamente possível, não se equipara à ideia de falta, pois as professoras estão presentes no espaço acadêmico, mas são atingidas,

com mais frequência, pela falta de condições de acesso ao ensino superior, conforme o já mencionado contexto vivenciado pelas mulheres negras.

Presença e ausência coexistem em vários espaços sociais, como os familiares e os educacionais. Neste caso, conforme venho reforçando, são as professoras negras que percebem e vivenciam tal condição, uma vez que não observam a presença de outras professoras no mesmo ambiente, seja no mesmo departamento, seja em funções similares – professoras, coordenadoras e diretoras de centro.

Desse modo, se, de um lado, uma professora negra percebe a ausência de outras, aquelas que estão presentes tornam esses espaços de conhecimento (universidade) um lugar de representação. Assim, a imediata presença constrói outras significações de representação, como o apoio para as demais docentes e a produção de um lugar de referência para estudantes negras: o de docente.

Feita a leitura, retomo que, neste trajeto temático, analisei como se constituem as vivências das mulheres negras no espaço acadêmico, colocando em movimento o contraste que se instala entre a presença e ausência das mulheres negras na UFMS. A partir das análises, considero que os dizeres em questão configuram um reflexo das limitações que dificultam o acesso e a permanência no ensino superior, produzindo, como consequência, o reduzido número de professoras negras, mesmo que elas sejam uma maioria populacional no Brasil constatando uma defasagem histórica e social.

No próximo trajeto temático, analiso os processos de identificação racial, abordando a discussão sobre os termos negra, preta ou parda. Em termos de subjetivação, trata-se de um debate relevante para a população negra e, especificamente, para as docentes negras, pois ele adquire um estatuto político na luta pela garantia de direitos e de condições dignas de vida.

3.3 “Eu não me identifico como parda”: processos de identificação

Historicamente, no Brasil, persiste a discussão sobre os termos preta e negra, fundamentada no debate sobre a identidade racial da população, das manifestações de resistência e da busca por pertencimento, em especial nos núcleos dos

movimentos negros nacionais. Aliás, contribui, nesse sentido, a definição de identidade/identificação, tal como proposto por Zoppi-Fontana (2003, p. 263):

[...] consideramos que a identidade se constitui através de processos de identificação do indivíduo com posição de sujeito presentes no interdiscurso, processos que são de natureza ideológica e se dão pela inscrição do indivíduo na língua afetada pela história. Desta maneira, a identidade se apresenta ao analista como feixe instável de processos desidentificação, podendo ser explorada tanto no seu funcionamento imaginário (a partir do funcionamento da ilusão subjetiva: ego uno, estável, autoevidente), quanto na sua instabilidade e provisoriedade constitutiva, descrevendo, a partir dos efeitos do interdiscurso nas formulações, as contradições que a atravessam, seus deslocamentos históricos, sua necessária incompletude.

De acordo com a autora, a identidade não é algo estável, mas é o resultado de um processo que se dá na relação do sujeito com o espaço onde ele está inserido, nas formas como a(s) identidade(s) são movimentadas para a construção de uma ou várias identidades. A partir desse pressuposto, interdiscursivamente, o uso de um dos termos – preta, negra ou parda – em vez do outro, além do potencial de instaurar a contradição, varia conforme o contexto histórico em que eles emergem, conforme o espaço social e, ainda, segundo o momento político que é empregado. É no interior dessa tensão discursiva que recorto a SD II, a seguir:

SD II – Professora Ambrosina: [...] Eu me identifico como negra, como preta. Eu não me identifico como parda, eu não gosto nem dessa dessa cor parda, né? Parece que é papel pardo, né? Aquela coisa meio que não, e eu falo isso porque as pessoas falam ‘ah mas você não é, você tem a pele mais clara’. Eu falo ‘meu querido, quando você vai sofrer preconceito, não importa se você é mais escuro ou mais claro, ele vai existir do mesmo jeito’. E eu acho importante as pessoas se identificarem como pretas e não se identificarem como pardas. Ou você é preto, ou você é branco, ou você é indígena. Então eu sou preta e é assim que eu me identifico, assim como consta na UFMS inclusive, em outros locais onde eu preencho algum formulário. Me considero assim.

Na SD II, tem-se a resposta à seguinte pergunta: *Quanto aos critérios de identificação, qual sua raça?* No eixo material, embora na determinação de raças possíveis haja o esquecimento da raça amarela, há a afirmação da identificação da professora “como negra, como preta” e a negação de sua identificação como parda, com a formulação “[...] Eu não me identifico como parda, eu não gosto nem dessa dessa cor parda, né? Parece que é papel pardo, né? Aquela coisa meio que não”.

Assim como no trajeto temático anterior, aqui, a subjetivação da sujeita também se dá a partir de uma contra-identificação com a hegemonia da forma-sujeito que regula a FD, fazendo operar um enfraquecimento da luta racial, no interior de uma formação social racista-capitalista. Isso porque concomitante à afirmação identitária do que se é (“eu sou preta”⁷⁸), há, mais uma vez, o uso do advérbio “não” como uma marca linguística regular nas respostas produzidas. Na SD anterior, a negação produzia efeitos ligados à ausência de docentes negras, uma ausência que poderia ser sentida no sujeito desinencial ligado aos alunos. Aqui, negação advém de um saber sobre si. Freda Indursky (1992, p. 307) ao tratar da heterogeneidade discursiva do autoritarismo, explica que a negação:

[...] é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos, podendo indicar a existência de operações diversas no interior do discurso em análise. Em suma, essa construção evidencia a presença do discurso-outro, no interior do discurso.

Enquanto operação de alteridade, o negar diz de uma contra-identificação enquanto “[...] operação primitiva que precede a operação de negação” (Indursky, 1992, p. 307). No processo de interpelação ideológica, a entrevistada assume uma posição-sujeito antagônica ao “pardismo”, e essa recusa ao termo “parda” pode estar vinculada ao não lugar ocupado pela indefinição: se não se é negra e também não se é branca, o que se pode ser? A esse respeito, de acordo com Pêcheux e Fuchs (1997, p. 163),

[...] modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas).

Se a palavra “parda” possui uma relação histórica, social e cultural muito próxima ao período colonial, ocupando lugar em defesa das mulheres negras/pretas, a sujeita recusa-se em utilizar o termo como um movimento de se desvincular das

⁷⁸ Embora eu faça uso do termo “negra” neste trabalho, aqui e em outras SDs, a preservação de designação “preta” perfaz respeito à formulação adotada pela entrevistada.

marcas produzidas por esse período, isto é, como uma forma de apagar os efeitos do escravismo e do momento pós-abolição (Munanga⁷⁹, 2018).

Na lógica linguística, segundo Beatriz Nascimento (2019, p. 19), “[...] o racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e nelas se firma, mas é a partir da língua que ele materializa suas formas de dominação”. Ainda de acordo com o autor, as marcas da racialização atingiram alguns povos, enquanto outros se constituíram como universais – aqueles cuja raça é naturalizada e não diferenciada.

Retornando à história, no período escravagista, o substantivo/adjetivo “preto/preta” era mobilizado, regularmente e de maneira pejorativa. Os dizeres populares da época e os que se estendem à contemporaneidade são mobilizados de forma a manter uma característica relacionada à raça – a exemplo de enunciados como “a coisa está preta”, “mala preta”, “serviço de preto”, que produzem efeitos de sentido que condicionam a população preta à significação de algo ruim, errado e desvalorizado (Santos⁸⁰, 2020).

Na esfera da produção discursiva, trata-se de uma forma material que nega a humanidade e coloca em uma condição de marginalização social as pessoas negras, pois elas não eram consideradas parte da composição social no Brasil, sobretudo após a libertação dos escravizados. Conforme Munanga (2013), o ponto de virada aconteceu em 1978, quando os movimentos negros, na figura de ativistas e coletivos como o MNU, passaram a reivindicar o uso da palavra “negro” para marcar o motivo de orgulho, combate ao racismo e o pleno exercício de aceitação da identidade racial. Assim, o ser preta/preto e negra/negro passa a possibilitar outros sentidos, como o de resistência e o de empoderamento, tornando-se uma forma de enfrentamento ao racismo por parte de ativistas, militantes e de outras(os) interessadas(os) em combater as formas de preconceito.

Ainda sobre a difícil tarefa de explicar e conceituar quem é negro ou preto no Brasil, Munanga (2004, p. 52) afirma que:

⁷⁹ Kabengele Munanga.

⁸⁰ Lauane Santos.

[...] Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso.

Em meio à discussão sobre a constituição histórico-ideológica da colonização brasileira, Munanga (2004) restitui a humanidade de pessoas negras ao assumir que nosso processo de identificação é doloroso. Para além da resistência, portanto, há a face de um sofrimento que marca, como alvo, determinadas existências e não outras.

Na formulação em análise, a professora Ambrosina pronuncia dizeres que se materializam a partir de tensões — raciais, sociais, subjetivas. Eles passam a circular da seguinte maneira:

Quadro 5 – Paráfrases possíveis

Formulação	Objeto discursivo	Processo discursivo
[...] eu falo isso porque as pessoas falam “ah mas você não é [], você tem a pele mais clara”. Eu falo “meu querido, quando você vai sofrer preconceito, não importa se você é mais escuro ou mais claro, ele vai existir do mesmo jeito” [...].	P1: [...] eu falo isso porque as pessoas falam ‘ah mas você não é <i>negra</i> , você tem a pele mais clara’	Negação da identidade negra.
	P2: [...] eu falo isso porque as pessoas falam ‘ah mas você não é <i>parda</i> , você tem a pele mais clara’	Aderência ao desejo de branqueamento.

Fonte: quadro produzido pelo pesquisador.

Nos deslizamentos de sentido possíveis ao trecho, a adoção de negra ou preta funciona como um negar esse “desejo de branqueamento”, de modo que qualquer uma das posições conduzirá para uma (auto)afirmação da negritude ou uma negação. Assim, um modo de escape desse “desejo de branqueamento” pode ser entendido com o reforço da existência do preconceito: “[...] quando você vai sofrer preconceito, não importa se você é mais escuro ou mais claro, ele vai existir do mesmo jeito”. Na ausência ou na presença, na negação ou na afirmação, entendo, portanto, na esteira de Orlandi (2005, p. 22, acréscimo meu), que “[...] a linguagem serve para comunicar e não comunicar. [Então], as relações de linguagem são relações de sujeitos e sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”.

Além disso, na fala da professora em destaque, afirmações e negações dizem de um lugar de contra-identificação com o colorismo, já que, de acordo com Cely Pereira e Rogério Modesto (2020, p. 279), a mobilização de alguns termos “[...] funcionam pela negação da identificação do lugar de negra, bem como pela hipersexualização que as tornam exotificáveis a partir de discursos que se sustentam, também, no imaginário de seus corpos”.

As condições de produção e a noção de si colocam a professora com essa tomada de posição, encerrando, em seu turno, outras possibilidades de definição racial quanto à sua cor de pele, à sua identidade e ao gênero: “[...] Eu me identifico como negra, como preta”. Assumir essas identidades é uma forma de dizer que não existe, na sociedade brasileira, uma só população, como se a totalidade das pessoas fosse tratada de forma igualitária e amparada por políticas públicas. A esse respeito Modesto (2021, p. 7) discorre que:

[...] enquanto se propaga a ideia de que ‘somos todos misturados’ e, mais do que isso, que vivemos em um país em que há uma ‘democracia racial’; ao mesmo tempo, vive-se em uma sociedade pautada por políticas genocidas de extermínios dos elementos sociais e culturais ‘descartáveis’.

A explicação de Modesto (2021) situa que vivemos em uma sociedade em que, ao mesmo tempo em que se fala de democracia racial e de uma harmonia entre a população, existe uma prática que elimina e exclui as pessoas racializadas seja pelo discurso, seja por meios físicos.

Em um caminho diferente, o termo “negra” é utilizado de forma mais genérica, mas não menos impactante. Para não submergir em uma discussão biológica, optei por ler a questão da palavra negra com Munanga (2004), que discute três aspectos em torno da questão: o histórico, o linguístico e psicológico.

O aspecto histórico, para Munanga (2004), é o mais importante, pois é o elemento constitutivo da cultura, capaz de unir vários elementos por meio da continuidade histórica que cada povo possui. Uma das grandes forças da humanidade é se conectar com sua construção histórica e, a partir dela, construir os demais momentos – presente e futuro – estruturando os percursos. Trata-se de uma questão de pertencimento, que cria a sensação de consciência e historicidade. Uma das formas que os colonizadores utilizaram para dizimar as populações era por meio

do ataque sistemático a elas, mas, sobretudo, investindo contra qualquer possibilidade de manutenção histórica, enquanto uma forma de apagar a memória.

O fator linguístico foi, portanto, um dos que preservou a identidade da população negra, pois ela não se perdeu e ainda está presente no espaço religioso – a exemplo do espaço dos terreiros, nos quais as religiões de matrizes africanas mantêm, com a linguagem, a transferência de conhecimentos.

Já o fator psicológico conduz para a reflexão sobre a personalidade, especialmente sobre como o temperamento influencia as identidades das pessoas negras e não negras, despertando, assim, o questionamento em torno das possíveis diferenças, como a hipótese de que um seria mais determinado ou emocionalmente mais preparado que o outro. Esses três fatores, segundo Munanga (2004), permitem definir a identidade de um grupo, mantendo a sua preservação e identificação.

No escopo da teoria discursiva mobilizada neste trabalho, Zoppi-Fontana (2003, p. 264) explica que

[...] a(s) identidade(s) é(são) efeito da fixação provisória dos processos de interpelação/identificação ideológica que constituem o sujeito do discurso a partir da inscrição do indivíduo em posições de sujeito delimitadas pela relação contraditória e móvel das formações discursivas no interdiscurso.

Com isso, a discussão sobre o uso dos termos preta ou negra expõe como é complexa a identidade racial no Brasil. O processo de ressignificação que aconteceu, em 1978, nos movimentos sociais, representa a mudança, deixando para trás a representação de marginalização social e passando a simbolizar a resistência e o empoderamento, diante dos séculos das práticas de racismo.

Compreende-se que as palavras não são apenas signos linguísticos, uma vez que trazem a história e a capacidade de mudar e redefinir as identidades. Esses fatores possibilitam uma reflexão sobre a identidade negra a partir de uma perspectiva em que o passado, o presente e o futuro se entrelaçam, sustentando a luta contra todas as formas de exclusão e preconceitos.

Desse modo, ao se assumir “preta” ou “negra”, deixa-se de ser uma posição-sujeito individual e se passa a adotar uma posição coletiva de reconstrução e de reafirmação da identidade, marcando a interseccionalidade como característica dessas mulheres. Para Mara Coelho de Souza Lago, Débora Pinheiro da Silva Montibeler e Raquel de Barros Pinto Miguel (2023, p. 3),

[...] Todas essas questões, que ao mesmo tempo que são individuais também são coletivas, direcionam nosso olhar ao fenômeno do ‘pardismo’ na sociedade brasileira e a influência da violenta negação da negritude nos processos de subjetivação de mulheres negras de pele clara. O ‘pardismo’ ou a tendência à utilização do termo ‘pardo’ para marcar a população de pele mais clara, neutralizando-a no debate, é um fenômeno que naturaliza uma não pertença racial e promove desmobilização coletiva e despolitização da raça, uma vez que esta passa a ser vista como uma denominação externa.

Em uma categoria sistematizada pelo processo do colonialismo, o “pardo” está em movimento entre as mulheres que se assumem negras ou pretas e aquelas que se declaram pardas. Segundo Gonzalez (1984), essa categoria foi construída ao longo dos séculos, sendo utilizada como uma forma de controle racial e social legitimado pelas políticas de branqueamento e mestiçagem. Por um lado, essa categorização classifica mulheres e homens que têm suas origens genéticas de indivíduos diferentes – brancos, negros e indígenas – enquanto descendentes racialmente misturadas(os), desmobilizando a luta racial, mascarando o racismo estrutural e, ainda, criando tensões entre quem se autoidentifica como parda(o) e quem se identifica como negra(o).

Ao se adotar o termo “pardo”, o percurso histórico da população negra e indígena no Brasil é diluído. Isso porque não estão vinculadas, ao uso do termo, a resistência e oposição ao sistema escravista que foi imposto desde que a população negra chegou no Brasil, após as tentativas frustradas de explorar os povos originários. Para Modesto (2020, p. 276),

[...] esse agrupamento de condições proporcionou um imaginário social que ocultou o conflito inter-racial e a enorme desigualdade social entre brancos, indígenas e negros, forjando um fetiche de integração simbólica, especialmente do negro, no seio da nacionalidade e silenciando o racismo.

O termo, portanto, não traduz a dignidade de uma parte da população que necessita de políticas públicas para que suas necessidades sejam atendidas de forma coerente, já que apaga os esforços de mulheres negras que combatem/lutam/resistem diariamente contra a opressão, seja no ambiente de trabalho, seja em suas residências, onde podem sofrer diversas formas de violência, seja nas relações sociais que envolvem outras mulheres.

Além da descaracterização e da diluição da luta racial, a palavra ainda é carregada de sentidos negativos, verbalizados em ditados populares – como “à noite, todos os gatos são pardos”, que universaliza que, em um momento do dia, todos são iguais, negando, assim, as identidades e as diferenças sociais que perpassam a vida de “todos/todas”, em um percurso diário.

Assim, assumir-se parda(o) não está equivocado, mas é necessário compreender que se afirmar um sujeito com tom de pele mais claro não é garantia de vantagens, de melhores condições de trabalho e de reconhecimento social, afinal, “quando você vai sofrer preconceito, não importa se você é mais escuro ou mais claro, ele vai existir do mesmo jeito”, como citou a professora Ambrosina na SD IV deste bloco analítico.

Se a categoria parda, pelo olhar colonialista, está associada ao contexto histórico e ideológico, no Brasil, da presença dos discursos de mestiçagem e da sistemática tentativa de apagar as identidades racializadas, a não identificação com a categoria – “Eu não gosto desta palavra” – pode ser lida como uma resistência a essa identidade temporária. Ainda sobre as discussões em torno da identidade, Zoppi-Fontana (2003, p. 264) afirma que:

[...] por um lado, a provisoriidade das identidades, dado que elas resultam de uma estabilização/fixação temporária dos processos de identificação como efeito das relações de dominância/subordinação estabelecidas entre as formações discursivas no interdiscurso em um estado dado das condições de produção. Por outro lado, afirmamos a heterogeneidade constitutiva das identidades, que são necessariamente afetadas pela contradição que define as relações entre as formações discursivas no interdiscurso. Desta maneira, a identidade, enquanto feixe instável de processos de identificação, será tanto mais contraditória na sua constituição e nos seus efeitos de subjetivação, quanto maior seja o deslocamento das relações de dominância no interdiscurso como consequência de mudanças nas condições de produção.

As contradições presentes na constituição das identidades são intensificadas, também, pelas mudanças nas condições de produção. Com a organização em processo, com o fortalecimento dos movimentos negros no Brasil e com a recente valorização da negritude (Munanga, 2004), há um fenômeno de desestabilização das categorias raciais impostas, surgindo novos discursos identitários. Isso indica que existe uma emergência de sujeitos que reivindicam identidades racializadas

específicas, em oposição à ambiguidade que está vinculada, de forma subjetiva, à palavra parda.

O momento sociopolítico brasileiro vem desempenhando um papel importante nesse processo de desestabilização. Juntos, movimentos sociais e discursos acadêmicos desafiam as narrativas hegemônicas que sustentam categorias racializadas. A recusa pode ser interpretada como ato político, mas, também, uma articulação para que se valorize tanto a memória cultural, como a histórica.

Dando continuidade sobre a presença das docentes negras no espaço acadêmico, no próximo tópico, serão analisadas quais as percepções delas sobre esse lugar que é tão significativo, tanto para elas, visto como uma conquista, como para discentes que encontram, nessas docentes, o acolhimento e o apoio para desenvolverem pesquisas e projetos com temáticas racializadas.

3.4 Representatividade no espaço acadêmico

As SD's analisadas neste trajeto temático são construídas a partir da pergunta: "O que representa para você ser uma mulher preta em uma instituição de ensino?". Nele, os discursos das professoras negras podem produzir significados complexos, pois, em determinados momentos, apresentam as vitórias, as inspirações que elas proporcionam na vida estudantil e a representatividade, por serem poucas e em espaços tradicionais e históricos como as universidades. Em outros momentos, estar como docente negra em uma universidade como a UFMS representa restrições e falta de apoio para desenvolver projetos, como veremos na análise da SD. Assim, ser uma mulher negra na universidade ainda é um fato discursivizado enquanto uma conquista e uma superação, como visto no eixo anterior. Nas palavras da Professora Ambrosina,

SD III – Professora Ambrosina: Eu acho que isso representa a conquista. Uma conquista, porque nós somos sub-representados, né? Então, assim, eu vejo que eu cheguei no lugar onde muito pouca gente chega, e eu sinto que eu sou uma vitoriosa. Por quê? Porque nós, pretos, quando nós chegamos em determinados patamares, a gente tem, claro, primeiramente, eu falo assim, que agradecer a Deus, segundo eu falo, eu tive competência para tal, eu me esforcei para estar ali. Eu não cheguei ali de paraquedas, não sou nenhum jabuti que me colocaram na árvore, né? Então, pra mim é uma conquista, é uma vitória. Eu estou em tal lugar, e tanto é que tem

gente que não sabe, olha para gente e não imagina que a gente possa, né? Ter determinados cursos, trabalhar em determinado local, sempre nos olham e já criam uma profissão pra gente e essa profissão é sempre uma profissão alguém, né? Então você vai ser a secretária.

Na superfície linguística do enunciado “No lugar que pouca gente chega”, abre-se um campo de sentidos possíveis. Trata-se da construção de um lugar simbólico e transitório, como a sala que pode mudar de prédio, e o bloco que pode ser transformado em um edifício, mas, aqui, em condições de produção específicas, refere-se ao lugar que essa professora negra conquistou, o qual não tem como retirar. A transitoriedade se apresenta nos deslocamentos físicos que podem acontecer, mas a professora negra não perde a sua identidade e não deixa de ocupar esse espaço tão representativo para ela que chegou até essa posição. No quadro das paráfrases possíveis ao dizer, formulo outras duas possibilidades, a seguir:

Quadro 6 – Paráfrases possíveis

Formulação	Objeto discursivo	Processo discursivo
[...] Então, assim, eu vejo que eu cheguei no lugar onde muito pouca gente chega, e eu sinto que eu sou uma vitoriosa. Por quê? Porque nós, pretos, quando nós chegamos em determinados patamares, a gente tem, claro, primeiramente, eu falo assim, que agradecer a Deus, segundo eu falo, eu tive competência para tal, eu me esforcei para estar ali.	P1: [...] Então, assim, eu vejo que eu cheguei no lugar onde muito pouca gente <i>[preta]</i> chega, e eu sinto que eu sou uma vitoriosa	Falta de acesso de sujeitos pretos a instituições de ensino superior.
	P2: [...] Então, assim, eu vejo que eu cheguei no lugar onde [...] <i>[muita gente branca]</i> chega, e eu sinto que eu sou uma vitoriosa	Naturalização do acesso predominante de sujeitos brancos a instituições de ensino superior.

Fonte: quadro produzido pelo pesquisador.

Na P1, com o “nós” inclusivo que indica uma coletividade – “[...] nós, pretos”, é possível considerar que “[...] muito pouca gente chega” pode fazer referência aos sujeitos que se identificam com essa posição. Assim, nos deslizamentos de sentido possíveis à dizibilidade, é produzido o efeito de que sujeitos pretos, como a professora, acessam pouco instituições de ensino superior – por condições pessoais e públicas, fator que se marca como uma vitória e a materialização da “competência”

e do “esforço”.

Na P2, ainda pelo funcionamento do “nós” inclusivo, ativa-se o outro lado da dizibilidade. Dito de forma diferente, considerando que há sujeitos que fazem as universidades existirem enquanto instituições, se “[...] muito pouca gente [*preta*]” chega lá, há, em contrapartida, “[*muita gente branca*]”⁸¹. Dessa maneira, constitui-se a naturalização do acesso predominante de sujeitos brancos a instituições de ensino superior, uma vez que, para que pretos acessem o local, é necessário luta – com base na existência da vitória e do esforço.

Historicamente, a universidade pública não é um espaço de inclusão, é um espaço de exclusão, sobretudo, para pessoas de baixa renda e para a população negra⁸². Dada a sua função social, a universidade deve ser um espaço de inclusão e mobilidade, demonstrando que é possível sair do ciclo histórico de exclusão.

Com isso, a SD III contempla uma das questões centrais que é da sub-representação, neste caso, racial, uma pauta que os movimentos negros no Brasil e no mundo debatem. No enunciado, marca-se como a essa sub-representação afeta a trajetória das pessoas negras em espaços de educação superior, nos quais os cargos são, em sua maioria, de destaque. Ainda sobre o enunciado “um lugar onde muito pouca gente chega”, destaque produz sentidos em torno de um efeito de raridade, deslizando dos imaginários do senso comum e inserindo essa professora negra em uma posição de prestígio profissional e social, contrapondo-se com os obstáculos que são construídos nas relações de trabalho, principalmente as permeadas pelo racismo e pelas opressões patriarcais. O simbolismo está, pois, no sentido de ser uma mulher negra/preta em uma posição profissional que via de regras sempre foi preenchida por homens brancos, mulheres brancas, homens negros e, por último, mulheres negras. No contexto social e histórico do Brasil, esse lugar é visto como privilégio, mas, neste caso,

⁸¹ As comparações relacionadas à racialidade (pretos e brancos), nos contextos sociais e acadêmicos, sem a inclusão de indígenas e amarelos, está justificada pelo fator histórico e estrutural que essa oposição inscreve no racismo brasileiro. Dentro das universidades, a exclusão em relação à população negra é a continuação do processo de marginalização que vem desde o período do escravismo, sem políticas públicas que incluíssem negros escravizados nos processos educacionais e sociais, conforme explicam Almeida (2018) e Carneiro (2005).

⁸² As Universidades Federais, em sua constituição histórica, eram para pessoas que tivessem “posses”, o acesso então possui níveis de complexidade. Em MS, a UEMS rompeu essa dificuldades ao adotar o sistema de cotas para pardos e negros, ampliando assim o número desses estudantes na universidade, por meio do funcionamento da Lei 12.711/2012 (Brasil, 2012), conhecida como lei de cotas.

desconsidera-se todo um percurso quando alguém afirma que essa mulher negra/preta foi privilegiada em sua trajetória. Trata-se da afirmação de que, mesmo que as mulheres negras não tenham as mesmas condições que as mulheres não negras, elas podem alcançar “este lugar”.

A competência da professora Ambrosina, por sua vez, está representada no enunciado “não sou um jabuti que me colocaram em uma árvore”. Recorrendo a uma metáfora utilizada popularmente para se referir a pessoas que estão em posições profissionais, mas sem a devida competência, a professora faz uma menção ao seu percurso profissional, legitimando que o alcançou por mérito e dedicação. Nesse caso, ela afirma verbalmente que não está na posição atual de professora concursada como um instrumento do acaso, mas, sim, pelo resultado dos esforços pessoais e familiares.

A negação de que teve favorecimento está presente em “não sou um jabuti que colocaram lá”. Quem coloca o jabuti é alguém que tenha posição de poder ou acesso o suficiente para que a pessoa – jabuti – seja elevada para cargos que não sejam condizentes com a capacidade, tirando a oportunidade genuína de outras pessoas.

Em tal escopo, o dizer “[...] Eu tive competência para tal” é mais uma marcação da vitória da trajetória da professora Ambrosina, frente a todas as adversidades externas que, embora não citadas, fazem parte do percurso das mulheres negras no Brasil. Uma das adversidades que as mulheres negras enfrentam diariamente é a opressão. Ela se dá, muitas vezes, de forma orgânica e orquestrada, praticada no ambiente de trabalho ou nas residências, como uma forma de manter essas mulheres em uma situação de vulnerabilidade, solidão e pobreza, enquanto fruto do racismo estrutural, presente nas relações sociais.

Em relação a esse debate, destaco que, para boa parte da sociedade, a pessoa negra não pode chegar a determinadas posições sociais. Trata-se de um imaginário racializado cuja ideologia demarca quem pode e quem não pode ter acesso a algumas posições ou profissões – efeito de sentido que pode ser marcado por meio do seguinte trecho: “[...] tanto é que tem gente que não sabe, olha para gente e não imagina que a gente possa, né? Ter determinados cursos, trabalhar em determinado local”. Assim, o argumento da professora Ambrosina é uma reflexão

sobre as possibilidades as quais as mulheres negras são historicamente destinadas dentro do imaginário nacional.

Quando a docente traz essa afirmação, ela pode estar se referindo ao fato de que, mesmo não verbalizadas, as formas sutis de racismo estão presentes no espaço acadêmico. Trata-se de gestos simbólicos, que a partir de um “não imagina que a gente possa” são construídos nas perguntas sobre a profissão. A esse respeito, marcar/delimitar qual é a profissão de uma mulher negra é uma prática colonialista que é mantida como forma de legitimar que apenas pessoas não negras possuem profissões relevantes, sendo, as demais, apenas profissões de apoio. Pelo estereótipo, tentam limitar as possibilidades profissionais, colocando-as como não plenamente capacitadas.

Além disso, em “Cheguei onde pouca gente chega”, vejo a existência de um duplo funcionamento: de um lado, está a conquista após um percurso de estudos e processos seletivos; por outro lado, pode haver dificuldades de acesso a este espaço, pois não há “tanta gente”, compreendendo-se como baixo o número de mulheres negras que ocupam sua posição nas universidades brasileiras, ou mesmo, na UFMS. Então, o lugar que é tão significativo é, ao mesmo tempo e, mais uma vez, solitário, revelando a necessidade de ações que possibilitem o acesso de mais mulheres negras em postos de trabalho avançados, para que a conquista não se converta em solidão e outros sentimentos.

A solidão que as mulheres negras/pretas enfrentam não é exclusiva dos relacionamentos conjugais. Conforme contribui Camilla Gabrielle Gomes Vieira (2020, p. 297),

[...] construções históricas coloniais poderiam ser consideradas lembranças, porém permanecem vivas culturalmente nas estruturas sociais, entretanto, não se modificam as relações de gênero étnico-raciais instituídas no regime de escravismo. Ou seja, opressões coloniais servem de matriz para desigualdades e violências na vida contemporânea.

Embora as professoras negras tenham rompido com as “barreiras” simbólicas das desigualdades, se considerarmos, para esta análise, a renda, a estabilidade profissional após a aprovação em concurso público, a jornada de trabalho que permite intervalos com férias e outras garantias, os demais fatores – como a sub-representação em cargos de chefia, o acúmulo de funções e a falta de

reconhecimento – não estão excluídos do percurso o feminino. Cabe uma ressalva: o fator solidão⁸³ afeta, também, as mulheres não negras, sobretudo aquelas que ocupam posição profissional de chefia ou com rendas que são superiores ao salário mínimo no Brasil (R\$1.412,00), segundo o site do IPEA, consultado em 15 de agosto de 24.

Ainda sobre as professoras negras, o fator solidão não é mencionado em nenhuma das SDs em referência a questões pessoais e afetivas, mesmo que isso possa afetá-las. No contexto da pesquisa, não foram realizadas perguntas que olhassem para a vida pessoal dessas professoras, uma vez que tais questões são sensíveis e não foram previstas nos objetivos da pesquisa. Atentei-me para as indagações que trouxessem uma perspectiva do percurso dessas mulheres e suas intersecções, mas sempre focando no aspecto profissional. Com isso, considero que os sentimentos dessas mulheres negras merecem um estudo aprofundado, dedicado exclusivamente para esse olhar.

Acerca do espaço acadêmico, a SD IV faz uma relação com a experiência de vida antes e agora na universidade. Para Delindra Maria de Pinho,

SD IV – Professora Delindra Maria de Pinho: Eu penso que para mim, isso é muito representativo, porque. Eu estou onde eu estou. A, valeu a pena. Sabe? Todo o esforço da minha mãe. Então, eu penso que se a minha mãe hoje estivesse aqui, meu pai estivesse aqui, porque eles já são falecidos, né? Eles estariam muito orgulhosos, puxa vida né? A minha filha é [...] doutora. E minha mãe lavava roupa na beira do rio para pagar o colégio.

Nesse percurso discursivo, entrecruzam-se as questões de identidade, memória, trajetória social e o reconhecimento do apoio familiar. Em “[...] Eu penso que para mim, isso é muito representativo”, apresenta-se um percurso com uma construção de identidade na qual a realização pessoal e profissional tem uma conexão com a história da família, destacando que o êxito é consequência dos sacrifícios, como “[...] lavar roupa na beira do rio para pagar o colégio”.

Outro ponto que está entrelaçado na formulação é a afirmação de que a conquista acontece, mas não de forma isolada. Isso porque é citado o orgulho que os pais sentiriam em função do título de doutorado, em especial a mãe. A memória

⁸³ Agradeço a sugestão da Prof.^a Dr.^a Kátia Alexsandra dos Santos, no exame de defesa de tese, sobre a importância desse dado obtido na pesquisa. Devido à profundidade que possui a questão da solidão das mulheres negras nos espaços de trabalho, pretendo empreender um esforço teórico-metodológico a respeito em pesquisas e em publicações futuras.

da mãe que “lavava roupa na beira do rio” para pagar a formação escolar é um exemplo da articulação entre o discurso de superação pessoal e os processos de contra-identificação explicitados por Zoppi-Fontana (2003, p, 269), pelos quais “[...] um discurso (e o sujeito desse discurso), ao negar o discurso outro ao qual se opõe (seu contrário), fica preso a suas (do outro) categorias”. No caso, esse dizer é construído a partir de uma negação da exclusão social, marcada pelas condições precárias, como a pobreza materializada na falta de saneamento, o trabalho informal como sempre foi o trabalho no lar e a falta de oportunidades que se inscrevem na necessidade de lavar roupas no rio para superar a falta de recursos financeiros.

A contradição está, justamente, na afirmação de que pode superar as adversidades. O reconhecimento do trabalho da mãe para que a escola fosse paga, embora seja considerada uma vitória, reafirma a necessidade de esforço sobrenatural, resultado da constante desigualdade social que mantém as mesmas estruturas que criaram tais situações.

O reconhecimento em forma de orgulho e o acionamento da memória “eles estariam muito orgulhosos” é uma forma de reafirmar e validar as condições de precariedade. Assim, mesmo que funcione o discurso de sobrevivência, valorizando a condição atual na profissão, por outro lado, também se reitera a necessidade do esforço extraordinário.

A figura materna, por sua vez, é constante na construção da memória, já que, no interior desse discurso, o esforço dela se torna o sucesso e êxito da filha. A menção tem uma relação moral com a memória póstuma dos pais, e a homenagem é a continuidade do legado familiar de luta, dedicação e esforços. Nessa linha, não há tempo de validade para essa homenagem, porque ela é de natureza atemporal.

Nas condições descritas, estar em cargo considerado de primeiro escalão em uma universidade pública, onde as barreiras sociais estão fortemente marcadas, é uma validação dos esforços dos pais junto com a compreensão da filha de que algo precisava ser feito para sair do lugar comum e conseguir a ascensão social. O trecho “minha filha é [...] doutora”, presente na SD IV em análise, é, então, uma representação do quanto as titulações acadêmica e profissional são importantes para a sujeita e também seria para os pais.

Em grande parte das entrevistas, as famílias são citadas como parte das trajetórias das professoras. Isso porque elas conquistam a posição de professoras,

como concursadas/efetivas e, em conjunto, podem ativar memórias de familiares que são representados em enunciados como: “Minha mãe lavava roupas na beira do rio...”. Essa relação com o passado traduz a importância do trabalho da mãe para a formação da professora Delindra Maria de Pinho, por exemplo.

Em relação à formulação “Minha mãe lavava roupas na beira do rio [...]”, destaco que, no Brasil e em países com menor desenvolvimento, lavar roupas na beira de um rio estabelece uma relação direta com áreas rurais ou periféricas, em capital ou cidades menores, onde o acesso aos serviços de saneamento básico é escasso. Também existe uma relação direta e de proximidade, pois não é mencionado que, para se chegar até o rio, andava-se um determinada distância, mas, sim, que se utilizava o local – o que o torna essencial para as atividades cotidianas, como a lavagem de roupas.

Ainda, o trecho produz sentidos em torno da falta de estrutura mínima para realizar a atividade em casa, materializada na falta de água encanada/potável ou na inexistência de uma máquina de lavar na casa, tornando o rio a alternativa viável.. Olhando para a questão econômica, o enunciado remete para uma vida de potencial financeiro mínimo, sem acesso aos meios modernos para efetivação da atividade. É possível também interpretar as desigualdades sociais, tendo como referência, a partir dos recursos (in)disponíveis, um retrato social que afeta a vida de milhares de pessoas no Brasil e no mundo. Nessa linha, “lavar a roupa na beira do rio” representa uma necessidade básica e uma forma de resistência com a adaptação aos contextos de privação.

As condições de produção desse dizer possibilitam a entrada em memórias pessoais e emocionais, indo para além da atividade física realizada. Em tal direção, o excerto pode empreender um sentido nostálgico, demonstrando o quanto a figura materna é representativa, pois, mesmo com as condições adversas, havia o cuidado com a família, sendo representado pelas atividades domésticas executadas. Na superfície linguística em destaque, em “minha mãe”, a questão do gênero é um marcador que reflete o quanto as atividades domésticas são historicamente atribuídas para as mulheres. Além disso, “Minha”, enquanto pronome possessivo, estabelece um vínculo afetivo forte entre a professora negra/preta e sua mãe. Pelos efeitos de sentido possíveis, a mãe se sacrificava em benefício da família.

Em uma análise do verbo presente na formulação, “lavar”, no pretérito imperfeito do modo indicativo – “lavava”, sugere uma ação com aspecto durativo, que era realizada habitualmente, que fazia parte do cotidiano, enquanto uma ação repetitiva e não um evento isolado, eventual. Com isso, o enunciado é carregado de sentidos culturais refletindo as questões históricas sobre o trabalho feminino e as desigualdades sociais que afetavam essa família.

Dadas as condições discutidas, as conquistas pessoais são muito emblemáticas para as professoras negras. Por um lado, há o aspecto individual de ter chegado a uma posição de destaque; por outro, há o contexto da representação social: “É representativo”. Estar na posição de docente de ensino superior e ocupar lugar em cargos e comissões representa, assim, um empoderamento e uma vitória para outras mulheres, já que, historicamente, não é recorrente uma mulher negra, de origem pobre, assumir tais posições.

Na conquista deste lugar, como discutido no capítulo 1 desta tese, várias barreiras simbólicas vão sendo deixadas para trás, como parte das opressões de racialização e de gênero. Trata-se de discurso cujos efeitos de sentido possíveis são historicamente ligados à ideia de representatividade e de empoderamento. Nas palavras de Ambrosina,

SD V – Professora Ambrosina: Então, a gente começa a ver essa, essa positividade com relação aos alunos. Que nos veem, se espelham na gente, né? Para seguirem, não, a professora é docente o que me impede de ser um juiz, o que me impede de ser um promotor, um delegado da polícia federal e assim por diante. Então as pessoas veem que é possível, então eu acho muito importante a gente estar ali na frente da sala de aula, nessa condição de professores, de uma universidade pública, pretos e que a gente pode de alguma forma incentivar esses alunos que antes não se viam, né, representados.

Ao ver uma professora negra em um espaço de construção do conhecimento formal, como uma universidade, e na condição de titular da cadeira e não de substituta ou convidada para uma atividade acadêmica, produz-se o efeito de que há impacto positivo de representatividade na construção da identidade discente, criando uma possibilidade de ampliar suas perspectivas e ambições profissionais.

Tanto para as alunas como para as professoras negras, essa presença pode ser vista como uma forma de empoderamento, já que muitas discentes poderiam não se ver representadas nesses espaços. É repetitivo, mas necessário mencionar,

que não faz parte do cotidiano encontrar professoras negras nas universidades públicas, sobretudo em Mato Grosso do Sul. Aqui, temos, pois, a referência positiva e a importância da representatividade que essas professoras proporcionam na vida de estudantes negras.

Em relação ao lugar, Orlandi (2012, p. 185-186) explica que “[...] o espaço urbano pode ser considerado como um espaço material concreto que funciona como um sítio de significação que demanda gestos de interpretação particulares”. Sua proposta destaca tal local como uma materialidade situada historicamente e de onde podem ser produzidos diferentes sentidos de urbanidade. Zoppi-Fontana (2003, p. 243), ao retomar a reflexão orlandina, acrescenta uma máxima que interessa bastante a este trabalho:

[...] Se a cidade significa, isto é, se um conjunto de escanções do espaço urbano é interpretado como sendo ‘a cidade’ ou ‘o lugar (de) X na cidade’, é porque as representações desses espaços fazem sentido para o sujeito, elas ressoam em um concerto de significações e significantes presentes como memória discursiva.

Trazendo a discussão das autoras para o espaço universitário, entendo que, se a UFMS significa enquanto instituição de ensino superior, ela pode ser parafrasticamente caracterizada como lugar de constituição, formulação e circulação de conhecimentos por diferentes sujeitas(os) envolvidas(os) – docentes, técnicas(os), alunas(os).

Assim, adentrando mais um pouco as explicações de Zoppi-Fontana (2003), quando a autora separa qualquer caráter empírico para uma leitura da formulação “cidade”, no contexto da discussão que estabelece, ela suscita uma compreensão de algo que muito interessa aqui: a relação de sentido e reconhecimento. No caso em questão, a cidade, enquanto domínio de significação, “[...] permite ao sujeito se situar no mundo porque se situa no mundo das significações, isto é, se reconhece[r] e se movimenta[r] nas diversas posições de sujeito que configuram a memória discursiva” (Zoppi-Fontana, 2003, p. 246-247). O mesmo raciocínio pode ser atrelado à fala da professora Ambrosina, quando a SD V traz o verbo “espelhar”, que pode remeter ao reconhecimento, no caso das professoras negras, tornando a ação ainda mais significativa e especial, para elas, considerando suas trajetórias de vida e processos acadêmicos.

Assim, se, no recorte de Zoppi-Fontana (2003, p. 247), a ideia de espaço urbano, enquanto dimensão discursiva, pode figurar como lugar “[...] de confronto entre posições de sujeito diferentes, a partir das quais se produzem os processos de identificação que constituem o(s) sujeito(s) das práticas sociais na cidade”, na UFMS, a identificação do lugar ocupado pela professora Ambrosina também é oriundo de reconhecimentos e movimentos importantes na luta por equidade e justiça social, racial e de gênero.

Uma/um discente negra(o), ao ver uma professora negra em sala de aula, pode legitimar esse espaço como algo possível para suas trajetórias e, também, vislumbrar a possibilidade de ir para outras posições sociais e profissionais que não estão no senso comum. Desse modo, as alunas e os alunos negros, ao verem uma professora negra em sala de aula, podem se inspirar nessas profissionais como modelos de representatividade, sucesso, superação e resistência.

Nessa SD, há, ainda, um efeito de subversão ao que está estabilizado entre o que é possível ou não para as pessoas negras no Brasil, que é o alcance de uma vaga em na UFMS, lugar que, por tradição, não recebe, em sua maioria, professoras e professores negros. Tal espaço é dominado por uma elite de professoras e professores não negros, tornando a SD V, assim como a SD III, ainda mais intensa, na contextualização da luta por equidade racial.

Nessas condições, a presença das professoras negras nas salas de aula quebra uma série de barreiras simbólicas que estão cotidiano das alunas e dos alunos negros, na medida em que os papéis raciais estão sendo redefinidos, quebrando paradigmas e expondo que a cor da pele não define até onde uma pessoa pode chegar.

Outro ponto com que a SD V contribui é com a análise em torno das quedas das barreiras simbólicas, como em: “[...] o que me impede de ser um juiz, o que me impede de ser um promotor, um delegado da polícia federal?”. O questionamento faz parte de uma reflexão a partir da imagem da professora negra na sala de aula, pois as posições que estão historicamente direcionadas às pessoas negras não colocam a universidade, a atividade jurídica ou a prática policial, profissões legitimadas socialmente, como umas dessas possibilidades.

A expressão “[...] então as pessoas veem que é possível” pode figurar como uma reafirmação do impacto positivo da representatividade na educação, pois uma

mudança de paradigma sobre o que é alcançável ganha estatuto de uma sugestão importante no contexto. Tal visibilidade tem potencial de quebrar parte de um ciclo de autoexclusão, em que, muitas vezes, estudantes negras(os), por falta de referência, não se sentem aptas(os) ou merecedoras(es) de alcançar posições de prestígio.

É também significativo o apoio à comunidade estudantil, presente no trecho “[...] incentivar esses alunos que antes não se viam”, demonstrando que a atividade docente não se limita à colaboração para a produção de conhecimentos acadêmicos, mas também atua na construção de novas narrativas, que incluem o pertencimento e novas possibilidades. A relevância para as turmas está no fato de que muitas e muitos são oriundos de contextos sociais com pouca ou nenhuma referência de sucesso acadêmico das pessoas negras, já que, normalmente, essa associação está vinculada ao esporte e à música, como possibilidades de alcançar uma condição social acima da média.

A análise da SD V contribui, portanto, para a compreensão de que a representatividade de professoras negras na universidade pública tem um papel transformador e profundo, tanto no nível individual de discentes quanto no nível institucional e societal. Assim, o enunciado destaca a importância de promover uma educação inclusiva e diversificada, onde o ato de “estar ali” transcende a simples presença física, sendo uma afirmação poderosa de que pessoas negras têm espaço e voz em todos os níveis da sociedade.

Nas SDs analisadas, o racismo estrutural se repete, uma vez que, além de discursivizarem a exclusão das pessoas negras em determinados espaços, fazem circular a construção de uma visão limitada da capacidade intelectual, perpetuando o pensamento de que elas não podem transitar socialmente nem profissionalmente. A desvalorização pessoal e profissional associada a mulheres negras demonstra o quanto ainda falta avançar, pois ainda são mantidas práticas que historicamente as colocam em condições periféricas, como venho afirmando, mesmo quando se fala em mercado de trabalho. Conforme Diogo Bruzamarcello, Naiana Patias e Cláudia Cenci (2019, p. 2),

[...] A mudança no estilo de vida e o crescimento profissional das mulheres são mais significativos a cada dia que passa. A sociedade está em crescente desenvolvimento e a mulher está assumindo

espaço em todas as áreas, tornando-se liberal, construindo sua autonomia e fazendo suas escolhas.

Em concordância com as autorias, entendo, por fim, que chegar à posição de professora em uma universidade pública não é uma situação cotidiana.

Dentro de uma proposta de estudo como esta, que analisa discursivamente os processos que envolvem as docentes negras na UFMS, no próximo tópico, analiso como o ambiente trata as desigualdades que estão presentes em várias estruturas, inclusive, na universidade.

3.5 Reprodução das desigualdades raciais no Ensino Superior

Neste eixo analítico, a pergunta condutora da pesquisa é: “como a senhora vê a questão racial na universidade?” Trata-se de um questionamento que incide sobre a política racial da UFMS. Embora todas as respostas me interessem, a escolha desta SD para a análise foi realizada de acordo com os enunciados que abordassem diretamente a questão racial, a instituição UFMS e as implicações das ações que são realizadas ou não. No dizer da Professora Luiza:

SD VI – Professora Luiza: Olha, eu vejo que a funciona na base da, cumprisse a lei, né? Então eu vejo, por exemplo, participo, já participei, agora estou participando menos, mas das bancas de identificação para os candidatos que entram, né? Os estudantes que entram por cotas, então tem que fazer as bancas para verificar. Então eu vejo que é isso, né? De contato também com os professores que já estavam aqui, que tentavam instituir as cotas antes, então as cotas só são instituídas quando é lei. É pertinho de 2013 e assim a gente tenta diálogos, a gente tenta o tempo todo colocar algumas questões, né? O NEAB é muito reduzido [...] e a gente tenta colocar algumas coisas nesse que não vão, a gente fala sempre que não tem política só afirmativa na universidade, né? Tem cota, não tem ação afirmada, não tem mais do que isso. É, lembro que quando eu cheguei também, eu queria fazer um grupo de ah eu quero fazer um grupo de escuta, talvez um grupo de ajuda ali para os estudantes cotistas, e eu lembro que a pró-reitora anterior tinha uma ideia de que tinha que tratar todo mundo igual, ‘ah, não, mas porque só pros cotistas?’. Eu queria para os cotistas negros, né? ‘Por que só os cotistas negros? temos que tratar todos iguais’, e a gente tem que explicar que não, que nós não temos que tratar todos iguais, né? A gente tem que tratar para que todos tenham as mesmas oportunidades, e às vezes isso envolve tratar diferente algumas pessoas. Então, eu vejo que não tem políticas de ação afirmativa, eu acho que é tudo na base da lei, então ‘ah, tem que fazer?’ faça, mas

eu não acho que é uma universidade inclusiva, eu não acho que é uma universidade que quer pessoas negras ali.

A implantação das políticas de cotas no Brasil, em 2012, foi um marco importante no combate contra as desigualdades que afetam os grupos socialmente marginalizados: negras(os), povos originários e população com baixo salários. Instituído pela então Presidenta, Dilma Rousseff, que sancionou a Lei 12.711/2012, o programa previa, na época, a reserva de vagas para estudantes egressas (os) de escolas públicas nas condições e características já mencionadas (Brasil, 2012).

Resultado de um longo processo de discussão entre sociedade civil, pesquisadoras(es), movimento negro e governos, as cotas foram implantadas para garantir o acesso às universidades públicas vinculadas ao Ministério da Educação – MEC. Muitas universidades, entretanto, só aderiram às cotas após a promulgação da lei, não tomando nenhuma ação no sentido de implementar sem que fosse por força da lei (Munanga, 2013; Ribeiro, 2018). Acerca da variação de postura das universidades, a reportagem de Eduarda Rosa demarca o pioneirismo do Mato Grosso do Sul em torno da temática:

[...] A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) foi a primeira universidade brasileira a ter reserva de 10% de vagas para indígenas em todos os cursos (dezembro/2002), e a terceira a ter 20% das vagas para negros/as cotistas (janeiro/2003)⁸⁴.

Em 2003, quando se discutia a implementação das cotas nas universidades, a UEMS já reservava 20% das vagas para pessoas negras como cotistas e o fez sem que fosse por força de lei, mas, sim, como uma resposta ao que vinha demonstrando como necessário para que a universidade fosse vista como homogênea e inclusiva racialmente.

Com a referência a esse caso possível, considero que omissão de uma universidade é percebida quando ela não adota as cotas de forma voluntária e, mesmo depois da lei, não são identificadas ações por parte da instituição, sempre delegando ao NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – qualquer ação que se faça necessária. Pela SD VI, pode-se produzir sentidos de que a política de cotas não foi uma ação voluntária da UFMS, nem são colocadas em

84

Disponível em: <http://www.uems.br/noticias/detalhes/UEMS-30-anos-Visando-a-inclusao-Universidade-tem-45-das-vagas-para-cotistas>. Acesso em: 22 jul. 2024.

circulação discussões que tenham como objetivo a inclusão de estudantes cotistas e suas permanências no espaço acadêmico.

Ao ter contato com a resposta da professora Luiza, “A gente tenta o tempo todo colocar algumas questões [...]”, faço eco ao que propõe Orlandi (2012). Na quarta edição do livro *Texto e Discurso*, a autora inicia o prefácio resgatando como a produção de um discurso passa por, pelo menos, três momentos: a constituição, a formulação e a circulação. Olhando para o segundo momento descrito, posso considerar que “[...] é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza”, já que “[...] formular é dar corpo aos sentidos” (Orlandi, 2012, p. 9). Simbolicamente, aqui, a professora, marcando-se como sujeito de luta pelo avanço no debate racial e nas ações, constitui-se sujeita pela e na linguagem. Isso porque se trata de uma formulação “[...] que se desenha em circunstâncias particulares de atualização, nas condições em que se dá, por gestos de interpretação e através de discursos que lhe emprestam ‘corpo’” (Orlandi, 2012, p. 10).

Ainda com a formulação “A gente tenta o tempo todo colocar algumas questões”, observa-se a corporificação de uma declaração que, em sua natureza de “[...] prática simbólica como prática do corpo e que se corporifica no textual” (Orlandi, 2012, p. 10), estabelece um esforço contínuo de propor e de resistir. Conforme sugere o trecho, também se aponta o quanto é difícil a introdução ou inserção de discussões que tenham a racialidade como pauta ou, mesmo, a inclusão dentro da universidade.

Se o verbo “Tentar”, enquanto formulação, perfaz um ato de insistência da professora Luíza, “[...] é essa a relevância da formulação: sua posição privilegiada como posto de escuta, de entrada no modo de constituição do sujeito, no sentido e na história” (Orlandi, 2012, p. 15). Embora a tentativa seja textualizada como resposta na entrevista ou mesmo em anos de contribuição, por parte da instituição, parece existir uma baixa receptividade para assuntos que tenham como tema raça ou cotas. Indo além, as ações afirmativas são problematizadas quando “[...] tentam colocar algumas questões”, só que, apesar do esforço da professora, não são tratadas de forma satisfatória pela administração universitária.

Nessas condições, entra em circulação o NEABI, uma entidade que atua dentro das universidades, com o objetivo de promover a pesquisa e as discussões sobre a cultura e história afro-brasileira e indígena, estendendo-se, ainda, ao apoio

às políticas de inclusão. Na UFMS, ele foi criado em 2015, mantendo sempre a mesma característica: a de receber as demandas acadêmicas que fossem voltadas para a questão racial.

Mesmo tendo sido criado há quase dez anos, o núcleo não possui uma estrutura institucionalizada com um corpo técnico preparado para cumprir com sua proposta. Ele conta com professoras e professores voluntários, assim como discentes de graduação e pós-graduação. Ao mencionar que ele é “reduzido”, pode-se produzir sentidos de que se trata de um núcleo desmembrado da instituição que não apoia sua atuação e delega a ele as atividades racializadas.

Outra questão a ser considerada sobre o termo “reduzido” é que ele possibilita a interpretação de que o núcleo, não tendo recursos e apoio, pode acabar com uma atuação limitada, não promovendo a integração e o acolhimento de estudantes negras(os). Os assuntos ou as ações que são de interesse de estudantes negras e negros, quando são direcionados para o NEABI, estão sendo marginalizados institucionalmente, portanto.

Quadro 7 – Paráfrases possíveis

Formulação	Objeto discursivo	Processo discursivo
[...] É, lembro que quando eu cheguei também, eu queria fazer um grupo de ah eu quero fazer um grupo de escuta, talvez um grupo de ajuda ali para os estudantes cotistas, e eu lembro que a pró-reitora anterior tinha uma ideia de que tinha que tratar todo mundo igual, ‘ah, não, mas porque só pros cotistas?’. Eu queria para os cotistas negros, né? ‘Por que só os cotistas negros? temos que tratar todos iguais’, e a gente tem que explicar que não, que nós não temos que tratar todos iguais, né? A gente tem que tratar para que todos tenham as mesmas oportunidades, e às vezes isso envolve tratar diferente algumas pessoas.	P1: ‘Por que só os cotistas negros? [temos que ignorar as diferenças]’	Invalidação das diferenças.
	P2: ‘Por que só os cotistas negros? [diferenças não existem]’	Apagamento das diferenças.
	P3: ‘Por que só os cotistas negros? temos que tratar todos [os cotistas] iguais’	Marcação de uma política de cotas mais igualitária para todos os cotistas.

Fonte: quadro produzido pelo pesquisador.

Sobre o fragmento da SD VI “tratar todo mundo igual”, analiso um desconsiderar as desigualdades estruturais que perpassam os grupos marginalizados historicamente. No segmento, a professora se contra-identifica Zoppi-Fontana (2003), com a dominância de uma forma-sujeito racista, para ficar apenas nessa diferença que é apagada na visada institucional. Entra, novamente, em jogo, que negras e negros são afetados por condições que não são as mesmas para todas as pessoas. Quando a instituição tenta colocar todo o corpo discente como igual, ela ignora que existem questões específicas tanto para o acesso como para a permanência de estudantes negras(os), indígenas e de baixa renda. Se existe a política de cotas para o acesso ou o programa de bolsa de permanência, isso significa que há diferenças nas universidades e, especificamente, na UFMS.

Tratar a comunidade acadêmica com igualdade não considera o ponto de partida desigual desses grupos, mantendo, assim, as práticas de exclusões que as políticas de cotas e ações afirmativas buscam combater. Dessa maneira, a defesa da necessidade de tratar “algumas pessoas diferente para que todos tenham a mesma oportunidade” apresenta uma demanda ligada à importância de políticas que reconheçam as diferenças e implementem medidas específicas que garantam a equidade.

Considerando as características e políticas institucionais, a professora Luiza pondera: “[...] eu não acho que a universidade é inclusiva”. Uma universidade inclusiva, pautado no enunciado e na minha percepção, é aquela que possibilita o acesso dos grupos marginalizados, a exemplo da UEMS, quando instituiu o programa de cotas de forma voluntária, em 2003 – embora apenas esta ação não dê conta de todo o complexo de medidas necessárias à garantia da inclusão em uma instituição de ensino superior. Além disso, esse tipo de instituição incentiva as políticas de ações afirmativas com o intuito de garantir a permanência de estudantes, com a criação de espaços de acolhimento e apoio, por exemplo. Na resposta da professora Luíza, a universidade não atende esses critérios ao propor que se atenda de forma “igual”, mesmo sabendo das desigualdades sociais que afetam grupos já mencionados.

Além disso, como é possível interpretar a partir da formulação “[...] eu não acho que é uma universidade que quer pessoas negras ali”, a instituição faz o que determina a lei (quando o faz e no tempo em que o faz) e só, uma vez que não

adota uma postura que vá além do que está imposto pelo órgão centralizador – o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação. Quando a universidade adota um discurso de igualdade, como em “temos que tratar todos iguais”, ela apenas reproduz uma formação social capitalista e excludente, ignorando as desigualdades históricas e estruturais que perpassam a sociedade.

A SD está inscrita, portanto, em um processo de uma contra-identificação, pois o discurso institucional não coloca na superfície linguística (Freire, 2021), de forma direta, a prática de exclusão, mas, por outro lado, não pauta em sua “agenda” ações que sejam voltadas para combater as práticas de exclusão. Isso se materializa, também, quando ela, a instituição, não permite que ações sejam realizadas com alunos cotistas. Negar a permissão é reforçar a exclusão estrutural enquanto uma espécie de “é tudo na força da lei”, uma vez que estamos falando de cotas raciais.

Retomando Zoppi-Fontana (2003), na SD VIII, encontramos, pois, traços do funcionamento dos processos de contra-identificação que constituem o sujeito do discurso a partir de sua inscrição no discurso da inclusão: “[...] Tem cota, não tem ação afirmada, não tem mais do que isso”.

Já no processo discursivo 3 (P3), entra em funcionamento uma possibilidade de sentido de igualdade entre todos os cotistas e os demais acadêmicos, sem distinção racial, “criando” em um movimento maior de resistência às cotas raciais no Brasil. Com esse gesto estratégico, desloca-se o foco do debate sobre desigualdade estrutural e busca-se reduzir a política de cotas a um critério exclusivamente socioeconômico, desconsiderando as especificidades do racismo na exclusão acadêmica. O racismo que opera no interior das estruturas, no entanto, está para além das barreiras econômicas, afetando o reconhecimento acadêmico, as oportunidades de ascensão e a permanência de estudantes negros na universidade (Almeida, 2018).

A esse respeito, Carneiro (2005) destaca que a deslegitimação das cotas raciais faz parte de um processo histórico de negação das desigualdades raciais no Brasil, no qual a ideia equivocada de igualdade esconde a necessidade de políticas de reparações históricas. Então, a defesa de um modelo universalista de cotas acaba por diluir o objetivo central da ação afirmativa, tornando a inclusão da população negra ainda mais precária.

Essa narrativa, no contexto acadêmico, tem implicações diretas sobre a presença e permanência de mulheres negras nas universidades. O ingresso via cotas raciais já é alvo de resistência, mas a presença dessas mulheres enfrenta desafios adicionais devido à interseccionalidade entre racismo e sexismo (Akotirene, 2019). Quando o discurso da universalização das cotas reduz a importância do recorte racial, ele contribui para a invisibilização dessas dificuldades, reforçando a ideia equivocada de que o acesso ao ensino superior, por si só, seria suficiente para superar desigualdades estruturais. Isso desconsidera o racismo institucional e as múltiplas barreiras que as mulheres negras enfrentam para se manter e se desenvolver no meio acadêmico. Estudos como os de Carla Akotirene (2019) demonstram que, além das dificuldades socioeconômicas, acadêmicas negras lidam com violências simbólicas, a deslegitimação de suas capacidades intelectuais e o menor acesso a redes de apoio acadêmico.

As mulheres negras ocupam, portanto, uma posição de subalternidade dupla dentro das instituições, e sem políticas que reconheçam essas dinâmicas, a universidade corre o risco de reproduzir internamente as desigualdades que as cotas foram criadas para combater. Assim, a permanência dessas docentes exige não apenas a manutenção das cotas raciais, mas também políticas complementares que considerem suas vivências, como suporte financeiro adequado, combate ao racismo institucional e incentivo à construção de redes de apoio (Gonzalez, 1988).

Dessa forma, a insistência em um modelo de cotas “igualitário” para todos os grupos ignora as especificidades do racismo e acaba reforçando mecanismos de exclusão. Sem esse reconhecimento, a universidade permanece sendo um espaço de privilégio branco, no qual a diversidade racial é aceita apenas de forma simbólica, mas não plenamente integrada.

Na próxima análise, a discussão está voltada para as formas como a instituição aborda, absorve e trata as políticas de gênero: como uma discussão que se estende para além dos cursos ou se é uma prática restrita às salas de aula. Tal fator pode fomentar lacunas para interpretações sobre aquilo que precisa ser feito efetivamente, sobretudo na constituição de comissões que discutem e implementam ações voltadas para grupos étnicos racializados e também para os debates de gênero para além dos heteronormativos.

3.6 A fragmentação das políticas de gênero e raça na universidade

Para a discussão deste tópico, o recorte da SD VII foi feito a partir da entrevista concedida pela professora Luiza, em resposta à pergunta: “Enquanto docente negra em uma das maiores universidades de Mato Grosso do Sul, você se sente amparada e representada, quanto à questão de gênero e/ou quanto à racialização? Há diferenças?”. A formulação é apresentada a seguir:

SD VII – Professora Luiza: A universidade, em si, eu acho que ela não se preocupa muito com isso não, porque tem só alguns projetos dentro da universidade, de alguns cursos que tratam dessa temática, mas não é algo que venha de cima, né? Começa lá na reitoria, vamos tratar dessa questão, né? Vamos incluir mais mulheres, vamos incluir mulheres indígenas, vamos incluir mulheres pretas, né? Vamos incluir mulheres trans, não vejo muito essa preocupação, né? Aliás, o nosso estado. Ele é um estado conservador, né? Na pior, na pior sentido de conservadorismo, não é? Então a gente não, não consegue trabalhar tanto quanto a gente gostaria, ainda mais agora nos últimos tempos, né? Que a gente foi tolhido de falar algumas coisas, né? De pesquisar certas coisas. Eu lembro que até em bancas de TCC, alunos que vinham, ‘professora, eu quero falar desse tema’. Eu falava ‘você sabe que esse tema está meio proibido’, brincava com aluna. Eu falei ‘mas como a gente tá dentro da academia, a gente vai fazer’. Porque se a gente não puder discutir na academia, onde é que a gente vai discutir?

Na sequência discursiva em análise, a crítica que a professora faz sobre a postura da universidade quando questionada sobre a forma com que o seu local de trabalho discute as questões de gênero e raça em suas políticas internas. Nesse espaço, existe uma distinção entre o compromisso da instituição e dos cursos em propor tais discussões, conforme ressalta a professora Luiza em sua participação.

Então, a abordagem de gênero tem significados diferentes, quando emerge de propostas articuladas pelos cursos, ficando restrita às ações internas e disciplinares, mas sem a importância e proporção que a discussão mereça. Uma política institucional, por outro lado, teria um compromisso formal e amplo, com estrutura técnica e de pessoal necessária para alcançar todos os cursos, uma vez que estaria respaldada pela administração da universidade, promovendo, ainda, a inclusão das diversas identidades: indígenas, negras e trans⁸⁵. Se a ação é

85

Disponível

em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/pesquisador-busca-causas-para-a-falta-de-diversidade-politica-na-universidade/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

executada pela administração, se vem “de cima”, não está mais isolada nas salas de aula, ela vai pelos corredores, pois são políticas sistemáticas e acessíveis para toda a comunidade acadêmica.

Quadro 8 – Paráfrases possíveis

Formulação	Objeto discursivo	Processo discursivo
[...] A universidade, em si, eu acho que ela não se preocupa muito com isso não, porque tem só alguns projetos dentro da universidade, de alguns cursos que tratam dessa temática, mas não é algo que venha de cima, né?.	P1: [...] não é algo que venha [da reitoria], né?	Omissão da reitoria na garantia de políticas de gênero e raça.
	P2: [...] é algo que venha de [baixo], né?.	Hierarquização das posições frente às políticas de gênero e raça.
	P3: [...] é algo que venha de [fora da reitoria], né?.	Papel da comunidade interna na proposição de projetos de gênero e de raça.

Fonte: quadro produzido pelo pesquisador.

O fragmento “[...] não é algo que venha de cima”, contido na SD VII, faz menção à iniciativa proposta pela direção da universidade, neste caso, a reitoria e as pró-reitorias. As ações, quando propostas e implementadas pela reitoria, são oficiais, deslocando a responsabilidade das práticas individuais e pouco visíveis dos departamentos, para uma unidade central – responsável por todas as articulações com centros universitários, não ficando restrita apenas a uma unidade, como a cidade universitária, em Campo Grande, por exemplo. As relações internas também possuem um aspecto de hierarquização, de forma que assumem maior alcance os projetos que são propostos pela gestão diante das atividades com o mesmo assunto que são realizados dentro dos cursos.

Outra análise possível da mesma SD está na forma como a categoria “mulher” é apresentada, respeitando as diferenças que existem entre a mulher indígena e mulher preta. Elas são afetadas por marcadores sociais de raça e etnia heterogêneos, na indicação de como cada uma dessas identidades possuem enfrentamentos diferentes – daí a necessidade de abordagens distintas e, por isso, a justificativa por um olhar interseccional.

À menção a professora Delindra Maria de Pinho, ainda podem ser acrescentadas as outras identidades, como as de mulheres trans e de mulheres de diferentes origens socioeconômicas e culturais. A ausência dessas categorias no discurso

acadêmico e nas políticas institucionais é reflexo de dois movimentos: o de reconhecimento ou de negligência das particularidades desses grupos.

No espaço acadêmico, a caracterização de que MS consiste em um estado “conservador” reflete na resistência em discutir questões que desafiam as normas conservadoras, causando impactos diretos na manifestação de liberdade acadêmica. Esse estigma sugere, ainda, que seja um ambiente com resistência a mudanças inclusivas e diversificadas, dificultando a discussão de temas como gênero e raça, logo, limitando o desenvolvimento de políticas públicas que atendam as especificidades desses grupos.

Para leitura do trecho “[...] no pior sentido de conservadorismo”, é preciso considerar, entre as condições de produção, o momento político em que a pesquisa aconteceu: o final de 2022. Trata-se do período entre o final de um governo conservador de extrema direita, que não investiu nas universidades e atacou professores universitários. De acordo com Consolaro (2022, p. 57),

[...] a relação entre balbúrdia e a prática de cortes não é embasado em elementos suficientes que permitam identificar se o que se refere como representação de festa ocorre na universidade ou em situação de aula. A cena propicia, entretanto, o estabelecimento de uma equivalência: ‘universidades promovendo balbúrdia = verba cortada’. A partir da sistematização dessa ideia, o corte é justificado pelo representante do governo como medida de proteção necessária, em função dos alunos que ‘fazem balbúrdia na universidade’.

Além do ataque à educação, o governo liderado por Jair Bolsonaro não desenvolveu políticas públicas para mulheres. Antes de se tornar presidente, em 2014 ele disse, em uma entrevista para o jornal Zero Hora do Rio de Janeiro, que a então Deputada Estadual Maria do Rosário (PT-RS) “era tão feia que não merecia ser estuprada”⁸⁶. Quanto à raça, a liderança presidencial proferiu discursos contra quilombolas e usou comparações depreciativas, afirmando que alguns “chegavam a ter que ser pesados em arrobas”⁸⁷, mesma unidade de medida adotada para animais.

⁸⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-me-rece-ser-estuprada.html>. Acesso em: 22 jul. 2024.

⁸⁷ Disponível em: https://www.em.com.br/app/colunistas/ricardo-kertzman/2022/05/13/interna_ricardo_kertzman,1366258/bolsonaro-volta-a-comparar-negros-com-animais-de-corte-ha-quem-ache-graca.shtml. Acesso em: 22 jul. 2024.

Socialmente e institucionalmente, os efeitos desse momento foram repercutidos. O tipo de conservadorismo citado fez com que professoras negras que trabalham com temas que incluam raça e gênero fossem vistas como polêmicas, marginalizando tanto as discussões, quanto as profissionais. Em essência, a universidade deveria atuar como um lugar onde o debate pudesse acontecer de forma livre, aberta e acolhedora, no entanto esse movimento é prejudicado pelo conservadorismo rigoroso. Ainda segundo Valesca Consolaro (2022, p. 70),

[...] Enquanto cientistas e professores se fecham, em alguns momentos, produzindo ciência e conversando apenas entre os pares, há um esquecimento em relação à comunidade externa. Um contato maior e a instauração de troca de experiências mais concretas, provavelmente, poderia aproximar realidades distintas, diminuindo algumas incompreensões. Afirmo isso justamente por causa dos questionamentos acerca do que é científico ou não.

A consequência dessa posição de fechamento da universidade em relação à comunidade externa é a perseguição de temas que promovam a inclusão e a diversidade, criando dificuldades para que a academia cumpra um dos seus papéis, que é o de questionar e permitir espaços para vozes ditas marginalizadas. Em perspectiva teórica distinta, Jacques Derrida (2003, p. 13-14) já alertava para o fato de que a universidade deveria ser dotada de “[...] uma liberdade incondicional de questionamento e de proposição, até mais ainda, [d]o direito de dizer publicamente tudo o que uma pesquisa, um saber e um pensamento da verdade exigem”.

A proposição de Derrida (2003) traz para a cena o compromisso central da universidade com a ética e a liberdade na produção do conhecimento em suas salas de aula e laboratórios. O que se percebeu nos últimos anos, entretanto, foi que essa liberdade tem sido questionada e colocada em segundo plano ou no descrédito. Conforme contribui o autor, a universidade deve ser um espaço crítico na produção do conhecimento, no qual as pesquisas também permitam a discussão de ideias inovadoras ou periféricas, e não apenas as que são de interesse da classe dominante.

Os efeitos do período governamental citado repercutiram dentro da universidade discursivamente. Em “nos últimos tempos, fomos tolhidos”, é discursivizado um tipo de censura informal, representação de perigo à liberdade acadêmica. As diferenças ideológicas ficaram, portanto, marcadas entre docentes

que apoiavam o governo em exercício e quem era de oposição. Com isso, temas como gênero, raça, sexualidade e avanços na ciência eram tidos como assuntos marginais. Sobre essa condição, Natália Melo, Roberta Mendonça e Fernando da Silva Cardoso (2023, p. 3) afirmam que:

[...] o debate sobre a diversidade humana e as discussões de gênero opera, em diálogo com a EDH, no enfrentamento de binarismos, entre eles certo e errado, normal e patológico, que acabam por fundamentar novas violências e contribuem para a marginalização sistemática de grupos vulneráveis.

Os capítulos do recente período social brasileiro reforçaram a exclusão como um processo natural, assim como naturalizaram as violências praticadas contra grupos marginalizados ou contra quem estivessem em condição de oposição às práticas políticas, incluindo a classe acadêmica, salvo exceção os que apoiam tais práticas.

Para além das discussões sobre posições políticas, outro fator que pode ser considerado um divisor também do/no espaço acadêmico foi o conjunto de efeitos da pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020, e classificada pelo então presidente, Jair Messias Bolsonaro, como gripezinha⁸⁸. Com a negação institucional dos efeitos das vacinas, a população brasileira se viu diante de uma crise sem precedentes. De um lado, havia a circulação de discurso político negacionista e, do outro, a ciência foi desacreditada. Nessas condições, professoras e professores foram denominada(os) “zebras gordas”, e as universidades foram caracterizadas como um espaço de balbúrdia, pelo funcionamento de uma prática discursiva que desqualifica a universidade pública e mascara as ações arbitrárias como corte de gastos, por exemplo (Consolaro, 2022).

Dentro da universidade, esse efeito de polarização também aconteceu e pode ser observado no trecho sobre temas “meio proibidos”. Não sendo um ato governamental declarado, a censura era manifestada de forma simbólica na cidade, por meio do silenciamento de determinados assuntos – como o número expressivo

⁸⁸ O artigo “‘É só uma gripezinha’”: a emergência dos discursos da necropolítica em tempos de pandemia”, de Natanael Vieira de Souza e Eni Puccinelli Orlandi (2023), discute como o discurso do ex-presidente tem manifestações de poder e soberania sobre a vida das pessoas no período pandêmico. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/11538/8324>. Acesso em: 24 nov. 2024.

de mortes – e da falta de cumprimento das regras orientadas pelo Ministério da Saúde, como o uso de máscaras e a promoção do distanciamento social dos corpos.

À universidade, frente ao conservadorismo, coube – e ainda cabe – a função de resistência e preservação da liberdade e da autonomia das(os) pesquisadoras(es), com a promoção de debates que ultrapassem as restrições impostas por valores tradicionais. Sobre as discussões de raça e gênero, a academia deve se posicionar como uma instituição crítica e questionadora, com capacidade de oferecer um ambiente seguro para que tais discussões possam acontecer, a fim de que todas as vozes possam ser respeitadas e ouvidas. Dadas as condições mencionadas e na esteira de Zoppi-Fontana (2017, p. 64), compreendo

[...] o gênero como uma construção discursiva, efeito de um processo de interpelação complexo e contraditório. Assim, pensamos as identificações de gênero articuladas com outras identificações nos processos de subjetivação, quando vozes/corpos historicamente silenciados ou interditados entram em cena. Pensamos aqui na emergência de discursos nos quais os indivíduos são tomados como alvo de um processo de subjetivação gerando, ao mesmo tempo, um saber e um modo de falar sobre si (Zoppi-Fontana, 2017, p. 64).

Pelo processo de subjetivação a que Zoppi-Fontana (2017) se refere, por meio do dizer da professora – “[...] vamos incluir mais mulheres, vamos incluir mulheres indígenas, vamos incluir mulheres pretas, né? Vamos incluir mulheres trans [...]”, entendo que há uma busca pela visibilidade e inclusão das identidades marginalizadas na universidade. Isso porque gênero e raça estão entrelaçados nas experiências das professoras negras e na luta por reconhecimento em um espaço onde predomina o conservadorismo.

Na paráfrase 2, “é algo que venha de [baixo], né?”, entra em funcionamento um processo de hierarquização das posições dentro da universidade, no qual as demandas por equidade racial e de gênero estão frequentemente relegadas a grupos minoritários e ativistas, enquanto a administração universitária não se aproxima das discussões relativas. Esse discurso pode ser lido como reflexo da resistência institucional à incorporação das pautas como parte da política acadêmica oficial. A ausência de responsabilidade das instâncias superiores em relação à inclusão racial e de gênero reforça a marginalização dessas questões dentro da estrutura universitária, dificultando avanços efetivos, como apontam Carneiro (2005) e Gomes (2017).

O processo discursivo da formulação em destaque se insere em um modelo no qual as decisões de poder sobre diversidade racial e de gênero são tratadas como demandas periféricas e não como princípios centrais da universidade. O fenômeno é comum nas instituições de ensino superior brasileiras, porque a luta por espaços mais inclusivos e democráticos depende fortemente da mobilização que pode ser da base estudantil ou docente e da força política partidária.

Para romper com tal lógica hierárquica, é essencial que a universidade internalize as pautas como compromisso estrutural, garantindo que a equidade de raça e gênero não seja um esforço isolado, mas, sim, um princípio orientador de suas políticas acadêmicas e administrativas. Por outro lado, conforme aponta Gonzalez (1988), enquanto essas questões permanecerem como responsabilidade exclusiva dos grupos que sofrem as opressões, as mudanças institucionais seguirão sendo limitadas.

Na mesma direção, a formulação da P3, em “[...] é algo que venha de [fora da reitoria], né?”, pode significar que as iniciativas relacionadas a gênero e raça dentro da universidade não partem do órgão central (reitoria), mas, sim, de outros segmentos da comunidade acadêmica, como estudantes, docentes e grupos organizados. Esse discurso faz circular um processo no qual a responsabilidade pela proposição e implementação das políticas recai sobre a base da universidade, e não sobre sua gestão. O processo discursivo movimenta, também, uma dinâmica em que as questões de equidade racial e de gênero são tratadas como pautas externas à governança formal da instituição, tornando sua consolidação mais frágil e dependente de esforços individuais ou de coletivos não institucionais.

A descentralização do compromisso com a diversidade reflete um modelo acadêmico que resiste à incorporação plena das pautas, mantendo-as em espaços de luta e não de estrutura. Isso demonstra a necessidade de transformar as reivindicações em políticas institucionais sólidas, garantindo que a universidade assuma um papel ativo e comprometido na construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo.

Em uma breve conclusão desta análise, a SD VII traz uma crítica à ausência de iniciativas por parte da universidade em discutir questões de gênero e raça. A formulação faz circular o quão é difícil, para mulheres negras, indígenas e trans, encontrarem um espaço de acolhimento e respeito de forma institucional. O fato de

tais discussões serem trabalhadas em projetos isolados, e não de forma estruturada, como se fossem propostas pela reitoria, é uma frustração da professora. Isso porque, em vez de alcançar toda a universidade, essas ações ficam limitadas a uma sala de aula. Indo além, o que agrava esse contexto, conforme discuti, é o ambiente conservador, que limita as ações acadêmicas.

Nesse sentido, a instituição precisa reafirmar seu compromisso com um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde a troca de experiências possa inspirar transformações que vão além de seus muros e contribuem para uma sociedade mais justa e acolhedora. Ao inserir a discussão sobre como as políticas de gênero e raça na universidade estão fragmentadas, a análise discursiva desestabiliza como a ausência de articulação institucional amplia os processos de exclusão e enfraquece os discursos de gênero e raça. Assim, são perpetuadas as exclusões pela insuficiência de recursos e pelo alcance restrito.

Devido a essa lacuna institucional, considero pertinente olhar, analiticamente, para o meu lugar enquanto pesquisador envolvido no processo de ressignificação desses dizeres. Em tal direção, o trajeto temático a seguir realiza esse movimento por meio de um campo ainda não explorado nesta tese.

3.7 Masculinidades negras e a escuta discursiva

A tese parte de uma demanda pelo escutar, uma vez que o que fiz foi ouvir as docentes negras. Nesse sentido, ela é estreitamente ligada à minha posição epistêmica e, por consequência, à minha posição de homem com a masculinidade negra em processo contínuo de constituição. Tal fator implica, minimamente, duas questões: as entrevistas não partem de uma necessidade de falar das participantes, uma vez que elas são convidadas a assumirem determinado dizer; e a emergência da sensibilidade a que me refiro é localizada, isto é, é situada como urgência de um pesquisador, homem, hétero e negro.

Compreendo que um dos papéis dos programas de Pós-Graduação para com a sociedade seja de produzir conhecimentos e elementos textuais que contribuam para a construção de novas reflexões, então escutar é uma das etapas deste processo de transformação social. Trata-se do exercício de uma interpretação

ancorada no presente, mas que visa ao futuro. A esse respeito, conforme Vera Teixeira de Aguiar (2004, p. 23),

[...] O homem acumula informações de toda natureza e lega aos descendentes suas descobertas. Uma nova geração, por seu turno, vai adiante, alargando o patrimônio conquistado. Isso significa que a comunicação humana não se dá apenas de forma horizontal, entre os pares próximos ou distantes de um mesmo momento histórico, mas acontece verticalmente, entre os sujeito e o passado, com o qual ele entra em contato através dos registros deixados por homens e de outros tempos, sendo-lhe possível, por essas vias, projetar o futuro.

Na tese, escutar tem uma outra dimensão: enquanto pesquisador, para escutar as professoras negras, foi preciso um equilíbrio entre o papel de interlocutor, com atenção a cada gesto físico sincronizado com as palavras, e a consciência de que também sou, de certa forma, um interlocutor afetado pelos discursos racializados.

Essa dupla condição de falante e interlocutor, na minha percepção, pode auxiliar a desconstruir a imagem de homem negro agressivo, hostil, desprovido de empatia e de tantas outras designações pejorativas, formadas, historicamente, para deslocar homens como eu para uma posição periférica nas relações sociais (hooks, 2004). Desse modo, uma nova tomada de posição pelos pesquisadores negros também se faz necessária, reconhecendo que as transformações ampliam a representatividade nas diversas espaços acadêmicos. Na mesma linha, as professoras negras, ao participarem das entrevistas e da pesquisa de campo, criam condições para que novas sensibilidades sejam construídas a partir da raça e do gênero.

Nesse contexto, a sensibilidade refere-se, portanto, ao acionamento de questões subjetivas que envolvem o discurso racializado e a experiência das participantes – neste caso, as professoras negras. A sensibilidade epistêmica que proponho nesta tese está relacionada à abertura para reconhecer os efeitos e as demandas geradas, no processo da pesquisa, por essas subjetividades – ideias, sentimentos e emoções. Assim, sensibilidades epistêmicas racializadas são empreendidas na necessidade de compreender o papel do pesquisador em relação às dinâmicas de poder e de racialização (Modesto 2021; Gonzalez, 2020) que permeiam a prática de escuta e análise.

Como parte essencial da produção de conhecimento acadêmico, as professoras, ao aceitarem participar da entrevista, sem ter um vínculo prévio com o pesquisador, assumiram um compromisso coletivo, que se fez necessário para eu ter acesso às suas experiências, aos seus saberes e às suas trajetórias. A participação de cada docente perpassou a possibilidade de ser entrevistada fora das salas de aula, de marcar discursivamente que se está na universidade e de ecoar, ainda mais, a potência das suas vozes, que só é possível ter acesso se são interpeladas. A esse respeito, contribui Pêcheux (2014, p. 155), afirmando que:

[...] As pessoas, ainda que tenham, entre si, elementos comuns, que as integrem em determinado grupo, não são interpeladas do mesmo modo. Daí que, do ponto de vista da teoria pecheuxtiana, o processo de identificação, o processo de analisar discursos, por fim, está diretamente relacionado à análise da situação de comunicação, do contexto, do lugar de onde fala o sujeito.

Para além do processo de identificação, ressalto que o convite, por si só, não significa um ato espontâneo de falar: foi necessário o apoio de um questionário sistematizado, apresentado em um espaço organizado. A partir dele, constituíram-se as sequências discursivas movimentadas ao longo da tese. O aceite, então, passa a ser concebido como uma marca da interpelação discursiva, uma vez que também contribui para movimentar as professoras negras em direção à fala de si. Ao aceitarem, elas são mobilizadas como sujeitas que contribuem para a discussão de uma demanda epistêmica e social ao darem visibilidade a suas experiências. Na mesma medida em que elas não falaram voluntariamente, ou seja, sem precisar de chamamento, elas poderiam recusar o convite. Se aconteceu o aceite, em alguma medida, entendo que elas foram interpeladas pela possibilidade de dizerem algo sobre si. Com isso, participar da pesquisa dentro de um espaço que é marcado historicamente pela ausência e marginalização das vozes é um ato de autopreservação e resistência (Pêcheux, 2014).

Paralelamente a essa discussão, está a contribuição de Bethania Mariani (2003), que diz respeito à tarefa do pesquisador em garantir que as análises do discurso das professoras negras tenham a ética como princípio, bem como que a análise seja conduzida com sensibilidade e respeito pelas participantes. Para a autora,

[...] se, para a Análise do Discurso, considera-se que tanto os processos de produção de sentidos quanto a própria análise desses processos são regulados por sua inserção na história, pode-se afirmar, então, que em sua própria constituição a questão ética já se coloca (Mariani, 2003, p. 11).

Tomando por base esse pressuposto ético, ressalto que a interação foi feita com muito respeito para compreender as sutilezas e subjetividades de cada entrevistada e, a partir disso, interagir ou não com as respostas. Pensando em como os processos são regulados por sua inserção na história, como explica Mariani (2003), no trecho citado, em muitos momentos, foi preciso me silenciar para que elas pudessem trazer à tona elementos que estavam preservados em suas memórias. No caso da entrevista com a Professora Joana Guedes de Jesus, por exemplo, ela mencionou que não queria muito falar, mas, ao final, trouxe informações pessoais e contextos familiares, como a condição do pai e forma como ela lidava com questões dentro da universidade que ela não pensava em compartilhar.

Para além do debate sobre o fazer ético, a autora contribui sobre a tarefa do analista de discurso de reconhecer que o sentido sempre pode ser outro e que existem outras formas “do dizer”. Na pesquisa, faz-se necessário compreender que essas formas de dizer estão relacionadas com as condições históricas de cada sujeita. Segundo Mariani (2003, p. 20),

[...] Desse ponto de vista, o sujeito é uma posição material linguístico-histórica produzida em meio ao jogo de contradições e tensões sócio-ideológicas. O que é ponto incontornável da análise são as posições discursivas ocupadas pelo sujeito para ser sujeito do que diz em condições histórico-ideológicas determinadas. Um dizer inscrito na estrutura do sujeito e na ideologia, isto é, um dizer com o qual o sujeito se identifica sem ter absoluto domínio do processo que o leva a ter tal identificação.

O distanciamento, neste caso emocional, nessa etapa da pesquisa, foi uma tarefa com certa complexidade, já que as questões raciais ou de exclusão social afetam tanto participantes como o pesquisador, mas em proporções e condições diferentes. Por outro lado, outras questões como a de gênero, que interferem na determinação de que as mulheres negras exercem, predominantemente, uma profissão de apoio e não central, como foi percebido nas análises das SDs, são situações que afetam diretamente as participantes, mas não o pesquisador.

Embora a escuta ativa seja fundamental para captar a complexidade dos discursos, enquanto pesquisador, entender a relação entre as posições discursivas ocupadas e o processo de identificação do qual trata Mariani (2003) no excerto anterior foi necessário para que as emoções não interferissem tanto no processo de construção das análises.

No caso da pesquisa realizada com mulheres negras, foi preciso levar em conta a maneira como questões ideológicas e sociais interpelam pesquisador e participantes durante o processo de análises ou de produção das respostas. Então,

[...] é interessante observar-se que a ideologia não é, como se sabe, consciente. Ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua necessidade conjunta. Assim, a singularidade não é um efeito da vontade do sujeito, ela resulta do modo singular com que a ideologia o afeta. São essas determinações a que nos referimos quando falamos que a relação com o sentido é indireta e mais determinada (pela história, pela ideologia) (Orlandi, 2012, p. 100).

Assim, os princípios teórico-metodológicos da AD entram em funcionamento não como um regulador da pesquisa, mas como um suporte necessário para compreender que existem diferenças nos gestos de leitura produzidos. De acordo com Mariani (2003), observadas as condições de produção de cada fala em estudo, é possível compreender como o sujeito é considerado dividido. Ciente disso, é que um gesto de análise como o meu não intenta ser o portador de qualquer efeito de verdade acerca das professoras, uma vez que, mesmo se intentasse, no interior da perspectiva teórica mobilizada, todo discurso acadêmico-científico produzido aqui é afetado pela ideologia e pelo inconsciente.

Dessa forma, para mim, o processo de escuta foi de aprendizado enquanto homem e pesquisador negro, o que me despertou para outras reflexões e pesquisas futuras. Sobre a pesquisa de campo e a oportunidade de ter uma experiência com entrevistas com uma temática particularmente sensível, a de intersecção entre raça e gênero, encerro as análises com o próximo tópico, no qual são feitas as reflexões sobre o processo e a experiência.

3.8 Reflexões sobre a experiência de entrevista com mulheres negras no campo acadêmico: a confluência de sensibilidades epistêmicas racializadas

Começar a pesquisa de campo tendo a entrevista como recurso foi um exercício de escuta ativa. As respostas de cada professora me surpreenderam pela generosidade que tiveram para compartilhar suas experiências, principalmente com um pesquisador que não lhes era de comum convívio acadêmico ou social. Inicialmente, eu esperava respostas pontuais e sem muitas variações dadas as condições de sermos desconhecidos, mas a entrega de cada uma delas foi surpreendente, contribuindo para a construção de SDs que compõem as análises e tantas que ficarão para uma pesquisa futura, em Estágio de Pós-Doutorado.

Embora tenha iniciado o trabalho com um roteiro e o questionário já elaborado, à medida que as entrevistas se desenvolviam, ajustes foram feitos na forma de abordar cada uma das docentes. Em alguns casos, as perguntas que estavam no meio do questionário foram lançadas antes, devido ao percurso do diálogo. Tal fator, a meu ver, não comprometeu a investigação, mas contribuiu para marcar a singularidade e, ao mesmo tempo, as sensibilidades epistêmicas racializadas que emergiam nos dizerem.

Durante a entrevista, meu desejo era o de não tornar o processo mecânico e objetificado, como se quisesse tomar as informações em um depoimento. Em meio a tal fluxo, lancei perguntas não previstas, compartilhei relatos pessoais sobre a trajetória profissional e tracei perspectivas acadêmicas para o período posterior à conclusão do doutorado.

No final de minha interação com a professora Joana Guedes de Jesus, ela ponderou:

SD VIII – Professora Joana: [...] você perguntou bastante, foi bem curioso. Cê fez eu falar coisa que eu nunca nem pensei.

Esse “fazer falar” foi consequência de uma proposta de entrevista em que a voz de cada uma das professoras negras fosse ouvida, mesmo com os limites previamente definidos a partir das documentações aprovadas pelo CEP. Enquanto ouvia cada resposta, procurava manter a posição de pesquisador, formada entre o interesse na constituição dos discursos e a solidariedade, em função da possibilidade de me deparar com histórias que poderiam envolver dor e violências.

Na profusão desses dizeres, a escuta solidária também se exercia na medida em que eu me identificava com o que estava sendo respondido. No relato de uma das professoras, por exemplo, ela contou que, para enfrentar a falta de recursos financeiros, a mãe tinha que lavar roupa em um rio – fato semelhante ao que já vivenciei. Como recorte desses trechos de identificação, em um momento das entrevistas, compartilhei o seguinte comentário:

[...] É a família da senhora já aponta para uma situação que eu falo que ela é fora da curva, né? Entre nós negros, porque não é comum encontrarmos famílias onde todos estudaram. Nós, eu falo nós, porque eu também a minha mãe, meus pais eram dessa mesma linha todo mundo tem que estudar. E aí os outros filhos estudaram, todo mundo dos 8, nós somos 6 dentro de sala de aula, as outras 2 cada uma é arquiteta e a outra esteticista, mas cada um seguiu seu caminho, justamente para não ter essa questão de fazer aquilo que eles fizeram como carreira, né? Na vida deles [...].

Durante a pesquisa de campo, o que possibilitou uma interação melhor com as participantes foi o compartilhamento de situações pessoais e familiares que nos colocam em condições similares. Um desses pontos de conexão é o do percurso familiar com limitações financeiras, assim como o gesto de entender os estudos como um fator de transformação social e de segurança financeira.

O movimento de identificação foi crucial para que, enquanto pesquisador, eu tivesse a noção de que os percursos dessas professoras – e o meu – são resultados de esforços coletivos, uma coletividade estabelecida muito mais com a família do que com outras pessoas da sociedade.

No desenvolvimento das entrevistas, como se pode perceber, a interação aconteceu: longe de apenas ouvir as respostas e fazer a próxima pergunta, eu me colocava a dialogar com as participantes. Quanto às minhas intervenções, todas foram realizadas com muita sutileza, preservando o momento das participantes para que elas pudessem se expressar com liberdade. Busquei ouvir de forma atenta, falando pontualmente e somente quando necessário, sobretudo para pedir detalhes do que estava sendo dito. Em outros momentos, apresentei novos elementos que surgiam no decorrer das respostas, com o cuidado de não tentar não impor um direcionamento e de manter sempre ativa a voz das participantes, e não a minha.

Dessa maneira, a assunção de minha voz não se dava no sentido de tomar o turno discursivo, mas de me colocar no processo da pesquisa, uma vez que eu me

vejo afetado pelas demandas dessas e de outras mulheres negras. Na perspectiva discursiva, de acordo com Luciene Jung Campos e Raquel Alquatti (2020, p. 281-282),

[...] a falta do sujeito é uma falta de objeto. A tentativa de contorno desta falta é trabalho da língua, em torno do vazio insuperável. Porém, isso não impede que reivindique uma totalidade ilusória, no caso, a busca insistente por uma identidade, a qual a ideologia está sempre pronta a oferecer uma solução.

Nessa busca por uma identidade, encontrei-me com as e nas falas das docentes que aceitaram participar da pesquisa. Pelo próprio funcionamento da interpelação ideológica, considero que nossas histórias se entrecruzam pela identidade étnico-racial, uma vez que nos autodeclaramos pertencentes à população negra no Brasil.

Além disso, aproximamo-nos em função da atuação profissional. Embora eu ainda não esteja em uma universidade e não seja uma mulher, somos professores e professoras que enfrentam questionamentos quanto à nossa capacidade, a partir da cor da nossa pele, efeito que entendo como um desdobramento do epistemicídio (Carneiro, 2005). Assim, somos associados, com frequência, a profissões periféricas e nunca centrais. Nossos títulos de mestrado e doutorado, por sua vez, ao serem mencionados, são lidos, regularmente, como gestos de soberba, como se não fossem uma possibilidade para as pessoas negras.

Ao longo do processo, foi inevitável reconhecer que as histórias das participantes se cruzam com a minha, em um funcionamento que é próprio à memória discursiva (Orlandi, 2002). Esses dizeres se materializavam e, no movimento dos sentidos, afetavam-me, mesmo que por caminhos distintos.

Nas encruzilhadas formadas, recorto o papel da parentalidade na constituição de uma identificação. Um dos pontos que me aproxima dos dizeres que escutei é ancorado na mobilização discursiva do incentivo familiar como ponto de partida para as realizações pessoais e profissionais. Em comum, em todas as entrevistas, os pais e as mães são discursivizados como aqueles que lutam para que filhas e filhos alcancem uma formação intelectual adequada. Assim, instaura-se uma relação de causa – a dedicação familiar – e efeito – a inserção e a permanência dessas sujeitas na academia. Tal fator pode estabelecer associação com a força discursiva da ancestralidade. De acordo com Jurema José de Oliveira (2023, p. 117),

[...] Pensar a ancestralidade na contemporaneidade significa traçar a linha temporal dos valores que ao longo dos séculos nos alimentam. Nos interstícios do poder as práticas culturais negras resistem apesar da sua invisibilidade no discurso oficial. Entender a força ancestral e reconhecê-la na vida comunitária significa resistir.

Como destaca Oliveira (2023), a ancestralidade tem uma representação que, para a população negra, é fundamental, pois está inserida em uma espécie de coesão que forma um processo identidade geracional. De forma sistematizada, ela é apagada e excluída das relações sociais como uma forma de desconstrução histórica. Preservar a ancestralidade é uma forma de valorização comunitária e também uma questão de identificação.

É preciso destacar, no entanto, que, apesar da série de identificações, vigorava, entre nós, uma diferença basilar, pautada na questão de gênero. Assim, mesmo compartilhando a identidade racial, minhas experiências como homem negro diferem, especialmente em relação às violências e invisibilidades específicas que as docentes enfrentam nos espaços acadêmico e social.

Tais reflexões, nascidas da interação com mulheres negras e suas experiências de vida e carreira, não só enriqueceram meu entendimento sobre os desafios de raça e gênero enfrentados por elas, mas também me trouxeram uma nova percepção sobre o papel do pesquisador enquanto sujeito que escuta e se compromete com o outro – nas práticas institucionais e fora delas. Cada entrevista foi um convite à responsabilidade, reforçando o compromisso de caminhar com e a partir de suas vozes na construção de um discurso acadêmico possível à nossa existência.

É pela junção entre as condições de produção desses dizeres e da minha posição sujeito que encontro a formulação das sensibilidades epistêmicas racializadas. Segundo Modesto (2021, p. 2), [...] a constituição dos discursos não pode querer significar perguntar ‘de onde os discursos vêm?’, mas ‘o que permite que os discursos aconteçam?’ ou ‘que tipo de relações discursivas se estabelecem em seus aparecimentos/acontecimentos?’. Com a terceira pergunta, entendo que as relações discursivas em vigor fomentam a resistência de sujeitas(os) negras(os) ao epistemicídio:

[...] a história do epistemicídio em relação aos afro-descendentes é a história do epistemicídio do Brasil, dado o obscurantismo em que o país foi lançado em sua origem. O projeto de dominação que se explicita de maneira extrema sobre os afrodescendentes é filho natural do projeto de dominação do Brasil, um sistema complexo de estruturação de diferentes níveis de poder e privilégios. Coube aos africanos e seus descendentes escravizados o ônus permanente da exclusão e punição (Carneiro, 2005, p. 104).

A produção acadêmica de pesquisadoras/professoras negras em uma universidade é uma das formas de resistência ao epistemicídio no Brasil. Nesse sentido, considero tal movimento enquanto uma expressão de resistência, pois a restrição de acesso aos espaços educacionais desde a abolição da escravidão, momento em que as escravizadas e escravizados não tinham acesso à escola por serem considerados sem alma, ainda nos afeta. Com o passar dos anos, as escolas passaram a receber alunas e alunos negros, mas em condições de marginalização – logo, ficavam de lado nas salas de aula. Nas universidades, públicas e privadas, as práticas de exclusão também são repercutidas, tendo em vista esse processo anterior:

[...] O preconceito na escola é especialmente grave quando incide nas séries iniciais, com crianças que ainda não desenvolveram mecanismos de defesa contra a projeção de identidades negativas. Da parte dos professores, o que acontece com mais frequência do que se imagina, é a pressuposição do fracasso, o que constitui um estímulo negativo particularmente destrutivo, pois leva as crianças a acreditarem que são incapazes de aprender, prejudicando assim todo o seu desenvolvimento escolar posterior (Durham, 2020, p. 2).

Quando uma professora é aprovada em um concurso público para uma universidade pública, ela já percorreu várias etapas, rompendo com barreiras simbólicas como as mencionadas por Eunice Ribeiro Durham (2020), a exemplo da divisão de tempo entre estudo e trabalho e do pouco ou nenhum acesso a bolsas durante a graduação, salvo as exceções. O resultado dessa conquista está na produção dessas professoras negras e na forma como elas demarcam suas presenças em sala de aula, apoiando a discussão de temas que são de interesse da população negra. Como resultado desses deslocamentos, surgem discentes negras e negros que vislumbram, pelas professoras negras, a possibilidade de uma carreira não só na docência, mas em outras áreas em possibilitam produção do conhecimento e ascensão social.

A produção de conhecimento, por meio de pesquisadoras negras, constitui-se um instrumento de resistência, independente da área de atuação. Uma das coisas que esta pesquisa demonstra é que a capacidade intelectual não é determinada pela questão de gênero, nem de raça – embora a atuação profissional seja. Isso porque estamos diante de seis professoras, em áreas diferentes, que marcam suas posições em sala de aula ou em cargos de chefia e na gestão, e isso é feito de forma consistente, com a chancela da aprovação em concursos e com a pós-graduação que referenda o título de Doutorado.

Por outro lado, enquanto homem, assentado na posição-sujeito pesquisa negro, questiono a manutenção de um sistema que exclui a construção dos saberes e desconsidera a história e a ancestralidade da população negra. Nessa medida, os discursos racializados presentes nesta tese compõem um conjunto de elementos que atuam na direção do rompimento do epistemicídio (Carneiro, 2005), pois as mulheres negras estão dentro da universidade, em espaços que, antes, eram de domínio absoluto dos homens brancos.

A prática acadêmica dizibilizada neste estudo descarta a possibilidade de que negras não possam estar em um espaço de formação acadêmica e social, uma vez que elas movimentam as relações acadêmicas ao possibilitarem a discussão de temas que as afetam em salas de aulas, o que, com outras docentes, poderia não acontecer. Assim, mesmo diante do racismo estrutural e da falta de política de gênero, as professoras negras resistem contra as práticas que ainda afetam suas trajetórias (Adichie, 2019; Carneiro, 2005; Modesto, 2021).

Como efeito de fechamento do capítulo, fica a convicção de que este trabalho é apenas uma parte de uma luta maior por reconhecimento e respeito às narrativas negras femininas. Trata-se de uma contribuição que busca não apenas documentar, mas também transformar os modos de escutar as demandas de mulheres negras. Como pesquisador, resta-me o desejo por uma compreensão mais profunda acerca da importância de construir pontes entre a academia e a vida, entre o ouvir e o agir, reafirmando o compromisso de que essas vozes sejam interpretadas de forma sensível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que sejam palavras conclusivas, o trabalho de um pesquisador não cessa. Esta tese se configura, na minha percepção, como a contribuição de um homem negro, hétero concluindo a Pós-Graduação em Estudos de Linguagens em uma universidade com mais de 900 docentes, em Campo Grande – MS. Desse total, como se viu, apenas 19 são identificados como pretos, em informação recebida pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Dos 19 docentes autodeclarados como negros, foram identificadas oito mulheres. A pesquisa se desenvolveu a partir da presença dessas professoras negras em uma universidade sul-mato-grossense, que mantém as mesmas características do tempo de criação das universidades no Brasil no século XX, com homens na direção, centralizando as ações e excluindo quem não tivesse poder aquisitivo para se manter.

No decorrer do processo de formação como pós-graduando, tive acesso ao dispositivo teórico-metodológico Análise de Discurso de linha francesa desenvolvida por Michel Pêcheux e foi nela que me apoiei para definir meu objetivo geral, que foi analisar os processos de identificação racializada das professoras autodeclaradas negras na UFMS no batimento entre os discursos de si e os gestos de interpretação do analista, assentado na posição-sujeito de masculinidade – homem negro (Pêcheux, 2009; Orlandi, 2005).

Além da Análise do Discurso de linha francesa, foi necessário ampliar as teorias, promovendo um diálogo com o Feminismo Negro, especialmente com as feministas negras brasileiras ou sulamericanas e caribenhas. Isso porque as vivências entre as mulheres negras dessas regiões possuem muito mais similaridades do que com o feminismo da América do Norte e Europa, regiões que discutem de forma sistêmica as questões feministas. Não discorri sobre os possíveis feminismos existentes na África, na Ásia, na Índia e na Oceania, porque essa discussão carece de um aprofundamento teórico em discussões e pesquisas que seriam rasas se realizadas nesta etapa da pesquisa. Ressalto isso porque se faz necessário mencionar que existem diferentes feminismos (Carneiro, 2003; Gonzalez, 1984; Ribeiro, 2018). A investigação também manteve conexão com o Estado da Arte, a partir de teses e dissertações que versaram acerca de temas próximos ao da tese.

O que me afetou, durante a construção da pesquisa, foi o encontro com a minha masculinidade e com o modo como ela sempre esteve presente em meu percurso, porém sem a consciência científica necessária para compreender como a interseccionalidade afeta mulheres negras e homens negros de formas diferentes (Akotirene, 2019).

Ainda sobre a metodologia, a tese está inscrita em uma perspectiva qualitativo-interpretativista em que a descrição e a interpretação das SDs – Sequências Discursivas (Courtine, 2009), recortadas de relatos obtidos por entrevistas semiestruturadas, decorreram em relação direta e constitutiva com suas *condições de produção* (Orlandi, 2005).

No bojo do arcabouço epistemológico, utilizei o construto discursivo da racialização emergente como efeito da interpelação ideológica (Pêcheux; Fuchs, 1997) das sujeitas investigadas. Tal concepção norteou a conjectura da seguinte pergunta: “Como se constituem as modalidades de identificação racializada nas respostas de professoras autodeclaradas negras, ao falar de suas trajetórias acadêmicas na UFMS?”.

A interrogação me levou à percepção de que discursos produzidos por docentes negras são interseccionados pela questão de gênero e de raça. Dentro da universidade, conforme foi analisado, os debates sobre gênero que incluem mulheres negras e mulheres indígenas acontecem no interior dos cursos em ações que as professoras negras acolhem como uma demanda de estudantes e não da instituição. A racialização (Modesto, 2021) no discurso é analisada como uma forma de resistência ao racismo estrutural e ao epistemicídio que afeta a população negra, que, de forma sistêmica, investe contra negras e negros que produzem ciência (Carneiro, 2005).

Na esteira do propósito maior, foram objetivos específicos do estudo: a) problematizar como *interseccionalidade se entrecruza* na batalha por democracia racial e pelo fim da opressão sexista e patriarcal (Carneiro, 2003; Gonzalez, 2020; Kilomba, 2019) que atinge a trajetória de inserção e atuação de professoras negras na UFMS; b) delinear, à luz de uma disciplina de entremeio, as condições de produção e o processo de pesquisa no escopo do debate sobre discursos racializados e as modalidades de identificação (Pêcheux, 2009); c) exercer uma

escuta discursiva (Orlandi, 2005) das SDs recortada como *corpus*, no acionamento das sensibilidades epistêmicas.

Tendo em vista os objetivos traçados, propus a tese de que o construto discursivo da racialização na UFMS emergiu, no *corpus*, como efeito da interpelação ideológica (Pêcheux; Fuchs, 1997) das sujeitas investigadas. Isso porque elas se contra-identificam (Pêcheux, 2009) com uma formação social que, no escopo deste trabalho, regula uma FD que denominei por patriarcal e racista. No *batimento* (Freire, 2021) entre as narrativas de si (delas) e uma posição-sujeito outra – a do pesquisador – para além de trajetórias marcadas pela interdição de discursos estabilizados sobre o que é ser professora negra no ensino superior e, concomitante às conquistas narradas, houve, como recorrência, a produção da resistência (Pêcheux, 2014) ao epistemicídio. De acordo com Carneiro (2003, p. 97),

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.

Um dos aspectos desse processo é anegação do acesso à educação de qualidade, já que essa exclusão educacional é reforçada por práticas que inferiorizam intelectualmente pessoas negras e/ou indígenas, promovendo estereótipos que associam esses grupos à incapacidade ou ainda, limitando as oportunidades de participar de forma ativa nos processos de construção e disseminação de saberes.

O epistemicídio não é o único atravessamento no percurso das professoras negras, já que o patriarcado também é um acontecimento. A UFMS que, em sua história, conta com apenas duas reitoras mulheres⁸⁹ (não negras – cabe a ressalva), influencia diretamente as práticas de um sistema que mantém as mulheres em condições inferiores aos homens, pautado ainda pelo capitalismo, pelo gênero e pela racialização. Os seus efeitos na falta de abordagem institucional sobre

⁸⁹ Em 2008, o presidente Luiz Inácio da Silva nomeou a Professora Célia Oliveira como a primeira reitora em mais de 20 anos da instituição. A tese é entregue já na gestão da atual reitora Camila Ítavo, que tomou posse em outubro de 2024.

a questão de gênero e raça. Se não fosse por uma prática patriarcal, entendo que tais abordagens teriam mais força, continuidade e alcance com o apoio da estrutura administrativa, promovendo a circulação dessas práticas atodas as unidades, diferente de uma atividade acadêmica que se restringe à uma sala de aula.

O meu percurso, nesse processo, foi de idas e vindas com o que me propus pesquisar e analisar, mas foi também de descoberta, no sentido de olhar com mais atenção para as pautas feministas, sobretudo as das feministas negras. Também foi importante para o desenvolvimento de uma escuta ativa, um exercício colocado em movimento durante a pesquisa de campo que foi realizada em formato de videochamadas. A razão da escolha pela forma como a pesquisa de campo fora gravada está na questão da acessibilidade, pois pela plataforma, as participantes não teriam a necessidade de deslocamento para me atender, podendo responder conforme suas agendas e em locais que elas se sentissem confortáveis.

Antes de continuar a descrever o meu percurso, é oportuno recuperar a informação de que todas as professoras negras identificadas foram contactadas com antecedência para, depois, agendarmos as entrevistas, formalizarmos o protocolo exigido pelo Comitê de Ética e, por fim, realizarmos a entrevista. Nem todas, no entanto, responderam ao convite. A recusa foi percebida como normal, dentro de um processo de pesquisa de campo, mas, por outro lado, o silenciamento de não responder aos convites e a não possibilidade de uma agenda em meses de tentativa chamam a atenção.

No processo de escuta, compreendo que, para ouvir essas professoras negras, houve um duplo movimento: do meu lado, fiz o convite para que elas participassem da pesquisa; do lado delas, houve a interpelação para uma ação voluntária de dizer. Se não fosse dessa forma, talvez a pesquisa com formato de entrevista não teria acontecido e um dos objetivos específicos – exercer uma *escuta discursiva* (Orlandi, 2005) das SDs – estaria comprometido.

O enfoque na análise discursiva da construção de identidades dessas mulheres manteve uma preocupação com a intersecção entre raça e gênero no espaço acadêmico, elementos fundamentais para compreender as dinâmicas de poder presentes nesse ambiente. Sobre os objetivos, primeiramente, ao propor a constituição da identidade de professoras negras, a investigação partiu do reconhecimento de que a identidade não é fixa, mas, sim, construída social e

discursivamente. Esse enfoque permite mapear como essas mulheres articulam sua presença e vivenciam as estruturas acadêmicas, marcadas por tensões decorrentes da diversidade cultural e das desigualdades étnico-raciais. Além disso, a pesquisa valorizou a perspectiva de sujeitas que, regularmente, enfrentam processos de invisibilização no espaço universitário (Kilomba, 2019; Mariani, 2003).

A discussão das contribuições dessas mulheres para as instituições públicas ampliou o horizonte da pesquisa ao relacionar trajetórias individuais com impactos coletivos. O discurso, aqui, é compreendido como uma prática social que reflete e produz realidades. Analisar como as professoras negras, em particular, contribuem para a reconfiguração de espaços e saberes no ambiente universitário possibilitou identificar estratégias de resistência e inovação que desafiam estruturas hegemônicas, principalmente pelo processo de contra-identificação Zoppi-Fontana (2003) descrito.

Por fim, a demonstração do elo entre escolaridade e a superação de fronteiras étnico-raciais reforçou a importância de compreender a educação como ferramenta transformadora. A escolarização, especialmente em níveis superiores, surge como uma via para romper barreiras impostas por desigualdades estruturais, permitindo a ampliação de possibilidades de mobilidade social e o fortalecimento de identidades plurais no contexto acadêmico (França, 2017).

Do ponto de vista organizacional, a tese foi construída em três capítulos. No primeiro deles, intitulado *Interseccionalidades: das tensões raciais ao combate ao patriarcado*, no cruzamento com o caráter interseccional da problemática, realizei o tratamento não discursivo da noção de resistência, a partir de parte das tensões raciais comuns à academia. Depois, adentro a discussão sobre tensões raciais na trilha das contribuições em torno do feminismo negro e, por fim, verso sobre democracia racial e opressão sexista, desenvolvendo em um debate sobre o combate ao patriarcado.

Como suporte teórico, para contextualizar o feminismo negro, as pautas raciais, o combate ao patriarcado e a constituição da interseccionalidade no percurso feminino (negro), pautei as discussões nas contribuições de Adichie (2019), Akotirene (2019), Baigent e Leigh (2001), Negro (2011), Brownmiller (1975), Cantelli e Nogueira (2018), Carneiro (2003), Cestari (2017), Collins e Birge (2020), Cruz (2007), Davis (2016), Federici (2017), Gay (2021), Gilroy (2007), Gomes (2021),

Gonzalez e Hasenbalg (1982), Gonzalez (1988), hooks (2014, 2018, 2020), Kilomba (2019), Lerner (2019), Lorde (2015, 2019), Louro (2003, 2014), Modesto (2020, 2021), Rodrigues e Freitas (2021), Saffioti (1987), Sousa (2021) e Werneck e Iraci (2016).

Do ponto de vista da problematização realizada, iniciei o capítulo relacionando a interseccionalidade e o seu efeito na vida das mulheres negras, de forma a iniciar a indicação de como o resistir (Pêcheux, 2014) se faz um imperativo na vida de mulheres negras no Brasil. No processo, passei por alguns instrumentos jurídico-legislativos, como o Decreto-Lei n. 2.848 (Brasil, 2015), a Lei 11.340 (Brasil, 2006) e o Atlas da violência no Brasil de 2022, com a exploração de alguns índices alarmantes de MS e do país. Acerca do resistir em espaço institucional, também versei sobre a presença de mulheres – principalmente de mulheres negras – na UFMS e em cargos de destaque no exercício governamental brasileiro.

Na recuperação da memória da constituição dos quadros de ocupação, infelizmente, foi necessária uma rápida passagem pelo caso envolvendo Silvio Luiz de Almeida e a Ministra Anielle Franco e uma rememoração de desafios vivenciados a partir da pandemia de Covid-19. Na sequência, na caracterização do feminismo negro no Brasil, algumas autoras, obras, fundações, portais e sites foram sumarizados na direção de esboçar um retrato de tais representatividades, confrontando, quando necessário, as opressões escravagistas marcadas historicamente em cada contexto

No segundo capítulo, *Arquivo, racialização e(m) pesquisa discursiva*, imergi na heterogeneidade dos objetos envolvidos, discutindo os pressupostos da AD materialista e apresentando as condições de produção do objeto que foram cotejadas, sob o prisma das políticas públicas, da legislação em vigor e da imersão em sentidos universidade no Brasil contemporâneo.

Para isso, primeiro, contextualizei a vertente discursiva adotada como escopo teórico-metodológico do trabalho, caracterizando-a como disciplina de entremeio com Orlandi (2003, 2010, 2012) e Ferreira (2007, 2019). Ainda, com Fernandes e Vinhas (2019), Pêcheux (1990, 1997, 2019) e Orlandi (2012, 2019), discorri sobre a AD1, AD2 e AD3, três momentos de desenvolvimento da disciplina no contexto francês. Na delimitação do alcance da vertente, noções como as de condições de produção, interdiscurso, formação discursiva e formação ideológica também foram

apresentadas. Depois, adentrei, especificamente, os conceitos de discurso e de sujeito, sendo que, neste último, as modalidades de subjetivação/identificação (identificação plena, contra-identificação e desidentificação) (Zoppi-Fontana, 2003) foram fundamentais para situar como se dá a interpelação ideológica que serviu de base para a análise das entrevistas.

Como suporte teórico do capítulo dois, foram mobilizados as seguintes autoras e autores: Courtine (2009); Guilhaumou e Maltidier (1994); Orlandi (2002, 2005, 2007, 2012, 2015); Gomes (2021); Zoppi-Fontana (2003, 2017); Modesto (2018, 2020, 2021); Carneiro (2003, 2005); Freire (2021); Pêcheux (1990, 2009, 2014); Beck e Esteves (2014); Ferreira (1999); Modesto (2021); Euclides (2017); Reis (2008); Santos (2012); hooks (2009); Zoppi-Fontana (2003); Indursky (1992); Pêcheux e Fuchs (1997); Munanga (2004, 2013, 2018); Nascimento (2019); Lago, Montibeler e Miguel (2023); Gonzalez (1984, 2020); Vieira (2020); Bruzamarello, Patias e Cenci (2019); Ribeiro (2018); Consolaro (2022); Derrida (2003); Melo, Mendonça e Cardoso (2023); Aguiar (2004); Campos e Alquatti (2020); Oliveira (2023); Durham (2020); Adichie (2019); e Kilomba (2019).

Como “ferramenta” para a construção das análises, o capítulo dois também contou com o modelo proposto por Freire (2021), no qual o autor propõe uma forma sistematizada de se realizar as análises olhando, a partir de uma visada pecheuxtiana, para a superfície linguística, o objeto discursivo e o processo discursivo.

No último tópico do capítulo, discorri sobre como as entrevistas foram realizadas, levando em consideração que, à medida em que o processo de pesquisa se desenvolvia, muitas perguntas eram feitas em um exercício de reflexão entre o que estava proposto nos objetivos do trabalho e as materialidades que emergiram em cada entrevista. No percurso acerca da entrevista, levei em conta o processo legal, amparado pelo Comitê de Ética e as submissões necessárias, pois se trata de pesquisa com seres humanos. Mesmo que se trate de uma pesquisa com objetivo discursivo, é necessário, portanto, que se preserve as participantes.

Em relação ao terceiro e último capítulo, intitulado *Escuta discursiva, trajetória docente e(m) sensibilidades epistêmicas*, foram explicitados os movimentos de montagem do arquivo discursivo, com destaque para a criação das perguntas, a realização das entrevistas e o recorte das recorrências encontradas como *corpus*.

Na promoção dos *gestos de interpretação* das SDs (Courtine, 2009), os processos de descrição e de interpretação levaram em conta o lugar de masculinidade negra ocupado, a historicidade dos dizeres e a recorrência com que irrompeu ou não determinada modalidade de identificação na trajetória de cada docente entrevistada.

Para realizar o recorte do *corpus*, antes foi necessário transcrever as entrevistas. Depois de várias leituras, com todas as dificuldades inerentes à movimentação da teoria discursiva, a fim de organizar em trajetos temáticos (Guilhaumou; Mالدیدیر, 1994), separei as sequências discursivas recorrentes e relacionadas com os objetivos traçados. O resultado dessa disposição configurou sete trajetos cujos nomes dos títulos a que pertencem alternaram entre trechos das SD's e outros elementos que compunham a estrutura da tese.

A primeira análise se apoiou em um dado estatístico sobre a quantidade de docentes negros nas universidades federais (2%). Conforme a SD I e a partir desse número, surgiu a questão: “É muito pouco, né?”. Para que o título ficasse alinhado com a proposta de estudo, foi inserido o período em destaque “*presença-ausência de docentes negras no ensino superior*”. O nome do trajeto temático foi definido com objetivo de estabelecer uma relação entre as SDs, a Análise de Discurso como teoria e as condições de produção em que se encontram essas docentes negras no ensino superior.

Os processos de identificação quanto aos critérios raça/cor estão discutidos na segunda análise, que recebeu o nome de *Eu não me identifico como parda: processos de identificação*. A discussão sobre o uso do termo pardo é um dos marcadores que possui várias interpretações dentro ou fora da academia, entre militantes do movimento negro ou, ainda, entre os pesquisadoras(es). O vínculo com o período colonial é uma das condições de possibilidade para que esse debate continue persistindo ainda hoje, mantendo a discussão em movimento por anos.

A pergunta que deu origem ao terceiro trajeto temático, por sua vez, foi: *O que representa para você ser uma mulher negra na instituição de ensino?*. O eixo temático foi orientado pela “*Representatividade no espaço acadêmico*”, que colocou, na entrevista, uma possibilidade de reflexão pelas docentes negras sobre suas identidades, experiências e intersecções no espaço acadêmico. Com essa pergunta, o trecho de entrevista não se restringiu a um aspecto de forma isolada, como raça

ou gênero, e, ainda, possibilitou que elas refletissem acerca de quais suas percepções do espaço acadêmico e das relações que são constituídas com outras(os) docentes, com as(os) acadêmicas(os) e com a direção geral.

Reprodução das desigualdades raciais no ensino superior é a quarta análise. Pelo discurso produzido pelas docentes negras, foi problematizada de que forma as discussões racializadas são mobilizadas dentro do espaço acadêmico e quem são as(os) suas proponentes: se são as docentes negras atuando dentro dos cursos ou se é universidade, estendendo-a para todas as unidades, com apoio logístico para a realização de campanhas que apoiam os temas defendidos por grupos minoritarizados ou periféricos.

A fragmentação das políticas de gênero e raça na universidade é o sexto eixo temático, e sua análise não parte de uma única pergunta da pesquisa, mas de vários enunciados que repercutem sobre como e se a UFMS implementa, sistematicamente, políticas de raça e gênero em seu calendário anual, e não a partir de demandas pontuais. A diferença entre elas está no fato de que uma ação prevista no calendário acadêmico envolve muito mais atenção da direção da instituição enquanto demandas específicas são tratadas conforme sua natureza.

No percurso das entrevistas, uma pergunta não respondida se associa à prática de racismo na UFMS. Mesmo perguntando diretamente, todas as participantes recorreram a um discurso “polido” ao abordarem o tema, o que pode ser lido como algo silenciado pelas participantes em função dos possíveis impactos institucionais de alguma declaração.

A relação da hipótese com os resultados ainda reverberam em mim, como analista. Pensar na pesquisa é um ato isolado, no qual o pesquisador está em contato apenas com os textos teóricos, construindo uma hipótese que pode se materializar discursivamente ou não. Já na prática, com a pesquisa de campo em desenvolvimento, surgem novas perspectivas.

Entre os resultados que a pesquisa trouxe, destaco o de que as modalidades de identificação racializadas das professoras que se autodeclaram negras na UFMS estão constituídas de processos complexos e seccionados, perpassando as questões de reconhecimento, resistência e desigualdades que estão também no espaço acadêmico.

No *batimento* (Freire, 2021) entre as narrativas de si (delas) e uma posição-sujeito outra – a do pesquisador – para além de trajetórias marcadas pela interdição de discursos estabilizados sobre o que é ser professora negra no ensino superior e, concomitante às conquistas narradas, há, como regularidade, a ousada e necessária produção de resistência-revolta, já que, como conclama Pêcheux (2014, p. 281), “[...] não é somente resistir, é ousar resistir e se revoltar”.

Como informado desde o resumo, defendo a tese de que o construto discursivo da racialização na UFMS emerge como efeito da interpelação ideológica das sujeitas participantes que se contra-identificam (Pêcheux, 2009) com uma formação social que, no escopo deste trabalho, regula uma formação discursiva que denominei patriarcal e racista.

Nesse escopo, a pesquisa emerge como uma prática discursiva que é fundamental na construção das identidades negras no espaço acadêmico. Narrando suas trajetórias, as docentes negras participantes desafiam as estruturas que são impostas, construindo, assim, um movimento de resistência contra os sistemas hegemônicos que perpetuam, historicamente, a exclusão de classe, raça e gênero.

Embora não tenha materializado ações por parte da IES que tivessem como objetivo impedir o acesso como concursadas e o progresso na carreira das docentes negras, a resistência constituída não está isenta de tensões, já que a posição política discursiva das docentes negras é marcada pela racialidade, em contraposição aos discursos estabilizados.

Sobre o conceito de resistência, Pêcheux (1990, p. 17) propõe que

[...] Deste ponto de vista, toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica. As resistências: não entender ou entender errado; não ‘escutar’ as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras. E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido. E através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos

individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição.

Retomando Pêcheux (1990), nas SDs analisadas, a contra-identificação se dá, principalmente, na articulação de duas marcas na superfície linguística: a da negação e a que chamei de “presentificação da ausência”. No que tange à historicidade com que irrompe a não identificação plena com os saberes defendidos pela forma-sujeito que opera regulando uma FD patriarcal e racista, no jogo entre reconhecimento e representação, a legitimidade do lugar ocupado pode ser parte preponderante na produção de mais sensibilidades epistêmicas racializadas em âmbito universitário. Isso porque a existência de pessoas negras trabalhando e pesquisando dentro das universidades contribui para a construção de um conhecimento diversificado e inclusivo, preservando saberes que antes eram colocados como periféricos.

Ao abordar a trajetória das docentes negras, foi possível identificar que, em suas histórias, existem enfrentamentos ligados à estrutura familiar, como a limitação de recursos, a falta de acesso à água encanada, os questionamentos sobre a formação acadêmica e a restrição em desenvolver projetos. Suas narrativas, ao mesmo tempo em que denunciam as barreiras impostas pelo racismo estrutural e institucional, também celebram as estratégias de superação, resiliência e afirmação identitária que garantem sua permanência e protagonismo no meio universitário.

Assim, as condições de produção dos discursos das docentes negras se mostram relevantes para a compreensão de como as políticas institucionais são necessárias na construção de novos sentidos que proporcionem o pertencimento e a inclusão. A diferença que foi percebida entre a proposta de pesquisa e os discursos está na característica da instituição, que nem sempre estabelece uma agenda para ampliar os trabalhos que acolham pessoas minoritizadas e pouco incentiva o desenvolvimento de ações de forma voluntária, ou seja, as demandas partem das inquietações das docentes ou das provocações de discentes – como ocorre nesta pesquisa.

Uma questão que surge para uma nova investigação é como se relacionam profissionalmente, em um espaço como a UFMS, as questões de docentes negras e negros, uma vez que a interseccionalidade afeta esse conjunto, mas com efeitos distintos para elas e para eles. Outro ponto relevante seria investigar se existem

restrições e apoio para o desenvolvimento de pesquisas, independentemente da área, pela compreensão de que uma universidade não pode tratar cursos e pesquisadoras(es) com regras e práticas diferentes.

As sensibilidades epistêmicas racializadas estão relacionadas ao reconhecimento e à valorização das formas de conhecer e interpretar o mundo a partir de perspectivas racializadas, ou seja, que afetam as populações negras. Neste caso, a questão racial é o fator preponderante e permeia os percursos históricos, sociais e culturais, deslocando do “centro” as narrativas dominantes e possibilitando acesso a outras formas de conhecimentos.

Essa noção afeta populações marginalizadas, como a população negra, que produz o seu conhecimento a partir das suas experiências de resistência, exclusão e ressignificação, pois, por meio das condições a que são submetidas, é que surgem novos saberes. Trata-se de uma sensibilidade que coloca em questionamento a centralidade das epistemologias do eurocentrismo como únicas maneiras de saber e produzir conhecimentos, propondo o reconhecimento de outros modos de saber e interpretar o mundo.

A contribuição com o campo discursivo está na possibilidade de romper com os discursos estabilizados e excludentes que colocam temas como raça e gênero como questões periféricas, sobretudo quando se fala da população negra, no caso deste estudo. Movimentar sensibilidades racializadas pode promover uma melhor compreensão de mundo, abrindo espaços para as múltiplas categorias que compõem a sociedade moderna.

Realizar esta pesquisa me despertou para o fato de que, como homem negro, temas que são sensíveis para as docentes negras também me afetam enquanto pesquisador, porém os atravessamentos são diferentes, levando em consideração a questão de gênero e social. Por isso, no tópico *Masculinidades negras e a escuta discursiva*, discuti os processos discursivos das docentes negras, sob a minha percepção enquanto pesquisador, com uma escuta ativa.

Nessa subseção, traço como realizar a pesquisa foi um duplo aprendizado: o primeiro no sentido de exercitar a escuta discursiva, compreendendo que, no momento em que uma entrevistada aceita participar, ela não deve ser interrompida em seu turno, a não ser para uma para fazer uma provocação que contribua para o

processo; e o segundo se associa com um contato mais profundo com minhas emoções e sentimentos na assunção de minha posição como homem negro.

Foi a partir desses sentimentos que surgiu a última análise: *Reflexões sobre a experiência de entrevista com mulheres negras no campo acadêmico*: a confluência de sensibilidades epistêmicas racializadas. Nela, trato de experiências e vivências compartilhadas, mas por perspectivas diferentes – por exemplo, abordando como homens negros e mulheres negras convivem com a solidão ou com as relações construídas no ambiente de trabalho. Após a conclusão do doutorado, pretendo dedicar tempo para leituras sobre a solidão da mulher negra no ambiente de trabalho, algo que pareceu necessário como parte do desenvolvimento enquanto pesquisador, sobretudo por sugestão da Prof.^a Dr.^a Kátia Alessandra dos Santos, durante o exame de defesa de tese.

Ressalto, também, que o estudo foi desenvolvido com profundo respeito às escritoras, professoras e feministas, negras ou não, tendo em vista que seus trabalhos foram fundamentais para a construção e a fundamentação da pesquisa brasileira. Sou grato às teóricas e aos teóricos cujos pressupostos metodológicos e epistemológicos forneceram a base necessária para a contextualização das questões aqui abordadas. Ainda assim, reconheço que há vastos horizontes a serem explorados e novas expectativas a serem atendidas no campo investigado.

O grande propósito da pesquisa foi contribuir para o vasto mar do conhecimento, oferecendo uma reflexão que articulasse, mesmo que, modestamente, as temáticas das sensibilidades epistêmicas racializadas, das masculinidades e das resistência ao epistemicídio. Desejo que este trabalho não se perca em meio à pluralidade de estudos, mas que se torne uma referência nas buscas e nos debates, virando um ponto de continuidade para outras investigações.

Espero que os homens que entrarem em contato com o estudo compreendam que os sistemas que historicamente moldaram as relações humanas, como o patriarcado, não precisam ser perpetuados como normas dominantes. Pelo contrário, manifesto aqui minha rejeição a qualquer sistema opressor – seja o machismo, o racismo ou a violência contra os povos originários. Reconheço, ainda, que os impactos desses sistemas sobre as populações marginalizadas são profundos e, muitas vezes, irreversíveis.

A luta da população negra contra o epistemicídio é secular e se dá, entre outros meios, pela produção de conhecimento em diversas áreas – saúde, engenharia, educação, entre outras – que vão além dos muros da academia. Essa luta também propõe a criação de novos sentidos e valores, como afetividade, respeito e solidariedade, que podem ser incorporados à compreensão das masculinidades, em uma dimensão em constante aprendizado e transformação.

É preciso destacar, também, que não foi propósito da tese criar definições fixas ou estabelecer verdades absolutas. Tal pretensão extrapolaria, inclusive, os limites e os objetivos da pesquisa científica ou da pesquisa científica em AD francesa. O que proponho, em vez disso, é oferecer uma contribuição para o campo, de modo a fomentar diálogos e ampliar perspectivas. Afinal, o conhecimento, quando compartilhado, torna-se um presente coletivo que ganha ainda mais valor e alcance.

Por fim, produzir uma pesquisa de doutorado é um ato complexo, fruto de ambições, dedicação e anos de esforço voltados à construção de saberes que ultrapassam a escrita da tese em si. Minha esperança é a de que este trabalho, assim como aqueles que o antecederam, possa ser uma ferramenta para transformação e que inspire estudos futuros, funcionando como um elo entre gerações acadêmicas. Que ele dialogue com as produções ancestrais que o precederam e que seja fonte de inspiração para os que ainda estão por vir: essas são minhas expectativas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AGUIAR, Vera Teixeira de. **O verbal e o não verbal**. São Paulo: UNESP, 2004.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMEIDA, Ceila Sales de. **Feminismo negro**: a luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2016.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução: Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1985.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard. **A inquisição**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001.

BATISTA JÚNIOR, Ovídio da Conceição. **Análise do discurso dos professores negros da UEMS**. 2020. 83 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

BECK, Maurício; ESTEVES, Phillipe Marcel da S. O sujeito e seus modos – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. **Leitura**, [s. l.], v. 2, n. 50, p. 135-162, 2014. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/1152>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branquitude**: identidade branca e multiculturalismo. São Paulo: CEERT, 2002.

BERRO, Eloisa Castro; GONÇALVES, Aparecida; NICODEMOS, Manuela. Mulheres em situação de violência: números, avanços e desafios. **Teoria e debate**, [s. l.], mar. 2022. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/2022/03/07/mulheres-em-situacao-de-violencia-numeros-avancos-e-desafios/> Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**: seção 1,

Brasília, DF, ano 143, n. 151, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 8 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano, ano 149, n. 169, p. 1-2, 30 ago. 2012. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/08/2012&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=120>. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1.º da Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 46, p. 1, 10 mar. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=10/03/2015>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 41**. Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Relator: Min. Roberto Barroso, 8 de junho de 2017. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13375729>. Acesso em: 9 jan. 2024.

BROWNMILLER, Susan. **Against our will**: men, women and rape. New York: Simon, 1975.

BRUZAMARELLO, Diogo; PATIAS, Naiana Dapieve; CENCI, Cláudia Mara Bosetto. Ascensão profissional feminina, gestação tardia e conjugalidade. **Psicologia em Estudo**, [s. l.], v. 24, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/KqTqBPXwpWHxtmHm9R57H5P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 dez. 2024.

CAMPOS, Luciene Jung; ALQUATTI, Raquel. Sujeito. In: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso** – edição ampliada. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 281-285.

CANTELLI, Andreia Laís; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Memórias e narrativas das professoras travestis, mulheres trans e homens trans na educação**. [S. l.]: IBTE – Instituto Brasileiro Trans de Educação observatoriotrans.org, 2018.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Salvador: Edufba, 2012.

CARNEIRO, Sueli. A construção da pobreza no Brasil. **Textos do Brasil**, Brasília, p. 19-23, 2001.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como não-ser como fundamento do Ser**. São Paulo: Feusp, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011

CESTARI, Mariana Jafet. Por uma tomada de posição feminista e antirracista na Análise de Discurso. *In*: ZOPPI FONTANA, Mônica; FERRARI, Ana Josefina (org.). **Mulheres em discurso**: identificação de gênero e práticas de resistência. Campinas: Pontes, 2017. p. 183-203.

COLLING, Taís. **A trajetória de mulheres negras no contexto de trabalho**: um olhar a partir da teoria interseccional. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONSOLARO, Valesca Soares. **A construção discursiva de um regime de verdades sobre professores em postagens de 2019 e 2020 no Twitter**. 2022. 112 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Semiótica, Linguagens, Identidades e Ensino) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos. **Mulher negra**: trajetórias e narrativas da docência universitária em Sorocaba. 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos. **Mulheres negras no cotidiano universitário**: flores, cores e sentidos plurais. 2014. 143 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2014.

CRUZ, Alves Lindóia. Crítica epistemológica do feminismo. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2007. p. 1-14. Disponível em: http://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/57ef1026f04c70177699LINDALVA%20ALVES_CRUZ.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DERRIDA, Jacques. **A Universidade sem condição**. Tradução: Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. **Análise cartográfica do discurso**: temas em construção. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

DUARTE, Amanda da Silva. **Resistência de mulheres à violência clínica**: análise de práticas discursivas na #ondedói. 2024. 181 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024.

DUARTE, Amanda da Silva; ARAÚJO, Matheus Santos de; SANTOS, Elaine de Moraes. Efeito de humor e(m) sua relação com o território nordestino na #elenão: uma análise de memes no Twitter. **REVISTA PHILOLOGUS**, [s. l.], v. 25, p. 1361-1378, 2019. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/722>. Acesso em: 13 set. 2024.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Desigualdade educacional e quotas para negros nas universidades. In: DURHAM, Eunice Ribeiro. **Desigualdade educacional e quotas para negros nas universidades**. [S. l.]: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, 2020. p. 1-14. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt0302.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias**: desafios e conquistas. 2017. 254 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26901/1/2017_tese_mseuclides.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Carolina; VINHAS, Luciana Lost. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/rRz87WNqcqHL9rbY3GrbPHq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**: da ambiguidade ao equívoco. 1994. 160 f. Tese (Doutorado

em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Saussure, Chomsky, Pêcheux: a metáfora geométrica do dentro/fora da língua. **Linguagem e Ensino**, [s. l.], v. 2, n. 1, jan. 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/104938/000938983.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 abr. 2023.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do Discurso no Brasil: notas à sua história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral do (org.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 11-22.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp#>. Acesso em: 18 nov. 2024.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 1-24, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102/11455>. Acesso em: 30 set. 2024.

FRANÇA, Glória. Por lentes de gênero e raça: análises de discursos sobre uma brasilianidade. In: ZOPPI FONTANA, Mônica; FERRARI, Ana Josefina (org.). **Mulheres em discurso: identificação de gênero e práticas de resistência**. Campinas: Pontes, 2017. p. 81-98.

FREIRE, Sérgio. **Análise de discurso: procedimentos metodológicos**. 2. ed. Manaus: EDUA, 2021.

GAY, Roxane. **Má feminista**. São Paulo: Globo Livros, 2021.

GILROY, Paul. **Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça**. São Paulo: Annablume, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). **Enciclopédia negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 235-380.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-polc3a-dtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: BRINGEL, Breno; BRASIL JUNIOR, Antonio (coord.). **Antología del pensamiento crítico brasileño contemporáneo**. Buenos Aires: CLACSO, 1984. p. 223-244. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctvnp0k3f.28.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Tempos Brasileiros: percursos da análise do discurso nos desvãos da História do Brasil. *In*: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral do (org.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 23-46.

GRIGOLETTO, Evandra. A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação. **Estudos da Língua(gem)**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 61-67, 2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/978>. Acesso em: 4 dez. 2024.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. *In*: GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo**: experimentações em análise do discurso. Liège: Mardaga, 1994. p. 91-111.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Análise**, [s. l.], n. 7, p. 4-22, out. 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

hooks, bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 857-864, 2009.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

hooks, bell. **A gente é da hora**: homens negros e masculinidade. Tradução: Vinícius da Silva. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

hooks, bell. **Teoria feminista**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2020.

hooks, bell; RIBEIRO, Alan Augusto; PERRY, Keisha-Khan Y. Escolarizando homens negros. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 677-689, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300007>. Acesso em: 23 jan. 2023.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 2. ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2010.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1984). 1992. 372 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_892647fedcfe2a85ba4434ad7c20878c. Acesso em: 10 jul. 2024.

INSTITUTO ETHOS. **Perfil Social, Racial e de Gênero das 1.100 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas 2023-2024**. São Paulo, 18 set. 2024. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/iniciativa/perfil-social-racial-e-de-genero-das-1100-maiores-empresas-do-brasil-e-suas-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 8 out. 2024

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAGO, Mara Coelho de Souza; MONTIBELER, Débora Pinheiro da Silva; MIGUEL Raquel de Barros Pinto. Pardismo, Colorismo e a “Mulher Brasileira”: produção da identidade racial de mulheres negras de pele clara. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/n3bvrJ5QDBdX4pwghWjcMyP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução: Luiza Sella. São Paulo: Cultrix, 2019.

LORDE, Audre. A Transformação do silêncio em linguagem e ação. **Portal Geledés**, [s. l.], mar. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>. Acesso em: 8 dez. 2024.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução: Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Corpos que escapam. **Estudos Feministas**, [s. l.], v. 4, n. 4, p. 1-7, ago./dez. 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys4/textos/guacira1.htm>. Acesso em: 25 abr. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MARIANI, Bethania. Ética, pesquisa e análise do discurso. **RUA**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 9-22, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640761>. Acesso em: 8 nov. 2024.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Natália; MENDONÇA, Roberta; CARDOSO, Fernando da Silva. As intersecções entre gênero e educação em direitos humanos na produção do conhecimento (2015-2020). **Avaliação**: revista da avaliação da educação superior, Campinas, v. 28, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/JW56h7c3STrQ4Crbx3bcCPz/#top>. Acesso em: 08 mai. 2024.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução: Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 32, n. 94, jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 mai. 2024.

MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. **Revista Littera**, [s. l.], v. 9, n. 17, p. 124-145, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/10378/5981>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MODESTO, Rogério. Mulher negra de pele clara: lugar de enunciação e processos de identificação. **Entremeios**: Revista de Estudos do Discurso, [s. l.], v. 21, p. 274-290, 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/67fe/84a29afd605b2db2616611a0ad859a15862c.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 1-19, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MOURA, Clóvis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Dandara Editora, 2021.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 18, n. 50, p. 51-66, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/MnRkNKRH7Vb8HKWTVtNBFDp/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade étnico-cultural: a importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía (org.). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói: Editora da UFF. p. 21-34, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude-Nova Edição**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 259-263.

OLIVEIRA, Edicleia Lima de. **Trajetórias e identidades de docentes negras na educação superior**. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

OLIVEIRA, Jurema José. de. Ancestralidade e afro-brasilidade. **Revista Mosaico – Revista de História**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 108-124, 2023. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/9213>. Acesso em: 22 set. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, Cristiane (org.). **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Campinas: Labeurb, 2013. p. 3-19. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumell/arquivos/pdf/eurbanoVol2_EniOrlandi.pdf. Acesso em: 1 dez. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso é possível? **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 138-156, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657795/21806>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A análise de discurso e seus entre-meios**: notas a sua história no Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 42, p. 21-40, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637139>. Acesso em: 22 nov. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1., 2003, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 8-18.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto** – formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Formas de conhecimento, informação e políticas públicas. **Animus** – Revista Interamericana de Comunicação Midiática, [s. l.], v. 17, p. 11-22, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/download/2373/2458/18371>. Acesso em: 18 nov. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. **Rua**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 187-206, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8642454>. Acesso em: 18 nov. 2023

ORLANDI, Eni Puccinelli. O discurso pedagógico: a circularidade. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 1996. p. 59-118.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos de gênero. Tradução: Cristina Yamagami e Elisa Sotto. Salvador: Editora da UFBA, 2009.

PAZ, Eduarda; APPOLINARIO, Paula. Docentes negros na UFSM: história, lutas e conquistas. **Revista ARCO**, Santa Maria, nov. 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/ufsm-docentes-negros>. Acesso em: 4 dez. 2024.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 25 set. 2024.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Serrani. 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In* ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de leitura**: da História no discurso. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 49-59.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. Tradução: Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2019.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução: Péricles Cunha. 3. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1997. p. 163-252.

PEREIRA, Cely; MODESTO, Rogério. Mulher negra de pele clara: lugar de enunciação e processos de identificação. **Entremeios**: Revista de Estudos do Discurso, [s. l.], v. 21, p. 274-290, jan./jun. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/43761975/_MULHER_NEGRA_DE_PELE_CLARA_LUG

AR_DE_ENUNCIA%C3%87%C3%83O_E_PROCESSOS_DE_IDENTIFICA%C3%87%C3%83O? Acesso em: 10 ago. 2023.

PIRES, Mara Fernanda Chiari. **Docentes negros na universidade pública brasileira: docência e pesquisa como resistência e luta**. 2014. 135 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

QUADROS, Taiana Flores de. **Vida de mulheres negras, professoras universitárias na Universidade Federal de Santa Maria**. 2015. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-126.

RAMOS, Juliana de Souza. **Mulheres negras: projetos de vida**. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3631>. Acesso em: 18 ago. 2023.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. **Mulheres negras e professoras no ensino superior: as histórias de vida que as constituíram**. 2008. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/32701/TESE%20Clareth%20Reis%20Vers%c3%a3o%20FINAL%20P%c3%93S%20DEFESA%20AGosto%20de%202008.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 ago. 2023

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], p. 1-54, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/NFdhTdVLSRPHzdDzVpBYMq/?lang=pt&format=pdf> f. Acesso em: 27 out. 2024.

RODRIGUES, Day; OGASAWARA, Lucas. Mulheres Negras: projeto de mundo. Publicado pelo Canal Mulheres Negras: projeto de mundo. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (26 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lz479wZxKW0/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

RÖESCH, Isabel Cristina Corrêa et al. **Docentes negros: imaginários, territórios e fronteiras no ensino universitário**. 2014. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3481/ROESCH%20c%20ISABEL%20CRISTINA%20CORREA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth, Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora da USP, 1969.

SANTOS, Carlinda Moreira dos. **A mulher negra no ensino superior: trajetórias e desafios**. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, Elaine de Moraes; DUARTE, Amanda da Silva. Balbúrdia, corte e contingenciamento na educação: práticas de resistência em páginas acadêmicas no Facebook. *In*: ROMUALDO, Edson Carlos; SANTOS, Elaine de Moraes. (org.). **Linguagens, mídias e tecnologias**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 55-75.

SILVA, Dina Maria da. **Ascensão social e os conflitos de gênero e raça: mulheres negras em Mato Grosso do Sul**. 2003. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/708/1/Dina%20Maria%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.

SILVA, Maria de Lourdes. **Enfrentamentos ao racismo e discriminações na educação superior: experiências de mulheres negras na construção da carreira docente**. 2013. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SANTOS, Lauane. **Conheça algumas expressões racistas e por que moldar o vocabulário é uma forma de combater o preconceito racial**. Governo do Tocantins, [s. l.], maio 2020. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/conheca-algumas-expressoes-racistas-e-por-que-moldar-o-vocabulario-e-uma-forma-de-combater-o-preconceito-racial/17b3wqqe1oml>. Acesso em: 5 jun. 2024.

SILVA, Maria Lucia da. **Memória dos professores negros e negras da UNILAB: tecendo saberes e práxis antirracistas**. 2016. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1537/2/Maria%20Lucia%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2024.

SILVA JUNIOR, João Batista da. **Políticas de ação afirmativa e ensino superior: desafios e perspectivas no Brasil**. Curitiba: Appris, 2021.

SOARES, Cristiane Barbosa. **Interseccionalidade de gênero e raça na docência do ensino superior: representatividade, visibilidade e resistência**. 2020. 114 p.

Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Pampa, Uruguai, 2020. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/5438/1/CRISTIANE%20BARBOSA%20SOARES.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SOBRAL, Cristiane. **Não vou mais lavar os pratos**. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2016.

SOUSA, Nayhara Almeida. “**Não nasci rodeada de livros, e sim, rodeada de palavras**”: experiências de mulheres negras na UFMS. 2021. 210 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14913>. Acesso em: 23 out. 2022.

SOUZA, Natanael Vieira de; ORLANDI, Eni Puccinelli. “É só uma gripezinha”: a emergência dos discursos da necropolítica em tempos de pandemia. **Traços de Linguagem** – Revista de Estudos Linguísticos, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 84-95, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/11538/8324>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; COELHO, Lincoln Mansur. Breve histórico acerca da criação das Universidades no Brasil. **Ensino em Perspectivas**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15468>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SUCHANEK, Márcia Gomes. Os povos indígenas no Brasil: de escravos à tutelados. Uma Difícil Reconquista da Liberdade. **Confluências** – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, Niterói, v. 12, n. 1, p. 240-274, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34240/19643>. Acesso em: 23 out. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

VIEIRA, Camilla Gabrielle Gomes. Experiências de solidão da mulher negra como repercussão do racismo estrutural brasileiro. **Pretextos**: Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 291-311, jul./dez. 2020.

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza Iraci. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil**: violências e violações. São Paulo: Geledés; Rio de Janeiro: Criola, 2016.

ZANDWAIS, Ana. A forma-sujeito e suas modalidades de subjetivação. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1., 2003, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 1-15.

ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 245-282, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30027>. Acesso em: 29 nov. 2024.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Conexão Letras**, [s. l.], v. 12, n. 18, p. 63-71, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaolettras/article/view/79457/46458>. Acesso em: 23 fev. 2022.

ZOPPI-FONTANA, Mónica; CESTARI, Mariana. “Cara de empregada doméstica”: discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. **RUA**, Campinas, v. 20, p. 167-185, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638265/5896>. Acesso em: 23 fev. 2022.

ANEXOS

Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Professora, através deste convito a Sra. a para participar da pesquisa intitulada “DOS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA DE PROFESSORAS NEGRAS NA UFMS: POR MAIS SENSIBILIDADES EPISTÊMICAS RACIALIZADAS”. O trabalho será desenvolvido pelo doutorando Ovídio da Conceição Batista Júnior como no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da UFMS – PPGEL/UFMS.

A pesquisa de campo é uma etapa fundamental para a investigação em nível de Doutorado e é um momento de aprendizagem para o pesquisador, já que é nesse processo que ele se aproxima das sujeitas que serão participantes - as professoras da UFMS.

Sendo um trabalho de pós-graduação, ele terá como princípio a preservação dos dados de todas as participantes, dessa forma, suas identidades serão preservadas e dando ampla segurança no processo de manuseio dos dados. Sua participação é voluntária, ou seja, não há uma obrigação, entretanto, ela é muito relevante para o processo em si. Os dados da pesquisa serão preservados, podendo ser excluídos caso a participante solicite. Quanto à publicação destes, nenhuma relação será estabelecida entre quem participar da entrevista e as narrativas que serão analisadas. Tais narrativas serão tratadas como Sequências Discursivas (SD) e serão enumeradas para fins de análise.

Sobre a pesquisa, o objetivo está na concepção que norteia a conjectura da seguinte pergunta: “como se constituem as modalidades de identificação racializada nos relatos de professoras autodeclaradas negras, ao falar de suas trajetórias acadêmicas na UFMS?”.

Mediante essa inquietude e somando-a às questões ontológicas de um pesquisador assentado na posição-sujeito – homem negro que quer juntar-se à luta antissexista – estabeleço como objetivo geral refletir sobre os processos de identificação e resistência de professoras autodeclaradas negras na UFMS, no batimento entre os discursos de si e o *gesto de interpretação* do analista.

As questões propostas serão realizadas através da plataforma *Google Meet*, sendo os *links* enviados individualmente, conforme agendamento prévio com cada entrevistada, permitindo, assim, que elas o façam no momento e espaço mais adequado. Com duração aproximada de até sessenta minutos, a conversa poderá ser ampliada caso a entrevistada julgue necessário tempo adicional para conclusão das respostas.

Antecipo que as gravações serão de uso exclusivo para aproximar das narrativas e que não serão disponibilizadas nem para consulta, nem exibição posterior, ou seja, os dados se prestam a uma finalidade: a pesquisa. Então, serão mantidos sob responsabilidade do pesquisador por, pelo menos, cinco anos, conforme prevê a Resolução CNS n. 466/2012.

Por não se tratar de uma pesquisa que requer deslocamento, nem do pesquisador nem das participantes, não são percebidos riscos para as partes, dando assim segurança para que a entrevista aconteça, além de atender às regras de biossegurança, no combate à contaminação por Covid-19. Ainda assim, a entrevistada pode se resguardar do direito de participar ou não.

A participação de cada professora é importante do ponto de vista do que se pode constituir a partir de cada narrativa que for construída, cada SD que for interpretada, uma vez que poderão ampliar as discussões sobre aspectos relacionados à racialização feminina de docentes negras na UFMS, mas analisados por um homem, que deseja somar esforços na luta contra opressões sexistas e/ou contra práticas racistas, mas, antes de tudo, tendo a pesquisa também como instrumento de aprendizagem. O acesso ao pesquisador pode acontecer em qualquer etapa da pesquisa de campo para esclarecimento de dúvidas.

Quanto aos resultados da análise, eles serão preservados até a defesa da tese em produção. Após a defesa da tese, poderão compor parte de artigos produzidos pelo pesquisador, ou ainda, poderão ter recortes apresentados em eventos que venham fazer parte da trajetória do pesquisador.

Este termo será encaminhado em duas folhas, uma para o pesquisador e outra para a entrevistada, sendo a primeira mantida em sigilo. Para que dúvidas sejam retiradas antes ou durante o processo de pesquisa, o doutorando pode ser encontrado no seguinte endereço.⁹⁰

⁹⁰ Endereço removido por ser dado sensível e pessoal.

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS (CEP/UFMS) é o órgão responsável pela defesa dos interesses dos participantes, bem como à sua integridade e dignidade, conduzindo a pesquisa de maneira ética e visando à contribuição para o desenvolvimento do estudo com respeito aos padrões. Este mesmo Comitê está localizado no seguinte endereço, com horário de atendimento e contatos: Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias 'Hércules Maymone' – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS; e-mail: cepconep.propp@ufms.br; telefone: 67-3345-7187; atendimento ao público: 07h30-11h30 no período matutino e, das 13h30 às 17h30, no período vespertino.

() Escolha esta opção concordando em ter sua entrevista gravada pelo *Google Meet*, sendo preservada sua identidade na análise das sequências discursivas que serão produzidas e, ainda, concordando que as informações serão mantidas em sigilo podendo ser excluídas se for escolhida a entrevistada.

() Escolha esta opção caso não concorde em ter sua entrevista de vídeo gravada, mas que, pela mesma forma de entrevista (*Google Meet*), permite a gravação dos áudios produzidos durante a pesquisa.

Nome e assinatura do pesquisador

Local e data

Nome da Entrevistada

Local e data.

Anexo 2 – Perguntas da Entrevista

Toda pesquisa de campo de faz no espaço onde os sujeitos-objeto da pesquisa estão, mas dadas as circunstâncias da pandemia de COVID-19 e os protocolos de biossegurança necessários, adotaremos. Todas as participantes receberão um link de acesso, assim como um termo de confiabilidade dos dados fornecidos. Estamos buscando os discursos dessas professoras, resguardando sempre suas identidades.

Estas perguntas servirão de apoio para dar um direcionamento ao trabalho de campo, que será realizado de forma remota mas de maneira síncrona com o recurso do Google Meet.

- 1) Qual sua cidade, estado e país de origem?
- 2) Como você se identifica profissionalmente?
- 3) Há quanto tempo você é servidora pública na UFMS?
- 4) Qual sua área de atuação e o porquê da escolha?
- 5) Quanto aos critérios de identificação, qual sua raça?
- 6) Sua escolha pela docência aconteceu em que momento: na graduação ou antes?
- 7) Poderia descrever sua trajetória como docente? Para tanto, considere seu trabalho na graduação, a eventual atuação em estágio em cursos de licenciaturas e, se tiver alguma orientação, fale também.
- 8) Ainda sobre sua trajetória, quais momentos foram marcantes?
- 9) Dentro do espaço acadêmico, você já presenciou algum caso de racismo ou preconceito? Poderia descrever como foi conduzido?
- 10) Em sua trajetória, mais precisamente na UFMS, houve algum momento que sua formação acadêmica ou habilidade profissional tenha sido questionada de alguma forma? Em caso afirmativo, comente sobre este ocorrido.
- 11) Em algum momento da sua carreira/trajetória, houve o desejo de mudar de área/profissão? Caso sim, o que a conduziu para essa decisão?

- 12) Como você analisa a questão racial na UFMS?
- 13) Em algum momento, a identificação étnico-racial trouxe constrangimento para algum aluno/a, técnico/a administrativo ou docente o?
- 14) O que representa para você ser uma mulher negra na UFMS?
- 15) Em sua avaliação, como a UFMS aborda as questões de gênero, mais precisamente, sobre “o feminino”?
- 16) Enquanto docente negra em uma das maiores universidades de Mato Grosso do Sul, você se sente amparada e representada, quanto à questão de gênero e/ou quanto à racialização? Há diferenças?
- 17) Você participa de alguma atividade que tenha como objetivo a questão de gênero ou étnico-racial na UFMS?
- 18) De que forma você analisa a participação de um pesquisador/homem, analisando questões vivenciadas somente pelas mulheres?